INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM



N.º 13

1955

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo

SÉDE

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO

Presidente — *Tenente-Coronel José Agostinho*
Tesoureiro — *Dr. Teotónio Machado Pires*
Secretário — *Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA A DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115
Angra do Heroismo

Boletim

do

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sócios Efectivos

Dr. Cândido Pamplona Forjaz — (Prof. efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
Francisco Coelho Maduro Dias — (Escritor e Artista)
P.e Dr. Francisco Garcia da Rosa — (Prof. efectivo do Seminário Episcopal de Angra)
Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr — (Secretário Geral do Governo do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo)
Ten-Cor. Frederico Augusto Lopes da Silva Jr.
P.e Inocêncio Enes — (Vigário da freguesia dos Altares)
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral — (Prof. efectivo do Liceu de Angra do Heroismo)
Ten.-Cor. José Agostinho
Cónego José Augusto Pereira — (Presidente do Cabido da Sé de Angra)
P.e Dr. José Pedro da Silva — (Vigário Geral da Diocese de Angra)
Tenente Luis Ferreira Machado Drumond
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima — (Director do Arquivo Distrital e do Museu Regional de Angra do Heroismo)
Dr. Manuel de Sousa Menezes — (Tenente-Coronel Médico)
Major Miguel Cristóvão de Araújo
Raimundo Belo — (Escritor)
Dr. Teotónio Machado Pires — (Chefe da Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo)

Sócios Honorários

Prof. Doutor António de Almeida Garrett — (Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto)
Prof. Doutor António de Medeiros Gouveia — (Secretário do Instituto para a Alta Cultura)
Dr. João Hickling Anglin — (Prof. efectivo e Reitor do Liceu de Ponta Delgada)
João Soares de Medeiros — (Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro)
Dr. José Bruno Tavares Carreiro — (Escritor)
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral — (Escritor e Etnógrafo)
Rodrigo Rodrigues — (Escritor e Genealogista)
Prof. Doutor Ruy Teles Palhinha — (Catedrático jubilado da Faculdade de Ciências de Lisboa)
Prof. Doutor Vitorino Nemésio — (Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Prof. Dr. Wilhelm Giese — (Catedrático da Universidade de Hamburgo)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



Vol. XIII

ANGRA DO HEROISMO
Tipografia Andrade

1955

Roteiro de um Jornalista Açoreano

(Estudo bio-bibliográfico)

Por WALTER F. PIAZZA

Aos açoreanos que me honram com as suas amizades e, em especial, aos Srs.:

Doutor Luis da Silva Ribeiro,
Prof. Dr. F. Carreiro da Costa,
Prof. Dr. Manoel S. Cardozo,
Coronel José Agostinho,
Escritor Manoel da Silva Greaves,
Escritor Júlio Dutra de Andrade, e,
Luis Leal d'Amaral.

E, aos amigos e colaboradores, que me possibilitaram inúmeros dados:

Dr. Gil de Metódio Maranhão,
Prof. Gentil de Camargo, e
Gabriel J. da Costa.

O. D. C.

O jornal é a consciência da colectividade a que serve e da qual é, também, o espêlho; o jornalista, por sua vez, deve ser o termômetro da vida colectiva.

Assim, cabe ao jornalista importante tarefa nas sociedades.

A sua missão é das mais importantes.

De um jornalista, portanto, vamos falar.

Trata-se de FRANCISCO MANOEL RAPOSO D'ALMEIDA, um homem-de-imprensa que soube fazer brilhante a sua trajectória no jornalismo brasileiro e que, pelas suas obras, grangeou a nossa admiração.

O que se vai ler é um esbôço apenas.

I

Nas águas verde-azuladas do Atlântico se embalam as nove ilhas do Arquipélago dos Açores.

Em uma delas, na de São Miguel, no concelho da Ribeira Grande, que fica na costa norte da Ilha, em terras da freguesia de Nossa Senhora da Estrêla do Rabo de Peixe, nasceu Francisco Manoel Raposo d'Almeida, filho de Antônio Raposo Tavares, a 15 de Agôsto de 1807 (1) ou a 17 de Agôsto de 1827 (2). Adotamos esta última data pela prova documental que o seu têrmo de óbito nos fornece.

Da Ilha, que tanto amou e enalteceu, partiu para o Continente, para Portugal.

Amparado pelo ilustre e culto Visconde de Almeida Garrett (João Batista de Almeida Garrett) cursou o Real Colégio dos Nobres, em Lisboa, onde concluiu os estudos de humanidades.

Dali passou para as venerandas arcadas da Universidade de Coimbra, onde, como aluno voluntário, em 1840/1841, frequentou os anos iniciais das Faculdades de Matemática e Filosofia (3).

Entretanto, o seu gênio aventureiro e, talvez, a sua inconstância, o levaram a distrair-se do curso regular.

Mas, em Coimbra, «em 1842, na minha querida e saudosa Coimbra, e n'uma idade, posto que já eivada de desgostos, contudo ainda rica de ilusões e esperanças no futuro» inicia a sua obra literária que será objecto dum capítulo à parte, «quando suportava os tratos cruéis d'essa molestia fatal e lentamente envenenadora chamada nostalgia»

---

(1) *João Franklin da Silveira Távora* — «Elogio dos sócios falecidos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», na Revista do mesmo Instituto, tomo XLIX, 2.ª parte, págs. 535 e seguintes.

(2) «*A Comarca*», jornal de Mogi-mirim, São Paulo, edição de 1.º-I-1908.

(3) *Dr. Mário Brandão* — DD. Director do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, por carta, nos deu esta informação.



Francisco Manoel Raposo d'Almeida

O

CAMÕES

DRAMA

DE

F. M. RAPOZO D'ALMEIDA,

MEMBRO DE DIVERSAS CORPORAÇÕES LITTERARIAS,
TANTO NACIONAES COMO ESTRANGEIRAS.

Prag.ª Roberto de Azevedo e Araujo

SANTOS

TYPOGRAPHIA IMPARCIAL DE F. M. R. D'ALMEIDA.

1851.

BIBLIOTHECA MUNICIPAL S. PAULO 62284

ou quando «abrigando-me na histórica fonte dos amores ora discorrendo por essas margens do Mondego, ora sumindo-me pelo vale do Penedo das Saudades» (4).

II

Na história político-social da terra portuguêsa nenhum capítulo adquire mais alta ressonância popular que a «Maria da Fonte», a epopéia genùinamente do Povo, desde aquela gesta:

«Viva a Maria da Fonte
com as pistolas na mão
para matar os Cabraes
que são falsos à Nação!» (5)

Contra o govêrno se achava, em posição destacada, entre outros intelectuais, Almeida Garret, que, pela imprensa e pela tribuna, batia-se valentemente, profligando o não cumprimento do decreto de 10 de Fevereiro de 1842, que convocara côrtes extraordinárias para reformar a Carta Constitucional (6).

Ao lado de Almeida Garret, lògicamente, estaria o seu protegido, Francisco Manoel Raposo d'Almeida, e êste, após se envolver na sedição armada que culminou no desastre do cêrco de Almeida, foi desterrado para a Ilha da Madeira, onde, em Machico, no ano de 1844, «sôbre o duro leito do hospital público», continuou as suas divagações literárias.

Voltando a imperar nas terras lusitanas a grei liberal terminou o seu tempo de penitência política...

III

Terminada a clausura que lhe impusera a política traçou novos planos.

---

(4) *F. M. Raposo d'Almeida* — «Camões», ed. da Tip. Imparcial, Santos, 1851, in «Introdução».

(5) *Maximiano Lemos* — «Enciclopédia Portuguêsa Ilustrada». Porto, vol. VII, págs. 32 e seguintes.

(6) *Manoel Pinheiro Chagas* — «Dicionário Popular», Lisboa, 1876, 1.º vol., pág. 137.

Arrumou as malas e tomou o caminho da terra brasileira.

E, assim, em fins de 1846, trazendo no peito novas ilusões e muito desejo de vencer, desembarcou na Cidade do Rio de Janeiro, que chamava de «Capital do novo império dos assírios» (7).

No nosso país a sua primeira ocupação foi a advocacia, tendo, então, travado inúmeras e importantes relações, com homens políticos e literatos.

Ainda, no Rio de Janeiro, redatoriou a «Nova Gazeta dos Tribunais», até fins de 1848, e onde publicou mais um dos seus trabalhos literários, «O Monge da Caloura», lembrando o cenário das suas divagações e que era, também, a evocação do berço natal distante.

Não conseguiu, entretanto, fixar-se, ainda, ali.

Atacado por uma doença pulmonar transferiu-se para a Cidade de São Paulo, tentando, num clima de planalto, encontrar a saúde.

IV

Muito antes de se transferir para São Paulo, em 1847, fôra admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, veneranda instituição fundada sob os auspícios do nosso segundo Pedro Imperador.

Nêsse sodalício, Raposo d'Almeida, colaborou de maneira assídua e, sempre, prestigiando-o.

Na sua Revista deixou impressos: «Oblação à memória do Sr. Dom Afonso, augusto primogênito de SS. MM. II », «Elogio acadêmico do Em.º Sr. D. Francisco II, Cardeal Patriarca de Lisboa», «Elogio histórico do Marechal Raimundo José da Cunha Mattos» e «Origem do Colégio Pedro II».

Não ficou só nisso a sua prestimosa colaboração àquela Casa de Clio.

A' sua Biblioteca ofertou os trabalhos que publicava e os jornais que editava ou dirigia.

Ao falecer os órgãos dirigentes do Instituto tributaram-lhe as merecidas homenagens. O 1.º Vice-Presidente, Joaquim Norberto de Sousa e Silva fez a comunicação da praxe à Casa, em sentidas pala-

---

(7) *João Franklin da Silveira Távora* — op. cit.

vras (8) e o orador João Franklin da Silveira Távora disse substancioso elogio (9).

V

Talvez pensando nos ideais de conquista da sua gente ou por fôrça de um atavismo quís, Francisco Manoel Raposo d'Almeida, dedicar-se à agricultura.

Assim, em terras que são, hoje, parte do Estado do Paraná, e que, naquela época — 1848 — integravam a então Província de São Paulo, planejou a fundação de uma colónia agrícola.

As suas propriedades ficavam na confluência dos rios Ribeira e Assunguí, hoje divisa dos municípios paranàenses de Cêrro Azul e Rio Branco do Sul.

Mandou vir, dos Açores, colonos.

Entretanto, a infelicidade rondava a sua obra.

Quando se dirigia ao Rio de Janeiro, para receber os seus compatrícios, não o pôde fazer devido a um grande surto de febre amarela que grassava naquela cidade e que ceifou alguns dos colonos, enquanto outros se dispersaram (10).

Com êsse contratempo mudou, também, de idéias.

Raposo d'Almeida ficou, então, na Cidade de Santos.

VI

A' beira-mar plantada, a terra santista, era e é o atrativo para os espíritos sequiosos de lutas.

Ali, «com os poucos recursos que então tinha, com a proteção do Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro d'Andrade (2.º dêste nome), com um crédito na casa Senador Vergueiro (Nicolau de Campos Vergueiro) & Filhos, e sobretudo com uma energia de vontade como a do náufrago que se agarra à última táboa do espedaçado navio, fundei uma

---

(8) Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XLIX, 1886, II, pág. 430.

(9) Atrás referido.

(10) «*O Argos da Provincia de Santa Catharina*», jornal do Destêrro, hoje Florianópolis, n.º 28, de 7-VI-1860.

tipografia para imprimir a coleção dos meus escritos, e com o seu produto rehabilitar-me para voltar à minha querida terra natal» (11).

Raposo d'Almeida, por escritura lavrada no 1.º Tabelião daquela Comarca, a 14 de Março de 1850, comprava, ao Dr. Martim Francisco, acima citado, pela quantia de Cr. $1.100,00 — um conto e cem mil reis —, uma tipografia com todos os seus implementos, em duas prestações, mas, com um contrato de mútuos compromissos, dos mais interessantes que se possa imaginar (12).

Dessa tipografia saiu o seu primeiro jornal «O Mercantil», cujo primeiro número data de 4 de Setembro de 1850. Era a Tipografia «Imparcial» sita à rua de Santo Antônio n.º 2. Esse jornal circulou quase dois anos.

Da mesma tipografia sairam, também, os seus livros «Camões» (1851) e «Folhas de um album».

A sua acção, à frente daquele periódico — no nosso fragílimo entender — é de alta produtividade intelectual.

Estava, então, Raposo d'Almeida, no cume da sua vida de literato.

Ainda nas colunas daquêle jornal, estampou «O Monge da Serra d'Ossa», em vários capítulos e números e, da mesma forma, o seu relato «Viagem à Província de São Paulo» (13).

Aconteceu, porém, o previsível para quem gostava de emitir as suas ideias e difundi-las nos seus escritos: foi alvo de perseguição, por aquêles que, na época, governavam a Província de São Paulo.

É, de então, uma das suas mais brilhantes iniciativas e que se prende, também, à sua actuação jornalística oposicionista.

VII

A idéia da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico em São Paulo partiu de Raposo d'Almeida que, assim, a descreve:

---

(11) *«O Argos»*, acima citado, mesmo número.

(12) *Costa e Silva Sobrinho* —«Martim Francisco, Raposo e os seus jornais», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XLIX, págs. 182 a 186.

(13) *Gil de Metódio Maranhão* — Apontamentos que doou ao Instituto Histórico de Goiana e, gentilmente, nos forneceu.

«Com o fim de tomar alguns esclarecimentos para a confecção de uma obra, que pretendia escrever, e para a qual já tinha juntado materiais, vim a esta cidade (São Paulo), e apresentei-me ao Sr. Nabuco de Araujo a pedir-lhe a necessária permissão de explorar no arquivo da secretaria os dados de que eu carecia. S. Ex. recebeu-me com a urbanidade muito superior à minha expectativa e muito mais superior ainda ao que eu tinha direito de esperar. Ofereceu-me as suas relações pessoais, e todo o auxílio para a minha empreza. Propoz encarregar-me de escrever a cronica da provincia, para o que me assegurava uma gratificação ou ordenado, arbitrado sob sua recomendação na proxima legislatura provincial. Escusei-me, pretextando a S. Ex. não só a minha qualidade de estrangeiro, mas que eu tinha a honra de lembrar a S. Ex. um meio poderoso de levar a cabo esse louvavel empenho; e era sob sua influencia congregar 16 ou 18 membros do Instituto Histórico, que aqui residiam, agregar-lhes outras capacidades, em que abundava a provincia, e crear-se um instituto filial do Rio, a quem se cometesse esta empreza, dando-lhe essa projectada verba, e bem assim a da estatistica. S. Ex. aprovou e louvou muito a minha moção, e por assim dizer encarregou-me da formação pratica desse pensamento.

«Entendi-me em seguida com meus ilustres colegas os Srs. brigadeiro Machado d'Oliveira e major Beaurepaire, confeccionamos umas bases de estatutos, chegou mesmo a colaborar-se este magnifico projecto, mas não foi ao cabo por culpa do próprio Sr. Nabuco d'Araujo, que havendo prometido para as nossas sessões uma sala em palacio, a hora que dela nos iamos aproveitar, declarou que era preciso que nos instalacemos primeiramente fora, e que depois da nossa participação official então ele daria a sala. Este procedimento foi olhado sob diferentes prismas, e por isso subestou-se na organização do dito instituto, pretextando a molestia do nosso digno convocador Sr. Machado de Oliveira. Essa corporação literaria, que deveria ser como uma arca da aliança entre as inteligencias distinctas de um e outro lado politico foi sacrificada aos tramites oficiais de uma participação» (14).

(14) *Gil de Metódio Maranhão* — «A tentativa de fundação do Instituto Histórico de São Paulo» (comunicação ao Congresso de História comemorativo do IV Centenário da Cidade de São Paulo), 1954.

E, esta idéia lançada na segunda metade de 1851, foi a que mais tarde germinou graças aos esforços do insigne militar e ilustre rebuscador do passado paulista, Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, o companheiro de Raposo d'Almeida na primeira e frustada tentativa de erguer um Templo à Clio, na Cidade de São Paulo dos Campos de Piratininga.

Como ficou visto o Presidente Nabuco d'Araujo furtou-se a auxiliar um empreendimento cultural, da mais alta valia, conseguindo, que, por essa causa, Raposo d'Almeida se transferisse de Santos para São Paulo e, como consequência, o fechamento temporário de alguns órgãos da imprensa oposicionista ao seu governo, que eram impressos na Tipografia «Imparcial» (15).

Pouco depois, em 1852, se retirava Raposo d'Almeida para o interior, localizando-se em Pindamonhangaba.

VIII

Em Pindamonhangaba teve o açoreano dois grandes momentos em sua vida.

Por delegação do Bispo de S. Paulo, Dom António Joaquim de Mello (nascido em Itú — São Paulo, a 29-IX-1791 e falecido, em São Paulo, a 16-II-1861), foi incumbido da organização do primeiro seminário daquela Diocese.

Assim, com o Padre Tobias da Costa Rezende, a 19 de Abril de 1853, naquela Cidade de Pindamonhangaba, fundou o Seminário de Nossa Senhora d'Aparecida, que obteve permissão para seu funcionamento da Inspectoria Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, então dirigida pelo Cónego Ildefonso Xavier (16).

Dirigindo o estabelecimento, na qualidade de director-geral, esteve Raposo d'Almeida, aproximadamente, quatro anos, tendo sido, naquêle período, o aludido Seminário visitado por autoridades da Instrução e Eclesiásticas (17).

---

(15) *Gil de Metódio Maranhão* — op. cít., idem, idem.

(16) *Athaide Marcondes* — «Pindamonhangaba através de dois e meio séculos», pág. 437 (por informação da srta. Maria de Lourdes Borges Ribeiro).

(17) «*O Argos da Provincia de Santa Catharina* — edição atrás referida.

Os Presidentes da Província de São Paulo, drs. Josino do Nascimento Silva e José Antônio Saraiva, deram apôio àquela meritória obra.

Em Julho de 1854 o próprio Dom Antônio Joaquim de Mello visitou o Seminário e dêle disse.: «tivemos a satisfação de pessoalmente avaliar de perto os relevantes serviços que um tal Instituto estava fazendo no norte desta Diocese» (18).

Na mesma época, Raposo d'Almeida, fundava, também, o seu lar.

Casou-se, naquela Cidade de Pindamonhangaba, com Dona Maria Teresa Salgado de Almeida, filha do Ajudante Antônio Moreira de Souza, cujas raizes prendem-se às mais remotas linhagens paulistanas (19).

Dos seus descendentes e da sua vida familiar adiante trataremos.

IX

1857. Volta à «Capital do novo império dos assírios».

Volta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, frequentando-lhe as sessões.

Do ilustre prelado que o foi Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, Bispo-Conde de Irajá, recebeu autorização para ensinar Direito Canônico, Teologia e Eloquência Sagrada, com honras idênticas aos professores do Seminário Episcopal (20).

Como membro que era do Instituto Episcopal Brasileiro — agremiação lítero-científica que reunia as mais altas expressões do clero e do laicato da época — foi, ali, guindado à Secretaria-Geral.

Pelos seus pares conseguiu a aprovação de várias medidas para o engrandecimento da instituição, como a fundação do seu órgão «A Tribuna Católica», que dirigiu e, ainda, manteve «O Brasil», «jornal católico, literário e noticioso», e que, também, dirigiu (21).

---

(18) «*Cruzeiro do Sul*» — jornal editado no Destêrro, hoje Florianópolis, ed. de 28-IX-1858, estampa o depoimento daquêle Prelado, integralmente.

(19) *Athayde Marcondes* — acima citado.

(20) «*Cruzeiro do Sul*» — n.º acima citado, reproduz o atestado do Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá.

(21) Há exemplares dêsse jornal na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro.

Mas, logo, surgiram os inimigos. Quiseram-no despir das honrarias e procuraram, subrepticiamente, vencê-lo, numa assembléia geral, preparada para despojá-lo dos seus cargos, mas, Raposo d'Almeida, conseguiu outra assembléia, com total comparência dos associados e venceu: dezessete contra dez votos (22).

E, vendo-se, novamente, perseguido deixou o Rio de Janeiro, desgostoso.

X

Rumou para o Sul.

No dia 27 de Outubro de 1857, desembarcou, Raposo d'Almeida na Cidade do Destêrro (hoje Florianópolis), do vapor «Conde d'Aquila» (23).

Primeiramente, aqui, nestas plagas, fundou uma «escola normal do método mnemonico», onde preferiam-se analfabetos, «que a frequentem com assiduidade» (24).

Entretanto, a 5 de Janeiro de 1858, era nomeado professor interino da Cadeira de História e Geografia, do Liceu Provincial, e logo, em seguida, a 4 de Fevereiro, o era, tambem, da Cadeira de Filosofia racional e moral, de cuja cátedra foi exonerado a 1.° de Dezembro do mesmo ano (25).

É, a 7 de Dezembro, ainda, de 1858, nomeado promotor público da Comarca de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, nesta Terra Catarinense, mas, declina da escôlha para continuar nas lides do magistério.

Prossegue, desta forma, com as suas aulas no Liceu Provincial.

Mas, a política o atraia, irresistivelmente.

E, passou, assim, a frequentar os conciliábulos políticos, a entrar nas disputas político-partidárias.

Como consequência da sua definição política foi apresentado

---

(22) «*Cruzeiro do Sul*» — n.° 64, de 24-X-1858.

(23) «*O Mensageiro*» — jornal da cidade do Destêrro, n.° 212, de 29-X-1857, secção «Movimento marítimo».

(24) «*O Argos*», n.° 235, de 14-I-1858, anúncio.

(25) Notas de J. G. dos Santos Silva, fornecidas pelo Almirante Lucas A. Boiteux.

candidato à Assembléia Provincial e eleito seu deputado, pelo 3.º Círculo da Província, que compreendia as vilas da Laguna e Lajes e suas freguesias (26).

Pela sua combatividade passou a ser visado, duramente, pelos seus adversários.

Mal começara as suas atividades parlamentares e, já, era atacado, principalmente, pelas colunas dos jornais concurrentes (27).

Lançou, para sua defesa e para expansão das suas idéias, o jornal «O Cruzeiro» (28).

Recrudescem, entretanto, os ataques e os revides. Aumenta a ira dos contendores. O crescendo dos ataques e dos revides chega ao climax — retalham-se as honorabilidades — e vão às barras da Justiça, por crime de injúria, regido pelas Leis de Imprensa.

Esta luta sustentou-a, Francisco Manoel Raposo d'Almeida, contra o político conservador e brilhante Oficial d'Armada Brasileira, na época, tambem, deputado provincial, Thomaz Pedro de Bittencourt Cotrim, que levou a melhor.

As Justiças condenaram-no a dois meses de prisão. Cumpriu-os.

Voltando às suas atividades jornalísticas, Raposo d'Almeida, lança «A Estrela», «periódico literário, político e noticioso», cujo primeiro número apareceu, na segunda-feira, 6 de Maio de 1861, e que durou até 31 de Outubro do mesmo ano, quando foi substituido pelo «O Mercantil», que surgiu, a 4 de Janeiro de 1862, «bi-semanário», e esteve sob a sua direção até 1.º de Março, quando foi transferido ao dr. Joaquim Augusto do Livramento, ilustre figura da vida catarinense, onde teve papel destacado na política e na administração.

Morava, nessa época, Raposo d'Almeida, na rua Áurea n.º 20, da nossa provinciana capital.

Foi, também, por êsse tempo, novamente, indicado, na chapa do Partido Liberal, candidato à Assembléia Provincial.

Mas, não concorreu.

Aqui, em Santa Catarina, procurou, sempre, elevar-se como pro-

---

(26) «*O Argos*» — n.º 530, de 13-XII-1859.

(27) «*O Progressista*» — também jornal do Destêrro, edição de 22-III-1860.

(28) «*O Cruzeiro*» — n.º 25, de 27-V-1860.

fessor e pela sua perceptoria passaram distintas figuras da vida pública do século XIX, gente que se destacou nas lides políticas, nos foruns e nos hospitais.

Os seus adversários, entretanto, não o pouparam. Apelidaram-no de *Gambá* e divulgaram a seguinte quadra a seu respeito:

«Na rua de S. *Francisco*
Em casa do *Manoel*
Vende-se *Gambás*,
Salpresos chegados à pouco de *Almeida*».

Mas, Raposo d'Almeida era polemista e não se perdia por tão pouco. Lutou, sempre, ferozmente.

A sua sina de andarilho não terminara, também. E...

Pelo vapor «Imperatriz», no dia 1.º de Abril de 1862, deixou, «com sua família», as terras de Santa Catarina.

XI

Procurou a Bahia — a terra onde Pedr'Álvares Cabral primeiro pisara — para dar ao seu filho e única razão de suas lutas, a educação necessária aos embates da vida cotidiana.

Na Cidade do Salvador foi professor do Seminário Arquiepiscopal, onde, em 1863, pronunciou a aula inaugural das atividades letivas.

E, dentro da sua paixão — o jornalismo — redatoriou o «Brasil Católico» (29).

Frequentou, ainda, assiduamente, o Instituto Histórico da Bahia, no qual leu duas biografias: a de Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, o Bispo-Conde de Irajá, e a de D. Romualdo Antônio de Seixas, o Arcebispo-Marquês de Santa Cruz, aquela em 1864 e esta em 1863.

Mas, também, na Terra Bahiana, pouco se demorou.

Teve, assim, que partir em busca de outros horizontes.

XII

Passou-se para a Província de Pernambuco.

---

(29) «*O Mercantil*» — n.º 12, de 3-IV-1862.

Deu, ali, com as luzes do seu saber, inegável contribuição aos estudos históricos daquela parte do nosso vastíssimo Brasil.

A sua obra mais notável nêsse sentido é a «Breve memória sôbre o processo mais fácil de investigar, colecionar e organizar os materiais de história» (30), lida em sessão, do Instituto Arqueológico Pernambucano, de 26 de Julho de 1866.

Aliás, êste é o seu grande trabalho. Pelo menos, o mais conhecido nos arraiais da historiografia brasileira.

«Êle atende — diz ilustre analista, sôbre Raposo e esta sua obra — com a sua «Breve memória», que atesta um melhor preparo que todos os demais trabalhos anteriores, ao apêlo de Silva Pontes, de organizar para as províncias um sistema de colheita sistemática de suas fontes primordiais» (31).

Mas, a sua contribuição se estendeu mais. Foi mais longe.

Elaborou, ainda, os seguintes estudos: «Catálogo dos Bispos de Pernambuco», «Memória histórica, topográfica e crítica do forte de São Jorge», «Memória sôbre o estabelecimento, permanência e extinção dos jesuitas em Pernambuco», «Memória sôbre a autenticidade do monte das Tabocas», «Memória sôbre a fundação do recolhimento da Glória», além de inúmeros outros que não foram enfeixados na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (32), do qual fôra, primeiramente, sócio correspondente, até 19 de Abril de 1866, quando foi eleito sócio efetivo (33), sendo recebido na sessão de 14 de Junho daquêle mesmo ano (34), e, desde então, passa a frequentar com assiduidade aquela Corporação benemérita e dá, ali, provas inequívocas da sua cultura e da sua atividade intelectual.

Na sua vida social, naquêle Instituto, além de outras medidas, propôs que fôssem examinados os Arquivos da Câmara Eclesiástica

---

(30) Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, n.º 11, 1868, págs. 449 a 456.

(31) *José Honório Rodrigues* — «A pesquisa histórica no Brasil», Instituto Nacional do Livro, 1952, pág. 33.

(32) *Gabriel J. da Costa* — do Recife — informações que nos prestou.

(33) Ata inserida no n.º 10, da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, pág. 429 (oferta do sr. Gabriel J. da Costa).

(34) Ata inserida no n.º 11, da citada revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, pág. 436 (oferta do sr. Gabriel J. da Costa).

do Recife e do Mosteiro de São Bento de Olinda, sendo, então, pela Diretoria do Sodalício, encarregado de estudá-los (35).

Na Assembléia Geral de 15 de Fevereiro de 1867 é eleito para integrar as Comissões de Redação da Revista, de Trabalhos Históricos e Arqueológicos, de Admissão de Sócios, e de Pesquisas e manuscritos (36).

Ainda, na Terra Pernambucana, se dedicou, em Recife, ao jornalismo, tendo redatoriado e fundado «O Mercantil», «Oriente» e «O Liberal», nos quais estampou várias das suas produções.

Mas, com o intúito de percorrer novas regiões, passou à hinterlândia e estabeleceu-se na Cidade de Goiana, onde foi um do co-fundadores do Instituto Histórico e Arqueológico de Goiana, a 8 de Setembro de 1870.

Nêsse Instituto produziu interessantes e importantes trabalhos para a elucidação de fatos relacionados com a conquista holandesa no nordeste brasileiro.

É dessa época o seu «Relatório de Trabalhos Históricos e Arqueológicos», importante peça lida no Instituto de Goiana, a 29 de Setembro de 1871 (37) e onde se encontram dados sôbre os padrões chantados em terra brasílica pelas primeiras expedições que perlustraram o nosso litoral; sôbre a época do domínio espanhol, e, finalmente, sôbre a exatidão da naturalidade de D. Antônio Felipe Camarão, o bravo chefe indígena que se destacou no combate às hostes bátavas.

A personalidade de D. Antônio Felipe Camarão foi objeto de outro importante estudo de Raposo d'Almeida: «Biografia histórica e crítica do ilustre potiguar Antônio Felipe Camarão» (38).

Ainda, na qualidade de orador do Instituto de Goiana, produziu

---

(35) Ata inserida no n.º 11, pág. 443, da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

(36) Ata publicada no n.º 12, pág. 553, da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

(37) Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, n.º 40, 1891, págs. 99 a 110 (oferta do sr. Gabriel J. da Costa).

(38) Notícia inserta no «Jornal do Recife», edição de 24-VIII-1871, apud Mario Santiago — «Analecto Goianense», tomo X, 1952, pág. 92 (oferta, também, do sr. Gabriel J. da Costa).

a «Biografia do Cônego Francisco José Tavares da Gama», que foi impressa (39).

Assim, Raposo d'Almeida, penetrava, cada vez mais fundo, nos recônditos da formação e da evolução Brasileiras, estudando-lhes os fatos e os seus personagens.

Da sua passagem por Pernambuco é o episódio glosado por Medeiros e Albuquerque em seu conto «As calças do Raposo» que, adiante, tratamos.

A sua ânsia de perambular era incontida e lá vai êle... em busca de novas paisagens.

XIII

Volta à cidade de São Paulo : 1873.

Dai transporta-se para o interior.

Volta à redação de jornais, a sua grande e velha paixão.

Está nos seus últimos anos de vida.

Mas, ainda, assim, o professor desponta, uma vez mais.

Surge o seu Externato Raposo, em Pindamonhangaba, ainda, em 1873. Fica famoso (40).

E aquela vida, cheia de lutas, prenhe de agitação e repleta, também, de belos ideais e nobres ensinamentos, terminou, terrenamente, a 16 de Março de 1886.

O seu óbito está, assim, anotado no Arquivo da atual Cúria de Taubaté :

«Aos desessete de Março de mil oitocentos e oitenta e seis foi sepultado no cemitério público o cadaver do Doutor Francisco Manoel Raposo de Almeida, de sessenta e nove anos, casado com Dona Maria Thereza Raposo de Almeida, falleceu de lezão do coração, nesta cidade. O Vigário Antonio Nascimento Castro» (41).

---

(39) «*Jornal do Recife*» — edição de 20-IX-1871, citado em Mário Santiago, «Analecto Goianense», acima referido, págs. 88 e 89.

(40) *Gil de Metódio Maranhão* — comunicação acima citada.

(41) Certidão extraida do Livro de Óbitos de 1883 a 1887, pág. 156 v., da Paróquia da Catedral de Taubaté, Estado de São Paulo, num obséquio do sr. Gentil de Camargo.

Terminou a vida de um grande lutador, principalmente, das lides jornalísticas e da cultura.

XIV

Existem vidas que o contraste do trágico e do cômico se harmonizam, tornando-as interessantíssimas aos que as seguem, perquirindo os seus caminhos.

É o que, em parte, aconteceu, nas nossas pesquisas, em relação a Francisco Manoel Raposo d'Almeida.

Na sua atribulada vida as conspirações, contra a sua pessoa e os seus desejos, se sucedem: ora são de ordem familiar, ora de caráter político ou, ainda, de âmbito societário.

Assim, não sabemos por quais cargas d'água apodaram-no, nesta então Cidade de Nossa Senhora do Desterro, de *Gambá*, conforme vimos.

Em Santos fôra apelidado de *Barbalonga*.

Mas, não ficou, sòmente, nos apelidos.

A sua vida ultrapassa êsses limites e vai até às raias do tragi-cômico.

Foi, na capital de Pernambuco, no Recife, homem de cultura que era, dedicado ao ensino, como nas outras então Províncias, que tomou vulto.

Ali conheceu-o Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, mais tarde «Imortal» da Academia Brasileira de Letras, e que passou para a literatura pátria, simplesmente, como *Medeiros e Albuquerque*. Êsse homem-de-letras estudara debaixo dos olhares de Raposo d'Almeida, e, assim, o retrata:

«...Era um velho alto, magro, de cara comprida. Usava barba toda, uma barba muito rala, que, mal lhe vestia o rosto pálido, escaveirado. A testa era alta e larga, inteligente. Os olhos pretos tinham, entretanto, uma expressão de humildade, como jamais eu ví igual: olhos súplices, olhos de queixa e mêdo. Vestia uma sobrecasaca muito velha; velhíssimos eram também os punhos, o colarinho, a gravata — tudo a desfiar-se. Tinha, contudo, um quê de homem de boa sociedade; via-se que aquela roupinha surrada estava escrupulosamente escovada, limpinha, direitinha...».

E, conta, dai por diante, a recepção dada ao mesmo no colégio que estudára no Recife, como chefe de disciplina; quais os problemas disciplinares que enfrentou; a sua paixão pelo filho único que desejava ver formado; e, a sua luta para tal intento, transformando a sua existência num rosário de sacrifícios e mortificações.

Conseguiu que o filho — Antônio — concluisse os estudos. Para a festa da diplomação mandou confeccionar umas calças claras, o que causou estranhesa aos que se haviam acostumado a vê-lo de calças pretas.

A perversidade de um péssimo aluno, de um diabrete, salpicando-as de tinta, minutos antes da cerimônia, impedem a sua presença na colação de grau do filho dileto.

É êste o assunto dum bem urdido conto, que se intitula «As calças do Raposo» (42).

Desta forma, mais uma vez, ficou inscrito o nome de Francisco Manoel Raposo d'Almeida no anedotário e, assim, penetrando na literatura brasileira, numa das suas belas páginas.

Aliás, o mesmo autor aproveitou a figura de Raposo d'Almeida para outro delicioso conto (43).

XV

Estas anotações bibliográficas a respeito da obra de Francisco Manoel Raposo d'Almeida são, simplesmente, um retrospecto de variados subsídios, incluidos no desenrolar da síntese biográfica delineada.

1. *Oblação à memória do Sr. Dom Affonso, augusto primogênito de SS. MM. II.* — publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1847, tomo IV, págs. 46 a 49.

2. *Elogio acadêmico do Emo. Sr. Dom Francisco II, Cardeal Patriarca de Lisboa* — publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1847, tomo IV, págs. 198 a 206.

3. *Elogio histórico do Marechal Raimundo José da Cu-*

---

(42) *Medeiros e Albuquerque* — in «Biblioteca Internacional de Obras Célebres», vol. XXIV, págs. 11984 e seguintes.

(43) «O filho do Inspector», in «Antologia Brasileira», de Werneck.

nha Mattos — publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1847, tomo IV, págs. 234 a 240.

4. *Discurso maçônico* — (na posse de dignidades, na Loja Cap.: Firmeza e União, pelo orador da mesma (FMRA), Rio, 1848, Tip. de F. de Paula Brito. O dr. Gil de Metódio Maranhão encontrou esta indicação.

5. *O Monge da Caloura* — romance histórico, publicado em folhetins, no jornal «Nova Gazeta dos Tribunais», Rio de Janeiro, 1848.

6. *Camões* — drama histórico, publicado em Santos, São Paulo, 1851, Tipografia «Imparcial», de F. M. R. d'Almeida. É dedicado ao Exmo. Sr. Dom Pedro II. Da sua feitura di-lo o próprio Autor: «A história da publicação dêste drama é mais dramática do que a sua própria ação. Comecei-o em 1842, na minha querida e saudosa Coimbra, e numa edade, pôsto que já eivada de desgostos, contudo ainda rica de ilusões e esperanças no futuro. Continuei-o em 1843, nos Açores, nessa suspirada terra natal, e no erimitério da Caloura, onde gozei breves horas de pacífica solidão: — concluí-o em 1844, no meu destêrro da Madeira, e quando eu já então via desfolharem-se uma a uma tôdas as minhas ilusões da vida política, e desvanecerem-se tôdas as minhas esperanças no futuro». (...) «Só agora, ao cabo de sete anos, cá tão longe da querida terra da pátria»: era publicado. Essa obra foi traduzida para o francês. São cinco atos, num total de vinte e sete cenas. Possue, em apêndice, muitas e interessantes notas elucidativas da vida do grande épico da Raça — Luís Vaz de Camões. Esta raríssima obra encontra-se na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, onde a consultamos. O dr. Gil Maranhão refere-se, também, a uma «Leitura Acadêmica de Camões», impressa no Rio de Janeiro, na Tip. Clássica. Será, talvez, uma outra edição ampliada?

7. *Folhas de um album* — Santos, 1851, na mesma Tipografia Imparcial. Não conseguimos maiores referências.

8. *Impressões de viagem* — Santos, 1851. O dr. Gil Maranhão registra como «Viagem à Província de São Paulo». Publicadas, parceladamente, nos jornais «Ipiranga», «Nacional» e «Mercantil» (nêste nas fases da Santos e São Paulo; nos números de Santos: 77, 78, 80 e 97, e de São Paulo: 19, 21, 22, 23, e 24). Não há notícia de terem sido, essas crônicas, enfeixadas em volume.

9. *O Monge da Serra d'Ossa* — romance histórico e drama.

Saiu publicado em folhetim, no «Mercantil», números: 25, 26, 31, 33, 38, 39 e 41. Publicado, em seguida, em volume, editado na Tipografia Imparcial, 1851. São duzentas páginas, contendo introdução, juizo crítico sôbre o drama e o autor. Na inauguração do Teatro da hoje Cidade de São José, nesta Terra Catarinense, a 21-VI-1856, há referência à representação de uma peça teatral dêsse nome. Será a mesma? Deve-se notar que Francisco Manoel Raposo d'Almeida, ainda, não estivera em Santa Catarina.

10. *Memória do método mnemônico de ler, escrever e contar* — sem local de impressão, 1856, com doze páginas de texto.

11. *Origem do Colégio Pedro II* — publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1856, tomo XIX, págs. 538 e seguintes.

12. *A guarda dos domingos* — estudos filosófico-religiosos, sem indicação de local de impressão, 1856, com doze páginas de texto.

13. *Discurso inaugural da cadeira de História Universal do Seminário Arquiepiscopal da Bahia* — pronunciado a 13-IV-1863. Foi impresso na Tip. de O. França Guerra, Salvador, 1863.

14. *Biografia do Arcebispo Marquês de Santa Cruz* — Bahia, 1863, Tip. de Camillo de Lellis Masson & Cia., rua de Santa Barbara n.º 2. São cinqüenta e cinco páginas. É dedicada ao Episcopado Brasileiro e aos familiares do biografado. Foi lida, primeiramente, no Instituto Histôrico da Bahia.

15. *Biografia de D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá* — Bahia, 1864. Impresso na tipografia do precedente. São cinqüenta e seis páginas. Dedicada ao Arcebispo da Bahia, Dom Manoel Joaquim da Silveira, que lhe faz o prólogo. Foi, também, lida no Instituto Histórico da Bahia.

16. *Noções de Geografia do Brasil, adaptadas às escolas primárias* — 1866, sem indicação de local e impressão e outras mais.

17. *Elementos de História Universal* — 1867. Sem mais indicações.

18. *Elementos de Gramática Portuguêsa, segundo um sis-*

tema mnemônico — 1867. Também, sôbre esta obra, não possuimos maiores indicações.

19. *Breve memória sôbre o método mais fácil de investigar, colecionar e organizar os materiais de história* — lida no Instituto Arqueológico Pernambucano e publicada na sua Revista, tomo I, páginas 449 a 456. O Prof. Dr. José Honório Rodrigues, in «A pesquisa histórica no Brasil», ed. do Instituto Nacional do Livro, 1952, refere-se a ela encomiàsticamente.

20. *Discurso de Introdução à História da Igreja Pernambucana* — memória lida, na sessão de 1.º-IV-1867, no Instituto Arqueológico Pernambucano e publicada na Revista do mesmo Instituto, n.º 13, Outubro de 1867 (informação do sr. Gabriel J. da Costa, do Recife).

21. *Catálogo dos Bispos de Pernambuco* — lido, também, no Instituto acima mencionado.

22. *Memória histórica, topográfica e crítica do Forte de S. Jorge* — idem.

23. *Memória sôbre o estabelecimento, permanência e extinção dos jesuitas em Pernambuco* — idem.

24. — *Memória sôbre a autenticidade do Monte das Tabocas* — idem.

25. *Memoria sôbre a fundação do recolhimento da Gloria* — idem.

26. *Relatorio dos trabalhos históricos e arqueológicos* — lido no Instituto Arqueológico de Goiana, a 29-IX-1871, e publicado, primeiramente, no «Jornal do Recife», a 27-X-1871, e posteriormente na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, 1891, n.º 40, págs. 99 a 110.

27. *Biografia histórica e crítica do ilustre potiguar Antônio Felipe Camarão* — lida no Instituto de Goiana e referida em noticiário do «Jornal do Recife», de 24-VIII-1871.

28. *Biografia do Cônego Francisco José Tavares da Gama* — lida no Instituto de Goiana, a 5-VIII-1871, e impressa. Foi esta biografia noticiada, também, no «Jornal do Recife», de 20-IX-1871.

29. *História Eclesiástica do Brasil* — inédito referido por João Franklin da Silveira Távora, no «Elogio dos sócios falecidos», atrás referido.

30. *Martim de Freitas* — drama histórico, referido por Costa e Silva Sobrinho, no trabalho citado no curso do presente estudo.

31. *Notícia biográfica de José Soares de Azevedo* — precedendo as «Poesias seletas», do biografado, Recife, 1879. A data — 1879 — parece-nos êrro de cópia do nosso informante, a não ser que, a publicação referida, seja posterior à saída de Raposo d'Almeida do Recife.

XVI

Nada mais caracteriza Francisco Manoel Raposo d'Almeida que a sua constante atividade jornalística.

Na sua peregrinação pelas brasileiras terras colaborou, redatoriou ou dirigiu os seguintes jornais:

1. *Nova Gazeta dos Tribunais* — Rio de Janeiro, 1.ª fase, 1849-1848.

2. *O Mercantil* — Santos e São Paulo. Dêle já dissemos alguma coisa no corpo do presente trabalho. Era impresso na Tip. «Imparcial», de propriedade do mesmo Raposo d'Almeida e «que se compunha de dois prelos, um de ferro e estanho e outro de pau, com todos os seus pertences, como tipos, caixas, emblemas», esclarece-nos Costa e Silva Sob.°, no trabalho citado em outro lugar dêste esbôço. Circulou, aproximadamente, dois anos (1850-1852).

3. *A Semana* — Rio de Janeiro. «Jornal literário, científico e noticioso». 1855. Nêle colaborou Raposo d'Almeica e ali se encontram trabalhos assinados por sua pena.

4. *A Tribuna Católica* — Rio de Janeiro, 1857. Órgão do Instituto Episcopal Brasileiro, do qual era Secretário.

5. *O Brasil* — «jornal católico, literário e noticioso», do qual era director. Rio de Janeiro, 1857. Impresso na Tipografia Americana de José S. do Pinho. Dêle há exemplares na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

6. *O Cruzeiro do Sul* — Destêrro, hoje Florianópolis. Seu primeiro número saiu a 11 de Março de 1858. Era bi-semanário, impresso na Tipografia Catarinense, de Germano A. Maria Avelim e editado por Francisco Vicente Ávila. A redação estava situada no «Largo do

Quartel», o velho «Campo do Manejo», hoje Praça General Osório, n.º 41. Aí, Raposo d'Almeida, iniciou-se na Imprensa Catarinense.

7. *O Cruzeiro* — Destêrro. Sob a exclusiva direção e responsabilidade de Raposo d'Almeida surgiu a 26 de Fevereiro de 1860 e viveu até Outubro daquêle ano. Um dos jornais daquela época que se editava na Capital Catarinense, a antiga Cidade do Destêrro, «O Progressista», assim anunciou o fim da sua circulação: «O Sr. F. M. Raposo d'Almeida foi despedido pela intitulada *Botica* do cargo de redator em chefe do Partido; em consequência do que morreu o «Cruzeiro».

8. *A Estrella* — Destêrro. Com êste «jornal literário, político e noticioso», Raposo d'Almeida, voltou às lides do periodismo catarinense. Surgiu êle a 6 de Maio de 1861 e durou até 31 de Outubro do mesmo ano.

9, *O Mercantil de Santa Catharina* — Destêrro. Substituiu o precedente. A sua primeira edição é de 4 de Janeiro de 1862. Raposo d'Almeida dirigiu-o até 1.º de Março, quando passou-o ao dr. Joaquim Augusto do Livramento, que continuou a sua publicação. Era bi-semanário.

10. *Brasil Catolico* — Salvador, Bahia. Viveu êste jornal de 1860 a 1863. Só nêste último ano é que Raposo d'Almeida colaborou nêle.

11. *Oriente* — O seu primeiro número saiu a 8 de Julho de 1866 e o último (n.º 47) a 20 de Maio de 1867. Tinha por finalidade «considerar o Brazil na sua política, na sua literatura, e em todos os interesses morais e materiais em relação ao catolicismo». Foi o primeiro jornal impresso e publicado em Goiana: dados que nos foram fornecidos pelo dr. Gil Maranhão. Os seus doze primeiros números foram ofertados, pela sua Redação, à Biblioteca do Instituto Arqueológico Pernambucano.

12. *O Mercantil* — Recife. O seu 1.º número data de 3 de Julho de 1867 e o último (n.º 17) é de 14 de Outubro do mesmo ano. Impresso na Tipografia Nacional.

13. *O Mercantil* — Goiana. Tipografia Comercial. Existiu de 1870 até a metade de 1871.

14. *Liberal* — A respeito dêste periódico pouquíssimo conseguimos. Pelo apurado, foi dirigido por seu filho, Antônio Raposo

d'Almeida, em 1880, apesar de Franklin Távora o dar como redatoriado por F. M. Raposo d'Almeida.

15. *Americano* — Apesar de Franklin Távora citar, no «Elogio dos sócios falecidos», êste jornal, como de fundação de F. M. Raposo d'Almeida, sabemo-lo dirigido por seu filho, Antônio.

16. *Gazeta do Paraiso* — idem.

17. *Jornal de Taubaté* — 1883. Idem.

18. *Jornal de Pouso Alegre* — dêste nada encontramos que falasse sôbre a sua existência, apesar de, tambem, citado por Franklin Távora.

E, como vemos, não foi pequena a semeadura de jornais realizada por Francisco Manoel Raposo d'Almeida, pelas terras que peregrinou.

Provou, assim, que o jornalismo foi o seu grande pendor, a sua grande paixão, e, também, onde as suas qualidades intelectuais se expandiram melhor.

Entretanto, a sua bibliografia mostra que era, acima de tudo, um estudioso, principalmente, da História.

Dai o nosso interêsse em divulgar esta resenha bio-bibliográfica, urdida, pacientemente, desde 1949, quando fomos impulsionado para o estudo desta figura singular do nosso jornalismo, que os Açôres nos legou e que, por ser estranjeiro, não figura na nossa Literatura, e, por sua vez, também, é desconhecido dos seus compatriotas, por haver dedicado, ao Brasil, a sua existência.

XVII

O que se apresenta, a seguir, são alguns traços particulares de Raposo d'Almeida (Francisco Manoel) e de sua família.

Era Raposo d'Almeida, de acôrdo com os depoimentos existentes — e que nos foram transmitidos — um homem dedicado. Não possuia vícios. «Tinha mêdo de tempestades».

Foi casado com D. Maria Teresa Salgado que «era muito econômica e muito senhora de si», e, por isto, «desentendeu-se com o marido, que dela se separou». Era ela, também, analfabeta e «dizia ter o bastante para que lessem por ela».

Assim, de acôrdo com o colhido na «Genealogia Paulistana», de

Luís Gonzaga da Silva Leme (vols. I, 482 e VIII, 57) e noutras fontes, damos a sua descendência.

Como vimos foi casado com D. Maria Teresa Salgado, natural de Pindamonhangaba — São Paulo, filha do Ajudante Antônio Moreira de Souza e Almeida e de D. Maria Correa Salgado; neta paterna do Tenente José Francisco de Almeida e de D. Ana Maria da Conceição; neta materna de Antônio da Silva Salgado e de D. Maria Correa (esta filha do Alferes Inácio Correa da Silva e de D. Quitéria da Silva).

(Silva Leme — «Genealogia Paulistana», 8.° vol., Título «Dias»). Francisco Manoel e D. Maria Teresa tiveram:

1. *Cel. Antônio Raposo d'Almeida* — nascido, em Pindamonhangaba, a 22 de Agôsto de 1854. Jornalista. Deputado estadual, em Minas Gerais (1888), e advogado em Santos. De sua autoria encontramos «Os Campos de Jordão na história e na lenda» (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XVIII, 1913). Foi casado duas vêzes. A primeira com *D. Maria Anélia de Noronha*, falecida a 1.° de Julho de 1878, e havendo dêste consórcio uma filha, falecida em tenra idade. A segunda vez casou-se com *D. Elvira Nogueira de Sá*, nascida, em Pindamonhangaba, a 5 de Setembro de 1864 e falecida, em São Paulo, a 2 de Novembro de 1911, filha de Antônio Joaquim Nogueira de Sá e de D. Maria Inácia de Noronha; np. de José Inácio Nogueira de Sá e de D. Teresa Joaquina de Oliveira; nm. do Major Joaquim Carlos de Noronha e de D. Antônia Joaquina de Magalhães (Silva Leme — «Genealogia Paulistana», 6.° vol., Título «Bicudos»). Com a seguinte geração:

2.1. *Maria Inácia de Noronha Raposo*, falecida, solteira, a 27-XII-1897.

2.2. *Francisco Manoel Raposo d'Almeida*, bacharel em direito, advogado em Santos. Nascido a 15-III-1882 e falecido a 2-III-1911. Foi casado na família *Proost Rodovalho*, tendo dois filhos.

2.3. *Antonio Raposo d'Almeida, Filho*, advogado em Santos; nascido a 7-III-1884.

2.4. *Jeny de Noronha Raposo* foi casada com Djalma de Magalhães.

2.5. *Elvira de Noronha Raposo Pinto* c. c. *Américo do*

Amaral Pinto, filho do Tte. Cel. José Jacinto do Amaral Pinto e de D. Maria Hipólita de Oliveira; np. de António José do Amaral e de D. Sabina da Silveira (filha esta do Alferes José Desidério Pinto); nm. de Adão Rodrigues Pereira e de D. Mariana de Oliveira Mattosinhos (Silva Leme — «Genealogia Paulistana», 1.º vol., Título «Buenos de Ribeira»).

2.6. *Etelvina de Noronha Raposo*, irmã vicentina.
2.7. *Oswaldo Raposo de Almeida*, médico.
2.8. *Guilherme Raposo de Almeida.*
2.9. *Manoel Raposo de Almeida*, advogado.
2.10. *Aníbal*, falecido em tenra idade.
2.11. *Alzira*, idem.
2.12. *Maria Benedita*, idem.
2.13. *José*, idem.

E, fazemos ponto final.

Dr. Luís da Silva Ribeiro

(1882 - 1955)

Justamente quando ia compor-se na tipografia o artigo que se segue, ocorreu inesperadamente o falecimento do seu autor, o Dr. Luís da Silva Ribeiro, no dia 25 de Fevereiro de 1955, causando a mais profunda consternação não só entre os seus amigos e consócios do Instituto Histórico da Ilha Terceira, mas na população da nossa ilha, onde ele nasceu e onde desenvolveu durante meio século a sua prodigiosa actividade espalhada por vários sectores, todos eles de utilidade imediata para esta terra.

Advogado que amava e respeitava ao extremo a sua profissão, chefe da secretaria da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para quem as leis administrativas não tinham segredos e cuja ponderação e bom senso eram guia seguro para aqueles que sucessivamente foram administrando o município, professor durante alguns anos no Liceu de Angra, ainda hoje lembrado pelo seu profundo saber e pela sua sábia orientação, pelos seus antigos alunos, o Dr. Luís Ribeiro, embora fraco de corpo, ainda tinha tempo para se dedicar ao estudo da etnografia do povo açoriano e em especial da Ilha Terceira.

Tendo concebido há muito a ideia da fundação de um instituto que trabalhasse os materiais acumulados sobre a história maravilhosa e épica da nossa Ilha, viu essa ideia finalmente realizada em 1942 com a criação do Instituto Histórico sob o patrocínio da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo.

Eleito, por direito, presidente do Instituto, a sua actividade

fica plenamente demonstrada nos doze volumes do Boletim que desde então tem sido publicados com absoluta regularidade e em cuja matéria avulta a sua preciosa colaboração. Este mesmo volume, o 13.º, deixou-o ele já plenamente organizado e o volume seguinte, que por voto do Instituto emitido logo após o seu falecimento, será inteiramente consagrado à sua memória, conterá ainda valiosos inéditos seus.

Nesse volume será dado justo relevo àquele que foi o fundador, o guia e o impulsionador infatigável do Instituto Histórico, mas era impossível deixar desde já de consagrar estas breves linhas de profunda saudade à memória do amigo, do consócio, do homem de carácter inquebrantável que tanto honrou a Terceira, os Açores e o País.

J. A.

Indústrias terceirenses de carácter artístico e sua valorização

(INQUÉRITO)

Pelo Dr. LUIS DA SILVA RIBEIRO

Quando era Presidente da Junta Geral Autónoma do Distrito o meu amigo sr. Dr. Cândido Pamplona Forjaz, sócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira, sugeriu-me ele a ideia de se fazer um inquérito às indústrias populares terceirenses de carácter artístico e modo de as valorizar, tanto estética como econòmicamente. Seduziu-me o alvitre e logo comecei a tratar do assunto.

Em sessão do Instituto de 2 de Setembro de 1944 apresentei as minhas conclusões que foram aceitas.

O modo como procedi, os resultados a que cheguei, a documentação gráfica reunida a expensas do Instituto, constam da presente exposição agora publicada em cumprimento da deliberação de 7 de Junho do ano findo.

*

«A arte rústica, escreveu o Prof. Vergilio Correia (1), vai indubi-

(1) *Terra Portuguesa*, I-84,

tavelmente caminhando para o seu fim. As hodiernas condições, em lugar de favorecerem o seu incremento, são a principal causa da sua desaparição».

Efectivamente, a indústria fabril, barateando e multiplicando os produtos da arte rústica, faz-lhe uma concorrência invencível, e milagre é como ainda se mantém nalguns meios rurais, no entanto com vida difícil e apagada.

Resultado da criação individual, até muitas vezes de artistas cultos de remotas épocas, porque, ao contrário daquilo que durante muito tempo se imaginou, o povo colectivamente nada cria, apenas adota, modifica e transmite (2), a arte popular existe bem caracterizada, e, sob diversos aspectos, devemos considerá-la importante manifestação estética, digna de ser conservada e alentada com adequadas e eficazes medidas de protecção.

Há na indústria popular manufactureira alguma cousa de profundamente humano inegualável, por nada suprível.

«E' possivel, diz Ruskin nas *Sete Lampadas da Arquitectura*, aos homens transformarem-se em máquinas e elevar o seu trabalho ao nível do da máquina; mas quando trabalham como homens e põem o coração naquilo que fazem, desde que o façam o melhor que podem, pouco importa sejam maus artífices; haverá na factura alguma cousa inestimável; nela se verá claramente certos lugares onde se esmeraram e outros onde se descuidaram; mas o efeito de conjunto comparado ao produzido pela máquina ou por um mecânico, será semelhante ao de uma poesia bem lida e profundamente sentida ou recitada por um papagaio» (3).

Por tais motivos, em toda a parte, tanto no nosso país como fora dele, se procura valorizar e fortalecer algumas indústrias populares de carácter artístico.

Para isso é, porém, indispensável transformá-las sem lhes fazer perder a feição própria. Devem passar a ser indústrias de luxo, cujos

---

(2) Myron Malkiel Jirmounsky. *L'art populair existe-t'il ?* na *Variantes*, N.º 1, pág. 5; R. Menendez Pidal. *El romancero. Teorias y investigaciones*. Madrid, s/d, pág. 7.

(3) Apud Robert de La Sizeranne. *Ruskin et la religion de la beauté*. Paris, 1904, pág. 43.

produtos se adaptem a usos diferentes daqueles a que foram primeiro destinados.

Nos Açores e designadamente na Terceira, muitas são, desde os recuados tempos do povoamento, as indústrias populares artísticas.

Estudos recentes mostram o povo do arquipélago, ao contrário do que se supunha (4), possuidor de raro talento artístico e acentuado instinto de perfeição. De ilha para ilha variam as manifestações de tais faculdades, mas em todas se revelam com igual abundância e evidência.

No Faial, por exemplo, há os maravilhosos trabalhos de miolo de figueira, prodígios de delicadeza e paciência, rendas, bordados a palha (5); em São Jorge, Graciosa e Pico belos chavões de bôlos, dôces e biscoitos de artística e variada forma; em São Miguel as *lapinhas*, os embrechados, esgrapitos, obras de vime, os quadros do Senhor Santo Cristo copiosamente ornamentados, flores artificiais, dôces (6); em Santa Maria olarias (7); etc.

Na Terceira encontram-se lindas cangas de bois com lavores, pinturas de bandeiras e *impérios* do Espírito Santo, rendas, tecidos, bordados, mobiliário, flores artificiais, dôces com forma artística, e quando se comparam os produtos dessa actividade do nosso povo com os semelhantes do continente e até de países mais adiantados, é forçoso reconhecer que os nossos bem suportam o confronto e, em certos casos, lhes levam vantagem.

O modo como se operou o povoamento dos Açores obrigou a assegurar, desde logo, a produção no arquipélago do maior número possível de utilidades para satisfação das mais importantes necessidades humanas.

Situadas as ilhas em pleno Atlântico, distantes dos continentes, com comunicações irregulares, morosas e reduzidas, os seus habitan-

---

(4) Arruda Furtado. *Materiais para o estudo antropológico do povo dos Açores*. Ponta Delgada, 1888.

(5) Júlio de Castilho. *As Ilhas Occidentaes do Archipelago dos Açores*. Lisboa. (Biblioteca do Povo e das Escolas. D. Corazzi, editor).

(6) Luís Bernardo Leite de Athaide. *Etnografia Artística*. Ponta Delgada, 1918.

(7) *Album Açoriano*, pág 292.

tes tiveram de procurar bastar-se a si próprios. A bem dizer, só metais e outras substâncias de origem mineral tinham de vir de fora, ainda assim para serem transformadas pela indústria local, cedo elevada, em todos os ramos, a apreciável gráu de perfeição.

Em antigos documentos encontram-se referências a ferreiros, oleiros, curtidores, tecedeiras, calafates, pedreiros, carpinteiros, latoeiros, sombreireiros, ensambladores, a todas as artes e ofícios mecânicos, do continente, e a sua habilidade e competência bem se infere da menção das obras produzidas, feita nas taxas e regimentos elaborados pelas Câmaras.

No século XVI há notícia de pintores que não seriam apenas de portas e janelas, pois um deles deu o nome a uma rua da cidade de Angra e outro, Pedro Antão, fez o retrato do rei D. António, que lhe concedeu o hábito de Cristo (8). Muitas pinturas de retábulos de velhas igrejas da ilha, com quanto não sejam obras primas, também não são trabalho de simples curiosos, e os restos dos frescos da paroquial de São Sebastião revelam técnica bastante perfeita.

As obras de canteiro da mesma igreja, para mais executadas na dura pedra terceirense, como a de outras e de casas particulares de habitação, supõem a existência de ótimos operários, até hoje confirmada pelos lavores de alguns dos modernos Impérios do Espírito Santo espalhados por toda a ilha, demonstrando não estar perdida a tradição.

As capelas da maioria das igrejas ostentam riquíssima obra de talha.

Frutuoso, em fins do século XVI, informa haverem na cidade 40 tendas de ferreiro e serralheiro, 62 de carpinteiro de caixaria, 60 de sapateiro, 300 pedreiros e 50 carpinteiros da Ribeira.

Dos registos da Câmara Municipal consta existirem em 1704, treze ourives de ouro e prata, Manuel Dinis Cardoso, Bernardo de Sousa, Pedro Machado, Joseph de Sousa, Luís da Costa, Domingos de Sousa, Manuel Cardoso de Lima, Manuel Cardoso de Sousa, António da Cunha, Bento de Sousa Machado, Agostinho Lopes de Azevedo, Manuel de Lima da Costa, cujas marcas foram registadas. O exercício

(8) Ferreira Drumond. *Annaes da Ilha Terceira*, vol. I. Angra do Heroísmo, 1850, pág. 63.

da profissão estava regulado pelo Regimento de 13 de Julho de 1704, feito em harmonia com o Regimento Real de 4 de Agosto de 1688.

Pelo menos um escultor houve em fins do século XVI, residente na freguesia de Santa Bárbara, segundo informa Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*.

A par da arte culta desenvolveu-se a arte rústica tradicional sem influência directa daquela, mas cheia de encanto e beleza.

E' esta arte rústica, tradicional e popular, que cumpre não perder de vista para melhorá-la e valorizá-la, tanto estética como econòmicamente.

Elementos decorativos

Os elementos decorativos que o povo terceirense emprega são idênticos aos da arte rústica continental e europeia.

«Existe de facto uma arte popular europeia como, de modo geral, se pode dizer que existe uma arte popular africana, asiática e americana, todas diferentes a-pesar-de aparentadas», escreveu o Prof. Vergílio Correia (9).

Como justamente observa o sr. Armando de Lucena (10), «a natureza deu a todos os viventes que pensam o mesmo alfabeto de símbolos decorativos, cuja evolução se realiza quase paralelamente em todos os pontos da terra».

Assim se explicam muitas semelhanças.

Os elementos decorativos populares podem agrupar ou classificar-se por diferentes modos, mas seguirei, com pequenas modificações, a classificação de Armando de Matos (11) por parecer a mais ajustada ao caso presente: — Elementos decorativos simbólicos e não simbólicos, dos primeiros uns empregados conscientemente por estar viva no espírito do povo a sua significação, outros mortos constituíndo simples ornato. Os elementos não simbólicos são figurados ou

---

(9) *Terra Portuguesa*, I-81.
(10) *Arte Popular*, vol. I. Lisboa, 1942, pág. 16.
(11) *A Arte dos jugos e cangas do Douro Litoral*. Porto. 1942.

meramente geométricos e destes rectilíneos, curvilíneos, mixtos, lineares e poligonais.

Elementos simbólicos vivos ou conscientes temos a cruz, símbolo apotropaico destinado a afugentar os demónios e espíritos malignos, a livrar do quebranto e mau olhado, afectando diferentes formas, — cruz latina, grega, de Malta, de Santo André, ora isolada, ora implantada no vértice dum triângulo isosceles representação do Calvário ou da Santíssima Trindade.

As cruzes das Ordens Militares de Cristo, Avis, Santiago, só moderna e muito raramente aparecem e, por isso, não podem considerar-se elemento decorativo popular tradicional.

O sino-saimão (signo de Salomão), estrela de cinco pontas, a pentalfa pitagórica, tem significação análoga à da cruz, e é, com esta, o símbolo mais vivo no espírito do povo.

Afecta diversas formas, dois triângulos sobrepostos, ou abreviados e às vezes inscrito numa circunferência ou associado a outros elementos decorativos.

A pomba, como símbolo do Espírito Santo, a maior devoção do povo das ilhas, só ou associada à corôa imperial fechada, com idêntica função, volante, pousada, com um ramo no bico e às vezes uma carta, neste caso com intenção amorosa.

Prodigaliza-se tanto na arte rústica açoriana que bem se pode considerar elemento característico (12).

O coração, símbolo amoroso, frequentíssimo na arte do continente (13), antigo segundo Leite de Vasconcelos (14), relativamente recente, segundo Vergílio Correia (15), que atribui a sua difusão a influência religiosa cristã.

No cancioneiro são inúmeras as referências ao coração e algumas mostram flagrante afinidade com as formas usadas pela arte popular.

---

(12) *Miscelania de Estudos à Memória de Cláudio Basto.* Porto.

(13) Leite de Vasconcelos. *De terra em terra*, vol. II. Lisboa, 1927, pág. 142; Vergílio Correia. *Etnografia Artística.* Barcelos, 1937; Luís Chaves. *Filigranas.* Lisboa s/d; Armando Matos, ob. citada.

(14) *Ensaios Etnográficos.*

(15) *Terra Portuguesa*, I-82.

Nos símbolos mortos ou inconscientes entram a rosacea quadrifólia e sexifólia, às vezes com os raios estilizados, em folha de acácia, raramente o suástica de raios curvos, a meia-lua, a lança de Longinos ou Longuinhos que também poderá ser uma estilização da árvore da vida ou de Jezé (16).

Ornatos não simbólicos há figuras animais, que exceptuando a pomba, quase só aparecem em antigos bordados, ou na cerâmica moderna; figuras vegetais, a mais copiosa fonte decorativa a par dos ornatos geométricos, compreendendo folhas de vinha, acácia, palmas, plumas, flores cruciferas, campanuladas, fuchsias (brincos de princesa), pequenos gira-sois, e hoje rosas; frutas nos bordados, espigas de trigo e cachos de uvas não como símbolos eucarísticos, mas ligados aos bodos do Espírito Santo; flores de liz, ornato predilecto dos ferreiros e serralheiros; vasos de flores mais ou menos estilizados, cónicos rectangulares, albarradas e vasos gregos.

Para notar é que algumas estilizações mais parecem resultar de erro de visão anormal do artista, que do propósito de estilizar.

Simplesmente geométricos rectilíneos aparecem, espinhas, rectículos, gregas, linhas quebradas, paralelas, e em cruz; curvilíneos, ondas circunferências inscritas umas nas outras, tangentes e secantes, ss convergentes, trilóbulos, quadrilóbulos; linhas mixtas, aliás muito raramente; poligonais, quadrados, trapézios, triângulos inscritos uns nos outros, ornato que Vergílio Correia considera muito antigo (17), rectângulos pentágonos, hexágonos, polígonos estrelados de cinco, seis e oito pontas inscritos ou não em círculos, e losangos muito generalizados na arte popular micaelense, que o sr. Dr. Luís Bernardo Leite de Athaide, sufragando-se num parecer de José de Figueiredo, atribui a influência flamenga (18), e D. Sebastião Pessanha diz terem raízes seculares na Península (19).

Modernamente nas cangas lavradas aparecem armas reais portuguesas, e na cerâmica tipos e paisagens regionais.

---

(16) Armando Matos, ob. citada; Aarão de Lacerda. *O Fenómeno religioso e a simbólica*. Porto, 1924.

(17) *Terra Portuguesa*, I-82.

(18) *Ermidas Micaelenses*. Ponta Delgada, pág. 41.

(19) *Terra Portuguesa*, I-82.

Características da arte popular terceirense

A propósito da arte popular portuguesa diz o sr. Dr. Luís de Pina ([20]): — «No que respeita à pintura e escultura, elas se caracterizam por uma natural simplicidade de motivos, pela antiguidade remotíssima de muitos destes, pela impregnação de elementos afectivos, pela ingenuidade extrema de inúmeras manifestações estéticas e, sobre tudo, por uma originalidade ainda muito independente que convém não adulterar nem desprezar».

De modo geral, acrescenta o mesmo autor, «há na arte popular portuguesa motivos próprios peculiares... há motivos que se repetem com amor, com carinhosa atenção: assim o coração, a cruz, o sino-saimão, a âncora, para não falar no culto dado à flora e à fauna, isto é, à natureza; flores, folhas, animais de toda a sorte, aparecem nas obras populares de arte às vezes profusamente.

Como todas as manifestações da vida popular açoriana, a arte rústica terceirense tem origem portuguesa e o que se passa na ilha é sensivelmente o mesmo que se encontra no continente, sendo de notar a pequena influência que, aliás como no cancioneiro, nela exerce o meio insular. Não se topam, pelo menos em número apreciável, elementos decorativos a ele atribuíveis. Nenhuns lhe fornece o mar como seria natural, e parece, como sucede noutras ilhas, mostrar-lhe o povo certa indiferença.

Contudo o meio actua no artista.

A solidão, o insularismo activa o engenho criador ([21]), e o ambiente, como sentiu Raul Brandão ([22]), faz perder às cousas importância e relêvo. Dobrado sobre si mesmo, escreve Vitorino Nemésio, o ilhéu tem de ser inventivo, suprir o seu racionamento filho da solidão geográfica por uma vasta virtualidade de que dota as cousas, especializando, por assim dizer, o que é particular num exercício geral, o que é privativo duma função em várias funções convisinhas.

Depois o isolamento conserva puras formas e tradições perdidas ou adulteradas noutros lugares. Evolucionam sem dúvida, mas ficam no fundo sempre as mesmas sem mistura de estranhos elementos.

([20]) *Arte do Povo Português*, na *Vida e Arte do Povo Português*, pág. 69.
([21]) Vitorino Nemésio na *Revista de Portugal*, VI-246.
([22]) *Ilhas Desconhecidas*. Lisboa s/d.

O artista popular terceirense cria novas combinações, transforma, adapta incessantemente os elementos artísticos legados pela tradição, mantem a técnica rotineira que outros lhe ensinaram, e foi transmitida de geração em geração; mas tira dessa técnica todo o partido e sujeita-a às suas constantes necessidades estéticas sempre variadas e sempre renovadas. Como perde um pouco o aspecto de conjunto, compraz-se nas minúcias e exarceba o sentido da perfeição.

Na sua obra há assim três pontos capitais a considerar: — o arcaísmo dos motivos ornamentais e dos processos técnicos; o modernismo das combinações sempre variadas, de tais elementos; a perfeição do trabalho.

Ainda sob o aspecto formal há a paixão pela cor viva e berrante, a perdilecção por certos símbolos — o sino-saimão, a cruz, a rosacea, o coração, como no continente, — e com acentuada feição regional a pomba e a coroa.

Mercê do isolamento as festas do Espírito Santo, outrora generalisadas por todo o país, onde há muito desapareceram, manteem-se vivazes nos Açores e são as mais importantes e queridas do povo do arquipélago, que leva o ano inteiro a prepara-las. Paga as quotas da irmandade, contribui com dádivas nos peditórios, cuida das rezes a serem abatidas nos bôdos, compra vinho e trigo, conserva-o nos graneis e manda-o moer, etc.

Constituem permanente preocupação de muitos e a todos mais ou menos tocam.

Ao mesmo tempo o sentimento religioso, a fé na protecção do Espírito Santo a seus olhos divindade um tanto à parte e não a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, que se implora a todo o momento, fazem-no sempre presente na alma do povo. Daí recordar na sua arte os símbolos do Paráclito.

Estilisadas por variados modos, a coroa e a pomba podem considerar-se elementos decorativos caracteristicos que individualisam a arte rústica da Ilha Terceira e lhe imprimem cunho inconfundivel.

Assim integrada na arte popular portuguesa, constitui modalidade original desta e a sua originalidade deve orientar tudo quanto se faça para a valorisar.

Tecelagem

Pela sua antiguidade, pelo seu carácter artístico, abundancia de decorações, policromia e técnica, a tecelagem é a primeira das indústrias populares terceirenses e com razão, referindo-se a S. Miguel, o sr. Dr. Luís Bernardo de Athaide, julga ser a mais susceptivel de futuro desenvolvimento (23).

No século XVI importavam-se em São Miguel, segundo Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*, tecidos de Flandres e, embora não tenhamos noticias directas quanto à Terceira pelo que sabemos, é lícito supor que nela se passava cousa semelhante, pois ambas as ilhas, por causa do pastel, tinham estreitas relações comerciais com flamengos. Ao certo sabe-se é que no século seguinte, pelo menos, vinham tecidos em navios de França (La Rochelle).

Cedo contudo atingiu a tecelagem local notavel perfeição.

Prova-o, por exemplo, a menção feita no testamento de Inez Gonçalves, viuva de Pero de Barcelos em 1534, de cobertas e toalhas de Flandres de fabrico terceirense (24), tão estimadas que, ainda no século XVIII, eram consideradas de luxo, como se infere dos conhecidos versos do poeta Garção: — «Não escreve Lusiadas quem janta em toalhas de Flandres, nem quem estuda em camarins forrados de damasco».

Nos séculos XVII e XVIII, os casais açorianos, idos para o Brasil, levaram-na consigo, e aí prosperou (25).

São vários os tipos de tecidos produzidos, cujos nomes porque são conhecidos ainda hoje, datam de antigos tempos, e alguns figuram no Regulamento da Fabrica dos Panos de 7 de Janeiro de 1690 (26).

De lã há o pano da terra, o três e o meio-três; de linho ou algodão as toalhas lisas ou de olhos, lençois e bragais finos; de estopa os sacos de cereal, as camisolas dos pastores, lençois ordinários

---

(23) *Etnografia artistica.*

(24) *Boletim* do Instituto Histórico da Ilha Terceira, I-30.

(25) General Borges Fortes. *Casais.*

(26) Joseph Roberto Monteiro de Campos Coelho de Sousa. *Collecção de Regimentos Reais*, III, Lisboa, 1785, pág. 309.

pano de colchão, etc., a que noutro lugar já se fez referencia (27). Em São Jorge ao pano da terra chamam *baêta*, como diz uma cantiga registada nos *Cantos Populares* de Teofilo Braga.

O tocador da viola
Precisa duma jaquêta,
Haja quem lhe dê o forro
Que eu lhe darei a baêta.

Na Terceira baêta designa, como no continente (Morais. *Diccionário*) tecido de lã grosseiro e felpudo em regra importado.

Temos também mantas de trapo semelhantes às continentais de Terroso e outras localidades.

O producto artístico por excelência é a colcha urdida em linho ou algodão e tapada a lã. Tecido grosso e duro nele se estadeia enorme variedade de pontos ou *repassos* — de fiampua, lançadeira, negalha, sargeira, casulo, mais usado este porem, nas toalhas, teia-cheia e antigamente pé-trocado, e espelho. É grande a profusão de ornatos e cores.

Como diz o sr. D. Sebastião Pessanha (28) com respeito ao continente, é nas colchas ou cobertas que a tecedeira, podendo dar largas à sua fantazia, variar os motivos, usar diversas cores, matizar com elas bordar com as lançadeiras, demonstra todo o seu talento.

A tecedeira terceirense emprega quase todos os motivos decorativos da arte do povo, e tudo anima com uma policromia abundante por vezes exagerada e berrante, facto, aliás, comum a toda à nossa arte popular que é, no conceito do sr. Prof. Dr. Luís de Pina, sobre tudo ornamental: «É antes de mais nada uma alegoria de cores ou tons vivos, que enche a figuração geométrica dos símbolos» (29).

Nas colchas micaelenses o sr. Dr. Luís Bernardo de Athaide distingue diferentes tipos pelo menos um com predomínio de ornatos geométricos rectilineos formados por pequenos quadrados de diferentes cores, linhas e enxadrezados; outro em que aparecem vários motivos decorativos, embora tradicionais, como cruzes de Malta, triló-

(27) *Açoriana*, I.
(28) *Vida e Arte do povo Português*, 23.
(29) *Arte Popular*, citada.

bulos, etc.; e outro mais moderno onde abundam as linhas curvas, as rosas e outras flores, às vezes evidentemente inspirados em riscos de bordados de jornais de modas (30), tipos que também na Terceira se podem formar.

Recentemente ainda, tecem colchas de algodão branco com ornatos em adamascado.

A substituição do linho pelo algodão é relativamente recente e pode filiar-se na facilidade de adquirir este por preço módico e raridade daquele, que parece sempre ter havido. Cêdo se cultivou o linho na Terceira, como prova o topónimo Vale de Linhares na freguesia de São Bento, que Ferreira Drumond (31) informa ter encontrado em documentos referentes ao tempo do povoamento (fins do século XV). A planta dava-se bem na Ilha, mas diferentes factos deixam perceber que a sua cultura não teria sido das mais intensas.

No século XVI importava-se pano de linho de Lamêgo (32). Posturas municipais de Angra em várias épocas providenciam no sentido de não sair linho da ilha, tanto fiado como em obra e semente, ou oleo de linhaça, e outras obrigam a cultiva-lo.

Assim nas Posturas de 1788 (ms. do Arquivo Municipal de Angra) lê-se: — «Que nenhuma pessoa possa comprar linhaça para extrair para fora da ilha, em quanto não constar ao senado ha tanta abondancia que excede a universal e necessaria cultura, que se deve animar nesta ilha pela utilidade que se lhe segue . . .»

«Que todos os lavradores do distrito desta cidade serão obrigados a semear linhos por utilidade própria e beneficio comũ, tendo as terras que lavrarem capacidade para a dita cultura».

Uma Postura do conselho de Ponta-Delgada (33) mostra que no século XVII iam da Terceira buscar panos a São Miguel, e, falando desta, conta Gaspar Frutuoso (34) que as mulheres ao principio não faziam caso do linho mourisco, em razão do pano do continente se vender muito barato e o linho da terra ser duro e forte, servindo-se

---

(30) *Etnografia artistica*, 57.
(31) *Annaes da Ilha Terceira*, I-44.
(32) *Ineditos da Historia de Portugal*, V-546.
(33) *Arquivo dos Açores*, XIV.
(34) *Saudades da Terra*, ed. do centenário, L. IV, Vol 2.º, pag. 48.

dele para acender o forno. Veio depois o linho galêgo e começaram a fia-lo e a tece-lo.

É possível facto idêntico se ter dado na Terceira.

A tinturaria tradicional empregada nas lãs é de origem vegetal, hoje substituida pela tinturaria química (anilinas) de mais fácil emprêgo.

As substâncias corantes eram raiz de ruivinha, urzela e urzelina ou musgo de parêde, faia, giesta, sanguinho, nogueira, sumagre, erva azêda, castanheiro, pinheiro, tamujo, lírio, fava, cana, amoreira, trigo queimado, chá prêto, anil.

O sr. Dr. Luís Bernardo ([35]) recolheu diversas fórmulas de preparação de tintas em São Miguel. Na Terceira podemos indicar algumas usadas na freguesia dos Altares.

Amarelo (lírio). Ferve-se a flor do lírio durante cerca de quatro horas até a água ficar amarela, côa-se e torna-se a levar ao lume, com pequena porção de pedra hume. Quando está a ferver mete-se a lã no líquido e deixa-se ferver duas horas. Faz-se água de barrela com bastante cinza, côa-se por um pano bem tapado e mete-se na água de barrela a lã depois de retirada da tinta, abafa-se e deixa-se estar fora do lume por espaço de uma hora, tira-se então a lã e lava-se em água limpa.

Para tingir cada libra de lã é preciso um alqueire de flor ([36]).

Vermelho (ruivinha). Pisa-se a raiz da ruivinha muito bem com um martelo e põe-se a ferver, seguindo-se o processo indicado para o lírio menos a barrela.

Castanho avermelhado (urzela). Deita-se a lã em água fria com a urzela e põe-se ao lume. Em quanto se pode aguentar o calor vai-se esfregando à mão a lã com a urzela. Depois de estar a ferver observa-se a tinta e tira-se do lume quando tem a côr que se deseja, porque quanto mais ferve mais escura fica. Não se adiciona pedra hume, nem se usa barrela. Para cada libra de lã é preciso um alqueire de urzela.

Prêto (casca de faia). Deitam-se as cascas de molho durante dois dias findos os quais se fervem umas oito horas, côa-se e põe-se

---

([35]) *Etnografia artistica*, 60 n.

([36]) Libra 450 gramas ; alqueire 13,12.

de novo ao lume. Quando ferve a segunda vez deita-se pedra hume e capa rosa e deixa-se ferver meia hora.

Mete-se depois a lã na tinta e ferve-se duas horas.

Verde sêco (casca de nogueira). Procede-se como com a casca da faia.

Bége (casca de pinheiro). Segue-se o processo da urzela, mas a panela deve ser de lata ou ferro esmaltado.

Verde (rama de urze). Ferve-se a rama da urze durante quatro horas, coa-se, torna-se a por ao lume, e quando está a ferver, mete-se a lã que ferve cerca de uma hora. Para cada libra de lã é preciso um alqueire bem calcado de rama.

Cinzento claro (casca de eucalipto). O mesmo processo.

Cinzento avermelhado (casca de cedro). O mesmo processo da urze.

Amarelo claro (casca de cebola). Ferve-se a casca juntamente com a lã durante duas horas. A porção varia com a cor mais ou menos carregada que se deseja.

Castanho claro (folha de tabaco). Ferve-se a folha de tabaco com a lã, na razão de 250 gramas por libra desta, durante o tempo preciso para tomar a cor que se deseja, pois quanto mais ferve mais escura se torna.

A casca da cebola e a folha do tabaco devem ser sêcas; as outras plantas verdes.

Se a lã tiver levado azeite ao cardar e fiar, é preciso desengordura-la muito bem com água morna e sabão; e mete-la na tinta bem molhada, isto seja qual for a côr que se queira dar-lhe.

Para tingir de azul com anil mete-se a lã de infusão em urina e seca-se depois no forno.

Os corantes, excepto o anil e o pau de campeche, também mas raramente usado, encontram-se todos na ilha.

O sumagre no começo do século XVI vinha de Lamêgo (37). Produzia-se na Terceira, mas nunca devia ter abundado porque uma Postura da Camara de Angra de 1655 proibia manda-lo para fora, proibição repetida noutras Posturas de 1788. Ainda em 1847 se importava (Acta da sessão camararia de 6 de Fevereiro).

(37) *Inéditos*, loc. citado.

Algumas destas tintas são de emprego antigo e generalisado em todo o país.

No Regulamento da Fábrica de Panos, atraz citado, fala-se em ruiva de que havia duas qualidades, a de Flandres mais fina e a de Castela mais ordinária, em sumagre e lírio. Proibia-se o pau Brasil sem ruiva e o pau amarelo, bem como tingir de preto sem ser sobre azul. Havia azul de cinco, sete e nove celestes. Os processos assemelham-se aos da tinturaria popular terceirense.

Hoje em Santo-Amaro, Ilha de São Jorge, empregam como mordente para tingir com anilinas, sumo de laranja azêda ou sal.

Os centros mais importantes de tecelagem foram São João de Deus, nos suburbios da cidade de Angra, São Bartolomeu, Santa Bárbara, Ribeirinha e São Mateus.

Nos fins do século XVIII e começos do XIX há notícia de tecedeiras tanto no campo como na cidade. Em 1814 fizeram registar as suas cartas de ofício na Camara de Angra desoito tecedeiras, e no ano imediato trinta e três. Uma tecedeira da Ribeirinha era escrava de Francisco Vaz Pereira.

Segundo a legislação municipal para se exercitar qualquer ofício mecânico tinha de se fazer exame (Posturas de 1655) comprovativo das suas habilitações; e nas Posturas de 1788 foi isso expresso designadamente com referência à tecelagem: — «Que nenhuma tecedeira ou tecelão uze de seu officio, tecendo para publico, sem ser examinado e approvado, com carta de exame pela Camara, com pena de duzentos e cincoenta reis.» Não havia taxas do ofício.

Hoje tece-se mais ou menos por toda a ilha e a Ribeirinha parece ser a freguesia onde a tecelagem tem maior importancia, revelando-se certo entusiasmo por ela.

As colchas tecem-se na Ribeirinha, Santa Bárbara, Raminho Altares, Cinco Ribeiras, São Bartolomeu, São Mateus, Serrêta, São Sebastião, e em todas as freguesias do concelho da Praia da Vitória. A maior parte é tecida por encomenda, ás vezes da América e do Brasil.

Por exigência comercial, no intuito de baratear o producto, as colchas modernas são mal tapadas a lã, o que bastante prejudica o seu aspecto.

Uma colcha de tipo tradicional, bem urdida e tapada, precisa

quatro libras de lã, libra e meia de algodão para urdir e outra libra e meia para tapar, ou, empregando-se linho, duas libras para urdir e duas para tapar. O tempo gasto no trabalho varia com a dificuldade, em razão dos ornatos e policromia, e com a habilidade da tecedeira, nunca, porem, menos de trinta e seis horas.

É trabalho violento e fatigante.

Também nas ultimas décadas se tecem tapêtes de boa qualidade e aspecto, infelizmente decorados à semelhança dos tapêtes de fabrico mecânico, que abundam nas lojas de fazendas da cidade, sem nada de original e característico, a-pesar-do que parece terem grande aceitação.

No Raminho e Altares ensaiaram o tecido com fio de cabelinho tirado do feto *(dicsonia culcita)*. Oferece lindo aspecto, brilhante e colorido de amarelo ouro, mas, por emquanto, nada se pode ajuizar sobre as suas futuras possibilidades.

É digno de nota que já em fins do século XVI o viajante holandês Linschot lembrava o aproveitamento do cabelinho na tecelagem.

Era igualmente de tentar o tecido com a sumaúma, que se emprega fiada em bordados, com a vantagem sobre o cabelinho do fio poder ser tinto.

Dos tecidos brancos de linho e algodão com cunho artístico há as toalhas de olhos, cujas barras se ornam de bonitos desenhos em relêvo e pontos de casulo, com compridas franjas. São ásperas, encorpadas e de grande duração.

Para melhorar a indústria popular da tecelagem muito se pode e deve fazer.

Sob o aspecto técnico importa restituir às colchas o seu tipo primitivo pelo emprego do linho em vez do algodão e da tinturaria vegetal, que dá ao tecido maior brilho e às cores um tom e fixidez que a tinturaria química não consegue obter; bem como efectuar a tapagem com a devida quantidade de lã, acabando o moderno e detestável tipo comercial.

As colchas, tais como se tecem, pouca venda podem ter fora da ilha ou meios terceirenses de emigrantes no Brasil e América.

Recomendável é, por isso, transforma-las em tapeçarias. Pela sua resistência e pelo seu aspecto prestam-se admiravelmente a tapêtes ou *carpettes*, reposteiros, estofos, para o que basta aligeirar ou não a

espessura do tecido e dar conveniente arranjo à decoração. Também as mantas de trapo, como já foi experimentado, fornecem ótimos estofos de mobília e servem para tapetes, convindo, porém, neste caso, aperfeiçoar o processo de tecelagem para as tornar mais flexíveis.

Quanto ao colorido e à decoração está indicado conservar o mais possível os elementos decorativos tradicionais e a policromia antiga. Como diz o sr. D. Sebastião Pessanha, referindo-se aos tapetes de Arraiolos :—«Para que introduzir desenhos novos se os velhos bordados nos fornecem as mais inspiradas composições, desde as cópias rigorosas dos tapetes persas aos motivos traçados a lapis sobre o canhamaço pelas próprias bordadeiras» (38). E com justa razão lamenta o sr. Dr. Luís de Pina que mal se aproveitem motivos de arte popular e esta se invente muitas vezes com o nome de arte regional (39).

Segundo todas as probabilidades, as colchas são uma sobrevivência, devida ao isolamento insular, de antigos tecidos fabricados no continente trazidos para os Açôres pelos povoadores do século XV, e aí continuam a viver, com todas as suas características tradicionais e originais.

O colorido variado e profuso torna-se às vezes berrante. Combinam-se côres disparatadas que nos chocam e impressionam desagradàvelmente. Por isso deve-se moderar a policromia para evitar tais desvarios.

Tudo, porém, quanto se faça para melhorar as colchas ou adaptá-las a outros usos, deve se-lo com critério e cautela, conservando o mais possível o seu cunho popular e as suas características ornamentais, sem amaneirar. Não quer isto dizer que só se utilizem motivos decorativos tradicionais.

Há na arte popular motivos modernos tão belos e artísticos como aqueles, e se o povo entre tantos que se lhe ofereciam os adoptou e fixou, é porque correspondiam ao seu gosto e satisfaziam as suas necessidades estéticas. Tudo quanto hoje é tradicional e antigo um momento houve em que foi novidade. Creio até lícito transportar para

---

(38) Ob. citada.
(39) *Arte popular* citada.

as colchas ornatos predominantes noutras formas da arte rústica terceirense.

Os tecidos brancos de linho afiguram-se-me também susceptíveis de melhoria e aproveitamento, desde que se procure obter uma fiação mais perfeita, isto é, fio mais fino e melhor calibrado, para o que talvez seja recomendável substituir por outros os velhos processos de fiação com a roca e o fuso. O simples pano de linho fino, crú ou corado, pode ser aproveitado em bordados.

O tecido de cabelinho ou sumaúma merece ser tomado em atenção e ensaiado nas multiplices aplicações de que é susceptível. Não é novidade o emprego em tecidos de fios de diferentes proveniências. Em Manhonce (S. Pedro do Sul), por exemplo, informa o sr. D. Sebastião Pessanha, fabricam um tecido com pêlo de cabra (40).

A indústria da tecelagem, como era natural em presença de iguais necessidades, espalhou-se por todo o arquipélago e em todo ele são semelhantes os productos fabricados, embora, quanto às colchas, se distingam as de umas e outras ilhas. Em São Jorge, por exemplo, pelo menos nas colchas modernas predominam flores e linhas curvas.

Bordados e rendas

A indústria popular dos bordados é, pela sua importância económica, das que mais atenção merecem.

Em 1940 houve quem estimasse em 20.000.000$00 o dinheiro entrado na ilha pelos bordados nela feitos e exportados (41).

A sua existência, tanto na Terceira como noutras ilhas do arquipélago, designadamente Faial e Pico, é antiga, e antiga é tambem a exportação dos seus productos para a América e Brasil (42).

Há 70 ou 80 anos os principais centros terceirenses de actividade industrial foram a Terra-Chã e o Pico da Urze, e exportavam-se

---

(40) *Vida e arte do povo português*, loc. citado.

(41) Manuel Pinto Mariano de Freitas no *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*. Lisboa, 1940, pág. 480.

(42) Julio de Castilho, ob. citada. D. Maria da Ascenção Carvalho, *Industrias caseiras*, no citado livro, pág. 483.

bordados de ponto aberto e cheio, rendas de crivo e de bilro. O estudo comparativo de alguns exemplares de antigos bordados permite reconstituir os tipos tradicionais.

Houve bordados a branco e a côres feitos com *linha de marcar*. Predominava o ponto de cruz, certamente por ser mais fácil; mas outros pontos além desse se usavam, como grilhão, pé de flor, corda, cheio, canutilho, recorte, matiz, cadeia, nós, ilhós.

Os ornatos e elementos decorativos, em cuja escolha parece haver certa liberdade, eram predominantemente os de toda a arte popular terceirense, com quanto alguns, como a figura humana, frutas, o cão com a cesta na boca, quase só em bordados se encontrem. Os mais triviais são corações, flores e vasos com ramos estilisados.

Dos bordados ainda hoje existem lenços oferecidos pelas raparigas aos namorados, bastante adulterados todavia na actualidade na sua feição popular, pela intromissão de pontos e riscos de jornais de modas sem nada de regional.

As *mestras de escola* ensinavam as alunas a bordar e davam riscos que elas executavam num pedaço de pano para modêlo.

Muitos destes panos ainda há.

O que melhor conserva o estilo antigo é o bordado de palas de galochas (tamancos) (43).

Destes lavores muitos têm manifesto valor decorativo.

Nalgumas freguesias rurais bordam, como já se disse, com fio de sumaúma e de cabelinho. O seu aspecto é excelente, mas o trabalho é difícil de executar pela pouca consistência do fio.

Nas últimas décadas a indústria passou às mãos de madeirenses e os tipos tradicionais terceirenses foram substituidos pelos da Madeira, de onde vêem os riscos, o pano e as linhas.

Espalhou-se a indústria por toda a ilha com apreciável benefício para a sua economia, mas grave prejuizo da arte regional e da saúde das bordadeiras que, mal remuneradas e quase isentas de fiscalização por ser doméstico o seu labor, se entregam a trabalho excessivo e depauperante na mira de obterem maiores lucros.

Segundo informa a antiga Associação Comercial de Angra, numa

---

(43) *Portucale*.

comunicação ao Congresso Açoriano (44), o bordado da Terceira classifica-se de segunda qualidade em relação ao da Madeira e, por isso, beneficia duma redução de direitos de entrada nos Estados Unidos da América, principal mercado consumidor.

A renda tradicional nos Açôres é o *ponto de crivo* de que fala o poeta Chiado na *Pratica dos Compadres* e, na opinião da sr.ª D. Ana de Castro Osório, delicada arte nas bordadeiras dos Açôres (45).

A respeito deste trabalho feminino diz a sr.ª D. Maria Madalena Martel Patrício (46): — «O crivo é rêde fina que se consegue tirando os fios a qualquer tecido de linho ou musselina, trabalho em que são exímias as mulheres portuguesas do Minho. Com os fios tirados ao comprimento e largura, formava-se um quadrado que se reforçava e fixava por um ponto atado com a agulha no sítio onde se cruzam os fios tirados. O crivo bordava-se depois com um desenho feito nos fios passados segundo o modêlo.

«Porque esse trabalho difícil e complicado não dava o resultado desejado da levêsa e transparência da renda, outras formas de renda se descobriram e realizaram».

Não se deve confundir o crivo com o *filé*, cujo aspecto, à primeira vista, é igual.

Hoje o crivo está quáse abandonado e em seu lugar há a renda de bilro e o croché, cuja exportação, segundo parece, já foi tentada com resultados animadores.

Muito se póde fazer em benefício desta indústria bem merecedora de protecção, e no entender das sr.as D. Maria da Ascenção Carvalho e D. Maria Madalena Martel Patrício a ocasião é extremamente favorável para tentar o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento.

No caso particular terceirense há que atender ainda à sua importância económica.

Para o bordado a primeira medida a tomar será reconstituir os tipos tradicionais e criar outros absolutamente diferentes dos da Madeira, por modo a tornar a indústria terceirense independente da madeirense. Emquanto isto se não fizer aquela estará subalternisada

---

(44) *Livro do Congresso*, pág. 80.
(45) *Terra Portuguesa*, I-33.
(46) *Vida e arte do povo português*, pág 91.

a esta e tudo o que se procurar alcançar em seu benefício encontrará tenaz e até legal oposição dos industriais madeirenses, que ninguém dirá sem motivo.

Melhorada, como já se indicou, a fiação e tecelagem do linho, deve pensar-se no emprego do pano caseiro, a meu ver utilisavel no bordado com eficiência.

Na primeira metade do século XIX, por influência romantica, apareceram lenços bordados a linha de marcar com motivos exóticos, em particular brasileiros, e versos, como aliás sucede no continente (47).

Nesses lenços, se não é aproveitavel a decoração por não ser nossa, podemos colher ensinamentos sobretudo para a distribuição dos elementos decorativos.

Deve ainda providenciar-se no sentido de aperfeiçoar a mão de obra com auxílio da Escola Industrial e Comercial, e, possivelmente, criação de escolas móveis de lavores para percorrerem as freguesias rurais.

Não obstante os inconvenientes notados, a renda de crivo não pode ser posta de parte em vista do grau de perfeição noutros tempos atingido. Para ela, como para a renda de bilro e croché, há que criar tipos novos e originais, inspirados na restante arte rústica tradicional, à semelhança do que fez o professor de desenho da Escola de Rendeiros da Vila do Conde, segundo informa a sr.ª D. Maria Madalena Martel Patrício.

Na estilisação de motivos será de proveito seguir o caminho traçado por outro professor, sr. Alvaro V. de Lemos (48).

Nas tapeçarias bordadas a lã com ponto de cruz e motivos regionais, temos outra forma a tentar, e nelas talvez se pudesse empregar a lã fiada e tinta na ilha usada na tecelagem. Não se trata de imitar os tapetes de Arraiolos, mas sim da adaptação do nosso antigo ponto de cruz e utilização dos nossos motivos regionais.

Na organização económica desta indústria de que adeante me ocuparei com relação a tôdas, deve atender-se especialmente à melhor remuneração da operária e a evitar as tristes consequencias dum forçado excesso do trabalho.

---

(47) Armando Matos *Desperdicios*. Gaia, 1932.
(48) *Portucale*, I-7.

Obra de talha

O grau de perfeição, tanto técnica como ornamental, atingido pela obra de talha na Ilha Terceira, dá-lhe primacial lugar na arte rústica.

As cangas lavradas usadas pelos lavradores nos carros de bois quando neles vão às festas, constituem a sua mais notável manifestação.

Nas outras duas ilhas do distrito, São Jorge e Graciosa, como no resto do arquipélago para oeste, há os chavões de bôlos que pelo menos hoje em dia se não usam na Terceira, onde se não fabricam os chamados *bôlos de véspera* a cuja ornamentação se destinam.

O costume de decorar com desenhos gravados as cangas e jugos de bois existe no continente, em particular na província do Douro-Litoral. É, porém, digno de nota que as cangas lavradas terceirenses pouco ou nada se assemelham às durienses. É diferente a forma da canga, outro pelo menos na aparência, o processo de gravação, diversos os ornatos e o aspecto de conjunto, não se usam os vasados que tanta leveza dão às cangas do Douro, nem os coloridos. Há, sem dúvida, pontos comuns em ambas as decorações, mas insuficientes para se poder filiar a arte açoriana na do norte do país.

Armando Matos, põe em evidência por meio de numerosas comparações, a semelhança entre a ornamentação das cangas e jugos e os ornatos da arte românica, concluindo pela influência desta sobre aquela ([49]). O Dr. Leite de Vasconcelos opina, todavia, que a ornamentação dos jugos e cangas se liga à das colheiras escandinavas *(bow-saddles)* nos animais de tracção, e formula a hipótese de ter sido introduzida pelos *wikinger*, que nos séculos IX a XI andaram pelo Baixo-Minho e Beira Ocidental ([50]).

A ornamentação das cangas terceirenses, a meu ver, aproxima-se, pelo menos no seu aspecto geral, da arte do sul do país e ainda da arte europêa de que fala Vergílio Correia ([51]).

Pelo processo de gravação, pelos elementos decorativos, embora

---

([49]) *Arte dos jugos* citada, pág. 86.
([50]) *Boletim de Etnografia*, II—58.
([51]) *Terra Portuguesa*, I—81.

lhe faltem os *leques*, e seu arranjo, mostram afinidades com a decoração do taboleiro de dôce do Convento das Albertas do século XVIII, os ornatos dos cosoiros do Baixo-Alentejo (52), rolhas de infusa de Pavia, etc. (53)

Há um ar de parentesco que choca à primeira vista.

A propósito daquele taboleiro diz o citado Prof. Vergílio Correia: «—Notabilisa-se no meio de tantos outros taboleiros de dôce, entalhados no mais puro estilo do século de setecentos, por aparecer gravado, em gosto popular. A chapa de desenhos que lhe cobre o fundo encontra-se hoje reproduzida fidelissimamente em tampas e lados de caixas, em superfícies de baús e molduras que os prezos do Limoeiro e de muitas outras cadeias armam e enchem de lavores para entreterem os longos dias de reclusão. Nos exemplares actuais da arte das prisões encontramos as mesmas combinações de rosêtas sexifolias, os suásticas, as linhas quebradas das cercaduras, os leques dos ângulos, a mesma disposição, o mesmo estilo que se patenteia no taboleiro de dôce do Convento das Albertas» (54).

Ao que fica transcrito podiam acrescentar-se, em meu juizo, as cangas lavradas da Ilha Terceira.

O seu uso deve ser antigo, mas até hoje nunca encontrei referência a êle em quaisquer documentos.

As taxas dos ofícios mecânicos elaboradas pelas Câmaras falam apenas em cangas de carrear, lavrar e solcar, isto é, cangas de trabalho, certamente por serem as cangas decoradas, se por ventura se usaram, objectos de luxo com preço convencional. Nem nelas nem na regulamentação dos mesteres se fala igualmente em marceneiros, ensambladores ou entalhadores e suas obras.

Segundo elementos colhidos na tradição, os exemplares mais antigos que tenho visto datam da primeira metade do século XIX e, caso curioso, o mesmo se dá no norte do país segundo Armando Matos (55).

Comparando cangas de diferentes épocas podem classificar-se

---

(52) Vergílio Correia. *Etnografia artistica*. Barcelos, 1937, pág. 103.
(53) *Terra Portuguesa*, I—28.
(54) *Terra Portuguesa*, I—81.
(55) *A arte dos jugos* citada, pág. 220.

em três grupos ou tipos; um com predomínio de ornatos rectilíneos linhas em sulco, rosaceas, às vezes o sino-saimão inscrito numa circunferência; outro com alguns ornatos curvilíneos e abundancia de símbolos, a cruz com seu calvário, a corôa, a pomba; outro mais recente com baixos relevos, flores e folhas, armas nacionais, letras e datas, simbolos triviais gravados ou embutidos em ôsso ou madreperola. A decoração segue uma evolução paralela sensivelmente à das colchas.

Também é digno de nota o facto da ornamentação das cangas se não aproximar da dos chavões de bôlos, nem de certas manifestações da arte popular do norte do continente como as portas ornamentadas (56).

Para o fabrico das cangas lavradas, ou *enfeitadas*, como o povo diz, as madeiras preferidas são a amoreira, a nogueira e o nogão por mais faceis de trabalhar.

Riscam a lapis e a compasso na superfície da canga os desenhos a executar, e distribuem os ornatos simetricamente de um e outro lado duma linha que passa por meio da canga e a divide em duas partes iguais. Empregam a goiva, a trincha e o gravador (*graminho*). A navalha usa-se para aperfeiçoar certos pormenores. Com um punção ou cabeça de prego fazem modernamente uma espécie de granitado nos fundos ou partes baixas, para sobressairem.

O trabalho é sempre de encomenda e há uns 15 ou 20 anos pagavam-se por ele 200 a 250$000 reis. O preço da canga, em média 200$000 reis, era à parte.

Modernamente, pelo menos, há quem se dedique em especial a este trabalho, e foi um dos lavrantes mais justamente afamados, verdadeiro artista pelo engenho e perfeição técnica, Manuel Martins Bento, que viveu na Terra-Chã e hoje vive na cidade onde já não lavra cangas. A êle devo muitas informações sôbre a sua arte que aqui lhe agradeço.

A razão de ornamentar as cangas é, no parecer de Joaquim Lorenzo Fernandes (57), além de estética, a necessidade de assinalar umas das faces da canga ou marcar a posse; e, segundo opina Armando

---

(56) Armando Matos. *O valor etnográfico das portas*. Porto, 1940.
(57) Loc. citado.

Matos (58), ainda a de traçar símbolos de protecção. É evidentemente este o motivo porque nas cangas de trabalho na Ilha Terceira gravam, sem intuito decorativo, a cruz, com ou sem calvário, e o sino-saimão.

Como marca de posse gravam às vezes as iniciais do proprietario e o ano em que foi feita a canga. Não há necessidade de assinalar uma das faces, porque são desiguais.

À semelhança da Galiza, avivam hoje na Terceira os ornatos com prégos de cabeça amarela, o que, quando feito em cangas antigas, prejudica bastante o lavor.

Os chavões de bolos são iguais aos do continente estudados com desenvolvimento pelo Prof. Vergilio Correia (59). Oferecem grande variedade de ornatos, predominantemente vegetais, e, como os bolos de vespera se destinam às festas do Espírito Santo, neles aparecem com frequência a coroa e a pomba.

Há alguns verdadeiras obras primas de técnica e bom gosto. Na Graciosa muitas familias teem os seus chavões próprios que assim desempenham a função de marcas.

A valorização da obra de talha pode fazer-se pelo seu aproveitamento na decoração de mobiliario e de pequenos artefactos de marcenaria.

Referindo-se ás portas lavradas diz Armando de Matos que há almofadas ou batentes que qualquer artista de gosto podia, numa hora de inspiração, estilizar com proveito para as artes decorativas nacionais, e o mesmo sucede com as cangas terceirenses e os chavões de São Jorge e Graciosa.

Há no mobiliário popular tradicional formas bem características, como o tamborête — cadeira de assento de pau e costas altas — a mesa de uma só gavêta, a arca e o arquibanco. Essas formas, um pouco estilisadas, ornadas com motivos de talha popular executados pelos processos que o povo usa, podem dar moveis originais, comodos, artísticos e sólidos.

Tudo está em sabe-los aproveitar.

Reatar-se-ia ainda uma velha tradição.

As artes da madeira tiveram sempre muitos e excelentes artífices.

---

(58) A arte citada, pág. 83.

(59) *Etnografia artistica* citada.

Tanoeiros, por exemplo, em 1705, eram pelo menos desoito, que fizeram registar na Camara as suas marcas, e pelo seu regimento e respectivas taxas em 1788 se vê que fabricavam toneis, pipas, baldes, funis, esborradeiras, celhas, adornas e canecos.

Das mobílias que faziam os marceneiros com as madeiras da ilha falam elogiosamente viajantes e cronistas já no século XVI.

Diz Linschot: — «Ha tambem uma especie de madeira chamada sanguinho muito bela, côr de sangue, e certas outras espécies de madeira branca e amarela de muito bela e agradavel côr, das quais se fazem muito bôas obras, tais como caixas, armarios e outros moveis que se enviam para Espanha e aí são muito apreciados».

Vinte anos antes escrevia Pompeo Arditi cousa semelhante — «*e quivi si fanno di molti belli scrittori di legame molto eccellente*».

O P.e Cordeiro, que escreveu a sua *História Insulana* em fins, ou, talvez melhor, na segunda metade do século XVII, isto é, cem anos depois de Arditi, informa: — «dos cedros, porem ha menos já, por serem muyto buscados & haver muytos officiaes que delles lavrão riquissimas peças que para Portugal & outras partes se embarcão».

Do mesmo século XVII há lindas obras embutidas, embora sem carácter popular.

A-pesar-da grande quantidade de mobiliário antigo e artistico feito na ilha que predulariamente dela tem saído para fora, ainda há bastante para comprovar a habilidade dos marceneiros, e por todas as igrejas abundam exemplares de riquissima obra de talha de diferentes épocas, na sua maioria barroca.

Pode associar-se à marcenaria a indústria da tecelagem para fornecer estofos.

Além disto parece digno de se ensaiar o fabrico de taboleiros, caixas, cofres, baús, com igual decoração.

A técnica não precisa de aperfeiçoamento pois há, no género, trabalhos perfeitissimos, até com cunho próprio merecedor de ser cuidadosamente mantido.

O embutido já mencionado, a-pesar-da alta perfeição atingida, nunca foi popular e só se encontra raramente em cangas modernas.

Cerâmica

A olaria de barro vermelho, embora não date dos primeiros tempos do povoamento, pois Linschot, em fins do século XVI, informa que toda a louça se importava, é antiga.

Gaspar Frutuoso fala em quatro telhais em Angra, e uma Postura municipal de 1655 diz: — «Nunhũ oleiro uze do seu officio sem licença e a louça que cozer não tirara do forno sem ser vista pelo juiz do officio».

Em 1641 havia uma rua denominada das olarias (60).

Nas Posturas de 1788 determinava-se que: — «Nenhum oleiro desenforme louça sem ser primeiro vista pelo juiz do officio para este a examinar, tanto a respeito do tamanho e feitio, como da qualidade do barro e cozedura». «Que nenhũ oleiro ou vendeiro de louça a venda por mais do que lhe vai taxado».

Das respectivas taxas de 1788 se vê que fabricavam panelas, potes, alguidares, tigelas, frigideiras, talhas, almagradas e burnidas com tampa, vazilinhas de duas azas, barrilinhos, pucarinhos, caldeirõezinhos de aza e vasos de aguas.

O barro terceirense pouco gordo e muito friavel não era aproveitavel, empregando-se o de Santa-Maria, e uma Postura de 1718 proibia mistura-lo com o de São Sebastião. (Acta da sessão camarária de 11 de Março de 1718).

Talvez por isso só há uns 80 anos se introduzisse na ilha o fabrico da cerâmica, que não pode ser considerada indústria tradicional, a-pesar-do seu cunho eminentemente popular. Até aí a louça de faiança ordinária vinha toda de Coimbra com o nome de louça da Figueira, por sair naquele porto (61), e mais tarde passou a vir também da Lagoa na Ilha de São Miguel.

Faltava louça na ilha porque os navios receosos de serem embargados para irem carregar trigo, se recusavam a vir traze-la.

Representaram as Camaras e o Alvará de 3 de Agosto de 1661

---

(60) Henrique Braz. *Ruas da Cidade*, no *Boletim* do Instituto Histórico, IV-74.

(61) *Exposição Industrial de Coimbra*, 1884, pág. 70.

concedeu licença a dois navios para virem anualmente trazer louça, azeite e sal, isentos de embargo.

Em 1886 Jacinto Martins Cardoso e Zeferino Augusto da Costa, aquele gerente, fundaram a Fabrica de Louça Progresso, que fabricava faiança ordinária e tubos ([62]).

O primeiro pintor foi José de Sousa, micaelense, que seis ou sete anos depois deixou a fabrica e foi substituido pelo terceirense Manuel Martins Pereira, natural da freguesia da Agualva, falecido há cerca de seis anos.

No inicio da laboração o pessoal era de São Miguel e só depois foi gente da Terceira.

O forneiro Joaquim Maria Gonçalves e o rodeiro António de Almeida, dos quais fala José de Queiroz, nasceram nesta ilha, embora o último filho de pai micaelense.

O barro vinha de Santa Maria e do continente (Prazeres), empregando-se também, de mistura e em menor quantidade, barro terceirense (Canada do Monte).

O vidrado branco opaco fazia-se com estanho, chumbo, areia e sal; o amarelo transparente com zarcão e areia, materiais estes que, como as tintas, vinham em parte do continente e em parte se obtinham na ilha. O vidrado dava-se depois do barro cozido a primeira vez (em chacota) ([63]).

A fabrica passou por diferentes donos e quando dela foi proprietário o sr. Amadeu Monjardino, procurou este não só melhorar a qualidade da louça como crear a cerâmica artística, para o que se valeu dum artista pintor popular e expontaneo, dotado de verdadeiro talento decorativo que, tendo aprendido em breve tempo a técnica, concebeu tipos de decoração acentuadamente regional de bem vincada originalidade e incontestavel beleza.

Joaquim Laureano, assim se chamava o môço pintor, lançou mão dos elementos decorativos das colchas e com eles fez cercaduras variadissimas a emoldurar paizagens locais e cenas da vida popular, inspiradas nas procelanas de Deft que, por acaso, viu numa colecção par-

---

([62]) José de Queiroz. *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa, pág. 225.

([63]) Devo estas informações ao hoje falecido Manuel Basilio da Costa, que em rapaz trabalhou na fábrica desde o seu principio.

ticular. A' olaria de barro vermelho foi buscar as formas plásticas de vasos, jarras, utensílios; à melhor e mais característica arte rústica terceirense os símbolos e elementos decorativos. Empregando apenas azul e branco, prodigalisou o seu talento por toda a produção da fábrica desde a louça mais ordinária e barata à mais perfeita e fina.

Infelizmente, quando estava já senhor da técnica e tinha grande numero de modelos a selecionar e aperfeiçoar, morreu inesperadamente e com ele morreu a iniciativa tão auspiciosamente encetada por um industrial clarividente e afoito.

Fóra este periodo aureo, cujos benéficos efeitos ainda hoje se sentem, a produção da fábrica nunca se impôs pelo lado artístico. A decoração, influenciada pela indústria micaelense, foi sempre grosseira e pobre. Como elementos decorativos predominavam os esponjados e as circunferências a verde sobre fundo amarelo.

Além da louça comum produs figuras animais, como o touro, bonecos, floreiras e jarras, segundo modêlos micaelenses e continentais sem originalidade nem especial perfeição. Apenas dois ou três tipos de figuras são regionais. O que mais notável fez nos seus principios foi um prato grande ornado com as figuras de Cristo e São Pedro, desenhadas a azul em fundo branco, oferecido ao Bispo da diocese, prato que, todavia, está longe de ser obra prima. Modernamente tem feito pequenas estatuêtas, bastante aceitaveis, como o leiteiro e a mulher de manto terceirenses.

A situação económica actual da indústria é pouco próspera, sobre tudo devido à concorrência esmagadora da louça de São Miguel. Num inquérito feito em 1940, de acordo com o proprietário, por incumbencia da Camara Municipal, depois de passar em revista as dificuldades com que luta a industria e suas causas, o sr. Henrique Vieira de Borba conclui que a louça da Terceira ainda tem compradores porque possui, em relação a São Miguel, superior qualidade e acabamento (64).

A criação da cerâmica artística regional seria pois de tentar. Bastaria seguir o caminho tão brilhantemente traçado pelo malogrado

---

(64) Este substancioso relatório dactilografado existe no arquivo da Camara Municipal de Angra do Heroismo.

Joaquim Laureano e melhorar as condições da pasta e do esmalte, sobre tudo deste sempre irregular e grosseiro.

Feitas as convenientes pesquisas talvez se encontre na ilha barro de melhor qualidade do que o dos barreiros explorados cessando assim os encargos resultantes da importação de barro, indispensaveis nas circunstâncias hodiernas.

Para melhoria da indústria e criação da cerâmica artística são necessários protecção oficial e capitais.

Todo o fabrico, presentemente é manual.

Outras indústrias

Além das indicadas, que são as mais importantes, outras indústrias há, de caracter artístico, dignas de atenção.

Das taxas dos ofícios mecânicos fixadas pela Camara Municipal de Angra para ferreiros e serralheiros vê-se que a indústria do ferro atingiu certo desenvolvimento, e dos trabalhos que nos restam notável grau de perfeição mantido até hoje.

Nas Posturas de 1788 fala-se em aldrabas estanhadas, freios, candeias, pica-portes, chaves, fechaduras, dobradiças para os serralheiros; grades de ferro, fouces, enxadas, podões, eixos de sege, rodeiros, prégos, etc., para os ferreiros.

Não era só na cidade que havia tendas.

Na primeira metade do século XIX Santa-Bárbara parece ter sido centro metalúrgico de relativa importância pois nos registos camarários figuram como aí residentes em 1815 quatro ferreiros, em 1823 mais dois, mais um em 1826, outro em 1832, e dois em 1839. Eram particularmente notáveis pela perfeição com que faziam candeias, enxadas e outros instrumentos agrícolas.

Excelentes grades de conventos, ótimas fechaduras, grades de janelas, embora pareça terem sido estas durante muito tempo na sua maioria de madeira, atestam a sua habilidade como artífices. Não sobressaem, todavia, pelo lado artístico, menos ainda se as compararmos com obras provenientes de outras terras do país.

Os escudos de fechadura não são lavrados nem decorados ou arrendados, e de recorte irregular. O tipo mais generalizado é o da

oval superior e inferiormente terminada em flor de liz, ornato perdilecto de ferreiros e serralheiros, que caracterisava até certos trabalhos. No Regimento de 1788 lê-se: — «Por hũa fixadura para caixa de oito palmos, de flor de liz, com seu ferrolho, oito centos reis».

As candeias ostentam cruzes, corações e figuras animais ou monstros de fantazia bem recortados.

Os batentes de portas raro são argolas ou esferas e mãozinhas. A forma vulgar é a do sardão.

A própria ferragem do mobiliário é simples posto que bem acabada.

Alguns lampiões terminam na parte superior pela estilisação duma flor campanulada, ornam-se inferiormente de folhas de acanto e teem pés em garra, mas são de folha de Flandres e não de ferro. Sempre assim devia ter sido, porque em lampiões e lanternas se fala no Regimento dos latoeiros de lata branca de 1788. Os outros latoeiros faziam candieiros, castiçais, palmatórias, tesouras para velas, campainhas, galhêtas, fivelas e estribos.

Dada a perfeição técnica dos actuais ferreiros e serralheiros, merecia protecção o seu labor, a qual, porém, tinha de principiar por ministrar-lhes a cultura artística que lhes falta.

Aprendidas indispensaveis noções de desenho, estudando e observando os belissimos productos da sua arte em tempos antigos, e em Coimbra, Portalegre, Estremadura, Norte do pais, nos nossos dias, com a intuição artística da gente terceirense, creio que muito de bom se poderia fazer.

A serralharia figura no quadro das disciplinas professadas na Escola Industrial.

O mobiliário de vime é indústria moderna importada, segundo todas as probabilidades da Madeira, exercida principalmente por operários madeirenses ou seus discípulos e, a-pesar-de ter tomado certo incremento, nada oferece de caracterisadamente terceirense. Quando muito ostenta maior abundancia de ornatos.

Não merece, por isso, particular atenção, mas talvez, associada à tecelagem para lhe fornecer estofos, seja susceptivel de criar tipos novos aproveitaveis, um pouco em moldes inglêses.

Houve nos conventos de freiras uma arte própria que, transpondo os muros da clausura, se espalhou entre o povo com tanta vitali-

dade que decorrido mais dum século após a extinção dos conventos ainda perdura e perdurará em muitas das suas formas, especialmente a doçaria.

A maioria dos dôces que se fazem na Terceira obedece às velhas receitas conventuais e se uns em razão das substancias empregadas pouco tempo duram e prestes se corrompem, outros tem maior duração como confeitos, rebuçados, alfenim, simples massa de açucar e agua, rija e consistente, de que se fazem figuras humanas e de animais, flores e argolas, (rosquilhas), destinadas ao pagamento de promessas ao Espírito Santo, São João, Santo Amaro e outros santos da devoção popular.

A par do alfenim, com o mesmo destino, fazem-se bôlos zoomórficos e antropomórficos de massa de farinha de trigo, ovos, açucar e manteiga (massa sovada) os quais, todavia, não pertencem à arte conventual. São de origem exclusivelmente popular como os que em iguais circunstancias se usam no continente, e dificil não é filiá-los em velhissimas práticas e noções pagãs cristianisadas (65).

Na Graciosa fazem com massa de farinha de trigo caprichosos bolinhos em forma de sereia e animais fantasticos, e em São Jorge *fartos* e *bichinhos* de espécie bastante condimentados com especiarias.

Muitos doces são comuns ao continente (66).

Dos bolos ou biscoitos terceirenses mais populares é o *melindre* de farinha de trigo, ovos e açucar, sem forma artística.

Com confeitos de minúsculas dimensões prezos com canutilho de prata desenrolado, construiam-se pequenos objectos, mêsas, cadeiras leitos, flores e sobre tudo corações, trabalho delicado que há umas dezenas de anos desapareceu e hoje dificil será encontrar quem saiba executa-lo.

À doçaria andava junta a arte do papel recortado, mas pelo que ainda se encontra é de crer que não seria tão perfeito como nalguns conventos do continente (67).

Servia o papel recortado para enfeitar dôces e rebuçados e com

---

(65) Sobre promessas na Terceira, *Revista Lusitana*, XXX.
(66) Emanuel Ribeiro. *O dôce nunca amargou*. Coimbra.
(67) Emanuel Ribeiro. *A arte do papel recortado*. Coimbra, 1933.

ele faziam também saquinhos em forma de coração cheios de confeitos meudos.

Com pequenissimas conchas e búzios de varias cores que apareciam em enorme quantidade no areal da Praia da Vitória, enfeitavam diferentes objectos, pregadeiras, caixas, molduras, vasos para flores artificiais, armados em cartão, verdadeiros embrechados.

As flores artificiais de papel, pano, penas, miolo de figueira e até escamas de peixe e cascas de castanha, constituem modalidade perfeitissima da arte conventual.

De todas as mais originais e de melhor efeito eram as de penas.

Há flores artificiais tão perfeitas que à primeira vista iludem um observador desprevenido. Delas em São Miguel tratou o sr. Dr. Luis Bernardo Leite de Athaíde ([68]).

Destinam-se principalmente à igreja para ornamentação de andores e altares. Para uso profano fazem pequenos cestos de miolo de figueira com elas dentro.

De dôces houve antigamente comércio de exportação para o continente português e para Espanha.

Aos dôces das ilhas se encontram referências no livro *Gusman de Alfarache* e em *Las firmezas de Izabela* de Gongora ([69]).

A *batatada* ou dôce de batata dôce já cultivada no arquipélago no século XVI, segundo o testemunho de Linschott, foi muito apreciada no continente pelo menos na primeira metade do século XIX a-pesar-de também aí haver a batata dôce, que se vende assada no Algarve ([70]).

As flores de penas e os trabalhos com confeitos eram talvez dignos de serem ressuscitados.

A indústria do brinquêdo infantil teve sempre pouca importância e os brinquêdos em regra são mal feitos.

Há dezenas de anos, intermitentemente, os presos da Cadeia Civil

---

([68]) *Etnografia artistica*, pág. 125; *Revista Micaelense ; Reminiscencia da vida antiga em S. Miguel.* Ponta Delgada, 1929, II-153.

([69]) Dr. José Perez Vidal. *Conservas y dulces de Camarias.* Madrid. 1947.

([70]) *Reminiscencias* citadas, vol. II, pág. 163 ; *Boletim de Etnografia*, V-65.

fazem pequenos carros de bois, carrinhos de mão e outros objectos de madeira para as crianças.

Nos ultimos anos, com a generalisação da serra mecânica, aperfeiçoaram-se um pouco e, fora da Cadeia, alguns habilidosos tem arranjado figuras animadas, isoladas ou em grupo, de carácter regional — moinho de vento, azenha, serradores, etc., sempre mais ou menos defeituosos, mas reveladores de imaginação, boa observação e habilidade, qualidades estas aproveitaveis desde que se melhorem as condições de produção e de mercado.

Muitas mulheres do campo e da cidade, há uns 50 anos, confecionavam bonécos de pano, vestidos quase sempre com trajo tradicional terceirense, destinados a presentear as crianças da familia, sempre, todavia, sem merecimento artístico e recentemente tentou-se o fabrico de figuras artísticas sem maior exito comercial, talvez por ser elevado o seu custo.

Esta indústria, bem orientada e protegida, pode ser importante de futuro, pois os productos são de facil colocação, mas para isso, carece organisá-la em bases seguras, criar modelos sem perder de vista o custo de produção, dada a concorrência de brinquêdos baratos de outra proveniencia, e sobre tudo talvez transformando em principal ocupação o que até hoje tem sido apenas trabalho de horas vagas.

Aspectos económicos

Se as condições sociais levam a pôr de parte a questão do aproveitamento do artezanato como medida de higiene moral e mental do operário, outros aspectos, designadamente o económico, há a considerar.

Não é só o valor estético da arte popular tradicional que justifica o que se faça em seu benefício.

As indústrias caseiras teem uma alta função económica, principalmente nos meios rurais, e aquelas que empregam o trabalho da mulher permitem a criação do salário feminino, equilibrador do sempre precário orçamento da familia de trabalhadores, sem obrigar ao abandono do lar doméstico.

Há muitos e eloquentes exemplos de pequenos meios rurais em-

pobrecidos e decadentes, que no desenvolvimento das suas indústrias populares encontraram copiosa fonte de receita.

Na luta sustentada com as fabris, nesses pequenos meios teem achado os minguados recursos que lhes teem permitido viver mais ou menos angustiadamente até aos nossos dias, e é de justiça por tanto revertam para eles, na maior parte pelo menos, os lucros da melhoria de condições de produção e venda. A gente dos campos tem sido fiel depositária desse tesouro, por isso nas suas mãos é legítimo continuar.

Infelizmente nem sempre assim se tem procedido.

Como diz a sr.ª D. Maria Ascenção Carvalho (71) «é imprescindivel ressurgir essas indústrias, renovar principalmente as do Faial e Pico (destas se ocupa a autora) que foram outrora a riqueza dos seus habitantes. Todavia é mester vigiar com cuidado, olhar com interesse humano a remuneração dessas valiosas obreiras, porque, na maior parte dos casos, são as productoras quem menos aufere».

Estas palavras cheias de verdade com quanto escritas tendo em mira outras ilhas, bem se aplicam à Terceira. Basta lembrar o que se tem passado com o bordado inteiramente nas mãos de industriais madeirenses e intermediários locais, que tiram o maior proveito.

A organização comercial da exploração, uma vez aperfeiçoadas as industriais, deve obedecer ao principio de assegurar aos operários o máximo salário possivel e as condições higienicas de prestação de trabalho, por modo a evitar o depauperamento orgânico.

A exploração comercial implica, todavia, uma série de operações de ordem técnica, que não podem ser confiadas aos productores e teem de ser desempenhadas por quem saiba faze-lo. Para isso estão indicadas as instituições de assistência, em particular o Asilo da Infância Desvalida e o Orfanato. Mediante remuneração equitativa poderão exercer funções de intermediários, recebendo encomendas e mandando-as executar, ou mesmo em parte executando-as, vigiando a execução e dando as indicações para ela necessárias. Assim todo o lucro proveniente da melhoria das indústrias reverterá, directa ou indirectamente, em benefício do público e dos trabalhadores, e poder-se-á assegurar um salário remunerador, que não obrigue a excesso de trabalho para suprir a insuficiencia da remuneração.

---

(71) *Livro do Congresso* citado, pág. 483.

Fixados os tipos e modêlos, as mesmas instituições de assistência procurarão colocar os productos, conquistar mercados compradores, torná-los conhecidos, fixar-lhes o preço de venda.

Na escolha e fixação de tipos e modêlos, não poderá prescindir-se da colaboração da Escola Industrial.

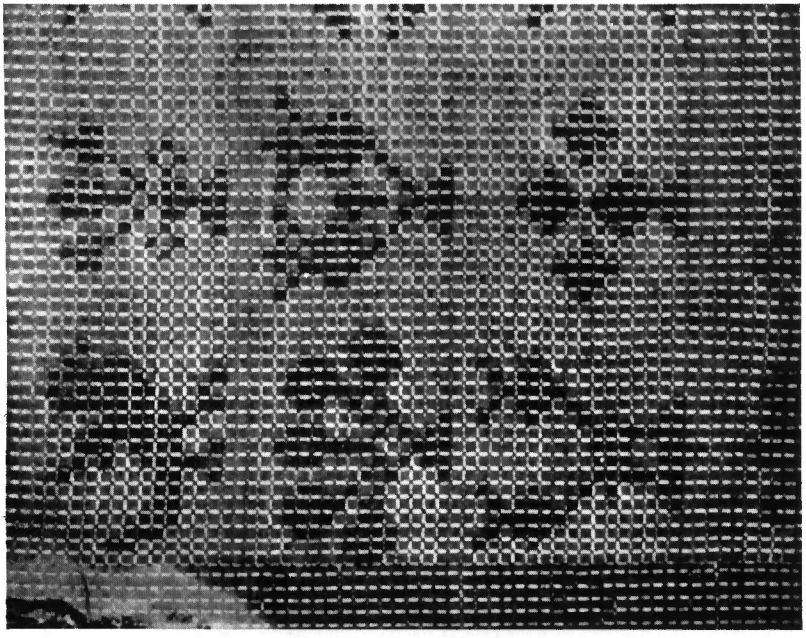
No modo de proceder, quanto a tornar conhecidos os productos das indústrias populares terceirenses, e para eles conquistar mercados, muito se pode aprender com a indústria dos tapetes de Arraiolos.

Quase perdida durante dezenas de anos, limitada a um número muito restricto de pessoas na vila, uma brilhante e tenaz propaganda jornalistica e literária, a organização industrial da producção baseada em sérios estudos técnicos e estéticos feitos sobre exemplares de diferentes épocas, uma série de exposições em Portugal e no estrangeiro, conseguiram dar-lhe vitalidade, modernisá-la e colocá-la na primeira plana das indústrias congéneres, não só portuguesas, mas europeias.

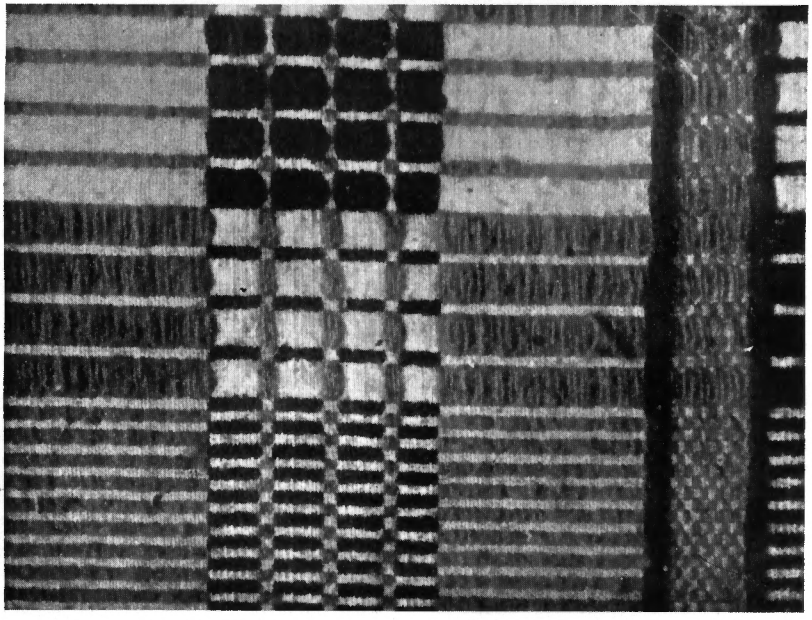
A sua história é extremamente elucidativa.

As colchas micaelenses que estiveram na Exposição de Ponta Delgada, de 1901, por ocasião da Viagem Régia aos Açores, lembra o Dr. Luis Bernardo ([72]) que foram muito apreciadas e bem acolhidas, e algumas atingiram preço elevado, sendo levadas para Lisboa como excelentes panos decorativos.

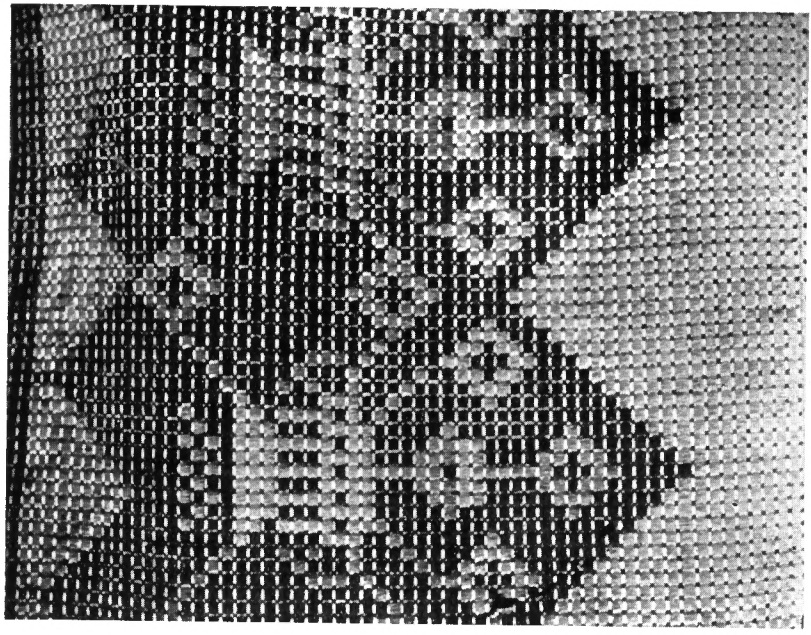
([72]) *Etnografia artistica*, pág. 60. II.



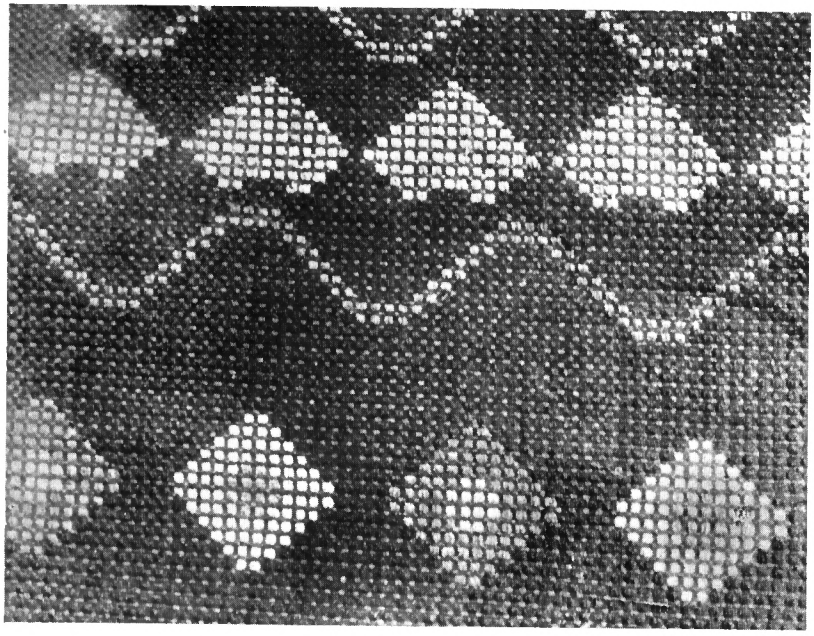
Colcha antiga
(Freguesia da Ribeirinha)



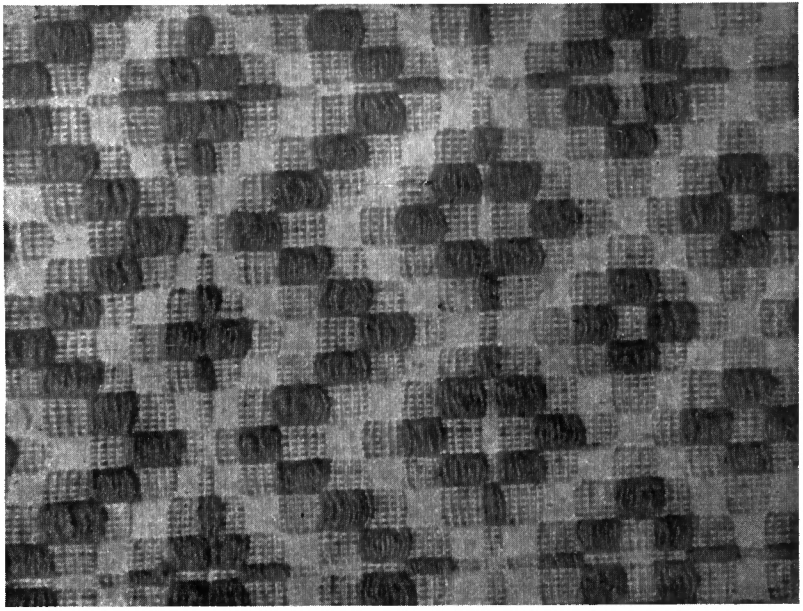
Colcha antiga, tipo de decoração mais vulgar
(Freguesia da Ribeirinha)



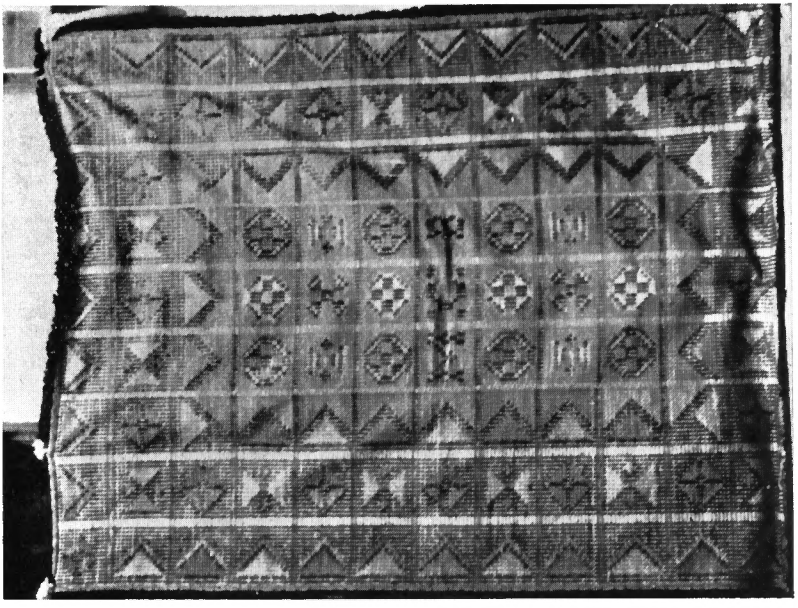
Colcha antiga
(Freguesia da Ribeirinha)



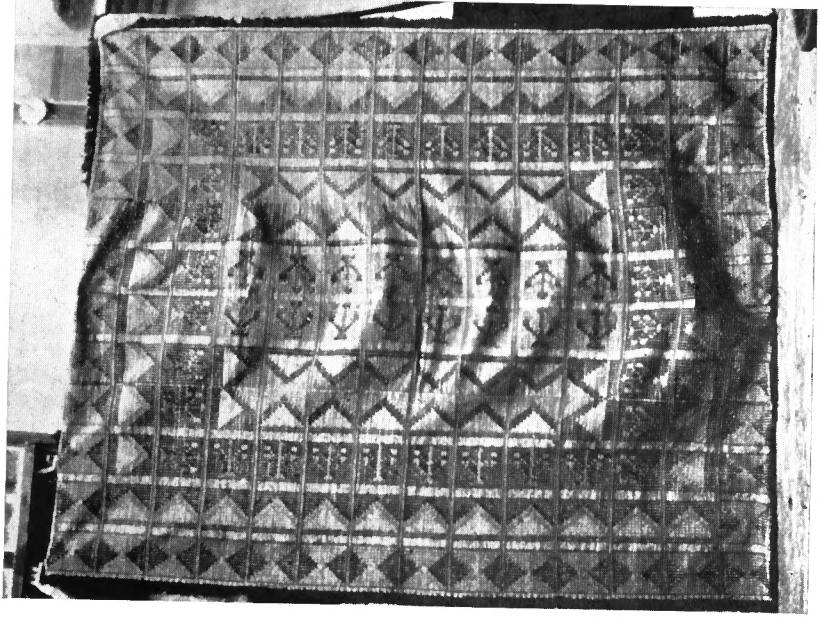
Colcha moderna
(Freguesia da Ribeirinha)



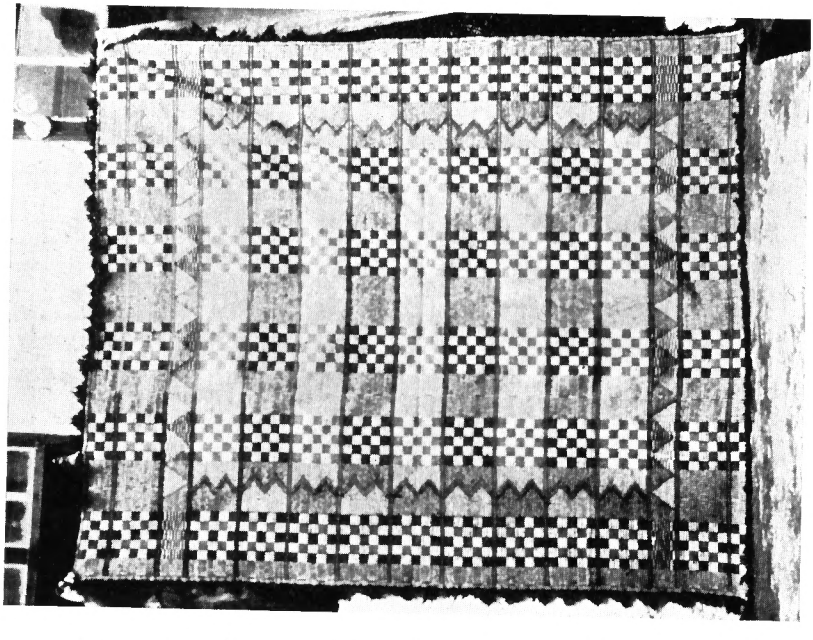
Colcha moderna
(Freguesia da Ribeirinha)



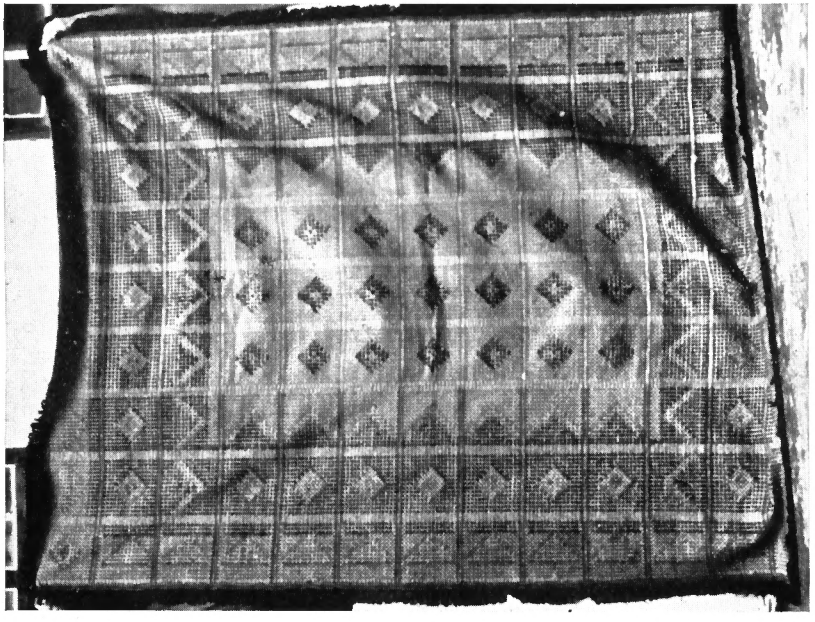
Colcha antiga
(Freguesia de S. Sebastião)



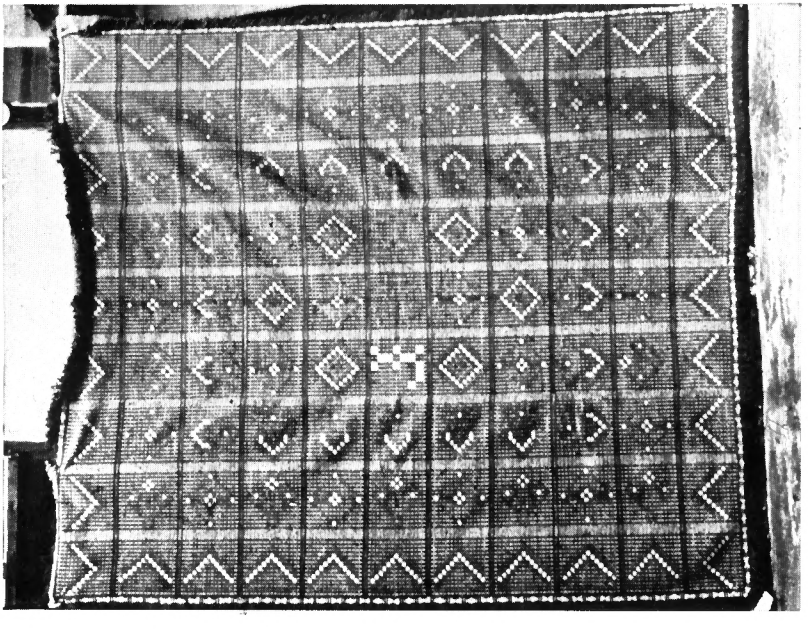
Colcha antiga
(Freguesia de S. Sebastião)



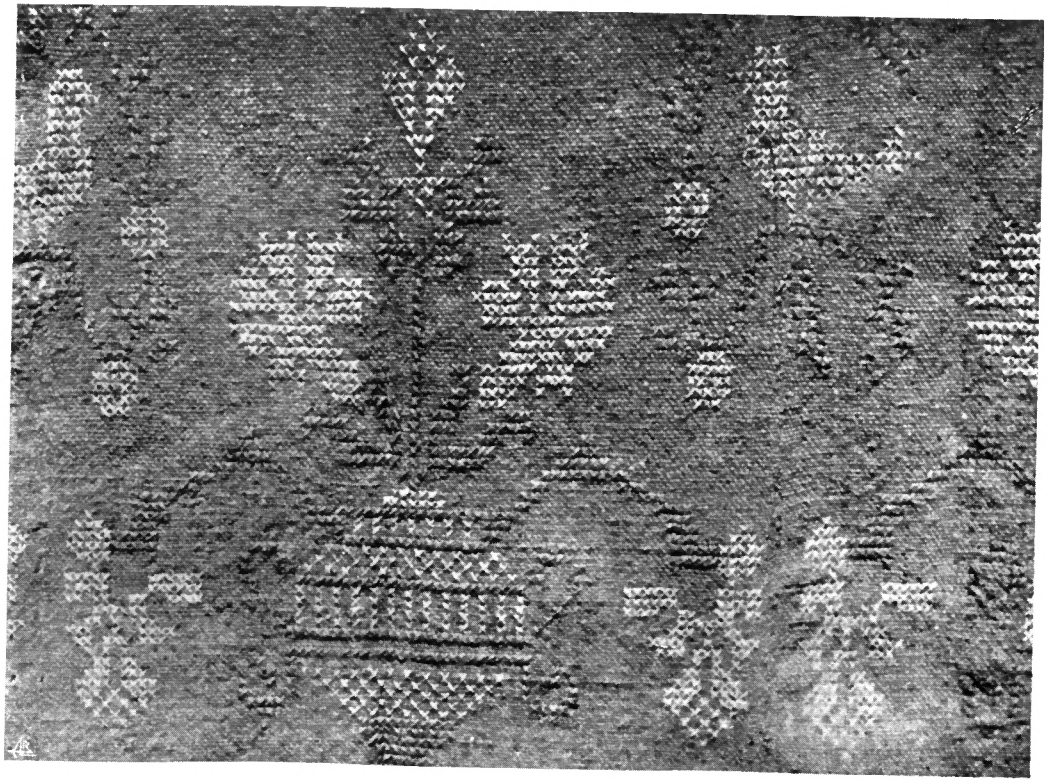
Colcha antiga, tipo de decoração mais frequente
(Freguesia de S. Sebastião)



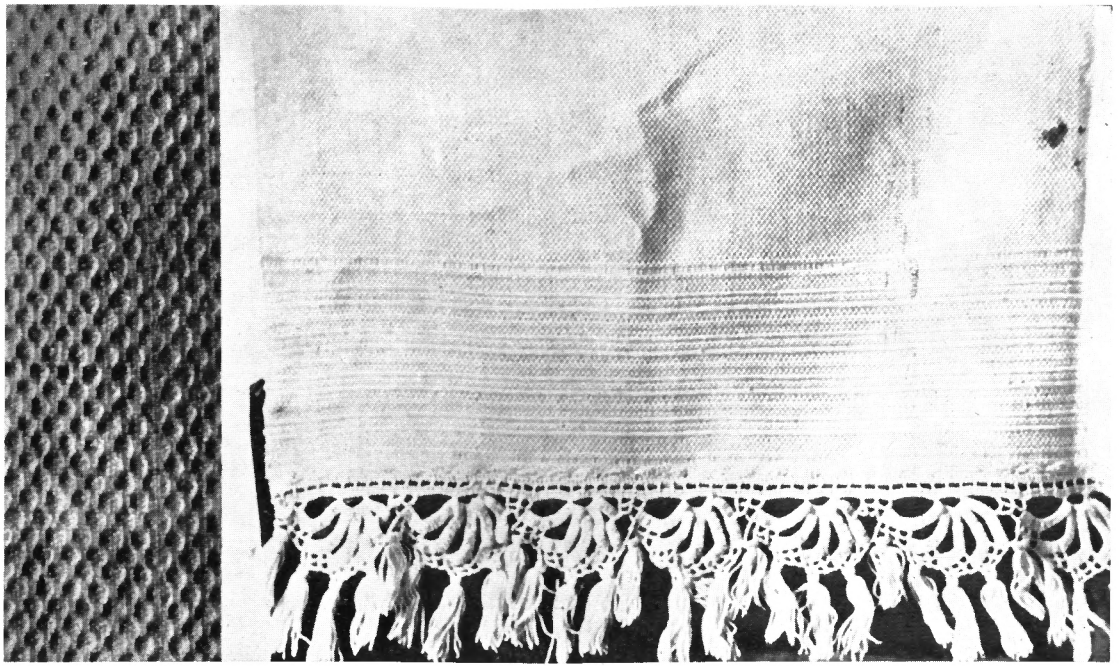
Colcha antiga
(Freguesia de S. Sebastião)



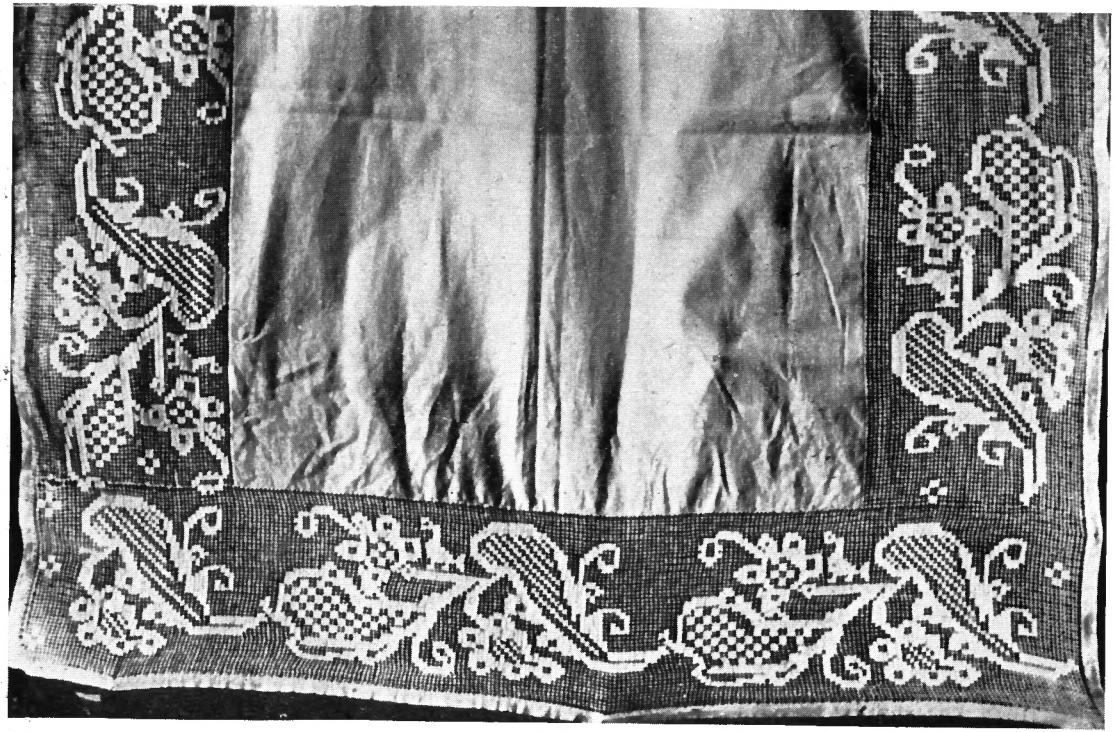
Colcha moderna
(Freguesia de S. Sebastião)



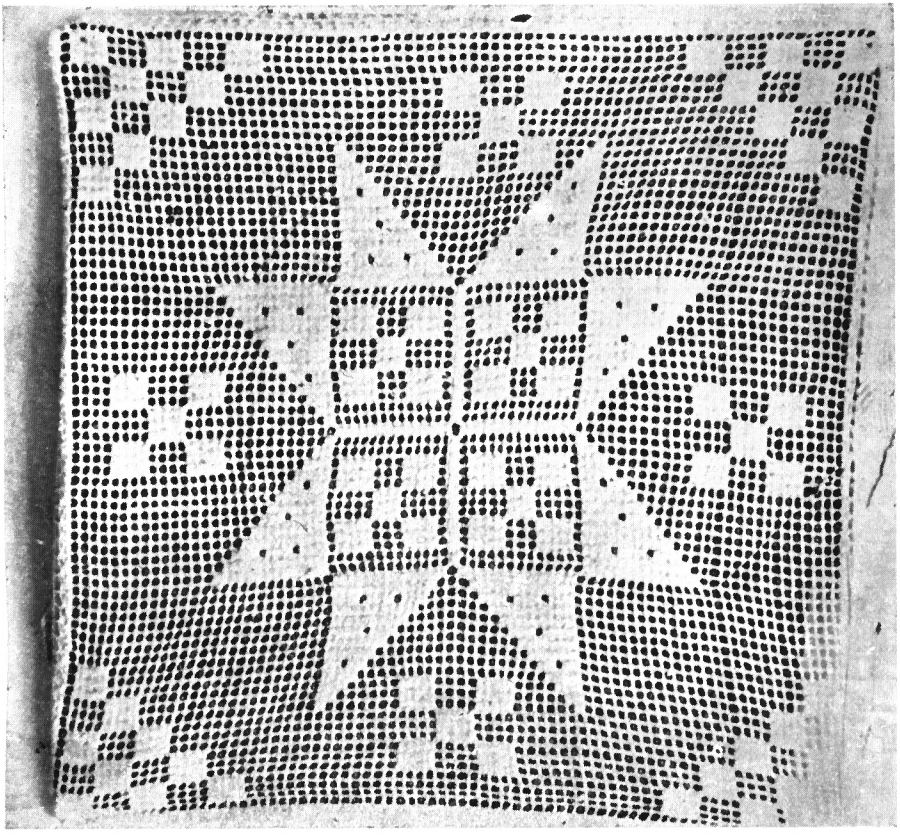
Colcha muito antiga. Fundo vermelho com decoração a amarelo
(Freguesia da Ribeirinha)



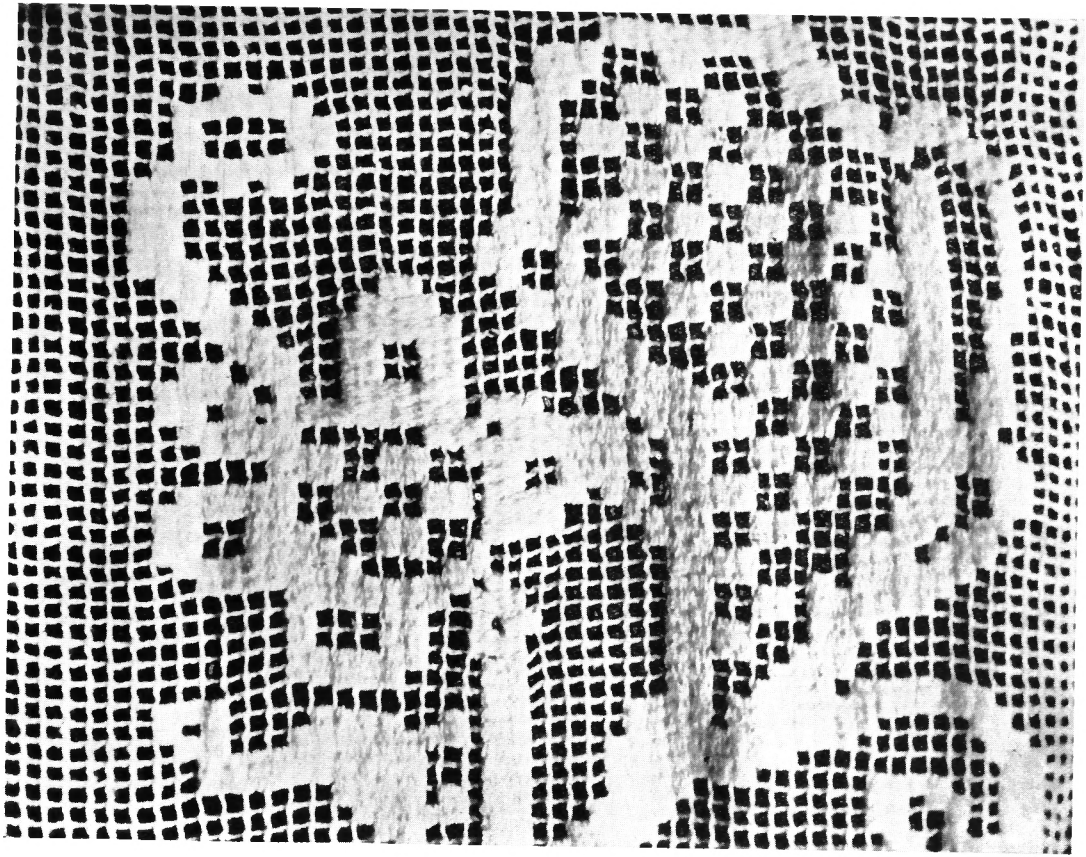
Toalha de olhos e pormenor mostrando o aspecto do tecido



Renda de ponto de crivo (Toalha de linho)



Almofada de cama com renda de ponto de crivo



Renda de ponto de crivo



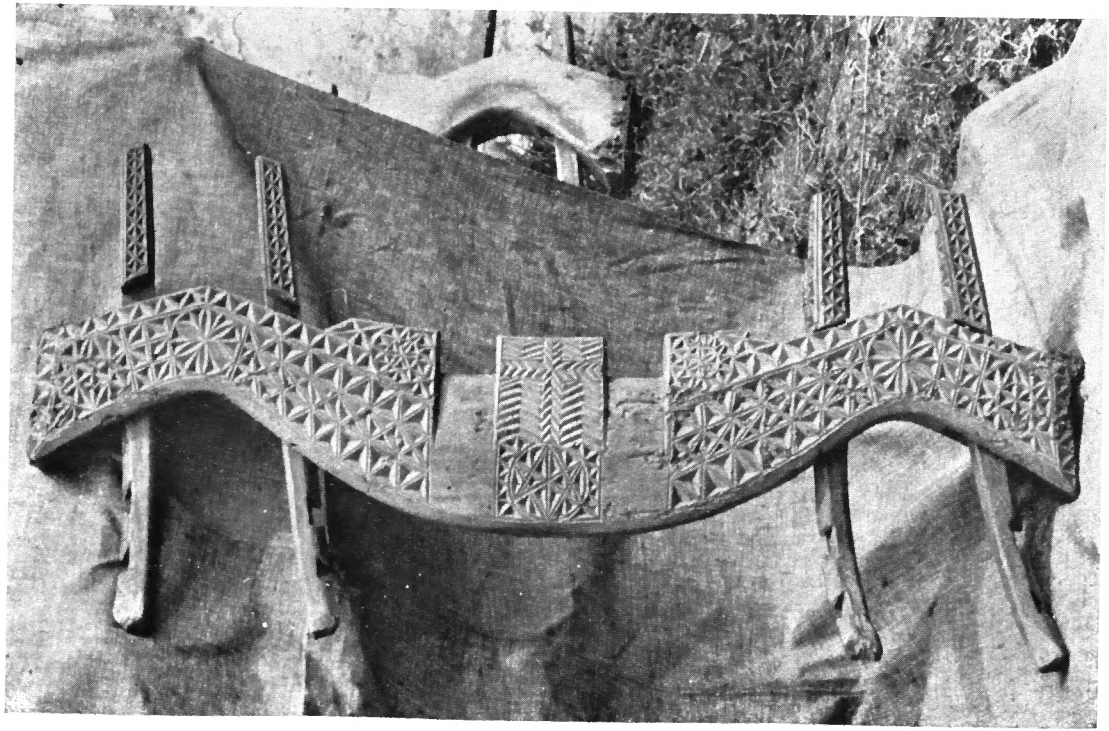
Pano com modelos de bordados
(Freguesia dos Altares)



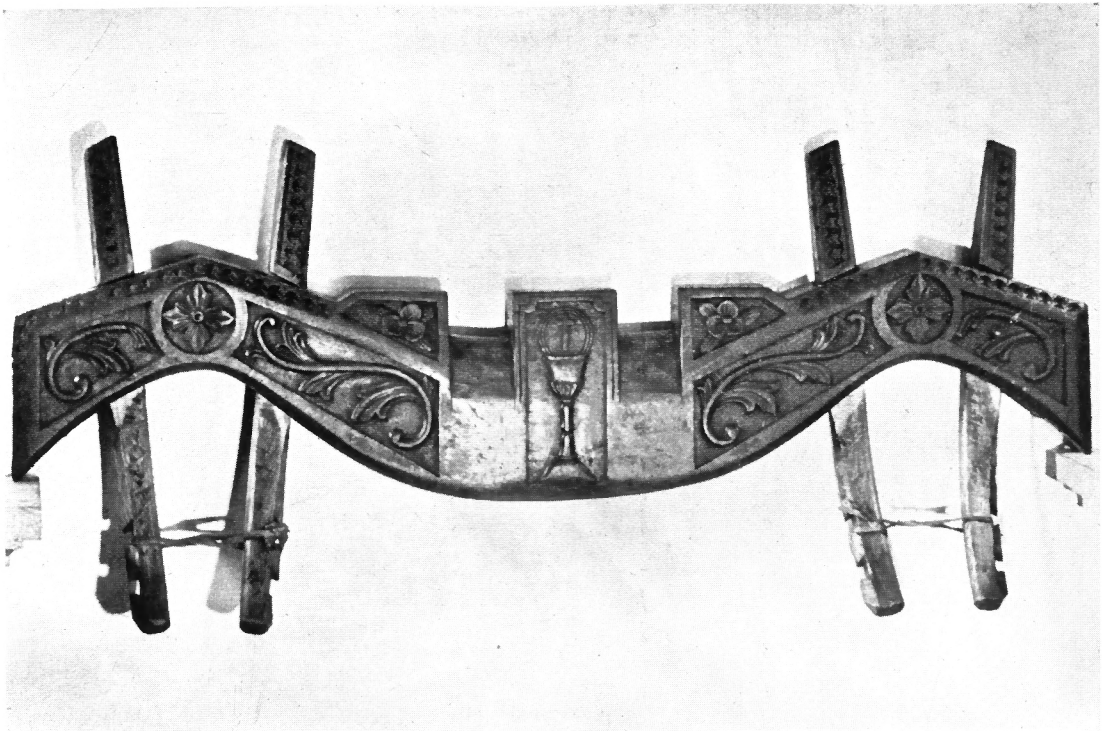
Galochas bordadas
(Freguesia dos Altares)



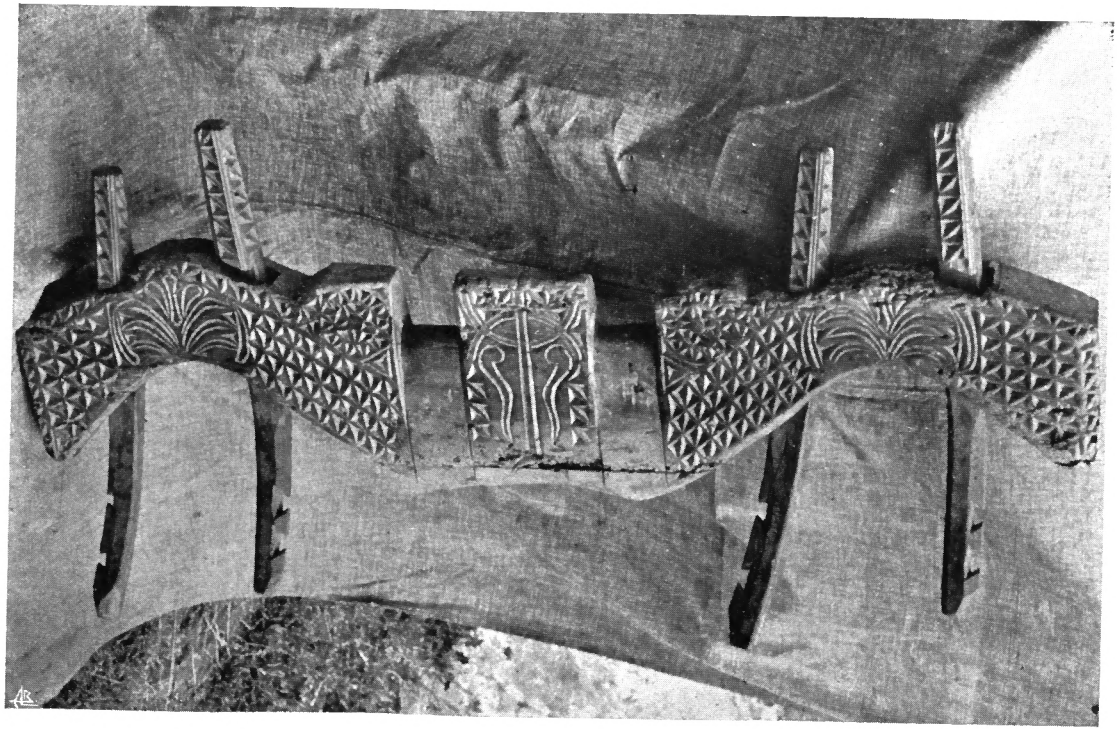
Lenço bordado a vermelho e azul com motivos brasileiros
(Primeira metade do século XIX)



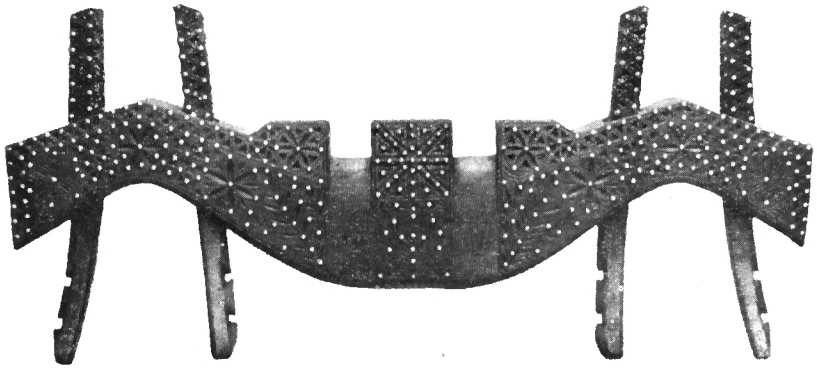
Canga antiga
(Exemplar do Museu Regional)



Canga moderna
(Freguesia do Porto Judeu)



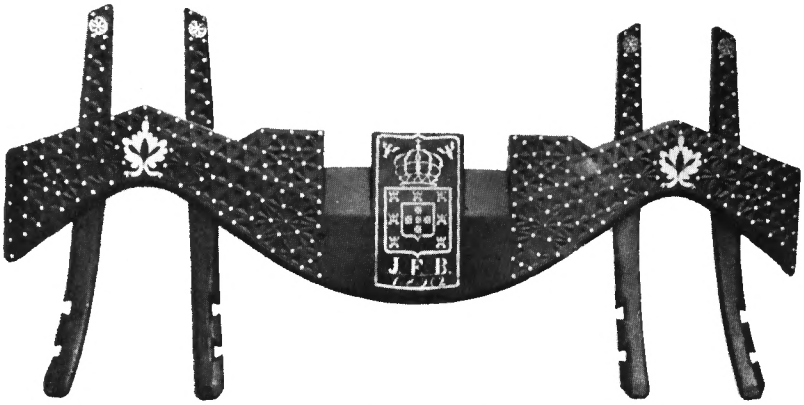
Canga antiga
(Exemplar do Museu Regional)



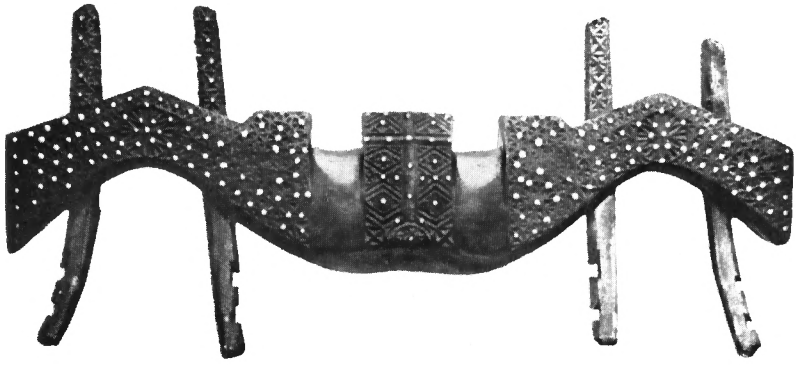
Canga antiga
Primeira metade do século XIX
(Freguesia da Terra-Chã)



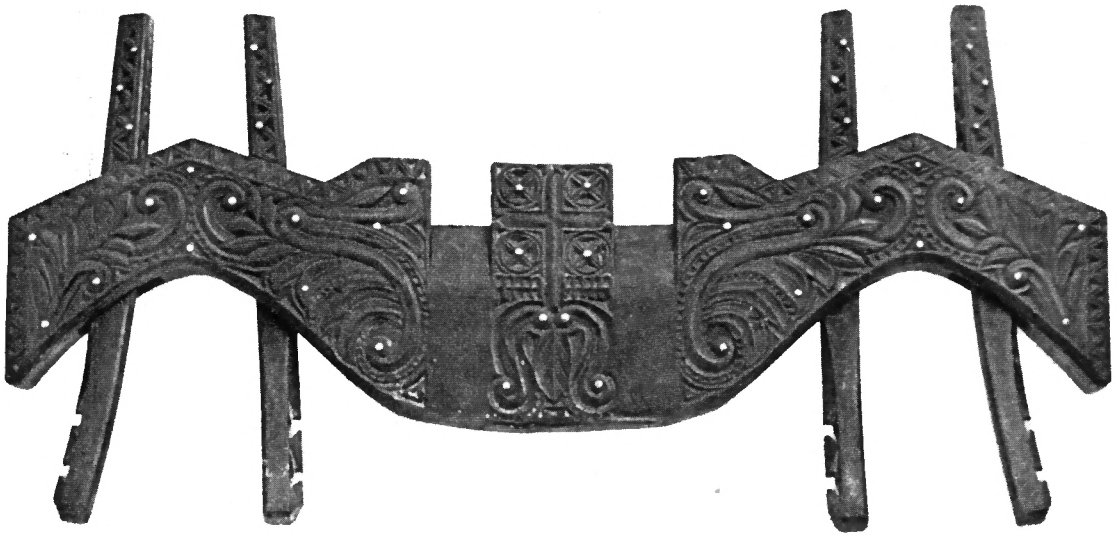
Canga moderna
Decoração de Manuel Martins Bento
(Freguesia de S. Sebastião)



Canga moderna
Embutidos a mar-de-pérola



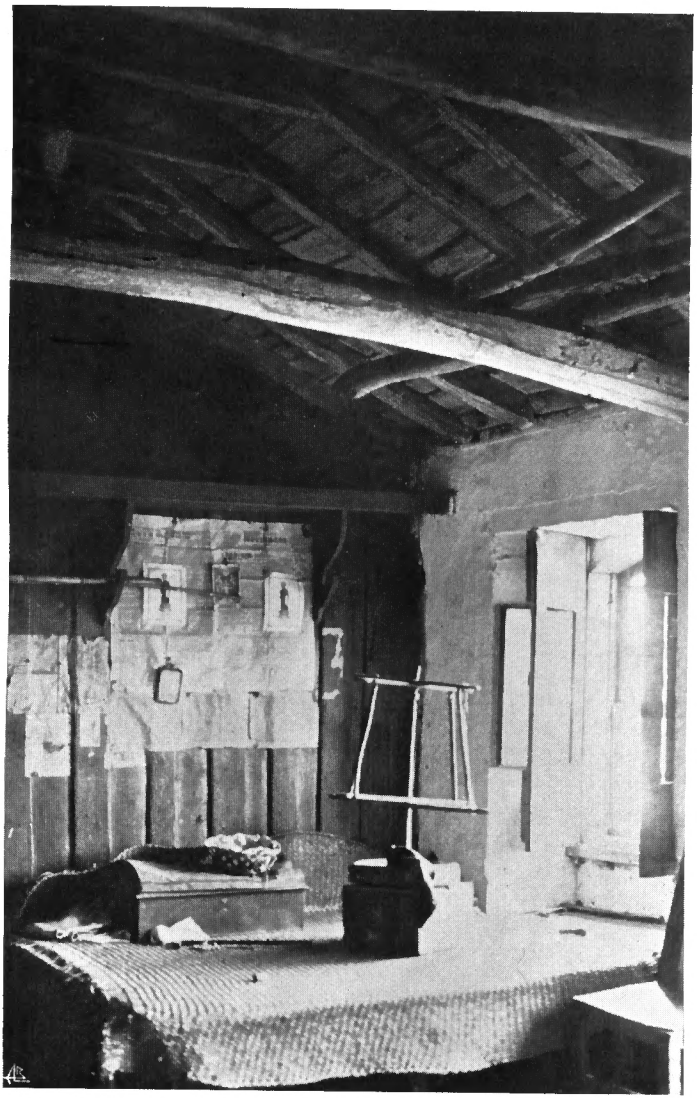
Canga antiga
Primeira metade do século XIX
(Freguesia de S. Sebastião)



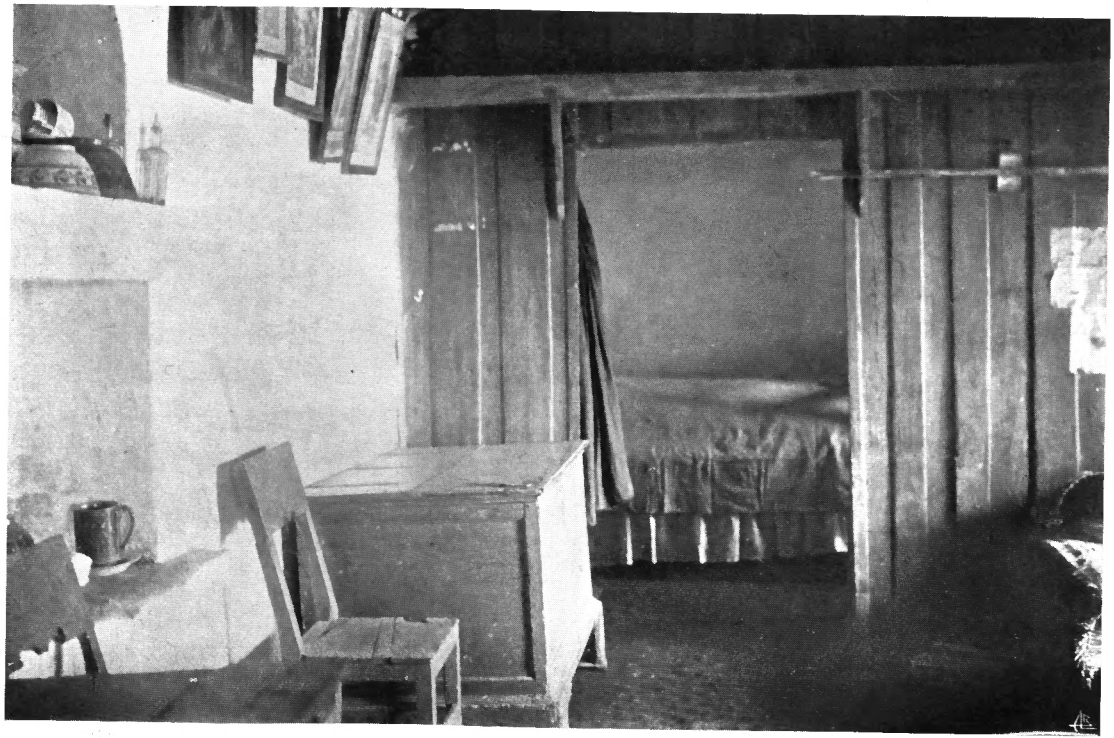
Canga moderna — 1924
(Freguesia dos Altares)



Tamborete — Tentativa de estilização popular
(Exemplar do Museu Regional)



Mobiliário tradicional — Estrado
(Freguesia do Porto Judeu)



Mobiliário tradicional — Arca, tamborete e cama de estar no quarto ao fundo
(Freguesia do Porto Judeu)



Mobiliário tradicional — Mesa de uma só gaveta e tamborete
(Freguesia do Porto Judeu)



Mobiliário tradicional — Copeira na parede
(Freguesia do Porto Judeu)



Arte conventual. Flores de penas e pregadeiras de cartão armados de conchas



Candeia de ferro batido
Princípios do Século XIX
(Freguesia de Santa Bárbara)



Pratos de faiança para esmolas do Espírito Santo. Esmalte branco e azul. — Primeiros trabalhos da Fábrica «Progresso»

Dos Açores ás Praias de Portugal

II

Excerto da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833), traduzido por João H. Anglin.

Os receios criados pela presença da esquadra miguelista produziram, pelo menos, um efeito benéfico: actuaram como estímulo para as medidas de defesa.

Em todas as repartições públicas começou a notar-se, por algum tempo, actividade desusada.

As tropas portuguesas passaram a trabalhar dia e noite na conclusão das obras e na construção de novas baterias e redutos.

Era exemplar o zelo desenvolvido por oficiais e praças na construção destas obras. Sua Majestade Imperial voltou a mostrar-se incansável nos seus esforços. Aparecia pontualmente a cavalo, logo ao romper da manhã e geralmente cavalgava ao longo das linhas ou permanecia por algum tempo em determinado ponto, onde, com a sua presença e observações judiciosas, estimulava o labor dos trabalhadores, no intuito de fortificar mais solidamente os locais onde ele dirigia as operações.

Lamento ter de dizer que nessa ocasião não houve forma de convencer franceses e ingleses a trabalharem nas trincheiras, embora se abonassem três vintens diários a cada soldado que ajudasse na execução das obras.

Na parte das linhas a meu cargo, a esquerda e o centro ocupavam uma posição natural bastante forte; o mesmo não acontecia com a direita, que tocava no rio na estrada de S. Cosme.

Os numerosos quintais murados e as várias quintas na frente daquele sector, eram facilmente acessiveis e convidativos como cobertura para um ataque.

Aquela parte da linha era ocupada pelo Batalhão Francês, ou Atiradores Portugueses, como oficialmente se designavam.

Apesar de várias queixas que me vi obrigado a fazer por motivo da escassez de trabalhadores fornecidos para a conclusão das minhas obras, nada consegui, porque toda a atenção se dirigia para a extrema esquerda e para a defesa das grandes estradas que do Porto conduzem a Braga e a Guimarães.

Durante este período tivemos por três semanas, nevoeiros cerrados todas as manhãs, que começavam horas antes do amanhecer e raramente se dissipavam antes das 8 ou 9 horas.

Surgiu naturalmente o receio de que o inimigo tirasse vantagem destes períodos de escuridão, durante os quais não se via nada à distância de cinco jardas, para nos atacar.

Toda a linha ficava portanto em estado de alerta das duas às 9 da manhã.

Este serviço fatigante foi mais particularmente sentido pelos franceses e britânicos, devido aos seus efectivos limitados, bem como a estarem colocados nas posições mais abertas, menos facilmente defensáveis.

Os britânicos, em número, como já se disse, de apenas 250 homens, sob as ordens do Major Shaw, estavam postados numa grande casa na Praça das Flores, na estrada real para Valongo, tendo à direita as alturas das Antas, frequentemente disputadas, onde se encontrava um forte piquete.

Confiei a defesa e conservação destas alturas à vigilância do Major Shaw (a) cuja perseverança em breve o tornou bem conhecedor do local e das estradas e avenidas vizinhas que para lá conduziam.

(a) — Este oficial e o capitão Staunton foram promovidos ao posto de major e condecorados com a Torre e Espada por actos de bravura na acção de Ponte Ferreira. O tenente-ajudante Mitchell foi também promovido a comandante de companhia e condecorado com a mesma ordem.

O inimigo, porém, parecia dirigir nesse momento toda a sua atenção para o convento da Serra, que, na previsão de um ataque, havia sido posto em respeitável estado de defesa.

A posse da Serra era objectivo da máxima importância para os miguelistas.

Se dela se apoderassem, o Porto cairia dentro de 48 horas. A Serra do Pilar dominava por completo a cidade; e embora a *Torre da Marca*, a *Vitória* e outras baterias a pudessem bater, a sua elevada e imponente posição, com alguns canhões pesados e morteiros, tornaria fácil a destruição da cidade e obriga-la-ia a capitular rapidamente.

Na manhã de 8 de Setembro partiu uma grande força miguelista de Grijó, pela estrada da Bandeira, para atacar o convento da Serra.

Informado deste movimento, às 8 horas, comuniquei-o ao conde de Vila-Flor, que sem demora ordenou que a artilharia a cavalo do Capitão Passos marchasse para o Seminário, que dominava a aproximação da Serra na direcção em que o inimigo marchava. A Serra estava guarnecida por um batalhão de Infantaria 6, comandado pelo Major Filipe Marcelli. No momento, porém, em que foi conhecida na cidade a ameaça do ataque, armaram-se voluntariamente numerosos moradores e atravessaram o rio em barcos, para cooperarem na defesa.

Ao ser avistado pela primeira vez o inimigo, o Governador do Porto, Coronel Bernardo de Sá Nogueira, avançou para as alturas de Vila Nova com parte da guarnição do convento, sendo recebido pelos atiradores adversários com fogo vivo e contínuo. Estes avançavam rapidamente, enquanto as colunas, em número de 5 a 6 mil homens, marchavam sobre as alturas de Arcos.

Infelizmente, nesta conjuntura inicial, recebeu o bravo Bernardo de Sá um grave ferimento, por tiro de peça, no braço direito. E, ainda que não deixasse o campo senão quando mandara retirar os seus homens, pondo-os a dentro dos muros do convento, a fractura do braço fora tão séria, que tornou pouco depois necessária a amputação.

O inimigo apareceu agora em grande número e avançou intrepidamente para o ataque aos muros do convento no lado ocidental, pela estrada que vem da Lavandeira, oculta por matos e terrenos fechados. Comandava-o o tenente coronel da milicia de Tondela. Embora

estivessem sob o fogo mortifero de infantaria e artilharia das tropas do meu comando no Seminário, os miguelistas avançaram para o ataque com um espirito de persistência que não podia deixar de causar admiração.

Aproximaram-se os absolutistas do fosso da muralha, que o coronel comandante foi o primeiro a tentar passar.

O valente comandante da Serra, Major Cristóvão José Franco Bravo, ordenara à sua guarnição que poupasse o fogo para quando o inimigo procurasse, de facto, executar o assalto. Ao fazer isto, foram os absolutistas recebidos com uma terrivel descarga de arcabuzaria, reforçada pelo fogo contínuo e bem dirigido de infantaria e artilharia, das tropas postadas no Seminário.

Viu o inimigo a impossibilidade de continuar os seus esforços em face de tal tiroteio. Sofreu ele neste ponto baixas consideráveis e como a sua exposição aos fogos cruzados impedisse a remoção dos feridos, não poucos destes ficaram prisioneiros.

Voltaram os miguelistas e efectuar outro ataque, vigoroso e tenaz, ao convento, mas foram do mesmo modo repelidos com perdas.

Batidos em todos os pontos e com evidente relutância de tornarem a atacar, retiraram com perda de 250 mortos e prisioneiros, além de numerosos feridos.

Do nosso lado, as baixas foram extremamente pequenas: apenas cinco mortos e vinte feridos. Entre estes últimos, além do Governador do Porto, como já disse, encontrava-se o Major Marcelli, de infantaria 6. O conde de St. Leger, que comandava o Batalhão Francês estacionado na Serra, foi também levemente ferido no peito.

Merecem os maiores louvores os que tomaram parte neste combate, pelo seu sangue frio e decisão. O seu brioso comandante, Bravo, tivera o cuidado de conservar nas muralhas apenas o número de homens estrictamente necessário, mantendo fora de perigo na igreja a reserva, pronta a agir em dado momento, onde quer que fosse preciso.

Com esta sensata disposição, evitou-se a confusão e manteve-se sempre a melhor ordem.

Alguns dias antes deste acontecimento, vindo de Inglaterra, chegara ao Porto, onde fora bem recebido por D. Pedro, o coronel Aquiles Marat, do exército belga, filho mais velho do antigo rei de Nápoles.

Deu-me ele a honra de me acompanhar no dia do ataque à Serra. Era curioso observar o efeito que o seu nome e a sua presença, bem como as recordações que lhes andavam associadas, tiveram no espírito dos homens do Batalhão Francês.

O seu traje, que até no formato do chapéu tricórnio, se assemelhava rigorosamente ao de seu tio, o Imperador Napoleão, ainda mais forte tornou tal impressão, pois que entre os franceses nossos companheiros havia veteranos que com orgulho se recordavam de ter servido sob as bandeiras do grande chefe militar.

Logo que souberam quem o coronel era, rodearam-no em grande número e vivamente o aclamaram.

Alguns dos circunstantes recordaram na presença do recemvindo, com cordealidade e ocasionais cumprimentos de saudação, muitos feitos brilhantes de seu romântico e infeliz pai.

Estas lembranças enterneceram os corações de todos e pelas faces de alguns correram lágrimas de sincera comoção.

A acção deste dia constituiu mais uma prova do entusiasmo que reinava entre os nossos camaradas franceses. Desde a batalha de Ponte Ferreira, muitos homens do corpo francês encontravam-se no hospital em razão de ferimentos recebidos.

Logo, porém, que ouviram o fogo, os que o podiam fazer deixaram as camas, vestiram-se à pressa e pegaram nas muletas para ajudar os convalescentes, ainda vacilantes, a juntar-se à sua unidade e a tomar parte na acção.

Surpreendido por ver soldados em tais circunstâncias dirigirem-se apressadamente para o local do perigo, censurei alguns deles e lembrei-lhes a quebra de disciplina que estavam cometendo.

Mas isso de nada serviu. Invocando com calor a honra do seu país e dirigindo-me expressões respeitosas, mas próprias de gente que se sente bem disposta, deixaram-me perplexo e impediram-me que exercesse a minha autoridade no caso ocorrente. Nem mesmo me senti com ânimo de tratar com rigor alguns ingleses que haviam também deixado o hospital sob impulsos semelhantes. Dois dias depois, novo e igualmente mal sucedido ataque foi feito à Serra. O inimigo foi de novo repelido com perdas, ainda que o avanço e o ataque fossem mais cautelosamente dirigidos do que os anteriores.

Vendo a impossibilidade de tomar aquele importante ponto com

os meios até então utilizados, começaram os miguelistas a trabalhar com vigor no levantamento de obras e baterias nos vários pontos convenientes para o ataque. Estas medidas não se limitaram ao lado sudoeste, visto que começaram do mesmo modo a levantar uma bateria em frente de Monte Pedral, do lado norte da cidade, a 400 jardas de distância da nossa linha.

Todos estes trabalhos deram causa a infundadas censuras ao Almirante Sartorius. Afirmava-se que ele devia ter vigiado mais rigorosamente os navios costeiros, de modo a impedir o desembarque da artilharia pesada e das munições que para o exército absolutista eram enviadas de Lisboa.

Na posição em que se achava, não podia o Almirante ter feito isto. Ele estivera todo o tempo no mar, em observação atenta da esquadra inimiga.

Estes canhões, abastecimentos, etc., eram, além disso, enviados em grandes barcos a remos, cujas tripulações se aproveitavam da noite e se conservavam tão perto da costa que não podiam ser vistas, processo este de que usavam sem interrupção, naquela calma e bela estação do ano.

D. Miguel mostrava-se incansável em seus esforços, mesmo pessoais, para que a sua esquadra se fizesse pela segunda vez ao mar. Disse-se que no auge da insatisfação com o comandante de uma fragata, que lhe fizera quaisquer objecções e exigia nova demora, aquele Principe tirára uma pistola do bolso, e, disparando-a contra o oficial, o prostrára morto no tombadilho (a).

As medidas tomadas habilitaram-no a mandar para o mar novamente a sua força naval, a 15 de Setembro, em estado de grande eficiência, sob as ordens do Almirante João Félix e tripulada por homens cegamente dedicados à causa do usurpador.

Uma desusada proporção de tropas de linha se empregaram como infantaria de marinha, havendo também um vapor, carregado com artilharia e abastecimentos de toda a espécie, com duzentos artilheiros a bordo, destinados a desembarcar em Vila do Conde, como reforço do exército.

(a) Nada posso dizer quanto à autenticidade desta acusação, a não ser que ela vem relatada numa carta de Lisboa, recebida naquela época no Porto.

Sartorius, logo que percebeu o intento da esquadra inimiga de se fazer ao mar, levantou ferro e conservou-se a barlavento daquela. Estando ambas as esquadras agora desancoradas e ainda não muito longe de terra, levantou-se vento forte.

O vapor, que andava acompanhado por uma fragata, pareceu em breve encontrar-se em perigo. Sartorius navegou na direcção dele e a fragata, em consequência, foi juntar-se ao navio de batalha e a outros barcos da esquadra, deixando o vapor entregue à sua sorte.

Este afundou-se dentro de vinte minutos, perecendo toda a gente a bordo, infelizmente, sem nenhuma possibilidade de socorro pela esquadra constitucional.

Constituiu grave dano para o inimigo a perda deste vapor e da sua carga. E por mais lamentável que fosse este desastre sob o ponto de vista humanitário, foi ele de certo extremamente favorável à causa constitucional.

Era um barco velho e gasto, impróprio para o serviço, circunstância que D. Miguel conhecia, mas a que não quis atender, mandando-o para o mar, com característica desumanidade e sem se importar com as consequências nem com as razões que lhe apresentaram.

Estando agora próximas uma da outra as duas esquadras, mostrou Sartorius vivo desejo de se empenhar em combate, o que, porém, foi cuidadosamente evitado pelo adversário.

Durante este cruzeiro, por qualquer circunstância extraordinária, a fragata *D. Maria* afastou-se de noite, pelo que o Almirante se encontrou ao amanhecer, no meio do inimigo, apenas com dois pequenos navios ao seu alcance. Um destes foi mandado à procura do capitão Mins, que só encontrou próximo de Vigo, porto em que ambas as esquadras entraram a 27 de Setembro, sendo tratadas segundo as regras de neutralidade.

Embora a bandeira de D. Maria não fosse reconhecida, os pedristas foram autorizados a comprar géneros frescos em terra e outros artigos de que tinham necessidade imediata.

Começou então a manifestar-se a alteração do espírito politico que desde esse periodo fez reviver por algum tempo as esperanças da liberdade espanhola, e a esquadra constitucional portuguesa era de facto olhada com simpatia pelos generosos habitantes daquela parte da costa da Espanha.

*
* *

Antes de começar a descrever as novas operações da Expedição, peço licença para retroceder um pouco a fim de registar uma circunstância individual que ilustra a disposição natural de D. Pedro.

Durante o tempo em que estive no Porto deu-se ali apenas uma execução pública, ocorrida em 28 de Agosto.

O justiçado era um conhecido criminoso que, após duas tentativas de deserção para o inimigo, foi fuzilado por motivo de terceiro tentame, para o qual procurara aliciar muitos dos seus camaradas. Já aludi à repugnância que o Imperador sentia pelo derramamento de sangue, por sentença. Foi portanto dificil obter de D. Pedro, neste caso, a confirmação da sentença do tribunal marcial.

Aconteceu que me encontrava cavalgando com S. Majestade no momento em que se soube que a sentença estava sendo executada — quatro horas da tarde.

Ouvindo bater o relógio, D. Pedro voltou-se e dirigiu-se a um oficial do seu estado-maior que lhe ficava próximo, a quem disse, em português e com evidente emoção: «É este o primeiro homem que sofre a pena de morte em Portugal com o meu Governo. Deus queira que seja o último».

Ainda outra prova da sinceridade do sentimento do Imperador nesta ocasião: devido às penosas impressões recebidas com esta ocorrência, recusou D. Pedro assistir a um baile dado nessa noite na residência de um oficial da Brigada Estrangeira que por sugestão de S. Majestade e com a promessa da sua presença convidára todas as senhoras, inglesas, francesas e portuguesas, fixando-se a data da festa para o dia em que foi executado o infeliz, por se não saber que o fuzilamento ocorreria nessa data.

Quando em casos extremos se torna indispensável aplicar um castigo exemplar, é justo que os sentimentos humanitários se recolham e apaguem em sacrifício ao bem geral.

Muitas pessoas provavelmente haverá que considerarão por completo errados os escrúpulos de D. Pedro no caso em questão.

Não se negará, porém, que tais escrúpulos revelam uma faceta da bondade do seu carácter, claramente denotam aquele «sopro da natureza» que «torna o mundo melhor», na bela e conhecida expressão.

Bom é que tais factos se tornem conhecidos, para combater certos paralelos que ás vezes por ignorância estabelecem algumas pessoas entre os dois irmãos, pessoas que afirmam terem eles caracteres muito semelhantes.

Faltaria à verdade, bem como ao respeito que tenho pelas boas qualidades naturais do Duque de Bragança, se não negasse categoricamente a exactidão de tal paralelo.

Já me referi com desassombro aos seus defeitos, pela influência que estes exercem nas questões de que me estou ocupando.

Entre as suas virtudes (que não são poucas), algumas há que não vem a propósito referir nesta narrativa.

O que é certo, porém, é que os sentimentos de bondade formam parte importante do seu carácter; nem é exagero atribuir os seus erros e fraquezas, *originariamente*, a uma educação descurada, e *actualmente* aos conselhos dos que o cercam.

Mas voltemos à marcha geral dos acontecimentos.

O estado em que se achava a nossa tropa obrigava-nos a desejar com ansiedade os reforços, há muito prometidos, da Inglaterra e da França.

Essa ansiedade aumentou com as notícias recebidas sobre as invejas e objecções mesquinhas que obstavam a que muitos militares se alistassem na Expedição.

Felizmente, porém, para os nossos desejos, nem todos abrigavam os mesmos sentimentos.

A 12 de Setembro, chegou da Inglaterra, acompanhado de 86 homens, o tenente-coronel Burrell. Este pequeno reforço numérico era de aceitar e até importante, em vista da situação criada; e o concurso de um oficial da categoria e da experiência que o tenente-coronel Burrell adquirira no exército britânico, era altamente apreciado.

Das reservas de fardamento existentes nos depósitos conseguimos vestir rapidamente os recém-chegados. Estes destinavam-se, a principio, a constituir o núcleo de organização de um novo batalhão; no entretanto, porém, consentiu o tenente-coronel Burrell em que eles fossem provisoriamente incorporados na antiga unidade, sob as ordens do Major Shaw; Burrell ofereceu-se, como voluntário, para servir em qualquer lugar em que a sua cooperação fosse considerada útil, dando assim raro exemplo de completa abnegação que merece ser honrosamente registado.

Este pequeno corpo fôra levantado em Londres pelo coronel Burrell. Não foi a falta de recrutas voluntários, mas sim os obstáculos erguidos pelos agentes miguelistas, que o impediram de trazer consigo o quíntuplo daquele número.

Estando então quase concluidas em frente de Monte Pedral as obras de fortificação do inimigo, resolveu o conde de Vila Flor efectuar uma investida contra elas no domingo, 16 de Setembro.

Gaspar Teixeira assumira por esse tempo o comando chefe das forças absolutistas, de que seu sobrinho, Santa Marta, ficou sendo 2.º comandante.

A chegada de Teixeira ao quartel-general foi pomposamente anunciada nos jornais de Lisboa, que também asseveravam que ele se apoderaria do Porto dentro de quinze dias.

As tropas nomeadas para a incursão, em número de 1.300 homens, ficaram sob o comando do Brigadeiro General Brito e partiram das nossas linhas às 2 horas.

Sem ser vista pelo inimigo, que então se encontrava a descansar à sombra, dos ardores do sol, a força liberal depressa alcançou as alturas de Cobelo e de Paranhos.

O primeiro piquete, que ofereceu alguma resistência, foi morto ou feito prisioneiro. As obras recentemente construidas foram completamente destruidas e arrasadas ao nivel do chão. Várias casas das proximidades, que haviam servido de abrigo às brigadas de trabalhadores do inimigo, foram incendiadas e delas se retiraram algumas barricas de munições.

O inimigo, alarmado, apareceu avançando em grande número para o nosso centro, ao mesmo tempo que ameaçava a nossa esquerda com dois esquadrões de cavalaria e algumas tropas ligeiras.

Para fazer face a esta última ameaça, avançou para o Lordello com quatro companhias de caçadores, o coronel José da Fonseca, Governador do Castelo da Foz, movimento este que obrigou o inimigo a retirar-se daquele ponto e a dirigir parte consideravel da sua força contra os nossos postos avançados, em frente de Carvalhido. Daqui, porém, foi valentemente repelido.

Nesta conjuntura, apareceram as testas de três fortes colunas que ameaçavam as alturas fronteiras ao lugar das Antas, posição para onde eu destacara um piquete ordinário das forças do meu comando,

no efectivo de 40 praças, reforçado, porém, na manhã desse dia com o dobro daquele número de homens e mais 25 praças do Batalhão Britânico, tudo sob o comando de um oficial superior, o major Shaw.

O fogo das baterias do Cativo e do Fojo mantinha as colunas inimigas em respeito; mas nos pinhais á esquerda destas, que confinavam com a estrada de Valongo, conseguiram os miguelistas, por uma manobra rápida e audaz, que um grande troço das suas forças ligeiras atravessasse a mata.

A superioridade numérica do inimigo obrigou o nosso piquete a retirar, em ordem, e o Major Shaw, muito sensatamente colocou-o em terreno escavado, por detrás de muros, donde um fogo mortífero impedia novo avanço dos absolutistas.

Logo que se observou este movimento do inimigo, ordenei que duas companhias de Caçadores 12 avançassem imediatamente em apoio do Major Shaw.

Era meu intuito conservar em reserva o remanescente do Batalhão Britânico na Praça das Flores.

Nesse momento solicitou-me com veemência o Major Staunton que o autorizasse a marchar em apoio do piquete com a companhia de granadeiros do seu regimento e uma companhia de caçadores.

Depois, de alguma hesitação concedi a autorização (a) mas adverti-o de que tomasse um caminho lateral, para se proteger contra o fogo do inimigo e poder cair sobre o flanco esquerdo deste, dando assim ao Major Shaw a oportunidade de fazer muitos prisioneiros, por meio de um movimento de frente.

Na pressa e na ansiedade em que estava, lançou-se o Major Staunton sobre a direita do inimigo, em vez de o fazer sobre a es-

---

(a) — Quando o Major Staunton me manifestou pela primeira vez o seu desejo, expliquei-lhe que tencionava reservar as minhas forças para qualquer acção crítica e importante. Ele, porêm, insistiu com energia no seu designio, e animado pela estreita amizade que nos ligava, pôs um pouco de recriminação nos seus rogos, dizendo que talvez nenhuma oportunidade surgisse como a que eu previa e que eu estava colocando em situação de inferioridade o meu regimento por o conservar na rectaguarda, mesmo em tal momento. Foi com relutância e má vontade que acedi ao seu pedido, fatal pelo que sucedeu áquele malogrado oficial.

querda, por ter perdido, como depois me informaram, a direcção da estrada que eu lhe indicára, para lhe facilitar o avanço.

Logo que chegou às alturas, atacou á ponta da baioneta, sendo a sua companhia apoiada com bravura pela de Caçadores 12. Os miguelistas, desnorteados com o imprevisto e com a energia do ataque, logo se puseram em fuga. Reconstituiram-se, porém, rapidamente, devido aos esforços de um oficial montado, e as suas forças, em número muito superior, readquiriram um pouco de ordem.

Pela segunda vez foram os absolutistas atacados pelo bravo Staunton e postos em confusão de que não voltaram a sair.

Alguns dos seus atiradores continuaram a fazer fogo que, embora enfraquecido, foi o suficiente para produzir um resultado doloroso no nosso campo.

O Major Staunton, depois de formar os seus homens, e enquanto ainda se ouviam os gritos e os vivas despertados nos fortes e nas baterias pela valentia dele e dos seus companheiros, foi ferido por bala de arcabuz, que lhe penetrou um pouco acima do quadril. Imediatamente compreendeu que a ferida era mortal.

Atingido na espinha, sem que a bala tivesse passado, sofria cruciantes dores.

Enquanto o levavam para a rectaguarda, pediu que o informassem quando passasse pelas tropas portuguesas, para abafar os gritos de dor.

Quando o fui ver logo depois da acção, exclamou: «Não me chorem! Morro por uma causa justa e nobre. Diga-me: não cumpri o meu dever? Nunca se esqueçam dos bravos que me acompanharam». (a)

(a) — Este jovem oficial era o filho mais velho de uma rica e respeitabilissima família residente na Irlanda. Desde verdes anos manifestara tendências acentuadas para as aventuras românticas — tendências que só a carreira das armas podia satisfazer. Contrariado no seu desejo de seguir a vida militar, atravessara várias vezes o Atlântico e visitara muitas das nossas colónias. O seu temperamento intrépido era grandemente ajudado por notáveis dotes intelectuais que impediram que o seu amor ardente da liberdade se manifestasse erroneamente em excessos de visionário.

A vivacidade do seu carácter revelava-se também na devoção à arte e

Logo depois do tiro fatal que prostrou o Major Staunton, o seu brioso subalterno, Tenente Jenkins, foi ferido por uma bala que lhe atravessou a coxa. Foram estas das últimas baixas que vieram ofuscar a alegria daquele combate vitorioso. No segundo volume desta obra (b) encontrar-se-á um relatório oficial sobre estes factos. A incursão fora preparada com prudente sigilo e bem conduzida. As tropas comportaram-se admiravelmente e Brito levou-as ao ataque com prudência e vigor. Foram pequenas as nossas perdas, se considerarmos os resultados obtidos, ao passo que as do inimigo deviam ter sido consideráveis.

Deve causar surpresa o facto de os miguelistas terem feito um ataque geral às nossas linhas, sem nenhum êxito.

Embora Santa Marta comandasse pessoalmente este combate, não havia da parte dele espirito de tenacidade que indicasse decisão ou vontade de execução.

Pelo contrário, os seus movimentos durante todo o combate

à literatura, circunstância que, em condições favoráveis, talvez o levasse a uma situação culminante.

Como todas as pessoas de indole ardente, era dado a crises de melancolia. Nas ocasiões em que esta predominava, embora nunca chegasse ao desespero, parecia ter, tanto quanto aos mortais é isso permitido, a previsão de que se aproximava o seu fim prematuro. Vê-se isso claramente em algumas composições poéticas soltas de que se transcreve uma no Apêndice (*da edição inglesa*). A perda deste jovem, altamente dotado, foi por todos nós dolorosamente sentida. Os seus restos mortais foram acompanhados ao cemitério inglês no Porto, pelos seus camaradas britânicos, bem como pelos oficiais do Batalhão Francês e por muitos do Exército Português. Nenhum dos seus amigos experimentou maior pesar do que eu, pela sua perda. A minha admiração pelas suas qualidades morais e intelectuais ligara-me a ele por laços não menos apertados que os do parentesco. Escusado será afirmar aqui quanto de caluniosas e falsas eram as afirmações constantes de um obscuro folheto publicado em Londres, em que se dizia que o Major Staunton fora morto por um dos seus homens.

A bala que o feriu veio de uma arma a grande distância e só o atingiu depois de ele haver repelido o inimigo e quando, na frente dos seus soldados, os felicitava pela valentia que tinham mostrado. A consternação de todos esses homens quando o cadáver foi dado à sepultura constitui, por si só, refutação suficiente desta descaroável asserção.

(b) Na edição inglesa, *nota do trad.*

traiam certa mesquinhez, qualquer coisa como um efeminado espirito de vingança, absolutamente impróprio de um homem investido no alto comando de tropas.

Talvez o sentimento de inferioridade gerado pela surpresa o tenha levado a esta atitude fraca e irregular.

A energia empregada com êxito da nossa parte não foi, como poderia ter sido, aplicada de modo semelhante no lado sul do Douro, onde o inimigo agora se mostrava activo no erguer batarias, não só para o ataque á Serra, mas também para o bombardeamento da cidade.

Em breve conseguiram os absolutistas erigir duas batarias que alvejavam directamente a Serra e outras duas que mais tarde danificaram sèriamente a cidade, em especial a bataria do Pinheiro.

Estes trabalhos efectuaram-se à vista dos canhões das nossas baterias, que poucas e insignificantes tentativas empregaram para molestar ou interromper a actividade do inimigo.

O poder destrutivo destas fortificações, no futuro, quando concluidas, saltava aos olhos de qualquer observador vulgar, não sendo dificil prever o dano que viriam a causar, em vista da escassa força de que dispunhamos.

Se o General-chefe fosse autorizado a agir segundo o seu próprio critério, uma investida com 2000 homens bastaria para varrer as fortificações do inimigo desde o flanco direito deste até ao mar, do lado de Vila Nova e ao mesmo tempo permitiria que os comerciantes alcançassem o seu há muito desejado objectivo de retirar todo o vinho dos armazens da Companhia, naquele lado do rio.

Não prevaleceram as razões, convincentes embora, e expostas com veemência, que aconselhavam este procedimento.

Os rogos instantes de Palmela e os requerimentos da própria corporação dos negociantes, foram ineficazes, embora o primeiro, como já ficou dito, tivesse confiado, sob palavra do Imperador e dos seus ministros, em que o vinho seria retirado logo depois da sua partida para Inglaterra e nessa persuasão entrou em negociações para um empréstimo de 200 mil libras, que teria o referido vinho como garantia.

O coronel Sorell, antigo cônsul britânico na Corunha, chegara havia dias ao Porto, para substituir M. Crispin. Aquele cavalheiro foi

muito bem recebido pelos negociantes britânicos. O seu carácter e conduta, quando cônsul na Galiza, davam-lhe plenas garantias da mais escrupulosa atenção aos seus interesses e dos comerciantes seus compatriotas e de um honesto afastamento de toda a parcialidade política.

Tornara-se necessário, devido aos frequentes insultos à bandeira inglesa, bem como aos prejuizos causados em propriedades britânicas, que o cônsul apresentasse enérgica queixa ao general miguelista.

Nestas condições, o tenente Elliot, da marinha britânica, que, com outro oficial, estacionava no Douro como agente de ligação entre o cônsul e o comandante da frota inglesa ao largo da barra, foi enviado ao Quartel-General miguelista com uma bandeira de parlamentário. Acolheram-no, na ocasião, com a maior gentileza.

Recebeu esse oficial, bem como o intérprete inglês que o acompanhava, convite para jantar no Quartel-General, então estabelecido na casa do cônsul do Papa, á entrada de Vila Nova, quem vem da estrada real de Lisboa.

O convite foi aceite e, como era de esperar, muitas perguntas fizeram a Mr. Elliot sobre a situação, os efectivos e os sentimentos gerais dos *malhados* (ou rebeldes), como os miguelistas sempre nos designavam.

Sir John Campbell, que estava presente, ao saber que o Coronel Bernardo de Sá perdera o braço na ocasião do ataque inimigo à Serra, a 8 daquele mês, parece que exultou com o facto (segundo se diz, creio que sem fundamento) observando que com isso se achava satisfeito, e que se ele, Sá, houvesse caído nas mãos dos absolutistas, ficaria também sem a cabeça. (a) A entrevista, depois de várias evasivas do lado miguelista, produziu apenas algumas vagas promessas ge-

---

(a) — Não deixa de ser singular que o Coronel Bernardo de Sá Nogueira e o Conde de Vila Flor fossem subalternos, durante a Guerra Peninsular, no regimento de Cavalaria portuguesa de que Sir John Campbell era então comandante e que ambos aqueles oficiais lhe fossem muito afeiçoados, como seu coronel. E tanto assim era, de facto, como eles mesmos me informaram, que Sir John mandou buscar espadas a Inglaterra, com as quais presenteou cada um deles, em sinal de apreço e estima.

Só quando Mr. Elliot regressou e relatou os pormenores da entrevista a que aludo é que o Conde ficou sabendo que Campbell entrára ao serviço

rais de se absterem, de futuro, de actos insultuosos idênticos aos que faziam objecto da reclamação.

A relutância tão estranhamente evidenciada, sobre a questão do vinho, pareceu, por uma perversidade singular, cessar logo que as novas baterias inimigas abriram fogo.

Todos os dias se levava a efeito uma tentativa para retirar certa porção de vinho, para o que, em geral, um batalhão passava para o outro lado da Serra antes do amanhecer, donde, em dado momento, efectuava incursões, ao passo que um segundo batalhão se postava em linha nos cais do lado da cidade, ao longo dos quais se amontoavam à pressa barris de vinho e couros.

Era, claro está, grande o risco deste serviço, cujos resultados, em alguns casos, não se mostravam satisfatórios.

Ainda assim, atravessaram o rio algumas centenas de pipas de vinho e certa quantidade de azeite e bebidas espirituosas que bastavam para o consumo usual das tropas.

Também se conseguiu, durante a noite, e sob a protecção das nossas canhoneiras, então zelosamente comandadas pelo Capitão Hills, transportar pelo rio certo número de bois e outros mantimentos.

Em suma: o que se poderia ter feito mais cedo com facilidade, segurança e perfeição, foi agora realizado com dificuldade e perigo e dum modo imperfeito.

Pouco depois da primeira missão do Tenente Elliot, sob a protecção da bandeira britânica, junto dos miguelistas de Vila Nova, consideraram as autoridades britânicas necessário enviar novamente aquele oficial em idêntica missão de reclamação contra os consideráveis prejuizos causados a propriedades dos súbditos ingleses.

---

do usurpador. Quando de tal se convenceu, todos os que o rodeavam notaram a sua contrariedade e desgosto. Se o caso valesse a pena, eu afirmaria aqui a Sir John Campbell, pelo conhecimento pessoal, que tenho do seu antigo subalterno, o intrépido Bernardo de Sá, que se este, pelos acasos da guerra, houvesse às mãos a Sir John, impediria, mesmo com risco de vida, que as tropas constitucionais o molestassem ou injuriassem.

O que é certo é que a conduta de Campbell aumentou-lhe as probabilidades de cair prisioneiro dos liberais, como se disse (talvez sem fundamento) naquela ocasião e noutras subsequentes, visto o seu procedimento ter aguçado o desejo das tropas estrangeiras de lhe deitarem a mão, objectivo este para a consecução do qual se fizeram diversas tentativas.

Tomou o Tenente Elliot a estrada de Valongo para o Quartel-General de Gaspar Teixeira, montado num cavalo que eu lhe emprestára para seu uso e precedido de um rapaz que conduzia a bandeira britânica e cavalgava outro animal cuja sela havia sido tirada de um dos cavalos do inimigo, morto em Ponte Ferreira; por tal motivo, esteve o moço prestes a ser detido pelos absolutistas.

O Tenente Elliot foi conduzido de Rio Tinto, onde primeiro encontrou os postos avançados inimigos, para a Quinta da Formiga. Gaspar Teixeira recusou recebe-lo, determinando que ele ficasse detido enquanto redigia uma resposta por escrito, igualmente vaga e insatisfatória como a anterior e como outras que se lhe seguiram.

Informou o Tenente Elliot que durante o intervalo da espera, Sir John Campbell se lhe dirigira em tom muito diferente do que usára por ocasião da primeira visita e com expressões tendentes a demonstrar que se o Rei de Portugal tivesse às suas ordens 70 mil baionetas, a Inglaterra se não atreveria a insultar Sua Majestade pela forma como o fizera.

Informou mais o Tenente Elliot que, por motivo do excessivo calor, pedira um copo de água e que, em vez de lho oferecerem delicadamente, um dos oficiais do Estado-Maior lhe indicara, com um dedo, um jarro de barro no vão de uma janela, para que dela bebesse.

Os circulos imperiais mostravam-se agora completamente absorvidos com a perspectiva de novo ataque dos nossos adversários. De facto, por tudo quanto se sabia dos escassos meios de informação de que dispunhamos, supunha-se que seriamos atacados novamente em 20 de Setembro, dia onomástico de D. Miguel. A 27 chegou da Inglaterra o vapor «London Merchant», com 54 cavalos, arreios e equipamento de cavalaria para 200 homens.

Para tratadores dos cavalos foram escolhidos alguns velhos dragões do Batalhão Britânico, os quais, por ordem do Ministro da Guerra, ficaram sob a superintendência de um cavalheiro que recentemente se alistára na expedição com o coronel Burrell, mas que, como depois se viu, não se encontrava habilitado para o desempenho do cargo.

Durante os três dias anteriores a 29, vigiei atentamente os movimentos do inimigo. Este havia feito transportar número considerável de mulas carregadas e outras bagagens, para a parte norte, por Avin-

tes. A 27, quatro batalhões e vária artilharia de campanha passou também para o mesmo lado, com aquele itinerário.

O Imperador, que geralmente visitava o sector da minha linha de manhã e á tarde, e que, de facto, embora não oficialmente, assumira o comando do exército, observara pessoalmente o perigo que adviria de numerosas casas e quintas fechadas e densamente arborizadas que desciam até às margens do rio, logo na minha frente. Pedi que pelo menos alguns destes obstáculos fossem arrasados até ao chão, de modo a desimpedir o campo de tiro das tropas.

Não surtiu efeito o meu pedido.

Mais uma vez me prometeram o auxílio de 200 camponeses para removerem escadas e taparem as janelas de certas casas que pela sua situação podiam dar ao inimigo protecção e facilidades para incomodar as tropas das nossas linhas; esta promessa também se não cumpriu e foi com as minhas próprias tropas que me vi finalmente obrigado a executar aqueles trabalhos na tarde de 28, quando já se tinha a certeza de que o inimigo atacaria as nossas linhas no dia seguinte.

Durante as informações que julguei necessário procurar, surgiram-me suspeitas sobre as intenções de certo morador da Vila de Freixo, que captara as boas graças do conde de St. Leger, comandante do Batalhão Francês, e fora por este utilizado como espião.

Comuniquei ao Conde a minha impressão de que o homem estava ao serviço do inimigo, mas St. Leger tinha nele tal confiança que o aviso não foi tomado em consideração. Viu-se mais tarde que não era infundado.

Nesta epoca, quando parecia que o esperado ataque dos absolutistas devia ser a mais forte razão para a concentração da nossa força, resolveu-se que esta se dividisse, destacando-se uma parte com o objectivo duvidoso de tentar uma diversão em ponto distante.

As regras usuais da defesa condenavam claramente tal passo, se se considerassem os números relativos e a situação de cada um dos campos contendores. Não obstante, não se hesitou em da-lo, porque na noite de 27 recebi ordem de destacar o Major Vasconcelos com Caçadores 12 para um serviço especial, com instruções que lhe seriam transmitidas pelo Quartel-Mestre-General.

Em consequência embarcou aquele oficial antes do amanhecer com o seu batalhão, na força de 460 homens, para bordo do vapor

«London Merchant», levando consigo alguns barcos de fundo chato, que desembarcariam em Aveiro, ponto de destino. A parte naval desta empresa foi confiada ao Capitão Rose. O vapor só às 7 horas levantou ferro, chegando ao largo da barra de Aveiro na tarde do dia seguinte.

Aqui surgiu uma dificuldade, devida à ignorância dos pilotos, que haviam asseverado conhecer perfeitamente o rio; de facto, não conheciam senão a parte exterior da barra.

Em face deste impedimento, resolveram o Capitão Rose e o Major Vasconcelos seguir a alternativa de desembarcarem, em barcos, com uma força de 120 homens, a fim de fazerem um reconhecimento pelo rio acima.

Não avançara muito este destacamento quando lhe apareceu o inimigo em número considerável em vários pontos, mostrando-se especialmente ameaçador na margem sul.

Fizeram os absolutistas várias tentativas hábeis para induzir Vasconcelos a desembarcar. Este, porém, evitou sensatamente fazê-lo, e, segundo as afirmações do Capitão Rose, tornava-se impossivel que os homens que ficaram a bordo viessem juntar-se-lhes, por causa das dificuldades apresentadas pelo rio e barra.

Esta circunstância e a superioridade das forças miguelistas, determinaram a resolução de retirar e reembarcar as tropas.

Não era isto coisa fácil, pois a maré mostrava-se tão forte que os barcos a muito custo venciam a ressaca, ficando por conseguinte expostos ao fogo do inimigo até que a noite os protegesse, tornando-se tarefa particularmente difícil o salvamento de dois barcos devido à forte rebentação na barra.

O forte de Angire (?) em frente ao mar, encontrava-se, felizmente, desmantelado, mas chegavam ali tropas de toda a parte, notando-se depois pelo número de barcos em movimento o alarme que ia então em Aveiro e terras dos arredores.

Limitaram-se afortunadamente a três homens as nossas perdas nesta ocasião e dois marinheiros feridos. O vapor regressou ao Douro na manhã de 30.

Assim terminou sem êxito a mal organizada expedição, que, se fosse empreendida mais cedo e com maiores efectivos, talvez nos trouxesse grandes vantagens. Mil ou mil e duzentos homens, com

duas peças de artilharia, poderiam hostilizar severamente a rectaguarda do inimigo e priva-lo de muitos abastecimentos, que lhe haviam sido principalmente remetidos para o ponto em questão.

A ideia de tentar uma diversão contra Aveiro não nascera no Porto. Foi um dos muitos e judiciosos alvitres de um intrépido oficial a que já se aludiu e que comunicára as suas opiniões ao Marquês de Palmela.

Não restava senão executar a ideia com o mesmo entusiasmo e vigor que a determinára e sob as ordens imediatas do seu autor.

O Batalhão que em tal operação se empenhara, era, na verdade, um dos melhores do Exército Português. E empresa mais arriscada do que aquela não podia ter sido confiada a mãos mais habeis e valentes do que as dos dois mencionados oficiais. Os efectivos, porém, eram totalmente inadequados e portanto menos do que inúteis, defeito este agravado pela separação imposta pela ignorância ou covardia dos pilotos, que só permitiram, para a prossecução da tentativa, o emprego dos homens que coubessem nos barcos.

Além do fracasso do objectivo imediato, grave prejuizo resultou do *periodo* escolhido para o empreendimento, porquanto, como Caçadores 12, que formara a reserva das tropas do meu comando, esteve ausente desse serviço em 29 e nenhum outro batalhão fora nomeado para o substituir, não obstante as promessas feitas em tal sentido, a minha linha de defesa ficou necessariamente muito enfraquecida.

Cabe agora descrever o ataque e a defesa das nossas linhas em 29. Duas horas antes do amanhecer desse dia, ouvimos distintamente várias colunas mover-se em diferentes direcções. Comuniquei o facto ao Conde de Vila-Flor, com o aviso de que, se eu não recebesse um reforço de 500 homens, equivalente aos que me haviam sido retirados em 27, me não responsabilizaria pela sustentação da posição que os franceses então ocupavam.

Essa posição era a que ia da estrada de S. Cosme para a Quinta da China, tocando no rio, sector importante este, que eu confiara ao Batalhão Francês, sob o comando do conde de St. Leger.

Às 5 e meia, quando me encontrava na Bateria do Bonfim, (no centro da linha, na estrada real para Valongo) recebi a informação do Conde de St. Leger de que o inimigo avançava rapidamente sobre ele, tanto pelo lado do rio, como pela estrada de S. Cosme.

Dirigindo-me imediatamente ao Quartel do Conde e vendo que nenhuns reforços tinham chegado, ordenei ao oficial da repartição do Quartel-General, adido às minhas forças, D. Fernando de Almeida, que se apresentasse com urgência ao Imperador e pedisse o necessário reforço. Mandei também o cadete Valdez ao General Chefe, com a missão de demonstrar a situação perigosa em que se encontrava a extrema direita da minha linha e requisitar urgentemente um batalhão de quinhentos homens. Ao mesmo tempo, eu assegurava ao General que manteria o terreno à minha guarda enquanto tivesse um homem disponivel.

Em resposta, informou o Conde de Vila-Flor que mandara em meu auxilio Caçadores 5, o qual chegaria dentro de poucos minutos.

Só três horas mais tarde, porém, é que chegaram os reforços, constituidos unicamente por 120 homens, com um capitão e três subalternos.

Eu encarregara o Tenente-Coronel Burrell da defesa da Quinta e dos quintais da Praça das Flores, ao passo que o Major Shaw fora colocado na barreira e nos redutos em frente.

Ambos estes oficiais receberam instruções para manterem os seus respectivos postos contra todos os escaramuçadores, só devendo retirar para as linhas no caso de o inimigo avançar em coluna.

As tropas portuguesas forneceram nesta manhã os piquetes para as alturas no Lugar das Antas, arranjo que eu preparára com o fim de me habilitar a concentrar o meu pequeno grupo de ingleses e a te-los disponiveis para qualquer ponto onde fossem necessários.

O primeiro esforço do inimigo foi dirigido contra a Quinta da China e a estrada de S. Cosme. As suas colunas de ataque á Quinta eram conduzidas por aquele mesmo Baltazar, protegido pelo Conde de St. Leger e dúplice espião, já mencionado.

A força numérica do Batalhão Francês em posição naquele momento era apenas de 317 baionetas, ao passo que as duas brigadas de miguelistas que o atacaram montavam a cerca de 2.500 homens.

Os piquetes franceses na estrada de S. Cosme foram carregados pela cavalaria e recuaram e a traição dos moradores das casas vizinhas habilitou as colunas inimigas a avançar até à distância de um tiro de arcabuz das nossas trincheiras e baterias, sem que lhes pudéssemos descobrir as cabeças.

Com tal manobra livrou-se o inimigo do efeito das instruções que eu dera às várias baterias para que só fizessem fogo quando aquele estivesse ao alcance do tiro, devendo só então atirar contra as testas das colunas adversárias.

Protegidos pelos esconderijos que obtiveram e com a violenta impetuosidade do seu movimento, chegaram os miguelistas às nossas linhas e conseguiram trazer os seus pioneiros para abaterem os pinheiros que na nossa frente haviamos posto como estacada. A esmagadora superioridade do inimigo e as baixas provocadas pelo seu fogo criaram momentaneamente certo pânico no pequeno e heróico troço de franceses, que conseguiram, porém, reagrupar-se, à minha chegada, para a defesa da bateria à rectaguarda. Vendo desmontado o Conde de St. Leger, cujo cavalo fora abatido a tiro poucos momentos antes, incitei o seu pequeno grupo a retomar a estacada à ponta da baioneta.

Ele mesmo conduziu os seus homens ao ataque a passo de carga e estes reconquistaram o posto com todo o espírito de arrojo, tão notório entre os soldados franceses.

Retomado este ponto, embora, infelizmente, com pesadas perdas, ordenei que os homens se expusessem o menos possivel — que colocassem as bocas das armas através dos interstícios da estacada e só disparassem quando tivessem a certeza de atingir o alvo.

Reconhecendo com que espécie de inimigo tinham de se haver, reduziram os absolutistas um pouco a impetuosidade, continuando, porém, um fogo vivo das casas vizinhas e dos quintais abrigados.

Fizeram eles a seguir um ataque audaz à barreira colocada na estrada de S. Cosme, a cem metros em frente da casa de Barros Lima.

Fora ali colocada uma mina, que se mostrou inútil, devido às chuvas da véspera. Aqui se instalaram momentaneamente os miguelistas, apoderando-se da barreira, na ocasião em que chegavam os escassos reforços, há muito esperados.

As forças recemchegadas não se achavam dispostas a retomar a barricada à ponta da baioneta, do que resultou que cerca de 200 miguelistas se infiltraram nas nossas linhas. Foram, porém, prontamente repelidos por um destacamento do corpo montado de guias, do comando do coronel João Nepomuceno de Macedo, que abateu alguns

e fez vários prisioneiros, obrigando os restantes a retirar através da trincheira, que estava atulhada com o mobiliário das casas vizinhas.

Com excepção desta briosa carga, não recebera o corpo francês nenhum apoio até áquele momento, na defesa do seu terreno, parte considerável da nossa linha, contra uma força de 2:500 homens.

Pouco tempo antes deste ataque fora o conde de St. Leger gravemente ferido e obrigado a deixar o campo. O valente jovem Lasteyrie, que durante todo o combate esteve sempre na frente exposto ao perigo, pois deixara a relativa segurança do Estado-Maior do Imperador, ficou também ferido, mas não teve de abandonar o seu posto.

Parecendo-me defendida esta parte da minha posição, encaminhei-me a toda a pressa para a Bateria do Fojo, logo à rectaguarda da Praça das Flores (a); dali observei que o Batalhão Britânico se encontrava empenhado na luta, visto haver sido também atacado por tropas em número muito superior.

Havendo o inimigo chegado às alturas das Antas, abandonadas sem resistência pelo piquete de 80 homens de infantaria 18, que ali fora colocado, ficaram os britânicos expostos a perigo iminente.

Este pequeno corpo, retirando da barricada na estrada de Valongo, onde, não obstante, opusera obstinada resistência, introduzira-se numa casa preparada de antemão para a defesa e barricou portas e janelas, em que se haviam aberto seteiras para o emprego das espingardas. Enquanto o Tenente-Coronel Burrell, com a ala direita dos britânicos, defendia esta casa, comandava o Major Shaw a ala esquerda, para a defesa do jardim.

(a) — Antes de eu deixar a extrema direita, o Coronel Pacheco, com o batalhão de infantaria 10, guarneceu as baterias que haviam estado momentaneamente na posse do inimigo, bem como aquela parte da linha exterior fronteira à bateria do Lombo, que tocava na igreja de Bonfim. Belo rasgo de valentia fora praticado antes da chegada de Pacheco, por seis homens do *Corpo Académico*, os quais, vendo o inimigo repelido da barreira de S. Cosme, avançaram com ímpeto da bateria do Lombo e retomaram o forte que estava imediatamente na sua frente. Nesta tentativa temerária e feliz, feita por seis assaltantes, perderam a vida dois irmãos.

Os quatro restantes conservaram a posição até à chegada de Pacheco.

Durante toda a prolongada luta que estou descrevendo, o pequeno *Corpo Académico* distinguiu-se honrosamente pela sua coragem e devoção à causa liberal.

Aqui fizeram os miguelistas um ataque desesperado, para o que transportaram rapidamente um grande corpo de tropas para as casas da vizinhança em frente, com o que ficaram protegidos do fogo das nossas baterias e habilitados a escalar os muros do jardim e a cercar, em parte, a casa que o Tenente-Coronel Burrell ocupara.

Este, porém, percebendo o perigo, fez uma sortida ousada e com uma carga á baioneta obrigou em pouco tempo o inimigo a retirar.

Mal tinha conseguido este objectivo quando foi morto a tiro no local. Com ele morreram também doze homens. Os restantes juntaram-se à força do Major Shaw, que com notável obstinação disputava cada polegada de terreno, até serem trazidos para as nossas linhas os oficiais e os soldados feridos. Depois disto retirou em boa ordem, com o resto da força, para a Bateria do Cativo.

No decorrer do ataque ao jardim da Praça das Flores, notaram-se de ambos os lados notáveis exemplos de coragem pessoal.

Algumas tropas ligeiras do inimigo tiveram a audácia de tentar combate singular com os britânicos, investida em que foram felizes e que as ensoberbeceu. Estes recontros não se davam apenas entre soldados rasos. Um dos oficiais de Caçadores de D. Miguel arremeteu com o Tenente Burton, que no momento se encontrava próximo do Major Shaw. O Tenente, com característico sangue frio e precisão, apanhou uma pedra e arremessou-a ao seu assaltante de tal forma que o atingiu no rosto e lhe atirou o barrete ao chão. O oficial miguelista, por sua vez, apontou a espingarda e matou o pobre Burton, a tão curta distância que o casaco lhe ficou chamuscado. O miguelista pagou logo com a vida a temeridade.

O Major Shaw foi também atingido por uma bala perdida, que, por alguns minutos, lhe fez perder os sentidos.

Os capitães Mitchell e Chinnock e o tenente Welsh ficaram gravemente feridos, sendo levados para a rectaguarda.

Quando vi dentro da bateria o resto desta pequena e intrépida força, e compreendi, pela escassez do seu número, que as respectivas fileiras haviam sido fortemente dizimadas; quando observei, ao mesmo tempo, o seu valente Major sem sentidos pelo ferimento que recebera no peito e apenas dois dos subalternos mais novos (um dos quais conduzia a bandeira) em condições de continuarem ao serviço, fácil é

de supor que os meus sentimentos, naquele momento, não eram nada animadores.

Estava eu a dar instruções ao Ajudante para que tomasse conta do batalhão, e a dirigir às praças palavras de estímulo, quando o Major Shaw recobrou forças, tendo então a satisfação de ouvir da sua boca que estava apto a tornar ao campo. Unindo a palavra à acção, ergueu-se e tomou a posição de comando, com grande alegria dos seus subordinados.

Os Britânicos, quando marcharam para o combate, eram em número de 211 baionetas, apenas. Foram atacados de frente por uma coluna de 2.000 homens e sofreram também danos mortíferos causados pelos bandos de atiradores postados nas alturas das Antas.

Á medida que prosseguia a luta, graves embaraços nos causou o estado do nosso material. Na Bateria do Cativo, avariou-se de tal modo a carreta de uma peça de calibre nove, que esta ficou inutilizada. Infelizmente, também, houve falta de munições em todas as baterias sob o meu comando, embora, logo desde o começo da acção, eu tivesse nomeado um inteligente oficial português para tratar deste importante serviço.

Para remediar o primeiro acidente, ordenei ao Capitão Passos que marchasse com uma peça de seis, da sua brigada, a tomar conta da Bateria do Cativo; e para suprir o segundo, pedi com urgência ao Capitão Baptista, comandante da artilharia, o envio de munições para as diversas baterias bem como para uso do batalhão, cuja reserva de munições se esgotara.

Dirigi-me então à Bateria do Fojo, sobre a qual o inimigo avançava, trazendo comigo três peças de calibre nove para a alvejar, das alturas das Antas. Era extremamente violento o fogo de infantaria contra esta bateria. Em cinco minutos foram mortos seis artilheiros quando manejavam uma peça de dezoito.

Os seus postos foram imediata e eficientemente preenchidos por Académicos e pelos bravos Voluntários do Porto, que, embora incorporados havia apenas algumas semanas, competiam com os melhores veteranos, expondo-se destemidamente.

Mas não chegavam munições às baterias e por isso me vi forçado a usar balas de calibre nove para as peças de 18.

Quando apareceram as munições, a sua distribuição fez-se com

tanta ignorância e negligência, que as balas de calibre 18 foram enviadas para uso das baterias de nove e vice-versa.

Outro mal residia no facto de as espingardas, (que, quando novas, não eram das melhores) aquecerem de tal modo com o uso incessante, que se tornava perigoso o seu manejo.

Por isso requisitei com urgência 200 armas novas, do depósito, indicando os diferentes pontos para onde deviam ser remetidas. Por estranho absurdo, estas armas, muito necessárias, em vez de serem enviadas para as linhas, seguiram, juntamente com uma provisão de munições de infantaria, para o *meu* aquartelamento, numa grande casa situada a um quarto de milha da rectaguarda das linhas.

Erros e demoras como estas prejudicavam grandemente as operações. Aconteceu, porém, que eu possuia uma provisão de foguetes de Congreve (a) na Bateria do Cativo, os quais passaram a ter útil aplicação.

Com o dirigir apenas dois deles sobre as alturas das Antas, detivemos o avanço das novas colunas do inimigo, cujos oficiais superiores empregavam visivelmente todos os esforços para induzir os seus homens ao ataque.

Neste momento chegou, felizmente, uma *pequena* remessa de munições próprias para uso das Baterias do Cativo e do Fojo.

Disparando dois tiros da peça de 18 contra os canhões inimigos colocados nas alturas das Antas, desmantelamos um destes últimos.

Apareceu então no local alguma cavalaria com Sir John Campbell em pessoa (conforme as declarações dos prisioneiros), que dirigira todo o ataque nesta zona. Uma descarga de balas dispersou esta força.

Os miguelistas não mostravam agora desejos de renovar o ataque. Mantiveram, porém, fogo vivo na frente contra a nossa bateria do Quartel-General dos Congregados, para a extrema direita, com o objectivo evidente de nos manter em respeito até ao anoitecer, para então retirarem sem risco.

Nesta conjuntura, enviei um oficial ao Conde de Vila-Flor, pedindo a S. Excelência autorização para atacar a esquerda do inimigo, na

(a)—Máquina de guerra inventada por Sir William Congreve (1772-1828). (Nota do trad.)

estrada de S. Cosme, e sugerindo que do centro da nossa linha partisse um ataque semelhante, com o fim de conter a parte dos nossos adversários que haviam ocupado as casas e as cabanas na frente da nossa posição.

Depressa fui informado de que o Conde aprovara a minha proposta e que ordenara ao General de Brigada Henrique da Silva da Fonseca que destacasse uma força do seu comando para atacar a direita do inimigo, logo que eu entrasse em combate.

De acordo com este plano, levando comigo 40 homens do Batalhão Britânico, sob o comando do Ajudante Brown, e 60 franceses, comandados pelo chefe do Batalhão, Gentil, velho oficial com larga prática de serviço, mandei ao mesmo tempo avançar duas companhias de Caçadores 3 ao longo do barranco à direita do Bonfim, enquanto o Major Shaw devia simultâneamente efectuar um rápido movimento contra o seu antigo quartel e apossar-se dele; três companhias de Caçadores 5, da esquerda da Bateria do Fojo, deviam recuperar as alturas das Antas. Dei também instruções para que, logo que a corneta tocasse a avançar, o Tenente-Coronel Pacheco e o Batalhão de Infantaria 10 sob o seu comando, saíssem das suas linhas, a apoiar o ataque dos britânicos à Praça das Flores.

Na nossa primeira investida das linhas à estrada, fomos recebidos com fogo vivo de arcabuzaria. O destacamento francês, que tomara a dianteira no ataque à estrada, ao passo que os britânicos se dirigiram para a esquerda, foi também alvo de fogo mortífero, morrendo o Major Gentil e dois subalternos e ficando gravemente ferido o Major Bourso de Carbonette e três outros oficiais.

Os ingleses perderam seis homens, sofrendo graves ferimentos o Ajudante e muitos outros homens.

Verificando que o Coronel Pacheco não avançara como lhe fora determinado; que a nossa força era insuficiente para alcançar o objectivo sem aquele auxílio e que o bravo Capitão Montenegro, que comandava as companhias de Caçadores 3, fora também morto, fui forçado a ordenar a retirada das forças.

Deram-me mais tarde a entender que a razão da detença do Coronel Pacheco era de atribuir ao Ministro da Guerra, embora nunca me fosse possivel esclarecer satisfatóriamente o caso.

Fosse como fosse, continuo absolutamente convencido de que

Pacheco não só desejava mas ansiava por lutar com o inimigo em campo raso e que generosa e nobremente teria apoiado franceses e ingleses em tão importante crise, pois todos lutavam por igual pela emancipação do seu país. Se, portanto, o caso era de imputar ao senhor Freire, está ele de acordo com a sua restante conduta para com os estrangeiros ao serviço da Raínha. Dirigi-me então à Bateria do Cativo e tive ocasião de observar em desordenada fuga o inimigo, que atirara fora as armas e subia as alturas das Antas em multidão, perseguido por alguns restos de camisolas vermelhas e por Caçadores 5.

No ataque dos britânicos à Praça das Flores, verificou-se terrível carnificina, porque, ao verem muitos corpos dos seus camaradas mutilados por forma repugnante, não houve maneira de os conter no seu furor de vingança. Foram inclementes. Na barreira da estrada de Valongo mataram às baionetadas 60 miguelistas.

Enquanto o inimigo subia as alturas das Antas, metralheio-o com tiros de espingarda e foguetes de Congreve, causando-lhe pesadas baixas; seus gritos ouviam-se distintamente nas nossas linhas.

Toda aquela cena, ainda que animadora para os vencedores, feria os sentimentos de humanidade. Só neste ponto fizemos 260 prisioneiros; e se o ataque à direita houvesse sido apoiado com o devido vigor, é lícito calcular que a nossa vitória naquela acção seria coroada com 2000 prisioneiros.

Assim, fizemos apenas 350 e capturámos duas peças de calibre seis e um morteiro na frente da posição ocupada pelos franceses. Aquelas duas peças haviam-nos sido tomadas em 22 de Julho, na véspera da batalha de Ponte Ferreira.

Durante o dia não fez o inimigo nenhum ataque nem demonstração considerável de força, quer à nossa esquerda, quer no centro.

Todos os seus esforços se concentraram na direita, asseverando-se que Sir John Campbell se jactava da sua intenção de aniquilar os batalhões francês e britânico, postados naquele sector. Verdade seja que quase o conseguiu; mas a enérgica resistência que encontrou e o seu fracasso final completo no ponto de ataque, hão de ter levado o bravo general, quando um dia a paixão partidária houver perdido o seu azedume, a reconhecer que aquela pequena tropa nobremente soube defender a honra das suas respectivas nações.

Os nossos portugueses lutaram admirávelmente durante todo o combate não sendo demais todo o louvor que se dê às novas levas de voluntários recrutados entre os heróicos habitantes do Porto.

Depois desta acção, nunca acreditei que um «Corcunda», ou miguelista, se pudesse encontrar a dentro dos muros da nobre cidade. Os velhos, as mulheres e as crianças desenvolviam por várias formas actividade para satisfazer as nossas necessidades e auxiliar os serviços públicos.

Não posso deixar de reconhecer a bondade das senhoras de várias famílias inglesas da cidade, pelo seu extremo zelo nos serviços dos hospitais e liberalidade nas ofertas de camisas, lençois e roupa branca para os feridos.

Os oficiais feridos não esquecerão também as suas gentilezas, particularmente aqueles cujos ferimentos, por serem mais graves, exigiam atenções especiais.

Uma circunstância, neste dia cheio de acontecimentos, nos deu, a nós, ingleses, grande satisfação : foi ver o Comissário inglês, Coronel Hare, á paisana (distinguindo-se pelo traje, que contrastava com os de todos quantos o rodeavam) cavalgando no meio de intenso fogo e manifestando vivíssimo interesse na marcha e no resultado do combate, ao mesmo tempo que observava rigorosa neutralidade, que lhe era imposta pelo seu cargo.

Alegra-me a ideia de saber que ele sinceramente lamentou que tão pequena vantagem tirássemos de tão importante vitória.

O bravo Coronel não podia conter a expressão do seu contentamento pela conduta das tropas francesas e inglesas. Idêntico sentimento de satisfação experimentaram os seus compatriotas quando viram que os seus esforços estavam a ser observados por um oficial com a experiência e os elevados méritos militares do Coronel Hare.

Naquele dia tinha o inimigo apenas 700 homens em Vila Nova para proteger as suas fortificações, o seu numeroso parque de artilharia e os abundantes mantimentos que ali estavam depositados.

Era esta oportunidade óptima para um golpe decisivo. Estava ali uma força disponivel para tal missão, enquanto a divisão do centro, sob o comando de Henrique da Silva da Fonseca, que estivera pouco exposta durante toda a batalha, se juntaria às tropas vitoriosas na direita ; tudo isto seria amplamente suficiente para manter em res-

peito os esforços do inimigo, se este tivesse a ousadia de repetir o ataque à cidade, o que era pouco provável depois do forte revés que experimentára.

Mas o pânico imbecilizara as mentes de todos os conselheiros do Imperador e quem quer que advogasse medida tão audaciosa, seria considerado um tresloucado e insensato.

O que parece certo é que os acontecimentos do dia lhes haviam ensinado dupla lição: em primeiro lugar, que todas as esperanças de deserção das fileiras miguelistas com motivo na liberdade constitucional se mostraram por completo falazes; e que, ao contrário, os absolutistas se encontravam dispostos a lutar com intemerata energia na defesa das velhas instituições do seu país. E todavia esta certeza não bastou para impelir os constitucionais a uma acção decisiva, que paralizasse os movimentos do inimigo e desse aos partidários de D. Pedro alguma probabilidade de fazer pender para o seu lado o prato da balança.

Poucas dúvidas restam de que os miguelistas eram em grande parte induzidos a atacar a cidade com mira na promessa de que esta lhes seria entregue para que a saqueassem. Se eles, depois de se apoderarem da barreira na estrada de S. Cosme, houvessem avançado resolutamente, nada teria impedido o seu triunfo final. O pequeno reforço de 400 homens, comandados pelo Tenente-Coronel Pacheco, de pouco valeria contra as fortes colunas na nossa frente. A verdade, porêm, mais tarde confirmada pelos prisioneiros, é que a valente resistência oposta ao adversário pelos franceses fez que aquele julgasse tripla a força destes, pelo que se tornou mais cauteloso e menos vivo no ataque.

Decerto nunca houve luta mais enérgica e sangrenta, contra um inimigo esmagadoramente superior em número, do que a sustentada naquele dia por franceses e ingleses. Convenço-me de que em nenhuma guerra europeia se viram actos de maior heroísmo e dedicação e inclino-me a pensar que naquela ocasião se mostrou sob uma forma nova o espírito de rivalidade há muito subsistente entre franceses e ingleses — sob a forma de generosa e nobre emulação de bravura indómita de uns e outros.

Os generosos habitantes da cidade apressaram-se a reconhecer o valor do nosso esforço em sua defesa. Isto por si só já era uma

recompensa depois das perdas de vidas e dos ferimentos que sofremos. De facto, ambos os corpos suportaram pesadas perdas, em especial de oficiais. Os franceses ficaram apenas com três e aos britânicos não restaram senão dois, aptos para o serviço após a batalha. Todos os restantes foram mortos ou feridos. Dentre os que estavam adidos ao meu comando, morreu o tenente Souper (a) e o porta-bandeira Bessa foi ferido, embora este último nunca me tivesse abandonado durante todo o combate.

Depois de colocar fortes piquetes nos pontos habituais e de tomar as necessárias precauções contra novo ataque na manhã seguinte, visitei os meus companheiros feridos.

Como fácilmente se compreende, o espectáculo era impressionante e provocou-me no espírito um mundo de tristes reflexões, não só quanto aos homens, que sofriam, senão também quanto às perspectivas de ulteriores ataques do inimigo.

A verdade era que as fileiras dos nossos intrépidos corpos, tanto o britânico como o francês, estavam tão aflitivamente reduzidas neste duro conflito, que poucos restavam para manter a luta por mais tempo. No que respeitava aos incapacitados, a natureza dos seus ferimentos não lhes permitia que voltassem ao serviço senão passado longo tempo. Depois desta dolorosa cena, tornei ao meu aquartelamento, com o coração oprimido, embora agradecido à Divina Providência, que nos dera a vitória e nos protegera contra um inimigo implacável e feroz.

Na manhã seguinte, chegou ao meu conhecimento, por diversas origens, que o Imperador, bem como alguns elementos do seu séquito, haviam feito na vespera várias censuras, desagradáveis e totalmente imerecidas, à conduta dos corpos inglês e francês.

A grosseira ingratidão e a imprudência absurda de tal atitude

---

(a) — Este jóvem, amável e distinto, filho de um antigo oficial britânico, estivera com a Expedição desde o começo. A principio, desempenhou as funções de cirurgião na Brigada Britânica; porém, o seu amor da glória militar era tão forte que o levou a abandonar a sua profissão e a seguir a carreira das armas como subalterno, sem embargo dos meus conselhos em contrário. — Estudara em Paris e manifestava alta admiração pelo exército francês. Foi morto por uma bala na cabeça, perto das linhas francesas e sepultado na cerca do Seminário, com mais três oficiais franceses.

levaram-me a toma-la como equívoco da parte dos meus informadores. Recusei-me em absoluto a dar-lhe crédito, por a considerar impossível.

Verifiquei, porêm, que me enganara quando o Major Shaw me informou que o Conde de Vila Flor lhe dissera no campo da luta, no dia anterior, que D. Pedro lhe havia enviado o Marquês de Loulé para lhe dizer que «o Batalhão Britânico estava embriagado em combate»; e quando um oficial de alta patente e de categoria moral acrescentara que ouvira o Imperador dizer que «os franceses tinham fugido e abandonado a sua posição».

Escusado será dizer até que ponto me encheram de indignação e desprezo calúnias tão baixas e crueis. Imediatamente resolvi, pela justiça devida aos meus valentes camaradas, esforçar-me por obter uma retratação destas afirmações infundadas e caluniosas.

Para tanto, dirigi-me ao Conde de Vila-Flor, que me confirmou a afirmação do Major Shaw e me garantiu, aliás de acordo com o seu espírito generoso e varonil, que, em resposta, informara o Imperador de que, por sua observação pessoal, se achava habilitado a negar a veracidade da acusação.

Esta insinuação baixa e caluniosa contra os ingleses nasceu do facto (se tal facto podia servir de fundamento à calúnia) de três soldados britânicos feridos, no caminho através da cidade para o hospital, haverem tomado vinho que lhes ofereceram os habitantes e este vinho, actuando em estômagos vasios e em corpos enfraquecidos (pois os homens haviam combatido por muito tempo, sem nada comerem) produziria efeito semelhante ao da embriaguês. Tal era a interpretação «generosa» de um facto vulgar e tal a sua aplicação geral a uma unidade inteira de homens, propagadas pelas altas autoridades, por cuja causa estes mesmos homens estavam generosamente a verter o seu sangue!

Depois de entregar o meu relatório oficial do combate, dirigi uma carta a S. Excelência o Conde de Vila-Flor, para que a submetesse à atenção de S. Majestade Imperial, pedindo ao mesmo tempo uma resposta.

A carta foi entregue ao Imperador, mas a resposta nunca chegou. Tudo quanto o Conde conseguiu de D. Pedro foi uma resposta verbal nos seguintes termos: «Hei de falar com o Hodges, para lhe explicar

o caso. Tudo isto foi um mal entendido». O Imperador, porém, nunca falou no assunto na minha presença.

Não duvido de que esta calúnia se deve atribuir à Junta, egoista e invejosa, que rodeava D. Pedro e cuja principal política consistia em incutir no espírito deste Principe a aversão aos estrangeiros, sem o auxilio dos quais teria sido bem fugaz a permanência de tal gente em território português. A parte de culpa que nesta questão cabe a D. Pedro assenta na estrema ingenuidade com que ele permitia que os seus juizos se deixassem levar pelas maquinações maldosas de tal Junta.

Mas a ingratidão e a grosseria não ficaram por aqui. O hospital geral estava exposto ao fogo do inimigo e nele caira uma granada que matara três feridos portugueses. Em resultado disto pedi ao Ministro da Guerra que adaptasse duas cómodas casas devolutas na Rua Formosa a hospitais para os franceses e ingleses.

Após certa demora, só se conseguiu obter uma das tais casas e essa mesma sem o espaço suficiente para conter só os feridos ingleses. Nem as minhas solicitações nem as do oficial médico chefe, Mr. Alcock, lograram obter mais alojamentos. A eterna resposta do Ministro da Guerra era de — amanhã.

No entretanto, aglomeravam-se os pobres feridos nas escadas e nos corredores, sem camas onde se deitar, sendo inacreditável que nem à data do meu regresso a Inglaterra nem por muitos meses depois se arranjou outro estabelecimento para os homens, embora houvesse na cidade abundância de casas devolutas, bastando que o Ministro destinasse uma delas àquele fim essencial.

Dois dias depois da acção de 29, mandou-me o Conde de Vila Flor informação de que era intenção de S. Majestade dispensar o corpo do meu comando do serviço das trincheiras, devendo o mesmo formar a reserva, cujo comando ficaria a meu cargo, e que, além disso, o Coronel Schwalbach, com a Divisão Ligeira, ocuparia nesse mesmo dia o meu lugar.

Se esta mudança fosse acompanhada de quaisquer expressões de cortesia para com as tropas pela conduta destas em 29, não teria ela sido considerada ofensiva dos nossos sentimentos. De facto as tropas necessitavam de certo repouso depois de uma luta árdua, mas nem uma única palavra de aplauso ou de reconhecimento nos foi dirigida.

O Conde de Vila-Flor, cujo carácter honesto, e sentido de justiça o levara a fazer qualquer proposta no sentido indicado, viu-se inteiramente vencido pela camarilha do palácio e desgostoso com tão injusto e impolítico procedimento, recusou-se em absoluto a ser o agente de transmissão de uma ordem tão desagradável.

Nestas condições, o próprio Imperador enviou-me o Quartel-Mestre-General Loureiro com ordens para que eu entregasse o comando da direita ao Coronel Schwalbach, cuja divisão, já naquele momento em marcha, ocuparia a posição dentro de duas horas.

Embora trivial em si mesmo, esta questão foi a causa próxima de mais importantes mudanças entre os altos comandos.

As fortes exprobações de Vila-Flor nesta ocasião motivaram acaloradas discussões com o Imperador e acentuaram a crescente antipatia deste para com aquele, antipatia cujos fundamentos haviam sido astutamente preparados pela hábil matreirice dos Snrs. Cândido Xavier, Freire, etc.

Todas as sugestões de Vila-Flor, quer as de planos gerais, quer as de pequenos pormenores, encontravam a oposição, excepcionalmente viva, do Imperador. Por fim, o espírito elevado e independente do conde não pôde suportar mais. Triunfava a intriga e o patriotismo honesto passou a ser, ao menos por algum tempo, vítima da imbecilidade egoista.

Vila-Flor pediu a sua exoneração, que foi aceite com prazer por parte da *clique* palaciana, a quem a decência quase não importava já.

Foi agora que se manifestaram mais abertamente os designios daqueles homens sem cultura. O Imperador assumiu nominalmente o comando-chefe; Cândido Xavier foi nomeado seu Secretário Militar e o Capitão Baltazar Pimentel, Quartel-Mestre-General; esta última mudança efectuou-se pela demissão, sem uma palavra de agradecimento, do oficial zeloso e distinto, que era o Major Loureiro. Os valiosos serviços e a intrépida dedicação deste oficial eram honrosamente reconhecidos por todo o Exército.

Mas o honrado afecto que dedicava ao seu antigo e digno Comandante-chefe, e a independência do seu carácter, eram demasiado conhecidos do partido que assim se apossara do poder, para consentir que ele continuasse a desempenhar tão importante cargo.

A decência, porém, impedia que para com Vila-Flor se adoptasse tratamento tão descortês. Tornava-se necessário assumir certo ar de gratidão, pelo menos, para com um homem tão distinto. Foi, portanto, *recompensado* com o título de Duque da Terceira e uma pensão de 20.000 libras, a pagar *quando houvesse verba.*

Foi esta a maneira de galardoar os serviços de um homem valente e ilustre, adoptada por aqueles cuja astúcia anulara a sua influência nos conselhos do Imperador e acabara, finalmente, por afastá-lo por completo.

Pareceu-me insultuoso e absurdo conceder naquele momento a mercê. D. Maria tinha em seu poder, em todo o reino, apenas uma cidade, e nenhum amigo conhecido, fora dos muros desta. Conservava aquela cidade, em grande parte devido à intrepidez de estrangeiros, que, não obstante, eram tratados constantemente com insultos e desdens. Além disso, recebia das nações francesa e inglesa, que os seus conselheiros desprezavam e odiavam, os fundos necessários para conservar nas mãos os seus precários domínios. E todavia esses conselheiros, sem um xelim no tesouro, concediam uma pensão de vinte mil libras!

Ignoro qual fosse a verdadeira opinião de Vila-Flor sobre esta graça absurda e sobre o título não menos absurdo, mas creio que só a sua benevolência e o seu desejo de não complicar as questões o levariam a aceitar o arranjo, embora em desacordo com a modéstia do seu carácter.

Por cerca das oito horas da noite de 9 de Outubro, o inimigo, que durante todo o dia fizera fogo vivo contra a Serra, avançou e executou um ataque vigoroso. Após violento fogo de infantaria, sustentado por ambos os lados durante duas horas, com mais duas tentativas de escalamento das muralhas, foram os miguelistas repelidos.

As nossas perdas foram insignificantes — um morto e dois feridos. Não pudemos averiguar as do inimigo, porque este, aproveitando-se da escuridão da noite, conseguiu levar consigo, sem ser visto, os seus mortos e feridos.

O inimigo mantinha constante actividade na construção de novas fortificações e ao mesmo tempo metralhava violentamente todas as tardes, por algumas horas, a cidade, cuja baixa sofreu consideraveis

danos. A residência do Imperador, em especial, era o que mais lhe atraía a atenção. Em resultado disto, S. Majestade teve de mudar de moradia, para uma casa menos cómoda na Rua das Flores, próximo do rio. Os feridos do hospital geral, por medida da precaução, foram transferidos das enfermarias de cima para as do rés-do-chão, debaixo de arcos. Muitas famílias inglesas se viram obrigadas a abandonar as suas casas e a procurar acomodações nos subúrbios afastados, fora do alcance do tiro.

Alguns compatriotas nossos mostraram-se em extremo activos e generosos nas atenções para com os feridos. Neste particular, deve mencionar-se especialmente Mr. Ormerode e sua família, bem como Mr. Cox, que levou a sua hospitalidade ao ponto de transportar para sua casa três oficiais britânicos, que ali permaneceram até completo restabelecimento.

Mostrou-se também o Rev. Mr. Whateley, Capelão da Feitoria incansável em actos de bondade, tanto espirituais como temporais.

Não foram os nossos camaradas franceses excluidos dos benefícios de toda esta assistência; pelo contrário, era consolador verificar que a caridade e a compaixão os não esqueciam, antes os acolhiam, do mesmo modo, na hora da provação.

A última referência feita à posição das duas forças navais inimigas, dava-as como chegadas à baía de Vigo.

Desde 27 de Setembro, permanecia Sartorius ancorado entre aquele porto e as ilhas de Baiona, vigiando atentamente o Almirante miguelista D. João Felix, cuja força compreendia um navio de linha de batalha, uma fragata, duas corvetas e dois brigues.

Em consequência de continuas invejas e mal-entendidos entre os oficiais da nossa frota, e em especial entre o Capitão Mins e o Almirante Sartorius, este último achou conveniente transferir a sua bandeira da *Rainha de Portugal* para a *D. Maria*, navio comandado pelo Capitão Mins.

Na manhã de 10 de Outubro viu-se a esquadra miguelista fazer preparativos para levantar ferro.

Sartorius ordenou que os seus navios levantassem ferro também e deu o sinal de preparar para combate, não obstante a superioridade da esquadra inimiga.

De ambos os lados se manobrava, conservando-se Sartorius a barlavento do adversário.

O seu plano consistia em principiar o combate com várias bordadas de artilharia das duas fragatas contra a fragata inimiga, para a desmantelar parcialmente. Depois disto, deveria passar-se ao navio de linha de batalha, ficando a fragata entregue à atenção dos seis pequenos barcos, porque o Almirante sabia que os pequenos navios miguelistas não fariam muito para a socorrer, visto a maior parte deles procurarem invariavelmente fugir para sotavento, para evitar o nosso fogo.

Uma brisa favorável animou Sartorius à execução do seu plano, concluidos que foram os preparativos preliminares, com o afastamento dos maus veleiros e depois de ordens terminantes para os navios combaterem juntos e a um tempo, atacando todos simultaneamente, circunstâncias estas de que unicamente dependiam todas as suas esperanças de triunfo.

Apesar destas ordens sensatas, as duas fragatas ficaram desde logo incapacitadas antes que entrassem em acção os navios pequenos, ou melhor, antes que estes abrissem fogo — alguns à distância de dois ou três tiros de peça.

Tendo amainado o vento, nenhuma vantagem pôde Sartorius tirar da manobra.

Durou o combate, com fortuna incerta para ambos os lados, até às 4 da manhã, hora a que cessou o fogo.

Pouco depois, a fragata miguelista, que se comportára valentemente durante o encontro, tentou afundar um dos vapores de Sartorius, ao convencer-se de que a esquadra constitucional se afastava. Sartorius virou imediatamente de bordo e voltou a içar o sinal de combate, na certeza de que o *D. João* apoiaria a fragata. Esta última, porém, percebendo-lhe o intento, navegou virando em roda para se juntar ao navio-chefe e disparando durante todo o tempo. O *D. João* não se moveu em auxilio da fragata e pouco depois toda a frota miguelista se afastava para sudoeste.

O inimigo, por sua própria culpa, sofreu pesadas baixas no combate. Viu-se obrigado a regressar a toda a pressa ao Tejo, estando o *D. João* tão avariado que se não podia conservar no mar.

A sua perda de homens, mortos e feridos, foi de 150. As perdas

da esquadra constitucional foram de 30 mortos e feridos, apenas. Porém as duas fragatas ficaram gravemente danificadas, especialmente a *D. Maria*. Todas as velas a bordo desta última ficaram furadas pelas balas, assemelhando-se a redes de pesca, com excepção das velas reais, que foram ferradas e todas substituidas. O cordame foi todo despedaçado, sofrendo também grossas avarias todos os mastros e as vergas principais. Recebera no casco 83 tiros e durante o combate incendiara-se por curto espaço de tempo, devido a um projectil incendiário do inimigo.

De facto, o navio almirante *D. Maria* aguentou o principal choque do encontro, pois que a fragata *Rainha de Portugal*, logo no começo da acção, sofreu tal avaria em parte do aparelho, devido a um tiro, que ficou impossibilitada de tomar a posição que lhe fora indicada no combate, não podendo, portanto, prestar o apoio que dela se esperava. Por este motivo perdeu relativamente poucos homens, apenas três mortos; mas ficou gravemente avariada no casco e no aparelho e o mastro grave havia sido chumbeado antes da partida dos Açores.

Sem embargo dos prejuizos causados aos seus navios, a actividade empregada por Sartorius na execução das reparações habilitou-o a ter tudo nos seus lugares e preparado novamente para combate, às 4 horas da tarde do mesmo dia. Simultaneamente, pôs toda a frota a navegar no encalço do inimigo, sem conseguir entrar em contacto com este. Nestas circunstâncias, afrouxou a marcha, com o intuito de, permanecendo naquela latitude, proteger os reforços para o Porto, esperados a cada momento da Inglaterra e da França.

Poucos exemplos de decidida valentia se podem citar na guerra naval do que os que se demonstraram neste combate.

É caso muito raro e merecedor de elogio invulgar o ataque de uma fragata de 44 canhões (pois foi a fragata *D. Maria* que neste momento desempenhou a missão) a um navio de linha de batalha e a outra fragata da mesma tonelagem da atacante, navios estes que ficaram de tal modo avariados que tiveram de se afastar e procurar abrigo num porto, sob pena de sofrerem novo embate.

Embora o inimigo, sem levar nenhum troféu que lisonjeasse a vaidade ou estimulasse a arrogância do usurpador, se desse por muito satisfeito em regressar ao Tejo, o que é certo é que se afirmou que

D. Miguel recebeu o seu Almirante com cortesia e atenção. Ao contrário, não foi nada satisfatório o tratamento recebido por Sartorius quando chegou ao largo do Douro alguns dias depois do combate e desembarcou para consultar o Imperador sobre a sua acção no futuro.

Aparentemente, receberam-no bem, com sorrisos e cumprimentos, mas à sucapa segredava-se que os seus esforços haviam ficado muito àquem do que era lícito esperar deles.

De facto, naquela ocasião, nada menos do que a captura do navio de linha e das fragatas também, teria satisfeito as ansiedades dos fanfarrões que rodeavam D. Pedro.

A situação de Sartorius, a partir do momento em que desembarcámos na costa de Portugal, era de grande responsabilidade e exigia não apenas coragem mas também a maior prudência afim de manter em todas as circunstâncias, como necessidade vital, as comunicações com o Porto.

Uma impetuosidade imprudente, que atraisse ao combate toda a frota inimiga ao mesmo tempo, sem atenção às circunstâncias que poderiam pesar nas probabilidades de vitória, talvez originasse a ruina imediata da causa.

As dificuldades da sua posição agravaram-se com as intrigas com que de dentro e de fora o assediavam — intrigas que, no primeiro caso, não só o malquistavam com os seus oficiais, mas também impediam a união, tão necessária aos objectivos da nossa empresa.

A estes empecilhos deve-se acrescentar, mais tarde, o descontentamento das tripulações dos navios, pela deficiência dos fornecimentos aos homens e pelo atraso de 4 ou 5 meses de soldadas. Se se considerar tudo isto, logo se compreenderá a dificuldade da situação de Sartorius e o valor de tudo quanto ele conseguira fazer.

No meio de todo este mal estar, produzido pelo desabar de espectativas estravagantes, chegou-nos de Inglaterra uma feliz aquisição na pessoa de Sir John Milley Doyle. Era agradável observar um rosto prazenteiro, mesmo no semblante sadio de um recém-chegado.

Este cavalheiro teve a sorte de cair imediatamente na graça do Imperador. Não procurarei averiguar até que ponto concorreram para esta situação tão favorável, os seus hábitos de sociedade e o seu talento especial para o canto e para o assobio. O que é certo

é que logo foi colocado como oficial no Estado-Maior do Imperador. (a).

Em virtude do mau comportamento da pessoa encarregada da direcção da cavalaria, foram os homens e os cavalos postos sob o comando de oficiais portugueses, em cujas mãos, porém, tanto uns como os outros, cairam em situação em extremo vergonhosa.

Afirmava-se ser há muito desejo do Conde de Vila-Flor de que esses homens e cavalos fossem entregues ao meu comando, até à chegada do Coronel Bacon. O Ministro da Guerra ordenou que se fizesse assim. Nesta ocasião chegaram dois subalternos e oitenta homens, destinados à unidade do Coronel Bacon, asim como mais 40 homens constituindo um pequeno reforço do Batalhão Britânico.

A vinda destes novos soldados, que ao desembarcarem traziam dinheiro nas algibeiras, por haver cada um recebido duas libras e cinco xelins, acrescida da relativa inactividade dos soldados antigos desde a sua retirada das linhas, bem como o acrescento de 50 belgas ao Batalhão Francês, deram em resultado o considerável aumento da embriaguês e o afrouxamento da disciplina em ambos os corpos.

Infelizmente, todas as irregularidades de procedimento ou tropelias praticadas naquela época eram com certo fundamento imputadas, quer aos ingleses, quer aos franceses, embora se verificasse, na maior parte dos casos, que os agressores eram homens da tropa portuguesa. (b)

(a) — No séquito de Sir John Milley Doyle vieram também vinte cavalheiros com o fim de ocuparem vários cargos militares relacionados com certo corpo de 500 homens que (segundo nos disseram) viria da Inglaterra e se ficaria chamando «Regimento de Doyle», se tivesse chegado... o que nunca aconteceu. Parece que Sir John, antes de partir da Inglaterra, esperava vir a ser, se não comandante-chefe, pelo menos 2.º comandante, a seguir a Vila-Flor. — Fosse como fosse, o bom humor e a graça natural de Sir John sem dúvida ajudaram-nos a passar alegremente algumas noites monótonas.

(b) — Ao aludir a este assunto, devo dar testemunho da prontidão dos franceses na obediência às ordens, mesmo quando se encontravam embriagados sendo-me grato reconhecer, ao mesmo tempo, o respeito completo com que me recebiam, sempre que a eles me dirigia. Encontrando um grupo de soldados franceses meio embriagados numa tarde de domingo, nas ruas, fi-los parar e ordenei que regressassem imediatamente ao quartel.

No Domingo, 14, às duas horas da tarde, fizeram os miguelistas um intrépido e enérgico ataque ao Convento da Serra, para o que trouxeram duas fortes colunas concentradas ao longo das alturas dos Arcos e da Palharinha, enquanto ordenaram o avanço de um corpo de tropas irregulares, a coberto das casas fronteiras à entrada principal do mosteiro, junto aos portões do edifício.

À frente da primeira coluna de ataque inimiga vinha um batalhão de caçadores, cujo comandante trazia às costas uma escada de escalamento. Logo que a testa da coluna se aproximou do fosso da Serra, foi recebida com altos gritos e descargas de arcabuzes, pelo que retirou com pesadas perdas.

Seguiram-se mais dois ataques dos absolutistas com idêntica energia, nos mesmos pontos, sempre repelidos com baixas consideraveis. Às 6 horas retiraram os atacantes, que perderam cerca de 500 mortos, feridos e prisioneiros.

Muitos habitantes da cidade do Porto, que neste momento tomaram parte na defesa, como voluntários, praticaram factos dignos de admiração, pelo seu zelo e valentia, como já dantes haviam feito e continuaram a fazer.

O bravo Brigadeiro-General Torres e a sua guarnição acrescentaram nova fama à que já haviam conquistado. Pouco depois deste combate, trouxe o inimigo duas baterias de peças de calibre quatro, para o efeito de metralhar, a 400 jardas de distância, a parte noroeste da Serra, ao passo que uma terceira bateria se encarregaria de fazer fogo, à mesma distância, do sitio da Bandeira.

Os edifícios adentro dos muros do convento ficaram muito danificados, mas a guarnição sofreu relativamente pouco.

Cumpriram sem demora a ordem, com excepção de um velho tambor de bigodes grisalhos, condecorado com a Legião de Honra. Disse-me o homem que recebera a condecoração das mãos do Imperador Napoleão em pessoa e por isso, com fundamento neste facto, pedia, com certo ar de segurança, que eu lhe permitisse tomar *encore une petite goutte*. Para me ver livre do importuno disse-lhe que ele era *une vieille canaille*, ao que me respondeu: *C'est vrai, mon Colonel! Si je n'etais pas une vieille canaille, je ne serais pas ici!*

A velhacaria contida nesta afirmação provocou-me o riso e não deixou que continuasse a repreensão. Deixei que o velho tambor tomasse, sem mais incómodos, a sua *petite goutte*.

O Hotel Cosme, onde ao tempo residiam o cônsul britânico e o Coronel Hare, na Rua da Vitória, que da Cordoaria se dirigia para a margem do rio, era um dos alvos preferidos do fogo dos miguelistas.

Neste último sitio ocorreu certa manhã uma circunstância que provocou o riso.

O Coronel Hare saiu do seu hotel e ao atravessar a Cordoaria foi atraída a sua atenção para um caso que acontecera a um humilde sapateiro que estava sentado sob uma árvore, ocupado no trabalho da sua profissão. Muito perto do homem rebentou um obus, felizmente sem piores consequências do que as de lhe espalhar a ferramenta e o cobrir de areia e pó. O homem nada sofreu nem se assustou, pois com toda a calma apanhou os utensílios do oficio e mudou-se para debaixo doutra árvore, observando: «Aquela bala por certo era para mim! Vamos procurar lugar mais seguro».

O sangue frio e a singeleza deste comentário encantaram o Coronel Hare, que deu um dollar ao pobre remendão e o conhecimento do caso atraiu novos donativos, de quantitativo superior a muitos longos dias de trabalho com as solas.

Quase todos os navios chegados da Inglaterra traziam um fornecimento de jovens aspirantes, rapazes inexperientes, à procura de comissões e de empregos no exército de Sua Majestade, com cartas de recomendação para mim e outros.

Alguns deles, como era de esperar do seu número e de outras circunstâncias, eram indivíduos ociosos e sem méritos. A maior parte, porém, eram jovens decididos, cheios de coragem e zelo, desejosos de se dedicarem, de facto, ao serviço.

No começo da Expedição, após a formação do Batalhão Britânico, considerara eu conveniente estabelecer como regra que todos os indivíduos nas circunstâncias acima, deviam, de entrada, pegar num arcabuz e servir como voluntários nas fileiras; depois de adquirirem assim o conhecimento dos seus deveres, e se tivessem bom comportamento, ser-lhes-ia facultado obter promoções. A este respeito seria a sua posição semelhante à dos sargentos do regimento, que eu costumava promover aos postos de oficiais subalternos, sempre que a sua conduta lhes desse direito a tais vantagens.

Tornara-se agora, porém, tão numerosa a classe de voluntários a que me estou referindo, que propus a estes cavalheiros que constituis-

sem uma companhia de infantaria, enquadrada por alguns oficiais com experiência do serviço.

Expliquei-lhes, ao mesmo tempo, os termos em que recomendaria os seus serviços à atenção do Imperador, isto é, que ficariam sujeitos a toda a disciplina militar e receberiam regularmente rações e três libras britânicas como soldo mensal; que os seus uniformes seriam os mesmos que os trajes de passeio dos oficiais (casaco, etc.) e que, quando as circunstâncias o permitissem, seriam alojados em casernas, sempre, porém, separados dos soldados rasos.

Depois de considerarem o caso por algumas horas, aceitaram a proposta e logo se formou a companhia. Alguns destes jovens, filhos de antigos oficiais com famílias numerosas, não podiam, de facto, manter-se sem remuneração.

Outros, porém, de posição mais aristocrática, preferiram renunciar à parte pecuniária do contrato.

No fim de Outubro, chegou, em dois vapores, da Inglaterra, consideravel reforço de tropas.

Um destes dois corpos, sob as ordens do Major Sadleir, no efectivo de 87 homens e respectivos oficiais, fora levantado com o apoio dos agentes de D. Pedro em Londres e havia muito que era esperado.

O outro corpo, na força de 240 homens, formando um batalhão, com o quadro de oficiais completo, era designado por «Batalhão Cochrane» e comandava-o um cavalheiro daquele nome, cujos serviços, porém, bem como os da maior parte dos oficiais que o acompanhavam, foram rejeitados pelo Imperador (a).

Convém advertir que se efectuara uma reorganização de toda a força britânica, que passou a constituir um só regimento, com quatro batalhões, com a designação colectiva de «Regimento da Armada».

(a) — Senhor. Tendo recebido hoje, por intermédio de S. Excelência o Ministro da Marinha, a inclusa Ordem de Sua Majestade Imperial, o Duque de Bragança, peço-lhe comunique o conteúdo da mesma às pessoas interessadas. Tenho a honra de ser, etc. (assinado) R. G. Sartorius, Vice-Almirante, Comandante-Chefe da Esquadra de Sua Majestade Fidelíssima.

Ao Coronel Hodges, Comandante da Brigada Estrangeira, ao serviço de Sua Majestade Fidelissima.

ORDEM

Sua Majestade Imperial, o Duque de Bragança, Regente em nome de

Esta medida resultara da oposição vexatória que eu encontrára no Snr. Freire, Ministro da Guerra, e no consequente e crescente desejo do Vice-Almirante Sartorius de ter a força britânica de terra e mar unida sob as suas ordens como «Major-General da Armada», posto que lhe fora conferido nos Açores, mas que, com suas importantes responsabilidades e poderes, ele não assumira sem considerável oposição dos Ministros de D. Pedro.

A força britânica, reorganizada pela forma acima exposta, ficou, sob a direcção suprema do Ministro da Marinha, Mousinho de Albuquerque.

Quando o Imperador tomou o comando supremo do Exército, ficou o Regimento da Armada, ou força britânica, novamente sob a jurisdição do Ministro da Guerra.

Mousinho de Albuquerque foi exonerado da pasta da Marinha e nomeado para a do Interior, cujas atribuições oficiais se cingiam aos muros do Porto e aos Açores, ao passo que o Coronel Bernardo de Sá, como Ministro da Marinha, dirigia, em cooperação com Sartorius, todos os serviços navais.

Estas mudanças, pois, como ficou dito, colocaram-nos nas mãos do Ministro da Guerra.

Dirigi-me em primeiro lugar ao Quartel-Mestre-General sobre a questão das necessidades do destacamento britânico. Expus-lhe, em linguagem muito enérgica, mas respeitosa, que os homens não tinham vestuário, nem sapatos, nem o equipamento indispensável, nem mesmo armamento em quantidade suficiente, embora se esperasse a cada momento um ataque do inimigo; e que toda esta miséria se explicava facilmente se se considerasse que os soldados nunca tiveram uma cama em que se deitar, desde a saida dos Açores, e que haviam trabalhado quase constantemente nas trincheiras, em todas as condições de tempo.

Expus-lhe também que nos depósitos havia abundância de todos os artigos de que tinhamos tanta falta e roguei-lhe que desse or-

---

sua Augusta filha, a Rainha, por motivos ponderosos resolveu não admitir, ao serviço do Exército, os snrs. Cochrane, Davidson, Dixon, Walsh Crown Street, Street (cirurgião) e Galpin.

Por ordem de S. Majestade Imperial. (assinado) R. G. Sartorius, Vice-Almirante, Comandante-Chefe da Esquadra de S. Majestade Fidelíssima.

dens para que os mesmos nos fossem imediatamente distribuidos. Eu sabia que assim era, por haver recebido cópia da factura dos fornecimentos enviados pelos Comissários de Londres, a quem me dirigira sobre o assunto, sendo os pacotes destinados à Brigada Britânica assinalados por uma marca convencional. Depois de repetidas e urgentes solicitações ao Quartel-Mestre-General, dirigi-me finalmente ao próprio Ministro da Guerra.

A este alto funcionário apresentei as minhas reclamações em linguagem igualmente enérgica, mas sem quebra de respeito, acrescentando que esta mísera situação dos homens fora em grande parte agravada pela perda por eles sofrida das suas marmitas de campanha, utensílios de cozinha, capotes e mochilas contendo pequenas ferramentas, tudo isto levado pelo inimigo dos aquartelamentos britânicos da Praça das Flores, por ocasião do combate de 29 de Setembro.

Todas estas exposições, verbais e escritas, receberam as mesmas respostas, frias, indiferentes e ambíguas.

Poderia tal procedimento ser levado à conta de traição?

As tropas foram deixadas sem armas adequadas, expostas a continuos ataques do inimigo, enquanto no arsenal havia amplos fornecimentos. Os equipamentos necessários à eficiência das forças eram-lhes negados, ao passo que os depósitos continham em abundância todos os artigos exigidos, que iam desaparecendo dia a dia pelo roubo e pelo desleixo.

A traição afigura-se, aos olhos do homem desapaixonado, como o mais claro motivo deste estado de coisas.

Por minha parte, porém, e pelo longo conhecimento do carácter dos homens com quem tive de tratar, inclino-me a atribuir tal situação unicamente à inveja cega, estúpida e vil de indivíduos que, na ânsia de cavarem a ruina dos outros, se esquecem, os insensatos, de que, por essa forma, preparam também a ruina própria.

Depois de verificar a inutilidade dos meus esforços, para chamar estas personagens oficiais à justa compreensão dos seus deveres de gratidão e de justiça para com os meus concidadãos, enganados e sofredores, resolvi, como tentativa final, dirigir sobre o assunto uma carta ao Imperador e decidi, de mim para mim, apresentar imediatamente o pedido de demissão do meu cargo e regressar à Inglaterra no caso de este último apelo não lograr também resultado.

Levava-me a dar tal passo a convicção em que estava de que isto seria mais útil aos interesses dos soldados, do que, permanecendo entre eles, lhes dar a menor impressão da minha concordância com tal procedimento, injusto e desleal.

Na verdade, pensava eu ainda que a saida do comandante por tais motivos teria como efeito, no futuro, a prática de uma maior dose de justiça para com os soldados.

Comuniquei a minha decisão condicional ao Marquês de Palmela a quem entreguei a carta dirigida ao Imperador. Esta carta foi lida pelo Marquês a Sua Majestade, na presença dos Ministros da Guerra, da Marinha e da Fazenda.

Declarou-me mais tarde S. Excelência que o Imperador lhe dera instruções para me comunicar que todos os assuntos importantes da queixa constante da minha carta seriam atendidos; que se tomaria devida nota da valentia dos homens na acção de 29 de Setembro; que a razão por que eu fora mandado retirar da direita das fortificações, consistia na necessidade de dar às tropas o descanso de que muito careciam e de me habilitar pessoalmente a atender com maior eficiência à instrução e à disciplina das novas levas que quase todos os dias chegavam da Inglaterra; e finalmente, que as minhas requisições de artigos iam ser imediatamente satisfeitas. Acrescentou ainda o Imperador esperar que de futuro nada viesse interromper a harmonia, essencial ao bem comum.

Aproveitei a oportunidade para afirmar ao Marquês de Palmela que, longe de pretender criar dificuldades às autoridades, fora sempre meu ardente desejo desempenhar o serviço a meu cargo com a maior economia, compativel com o bem-estar dos homens. Estou, aliás, convencido de que Palmela já se apercebera disto.

No entretanto, pagou-se aos homens uma pequena parte das grandes quantias em atraso, o que serviu para calar por algum tempo os clamores que já começavam a tornar-se altos. Esta circunstância, acrescida às promessas de D. Pedro, nas quais, confesso, pus grande confiança, levou-me a encarar o futuro com melhores esperanças.

Na época em que me achava envolvido nestas desagradáveis discussões, ocorreu uma circunstância singular que a principio parecia vir a converter-se em interessante episódio na história da nossa revolução.

Ia eu certa manhã assistir ao desembarque de tropas acabadas de chegar da Inglaterra quando se aproximou de mim, na Praça de S. Lázaro, o mestre de um iate, um inglês, que me informou que uma pessoa, ali perto, muito me desejava falar. Dei qualquer desculpa no momento, pretextando o que tinha a fazer; o homem, porêm, assegurou-me que se tratava de um meu particular amigo, ao mesmo tempo que mo indicava, a curta distância. Aproximei-me dele. O seu aspecto era o de um camponês idoso, vestindo velha camisola de algodão; trazia óculos e apoiava-se a uma grande bengala. Confesso que a princípio me senti embaraçado com a descoberta deste *particular amigo*, que não havia maneira de reconhecer, por mais que o mirasse; porém, ao ouvir-lhe a voz, verifiquei com grande surpreza minha, tratar-se do General espanhol Espoz y Mina, que com tal disfarce e em tal sitio ali se encontrava.

Por mais de vinte anos tivera eu a honra de ser amigo íntimo do General, pelo que se depreenderá que era razoavelmente completo o disfarce que ele assumira.

Como terei ocasião de explicar, tornava-se de facto necessário naquele momento tomar precauções vigorosas deste género.

Era há muito do meu conhecimento o boato de que Mina andava pairando pela costa de Portugal. Parece que ele saira repentinamente de Paris, onde residia, sem que as autoridades o soubessem senão algum tempo depois.

Logo, porém, que o Governo francês tomou conhecimento do facto, remeteu, de acordo com o govêrno inglês, uma nota a D. Pedro, exigindo que, no caso de Mina ser encontrado em qualquer ponto do território português sob a autoridade daquele Príncipe, fosse imediatamente expulso do país. A intenção dos dois governos era não dar à Espanha nenhum pretexto para intervir na guerra civil portuguesa entre os dois irmãos.

O Imperador acedeu imediatamente a esta solicitação, aparecendo para tal efeito um aviso na «Chronica Constitucional do Porto».

Por mais zelosos que se mostrassem, na sua maior parte, os do conselho do Imperador, na execução desta ordem e para que o General Mina fosse expulso, mesmo pela violência, dum lugar em que a sua energia e convicções decididas formariam estranho contraste com a inacção e a imbecilidade dos tais conselheiros, o que é certo é que os

vãos esforços destes para o prender na armadilha, não lhe causaram a mínima impressão. Mina continuou nos seus propósitos com perfeita calma.

O sítio em que pela primeira vez o encontrei era exposto demais para uma conversação prolongada. Noutra ocasião, mais favorável, contou-me ele, em pormenor, o caso da sua visita à costa portuguesa.

O grande, o principal objectivo do seu espírito devotado fora sempre a abolição dos clamorosos males do seu país, por meio da implantação da liberdade constitucional. A fim de satisfazer o seu desígnio de verificar pessoalmente que probabilidades de êxito teriam em Portugal as tentativas de D. Pedro, bem como a possivel influência destas, no caso de triunfo, sobre os seus próprios compatriotas, correra Mina grave risco de ser preso, pois sabia que a vigilância dos seus inimigos se exerceria activamente contra ele.

Não era pequeno, na verdade, este risco, e a narrativa das suas aventuras resvestia um tom altamente interessante e romântico. Costeara a pior parte da península hispânica, até Gibraltar, incluindo todo o litoral português. No decurso da viagem visitara diversas cidades e entrara em contacto com muitos indivíduos.

Atravessara o bloqueio da esquadra do Almirante Sartorius, no Tejo, e penetrára nos muros de Lisboa no intuito de observar o estado da opinião pública em relação aos dois irmãos, ou antes a disposição da população para com o seu grande ídolo, a liberdade. Descera várias vezes até aos Algarves e ao sul da Espanha, voltara a Vigo e finalmente achava-se havia dias no Porto, quando o encontrei.

Aqui permaneceu até à minha partida e acompanhou com a mais viva ansiedade algumas das nossas operações militares. É difícil descrever o desespero do General ao ouvir e ver a forma como as coisas iam correndo.

Considerava ele, evidentemente, como nada provável o triunfo sob tal direcção a não ser que ocorressem no estrangeiro certas circunstâncias, consideradas no momento fora do âmbito das possibilidades.

Como seriam diferentes os resultados, se tivessemos desde o princípio um Mina português, com poderes discricionários, a dirigir a Expedição!

Talvez se não encontrasse em toda a Europa um homem mais

próprio para tal missão do que o General Mina. Valente, empreendedor, astuto, com todas as qualidades de soldado, possuia recursos mentais inexgotáveis para encarar todas as eventualidades e exercia poderosa influência sobre o espírito dos homens, em parte porque estes lhe conheciam o feitio e sabiam que se tratava de um patríota honesto, a ponto de despertar as esperanças de todos os elementos do seu partido e levá-los a empregar as suas energias a favor do bem comum.

Com tais auspícios, unidade de designios e perícia na execução das indispensáveis medidas, teriamos desde logo inspirado o terror nos espíritos de todos quantos servilmente apoiavam o despotismo e garantiriamos o triunfo da causa da liberdade, caso existisse no país alguma corrente, ainda que muito frágil, a apoia-la.

Mas, ah! como é doloroso observar o contraste entre o que é e o que podia ter sido!

Em vez de os actuais dirigentes da coisa pública procurarem conciliar os ânimos, parece que é o demónio da inveja o único factor que domina nos seus conselhos.

Os estrangeiros que vigorosamente teem sustentado a causa são insultados e maltratados e por isso perdem o gosto do serviço, ao passo que os seus compatriotas dotados de grande talento e do mais vivo patriotismo, são combatidos e constituem objecto de suspeita, e até se vêem privados de toda a autoridade.

Ao tempo em que escrevo, parece que nem mesmo as duras lições da experiência lograram causar grande impressão no espírito dos mais interessados no triunfo da causa.

Persiste-se quase nos mesmos processos, com os mesmos resultados desastrosos. Corre sangue em abundância em virtude dos inúteis ataques dos miguelistas, de cujos erros os pedristas mal sabem aproveitar-se.

Mina voltou para Londres alguns dias depois de eu ter deixado o Porto. Veio no vapor «London Merchant», o mesmo que transportava o Marquês de Palmela, Mousinho de Albuquerque e outros fidalgos portugueses, nenhum dos quais, porém, sabia que tinha por companheiro de viagem tão ilustre pessoa.

Vive ainda em Londres, fazendo parte, com Agostino Arguelles, o Almirante Valdez e alguns outros, do pequeno grupo dos excluidos

dos benefícios da última amnistia decretada pela corte de Espanha sob a influência momentânea da Rainha. É de presumir que aguardem pacientemente alguma mudança favorável nos negócios do seu país, que ainda poderá necessitar dos seus valiosos serviços.

Produziu certa sensação entre nós a formação, naquele momento, de um pequeno corpo de cavalaria. Para o Imperador, o caso foi motivo de satisfação quase infantil.

Chegara de Inglaterra o Coronel Bacon, com alguns oficiais e cem cavalos; estes, aumentados aos que já possuíamos, tornaram possivel áquele oficial constituir os elementos de um regimento que viria a chamar-se «Lanceiros da Rainha». A falta de uma força como esta, em época anterior, fora o principal pretexto para que se não efectuasse um movimento de avanço sobre Lisboa.

Ficava, pois, para se ver até que ponto a constituição de tal força animaria a acção do Governo.

Outra circunstância serviu também para aumentar a satisfação do ministério, não menos do que a de D. Pedro, com a chegada daqueles reforços, à custa, porém, dos velhos amigos.

Estes recém-chegados, de acordo com Sir John Milley Doyle, concordaram em servir gratuitamente, ou quase (se atendermos à exiguidade dos soldos portugueses), isto é, por doze mil reis, ou cerca de duas libras e oito xelins por mês.

Gente de fortuna, ou parente de familias abastadas, poderia exibir tão ampla generosidade; mas os que, para manterem certa aparência de dignidade, não dispunham de outros recursos senão os do soldo que lhes competia, esses, claro está, não podiam dispensar a devida retribuição.

Porém esta generosidade da cavalaria (a) e do «Major-General», criou desagradaveis atritos entre os dois serviços.

Por minha parte, resolvi defender os interesses dos meus oficiais

---

(a) — Constou-me mais tarde que muitos oficiais de cavalaria eram homens com fortuna. O oferecimento gratuito dos seus serviços foi, pois, um acto de generosidade. Todavia, podem também considerar-se honrosamente generosos os restantes oficiais, que a partir daquela época continuaram a servir sem receber mais do que o soldo português, circunstância que não pequenas dificuldades lhes acarretou.

e insistir em que fossem pagos com a regularidade habitual pelo Comissariado Geral da Armada. Procedendo assim, parece-me que contribui melhor para manter o espirito nacional e a reputação honrosa dos oficiais britânicos, do que se consentisse em que eles ficassem em situação tal que os levasse a contrair dívidas ou a praticar actos menos dignos e impróprios da sua condição de «Gentlemen».

Pouco depois da chegada desta força de cavalaria, aumentaram os nossos efectivos para cerca de 750 homens, com o desembarque do Tenente-Coronel Williams acompanhado das tropas que tinham servido na esquadra sob as ordens do Almirante Sartorius e que este agora podia dispensar, em consequência do estado de desmantelamento da esquadra inimiga no Tejo.

A força estrangeira seria pois bastante considerável, se os homens não andassem na sua maioria esfarrapados e miseráveis, em estado de quase selvagens.

No que respeita aos ingleses, devo confessar que muitos deles se encontravam reduzidos a tal condição por motivo da sua própria loucura e forte tendência para a embriaguês.

Sem dinheiro e incapazes de fugir àquela desgraçada propensão, despojavam-se de parte do vestuário, especialmente dos capotes, e muitas vezes das botas.

Numa cidade tão grande como o Porto não era possível impedir tais factos.

Além disso, faltava em elevado grau a vigilância constante sobre o comportamento dos homens, essencial à boa disciplina.

A maior parte dos oficiais que eu trouxera dos Açores tinham morrido nos diversos combates com o inimigo, ou encontravam-se feridos no hospital e das altas esferas não vinha o apoio que eu delas tinha o direito de esperar, ao passo que em vários sectores não se encontrava senão a oposição invejosa ou a frieza.

Em tais circunstâncias, não é possivel negar que nem sempre se conseguia observar com rigor a disciplina. As consequências fizeram-se sentir por diversas formas.

Não eram raras as desordens com os portugueses, sendo minha forte convicção de que em muitos casos eram estes os provocadores. O leitor provávelmente se recordará do assassinio, na Terceira, de um dos nossos homens, por um português; e depois da nossa chegada

ao Porto, quando o corpo recebera um mês de soldada, não era raro os portugueses atrairem um inglês a qualquer sítio solitário, sob pretexto de o levarem para o local onde pudesse gastar o seu dinheiro com vantagem, e aí o roubarem, ou, se resistisse, o ameaçarem de morte.

Num caso, porém, um inglês assaltado por esta época e daquela forma por dois portugueses, matou um deles e fez fugir o outro.

O facto despertou grande sensação e o homem foi responder, por vontade de D. Pedro, em tribunal militar presidido pelo Coronel Bacon.

Provou-se claramente a inocência do homem, mas o Imperador nunca autorizou que esta circunstância se tornasse pública, não obstante os meus insistentes rogos perante Sua Majestade, para honra do Corpo Britânico, quando apresentei a D. Pedro as actas do tribunal. O homem ficou detido mais cinco dias na prisão e depois posto em liberdade sem uma palavra em que se reconhecesse a sua inocência.

No entretanto, fazia o inimigo constantes progressos no sentido de nos incomodar e de nos encerrar em círculo mais estreito.

Levantara duas baterias (a interior e a exterior) que dominavam a barra, a entrada para o sitio chamado Cabedelo e o rio até ao castelo da Foz.

O castelo, sendo à prova de bombardas, pouco dano sofreria com o fogo miguelista.

Aquelas baterias contavam, cada uma, quatro bocas de fogo, um morteiro e duas compridas peças de 18.

Este facto causou não pequeno alarme na cidade, porque logo se viu que podiam afundar qualquer barco que entrasse no rio. Em resultado disto, subiram rápidamente os preços dos géneros. A carne, que se vendia a 4 vintens, passou a custar o dobro; o pão mais do que triplicou; o azeite, a banha, o vinho, em resumo, todos os generos alimenticios, encareceram extraordinàriamente.

Apesar de tudo, não afrouxavam os habitantes nos seus esforços e na sua vontade de resistir aos miguelistas.

Nos conselhos do Imperador eram visíveis as apreensões. Sabia-se que, finalmente, chegara D. Miguel com o seu exército, cujos ataques se aguardavam a cada momento.

Na previsão dos acontecimentos, voltei a expor com veemência ao

Ministro da Guerra a necessidade de um fornecimento imediato de armas, equipamentos, roupas, calçado, etc., visto uma grande parte dos soldados britânicos se encontrar ainda em mais que deplorável estado de miséria, muito próxima da nudez. A minha solicitação recebeu a resposta habitual do Ministro da Guerra.

Causou-me profundo desgosto a situação do hospital e a indiferença completa pelas condições de sofrimento em que se achavam os feridos. Todas as minhas queixas sobre o assunto foram desatendidas. Os pedidos do cirurgião Alcock, de mais acomodações, tornavam-se cada dia mais prementes e urgentes. O hospital estava literalmente cheio de doentes e feridos, o que impossibilitava o restabelecimento dos enfermos, em atmosfera tão corrompida.

Vi-me obrigado a mudar para o meu aquartelamento um belo jovem chamado Long, que perdera um braço na acção de 16 de Setembro. Quase se restabelecera. Em consequência, porêm, da condição desgraçada do hospital, racaira e ficára às portas da morte.

Durante este tempo, teria sido possível aproveitar duas casas devolutas na mesma rua para hospitalização de doentes, promessa que o Ministro da Guerra fielmente mantivera por cinco semanas.

Mas nada se fez no sentido indicado.

O Baile Popular Terceirense

Estudo do Folclore Regional

Por LUIS FERREIRA MACHADO DRUMOND

I — INTRODUÇÃO

A Ilha Terceira ainda hoje goza a fama de ser a mais alegre e festiva de tôdas as terras açorianas.

Esse título de que ela tanto se orgulha não peca por falta de veracidade, pois, desde o início da colonização até à actualidade, os terceirenses sempre evidenciaram o seu carácter folgazão.

A pouco mais de um século do início do povoamento, eram tão excessivas as festas que se realizavam na primeira povoação terceirense que as autoridades eclesiásticas, para reprimirem os abusos verificados, se viram na necessidade de a extinguir, mandando encorporá-la na histórica Vila de S. Sebastião.

Dêsse pequeno povoado, que foi berço de tôdas as actuais freguesias da Ilha, resta-nos a velhinha e sempre linda imagem de Santana de Porta Alegre, sua padroeira, em honra da qual os Sebastianenses ainda hoje promovem concorridas festas profanas, a par das de carácter religioso que a igreja costuma efectuar-lhe todos os anos.

Pelos séculos adiante, não faltam alusões ao espírito folgazão dos

terceirenses que, oriundos na sua maior parte do Continente Português, souberam reproduzir e manter nestas paragens atlânticas, talvez com mais simplicidade e pureza, os jubilosos folguedos praticados outrora pelos seus antepassados.

As alegres romarias de Nossa Senhora da Guia, em Viana do Castelo e do Bom Jesus do Monte, em Braga, que ainda hoje atráiem àquelas terras muitos milhares de forasteiros, tiveram as suas imitações na Ilha Terceira.

As romarias de Nossa Senhora dos Milagres, na Serreta, de Nossa Senhora do Mato, nos Cinco Picos e de Santa Rita, na Serra de Santiago, nas quais se evidencia a fé religiosa e também o entusiasmo e o bom humor da gente terceirense, são, por assim dizer, um prolongamento das suas congéneres do Continente Português.

Embora tenham sofrido as evoluções próprias dos seus sete séculos de existência, as festas do Senhor Espírito Santo que todos os anos se realizam na Ilha Terceira, são bem a continuação daquelas que a Raínha Santa Isabel instituiu na Vila de Alenquer no século XIII. A par do espírito de bem fazer que nelas predomina, têm sempre um carácter alegre, resultante, sem dúvida, do regozijo sentido por aquêles que podem dar e pelos contemplados com o óbolo divinizado.

Mais uma herança que os primeiros colonizadores devem ter trazido do Continente, possìvelmente das terras do Ribatejo, é o entusiasmo que todos os terceirenses sentem pela festa brava, os quais percorrem distâncias enormes só para terem o prazer de passar uma tarde em alegre e concorrido arraial, admirando a bravura dos touros e a valentia dos improvisados toureiros.

As próprias canções populares, tão apreciadas ainda hoje, são descendentes directas daquelas que se usavam em todo o Portugal Continental nos séculos XIV e XV. Desde os viras ligeiros do Minho até às baladas dolentes do Alentejo, tôdas elas se acham incluidas no Folclore Musical Terceirense, formando um conjunto harmonioso que, mercê do clima acentuadamente marítimo e do forçado isolamento imposto pelo velho Atlântico foram adquirindo novas características, mantendo no entanto aquelas que lhes serviram de base.

Enfim, graças à fertilidade e à riqueza do solo terceirense, a alegria expansiva dos primeiros colonos encontrou um ambiente propício ao seu desenvolvimento.

*
* *

Ainda no princípio do actual século, a Ilha Terceira primava por ser a terra mais alegre e divertida dos Açôres.

As suas festas iniciavam-se no Dia de Ano Bom e terminavam na noite de São Silvestre.

Logo no limiar do ano, começavam os tradicionais «Ranchos de Reis» que, à noite, percorriam as ruas das povoações, pondo em sobressalto as pacatas gentes com a música alegre do Pèzinho, tocada por uma pequena orquestra composta por instrumentos de sopro e pelas tradicionais violas da terra.

Vinham depois os mascarados velhos que, com suas momices iam lembrando a aproximação do Carnaval, outra época festiva em que a boa disposição se manifestava nas danças e nas esguichadelas que os rapazes atiravam às raparigas, em troca das grandes caldeiradas de água, das limas, dos ovos, do pó de arroz e da farinha que elas lhes lançavam dos balcões, das janelas, ou das portas.

Como refrigério de tôda esta alegria, de todo este entusiasmo, pelo *Santo Entrudo*, surgia então a Quaresma, a época das penitências e das mortificações. O nosso povo mal as suportava, ansioso por que chegasse o Domingo de Páscoa, o dia em que se esqueciam tôdas as tristezas para só pensar na época festiva do Senhor Espírito Santo que, durante oito semanas, constituía o expoente máximo da jovialidade da gente terceirense.

No primeiro dia de Maio, começavam as touradas à corda, que se realizavam durante todo o Verão, mal dando tempo para cuidar das sachas do milho, das ceifas e das debulhas do trigo.

Vinha depois o São João, o São Pedro, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora dos Milagres, da Serreta, e tôdas as festas de Verão, com bodos de leite, bodos de Santo António e touradas à corda. Estas prolongavam-se até ao mês de Outubro, para terminarem com a tradicional tourada da *Segunda-Feira das Lajes*, onde quase todos os habitantes da Ilha iam despedir-se da festa brava até ao ano seguinte. (1)

---

(1) — Modernamente, a tourada da *Segunda-Feira das Lajes* deixou de ter o mesmo significado, embora continue a ser a mais concorrida. Os la-

Pode, pois, dizer-se que a Ilha Terceira era, por excelência, uma terra permanentemente alegre e festiva.

Ainda hoje, o viajante que por ela passe, na época de Verão, terá ocasião de ver o arrebatamento que a sua gente põe em tôdas as festas acorrendo, em grande número, aos arraiais, atraída pelo estalar dos foguetes, ou pelas notas alacres da música popular, num constante desejo de se divertir.

*

* *

Para compreender a psicologia do povo terceirense, para lhe conhecer o carácter alegre e a índole folgazã, em contraste com o seu modo de ser pacato e simples, é necessário estudar as suas canções populares, investigando qual a origem delas, as influências a que estiveram sujeitas e as naturais evoluções que sofreram.

Tal estudo torna-se difícil e complicado, porquanto, os nossos antepassados não se deram ao trabalho de registar o aparecimento e a evolução das suas modinhas populares.

A ausência da precisa documentação nos arquivos e bibliotecas, obriga a recorrer às fontes da suposição que, não primando pela veracidade, são as únicas capazes de suprir aquela deficiência.

Se bem que não sejamos nós a pessoa indicada para o fazer, apresentamos em seguida um modesto estudo sôbre «*O Baile Popular Terceirense*».

Plenamente convencidos de que este trabalho não constitui um modêlo de perfeição, move-nos apenas o intuito de salvar do esquecimento uma parte do património artístico desta nossa Ilha Terceira de Jesus Cristo.

---

jenses numa injustificável pretensão de aumentarem as suas festas, passaram a realizar touradas nas segunda, terça e quarta-feiras e, por vezes, até na quinta-feira, acabando assim com uma velha tradição.

II—ORIGEM DAS CANÇÕES POPULARES TERCEIRENSES

Não é de admitir que os primeiros colonizadores da Ilha Terceira se transformassem em músicos e poetas para criarem novos cantares. Devemos concordar, como não podia deixar de ser, que as primeiras canções populares, que nela apareceram, foram trazidas, em meados do Século XV, pelos companheiros do primeiro Capitão Donatário, o flamengo Jácome de Bruges.

Sendo a maior parte dos primeiros colonos oriunda das diversas províncias do Continente Português, pode concluir-se que o primitivo folclore musical terceirense incluía um agregado de canções irmãzinhas daquelas que se cantavam desde o Minho até ao Algarve, umas alegres, outras tristes, uma ligeiras, outras vagarosas, conforme a índole daquêles que as traziam.

Como muito bem disse o Ex.mo Sr. Tenente-Coronel Frederico Lopes Júnior, na sua interessante palestra pronunciada ao microfone do Rádio Clube de Angra, em Janeiro de 1951, e incluída no Vol. IX do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, referente ao mesmo ano, as quadras populares terceirenses são descendentes directas das que os nossos avoengos continentais cantavam nos Séculos XIV e XV e que ficaram conhecidas na Literatura Portuguesa pelo nome de «*Cantares de Romaria*».

Tanto numas como noutras, nota-se o mesmo estilo delicado e simples. Os poetas populares terceirenses, tal como os seus antepassados, ora exaltam a mulher amada, cantando as suas belezas, ora se queixam de um amor não correspondido, referindo-nos os seus infortúnios, a sua mágoa, a sua dor.

Com o mesmo sentimento amoroso, com a mesma graça e simplicidade com que João Rodrigues Castelo Branco escreveu em pleno Século XV :

Senhora, parten tã tristes
Meus olhos por vós, meu be,
Que nuca tam tristes vistes
Outros nenhus por ninguém !

o nosso povo cantava há cem anos:

Tu és minhas delícias
O meu bem, o meu prazer;
Outra ventura não quero
Hei-de amar-te até morrer.

Os teus olhos é que eu queria
Cativar com grande empenho;
Porque êles são a causa
Do grande amor que te tenho.

Embora o sistema de rima seja diferente e a ortografia tenha sofrido as consequências de uma natural evolução, verifica-se nestas quadras a mesma poesia e o mesmo espírito amoroso. Nota-se-lhe uma identidade de temas, em que se evidencia a simplicidade e a beleza numa perfeita união de sentimentos que comprovam a proveniência continental dos cantares terceirenses.

*

* *

Os trovadores provençais, que na Idade Média visitaram o nosso País, trouxeram os seus lindos *cantares de amor*, que causaram o enlevo das nobres damas portuguesas, os seus *cantares de amigo*, em que traduziam as queixas amorosas das nossas avózinhas, e, as *cantigas de escárneo*, ou *de mal-dizer*, de que êles se serviam para ridicularizarem, criticarem e até mesmo censurarem as acções praticadas pela nossa nobreza.

A influência que êles exerceram no folclore musical português não se evidenciou pelo seu enriquecimento com novas canções. A sua acção principal consistiu no facto de terem passado a trovar na nossa língua, por lhe reconhecerem maior facilidade de adaptação à música, e de adoptarem também os cantares indígenas portugueses, o que demonstra a sua superioridade perante aquêles que traziam de além fronteira.

Uma outra resultante da vinda dos trovadores provençais ao nosso País, foi o grande desenvolvimento que se verificou nos cantares portugueses.

Estando os mesmos restritos apenas aos palácios reais e às casas solarengas, onde, nos intervalos das guerras, quase constantes naquêles tempos, os nobres distraíam suas damas, passaram a ser cantadas pelo povo, perdendo assim a sua categoria de palacianos para entrarem no domínio popular.

Dêste modo, os cantares portugueses da Idade Média, embora tivessem recebido a influência dos trovadores provençais, continuaram a manter o seu primitivo estilo, que poderemos considerar indígena.

Porém, não devem esquecer-se as invasões que sofreu a Península Ibérica nos primeiros séculos do Cristianismo, entre as quais citaremos como mais importantes, pela sua prolongada permanência, a dos romanos e a dos árabes.

Com o decorrer dos anos, é de presumir que se tenham verificado pequenas influências nos cantares portugueses. Muitas das nossas raínhas eram oriundas do estrangeiro e, ao virem para Portugal, faziam-se acompanhar das suas damas e dos pagens que, naturalmente, traziam novas músicas e novas canções. Outro tanto se pode dizer dos portugueses que visitando vários países estrangeiros ali colhiam novos métodos de rima e de canto, com os quais vinham enriquecer a poesia nacional.

Citaremos, como exemplo, o facto de ter sido o Dr. Francisco Sá de Miranda que nos trouxe de Itália novas regras de versificação, entre as quais o soneto.

Partindo do princípio de que os primitivos cantares terceirenses eram os mesmos que se ouviam no Continente Português nos Séculos XIV e XV, podemos dizer que nas primeiras festas populares que se realizaram nesta Ilha, os nossos antepassados usaram os alegres e simples *cantares de romaria*.

Do mesmo modo que no Continente, ter-se-iam cantado na Ilha Terceira as lindas *cantigas de amor*, com que se teciam hinos de louvor às damas e as pitorescas *cantigas de escárneo*, ou de *maldizer*, que serviam para ridicularizar as acções e os defeitos físicos ou morais dos circunstantes.

III — INFLUÊNCIAS A QUE ESTIVERAM SUJEITAS

Os cantares terceirenses, tendo a sua origem naqueles que se usavam no Continente Português, nos Séculos XIV e XV, devem ter sofrido influências vindas de fora, umas portuguesas, outras estrangeiras, as quais se prendem com diversos factos da História da nossa Ilha.

Quando Vasco da Gama regressou a Portugal com a feliz notícia de ter descoberto o caminho marítimo para a India, a Ilha Terceira teve a honra de albergar, na sua Baía de Angra, as lusas caravelas que, pela primeira vez, levaram a civilização ocidental até ao poderoso e lendário reino do Samorim.

Esse facto, tão transcendente da nossa História Pátria, marca o início das frequentes visitas de navios nacionais e estrangeiros ao porto angrense.

Desde essa data, as náus da India passaram a escalar obrigatòriamente a Baía de Angra, onde todos os anos uma armada portuguesa as vinha esperar, afim de comboiá-las até Lisboa, protecção essa que, naquela época, se tornava necessária, em virtude dos muitos navios de piratas que infestavam o Atlântico para praticarem a pilhagem.

Por outro lado, o grande desenvolvimento que os primeiros colonos souberam dar às culturas do trigo e do pastel, que constituiram a maior riqueza terceirense durante os primeiros séculos da colonização, aumentou consideràvelmente o número de navios nacionais e estrangeiros que frequentavam a Baía de Angra. Esse facto contribuiu para que a nossa cidade se tornasse num grande centro comercial, muito visitado por mercadores portugueses e de outros países.

O repetido contacto com os marinheiros e comerciantes portugueses que, até ao último quartel do Século XVI, vinham a esta Ilha, permitiu aos nossos antepassados manterem-se sempre a par das novas modinhas e cantigas que iam aparecendo no Continente, muitas das quais terão, decerto, enriquecido o folclore terceirense.

Por outro lado, sendo a Ilha Terceira tão visitada, naquelas épocas, «por muitas e variadas gentes» como disse o grande cronista

Fernão Lopes ao referir-se à nossa Capital, não é de admirar que os terceirenses, ao ouvirem os seus cantares diferentes, se tivessem impressionado com a novidade e se apropriassem de alguns, incluindo-os no número daqueles que já possuíam.

Até que ponto chegou essa apropriação, não é fácil de investigar, porquanto, as nossas canções populares formam um conjunto tão harmónico que julgamos impossível destrinçar qual o contributo que receberam do estrangeiro.

Pelo andamento das nossas músicas, pouco se pode inferir, porque, sendo as primitivas canções terceirenses, oriundas do Continente Português, é muito natural que, a par dos cânticos vagarosos do Alentejo e da Estremadura, apareçam as modinhas ligeiras do Minho e do Douro.

No que respeita às cantigas que os nossos antepassados poderiam ter ouvido aos estrangeiros, supomos que, dada a diferença de idiomas, pouco os teriam influenciado, tanto mais que o nosso povo as sabia fazer, tal como presentemente sucede.

Dêste modo, podemos dizer que, até ao princípio do último quartel do Século XVI, os cantares terceirenses pouco diferiam daqueles que trouxeram os primeiros povoadores e a origem dessas pequenas modificações — se as houve — quase pode atribuir-se, apenas, ao nosso Continente.

É mesmo de crer que, até à entrada dos espanhois nesta Ilha, em 1583, não se tenha produzido qualquer influência estrangeira no Folclore Musical da nossa Terra.

*

* *

Um dos períodos em que os cantares terceirenses devem ter recebido maiores influências estrangeiras, é, por certo, o que medeia entre 1580 e 1642, época em que a nossa Ilha esteve em mais estreito contacto com elementos de outros países.

Quando Portugal perdeu a sua independência, em 1580, os terceirenses, tendo prestado juramento de fidelidade ao infeliz D. António, Prior do Crato, recusaram-se a aceitar a soberania de um rei estrangeiro. Assim, a nossa Ilha teve de sustentar renhida luta contra

as potentes armadas de D. Filipe II, de Espanha, que, por várias vezes, a investiram, com o fim de submeterem um punhado de portugueses decididos que, nêste pequeno rincão, desafiavam o seu poder, afirmando orgulhosamente que «*quererião antes morrer livres que em paz subjeitos*».

Logo após a gloriosa Batalha da Salga, conseguiu D. António que a guarnição terceirense fôsse reforçada com algumas unidades francesas e inglesas, as quais permaneceram na Ilha Terceira até 1583, data em que o Marquês de Santa Cruz conseguiu vencer a ousada resistência dos terceirenses.

Depois da entrada do Exército espanhol, ficou a nossa Ilha guarnecida com fortes contingentes de tropa, os quais nela se mantiveram até que, na manhã do memorável dia 24 de Fevereiro de 1642, o Capitão General, D. Alvaro de Viveiros, fez içar, sôbre as muralhas do Castelo de S. João Baptista, a bandeira branca da rendição por imposição dos nossos antepassados, sob o comando do heróico praiense, Capitão D. Francisco de Ornelas da Câmara.

Ainda no segundo quartel do Século XIX, quando a Ilha Terceira se transformou no primeiro baluarte das forças liberais, muitos elementos portugueses e estrangeiros vieram aqui reunir-se, para constituírem a histórica expedição que D. Pedro IV fez desembarcar nas praias do Mindelo.

Dado o prolongado convivio com os militares estrangeiros que permaneceram nesta Ilha, é natural que os terceirenses tivessem assimilado algumas das suas canções populares, principalmente espanholas.

Embora os nossos antepassados tivessem mantido por muitos anos um compreensível sentimento de repulsa contra os usurpadores, é de crer que essa hostilidade abrandasse muito com o decorrer dos tempos. Sempre foram sessenta anos...

Porém, julgamos muito difícil de distinguir qual o contributo que *nuestros hermanos* vieram trazer às modinhas populares terceirenses.

Primitivamente, o nosso País não era mais do que um condado do reino de D. Afonso VI de Espanha e, muitos anos depois de nos tornarmos independentes, o idioma português confundia-se com o da Galiza.

Dêste modo, as canções populares dos dois países ibéricos devem

ter tido uma origem mais ou menos comum, pelo que não será de admirar a semelhança que entre elas possa existir.

Embora haja quem afirme que, na época dos descobrimentos, já os portugueses levavam consigo as tradicionais violas, não deixamos de chamar a atenção para o facto de os açorianos, principalmente os terceirenses, terem uma certa predilecção pela viola, instrumento êste muito popular na Espanha e nas suas antigas Colónias, designadamente na Argentina.

Também é de notar a circunstância de o nosso povo usar muito a viola francesa, o que bem pode levar-nos à suposição de êsse hábito ter sido adquirido pela convivência que teve com os patrícios de Carlos Magno.

Embora muito sumáriamente e sem quaisquer resultados evidentes, julgamos ter citado as principais influências a que esteve sujeito o folclore musical terceirense.

IV — EVOLUÇÕES PRÓPRIAS

Estudadas de um modo muito sumário as influências a que estiveram sujeitas as nossas canções populares, tentemos averiguar qual a sua evolução desde que aqui se estabeleceram os primeiros povoadores até à época actual.

As poucas obras de que dispomos para consulta não nos permitem acompanhar a evolução da poesia popular terceirense, como seria para desejar.

No que se refere a manifestações poéticas de carácter literário mais elevado, é possível ainda encontrar nos nossos arquivos e bibliotecas várias composições de acentuado valor artístico e histórico.

Porém, relativamente à poesia popular, àquela que brota expontânea e naturalmente da boca da nossa gente do campo, sem obedecer às normas rígidas da gramática e da versificação, já não se pode dizer o mesmo.

À parte um grande número de quadras soltas, cuja origem e época não é fácil de precisar, o único elemento de estudo que conseguimos encontrar é a descrição de um baile popular que o ilustre escri-

tor e poeta terceirense Dr. António Moniz Corte Real publicou, em 1832, num jornal de Angra.

Êsse trabalho interessante e criterioso, que Gervásio Lima incluíu na sua obra «Festas do Espírito Santo», constitúi, sem dúvida o melhor e mais completo relato que temos visto àcerca das modinhas de baile terceirense.

Na referida descrição vemos incluidas lindas quadras que rivalizam com aquelas que apresentam os nossos Cancioneiros da Idade Média.

Nas modas da *Charamba, do São Miguel, do São Macáio, do Pézinho, do Bravo, da Sapateia* e em muitas outras, aparecem-nos graciosas quadras em redondilha maior e de rima cruzada, que em nada diferem daquelas que cantavam os nossos avoengos continentais.

Outro tanto se pode dizer das belas quadras em redondilha menor das canções populares o *Caracol*, o *Mangerico*, o *Pandeirinho*, o *Ladrão*, etc., que o Dr. António Moniz Corte Real registou no seu precioso trabalho.

Porém, se o modo de construção dos versos continuou a ser o mesmo que se usava nos Séculos XIV e XV, uma cousa há que se modificou. Os nossos antepassados, tendo perdido o contacto permanente com a Pátria-Mãe, criaram uma vida própria e independente que, embora de características semelhantes, se ressente dos efeitos produzidos pelo seu forçado isolamento e pelas condições climatéricas acentuadamente marítimas em que viviam.

Dêste modo, não admira que nas canções terceirenses nos apareçam temas essencialmente marítimos como os que se seguem:

O São Macáio deu à costa,
Na costa do Porto Novo.
Andava *à de cima d'água*
Como uma casquinha d'ôvo.

Eu fui ao fundo do mar,
Á pedra mais sup'rior,
Escrever com letras d'ouro,
O nome do meu amor.

As condições climatéricas desta Ilha e o isolamento a que o mar obrigava o nosso povo, tiveram também a sua influência nas cantigas, especialmente na canção *A Saudade*, onde podemos admirar o carácter acentuadamente saudosista e melancólico que, por vezes, se nota nos terceirenses.

É esta, talvez, a fase mais interessante do folclore regional.

*

* *

Durante o Século XIX, as canções populares terceirenses pouco evoluiram. O nosso povo, fiel depositário das tradições que lhe foram legadas pelos seus maiores, quase se limitou a transmiti-las, de pais para filhos, guardando-lhes a sua graça, a sua delicadeza, a sua poesia.

As músicas e os bailados mantiveram o seu cunho regionalista, e, a tradicional viola da terra continuou a ser o instrumento preferido pelos camponezes da nossa Ilha.

Apenas as cantigas foram evoluindo com o aparecimento de novos poetas rurais, os quais, mercê da sua veia artística, criaram outras quadras que vieram enriquecer o nosso folclore, numa afirmação plena de que a poesia popular, longe de extinguir-se, continuava cada vez mais viva e mais perfeita.

Já nêste século, assistimos a uma fase evolutiva da poesia popular terceirense. Graças ao desenvolvimento da instrução pública nesta Ilha, apareceram novos termos, novas frases e novas rimas que muito enriqueceram o seu património artístico.

A rima das nossas quadras, que se fazia entre os segundo e quarto versos, tomou uma forma mais erudita. Os novos cantadores passaram a rimar o primeiro com o terceiro e o segundo com o quarto versos, o que praticam com muita facilidade dando-nos lindas cantigas como esta que Francisco Gonçalves Nunes, o *Chico da Vila*, cantou e que Gervásio Lima arquivou na sua interessante obra «Festas do Espírito Santo»:

A vida inteira se encerra
Em dois quadros de ventura:
Um, ao entrarmos na terra,
Outro além da sepultura.

A par das tradicionais quadras populares, os nossos poetas campesinos, talvez em virtude de velhas reminiscências, passaram a dar-nos lindas sextilhas, em redondilha maior, com rima cruzada, facto este bem demonstrativo da existência de um período de renovação nas canções terceirenses.

Diz-nos Gervásio Lima, na página 112 do seu livro «Poetas e Cantadores», que este género de poesia passou a ser usado pelos nossos poetas populares há cêrca de vinte e cinco anos, supondo que seria Manuel Borges Pêcego, o *Bravo*, o introdutor desta nova modalidade.

Como a sextilha constituía uma novidade no meio rural terceirense, em breve foi adoptada pelos nossos cantadores, os quais as fazem com grande facilidade, e se servem delas nas *Cantigas ao Desafio*, para tornarem mais difícil a resposta dos seus contendores.

Numa festa realizada no Jardim António Borges, em Ponta Delgada, Maria Angelina de Sousa, a *Trulu*, dirigiu ao cantador micaelense João Maurício esta sextilha que Gervásio Lima registou no seu belo livrinho «Cantadores»:

O cantor está a morrer,
Já se está sentindo mal;
Nunca devia aparecer
A cantar num arraial.
É vergonha não saber
E oferecer-se no jornal.

A facilidade de rima e o à-vontade que os cantadores terceirenses manifestam nesta modalidade de cantigas, são prova evidente de que a nossa poesia popular, em vez de extinguir-se, toma novos rumos, numa ânsia de aperfeiçoamento e de evolução, enriquecendo assim o fólclore regional.

V — POPULARIDADE DOS ANTIGOS BAILES

Ainda no princípio do actual século, o povo terceirense aproveitava-se dos mais fúteis pretextos para, em concorridas festas, exteriorizar aquele feitio alegre que tanto o caracterizava e distinguia da gente de todas as outras Ilhas Açorianas.

Pode dizer-se que, em qualquer ajuntamento de pessoas onde aparecesse um tocador de viola, logo se falava na organização de um baile popular. Estes entretenimentos eram incluidos nas festas profanas das nossas freguesias rurais, tal como ainda hoje se faz com as típicas touradas à corda, ou com os interessantes bodos de leite que, em virtude do grande desenvolvimento tomado pela indústria dos lacticínios, cada vez encontram mais resistência na sua efectivação por parte dos lavradores.

Antigamente, a notícia de um baile campestre tinha o condão de entusiasmar a massa popular, a qual, utilizando todos os meios de transporte de que podia dispor, percorria grandes distâncias só para ter o prazer de ouvir as lindas cantigas da *Chamarrita* ou do *Pézinho*.

Quantas vezes os nossos rapazes não palmilhavam quilómetros e quilómetros, com o guarda-chuva suspenso do antebraço esquerdo e o raminho de manjerico atrás da orelha, atraídos por essas festas populares!?

Quantas vezes não percorriam eles essas estradas da Ilha, em grupos de três e de quatro, montados em belos e fogosos cavalos, com esporas sôbre os pés descalços e de lencinho bordado na gola, à procura dos típicos bailes, cuja fama tinha chegado até à sua freguesia!?

É que o entusiasmo por estas festas era grande! O repenicado das violas, a voz fresca das cantadeiras, as quadras alegres dos cantadores e os chistosos comentários da assistência, eram outros tantos atractivos para esses rapazes ávidos de sensações agradáveis que lhes fizessem esquecer as fadigas diárias adquiridas nos trabalhos da lavoura, no balcão da mercearia, ou na bancada da oficina.

Mas, não eram só aqueles atractivos que levavam os nossos rapazes a acorrerem aos bailaricos. Na assistência havia sempre lindos frisos de raparigas que, afogueadas pelo calor, pareciam ainda mais belas, mais atraentes. E, ali, naquela meia intimidade, eles sentiam-se mais à vontade, mais corajosos para, em simples madrigais, lhes confessarem seus amores.

Por sua parte, as raparigas também ansiavam por estas festas. O mesmo entusiasmo as levava aos bailes, pois, além de apreciarem a música e as cantigas, elas sabiam que, naquelas assembleias alegres e

concorridas, a vigilância materna era menos eficaz e menos rígida, dando-lhes assim melhor oportunidade para trocarem seus olhares com os preferidos pelo coração até mesmo para lhes ouvirem as propostas simples e amorosas, ditas em voz baixa quase em segredo.

A quadra do ano em que estes divertimentos atingiam maior vulto era aquela que decorre desde a festa da Páscoa até ao Domingo da Santíssima Trindade, a época festiva do Senhor Espírito Santo, pois, os rapazes e as raparigas, sob o pretexto de irem rezar o terço, acorriam todas as noites a casa do *imperador*, talvez com o propósito formado de se divertirem.

Há uns quarenta a cinquenta anos, ainda era fácil conseguir-se um grupo de rapazes e de raparigas que soubessem bailar e cantar as modinhas regionais, pois, nesses bons tempos, quase todos os terceirenses andavam mais a par destas diversões populares.

É claro que, quando se pretendia uma festa em forma, tinha de se recorrer aos cantadores e às bailadeiras de mais nomeada na Ilha. Estes, para satisfação dos muitos convites, viajavam durante horas seguidas, através as nossas estradas e caminhos, sob a acção dos incómodos solavancos dessas remotas *carroças de passageiros*, (1) que ainda hoje se contam no número dos meios de transporte terceirenses.

Na parte respeitante aos tocadores de viola, só excepcionalmente se iam procurar fora, porque, em quase tôdas as nossas freguesias rurais, se encontravam verdadeiros mestres na arte, à volta dos quais se juntavam os rapazes novos, na ansia de aprenderem os simples e compassados *acompanhamentos* e os difíceis mas lindos *repenicados*, que lhes dariam a grande honra de tomarem parte nos *Ranchos de Reis*, nos *Festejos do Beserro*, (2) no *Baile antigo* e em todas as festas populares em que a viola tinha sempre o seu lugar.

Resolvida a organização de um dos nossos bailes populares, a primeira diligência a efectuar era o convite aos tocadores, os quais se apresentavam munidos da respectiva viola de cinco parcelas e de dezasseis pontos, suspensa do antebraço esquerdo pelas salientes crave-

---

(1) — Também se lhe chamava «Carrocinha», ou simplesmente «Carroça».

(2) — Alguns davam-lhe a designação de «Folia».

lhas. Alguns, mais cuidadosos, traziam-nas protegidas por um saco de flanela, de côr verde, ou vermelha, no qual, mãos habilidosas tinham bordado, a amarelo, uma viola de tamanho natural e as iniciais do proprietário.

Enquanto os tocadores afinavam os instrumentos, de modo a ficarem no mesmo tom, os assistentes tomavam lugar em volta da sala, ou recinto, procurando cada um colocar-se onde melhor pudesse ver e ouvir tudo o que ia passar-se.

Às vezes, era uma dificuldade para conseguir o fim desejado, muito especialmente quando a casa era pequena, pois, todas as portas e janelas se enchiam de pessoas ansiosas por gozarem esse popular divertimento tão querido da nossa gente.

Depois de afinados os instrumentos, os tocadores de viola entravam no recinto destinado ao baile e um deles, o mestre do baile, ia chamando os rapazes e as raparigas que, em seu entender, cantavam e bailavam melhor.

Enquanto os *cantadores* iam ocupando os seus lugares, muito senhores do seu papel e com um certo desembaraço, que lhes rendia o epíteto de *descarados*, as *bailadeiras*, mais recatadas, apresentavam-se como que envergonhadas de se verem alvo dos comentários da numerosa assistência. As pessoas entendidas no assunto iam apreciando, em surdina, as habilidades dos escolhidos.

Agora, toda a gente aguardava com impaciência os primeiros compassos da música da Charamba, a primeira modinha do Baile Direito, que era, sem dúvida, o divertimento preferido pelo bom povo desta Ilha Terceira de Jesus Cristo.

VI — ORGANIZAÇÃO DE UM BAILE DIREITO

O Folclore Musical Terceirense é, sem dúvida, o mais rico de todas as Ilhas Adjacentes.

Apesar de o nosso povo se ter desinteressado quase por completo das modinhas regionais, ainda é possível reconstituir umas trinta das que se usavam no *Baile Direito*, ou *Baile Antigo*, como também se lhe chamava.

O facto de existir um tão grande número de canções populares

não significa que todas elas entrassem na constituição de um baile, pois, era aos tocadores de viola que competia fazer a escolha daquelas que seriam bailadas e cantadas.

Como regra, o *Baile Direito* era dividido em duas partes. A primeira, compreendia cinco modinhas, que eram sempre as mesmas; a segunda, incluía oito, ou mais, variando a sua escolha com a vontade dos tocadores de viola.

Normalmente, o *Baile Direito* compreendia:

1.ª Parte

1 — A Charamba,
2 — O Virar do Baile, ou o São Miguel,
3 — A Tirana,
4 — O São Macáio,
5 — A Chamarrita,

2.ª Parte

6 — O Pézinho,
7 — A Praia,
8 — A Saudade,
9 — O Bravo,
10 — O Meu Bem,
11 — A Lira,
12 — Os Olhos Pretos,
13 — Os Braços, (1)
14 — O Casaco, ou o Cá Sei, (2)
15 — A Sapateia.

A ordem de apresentação das modinhas obedecia ao princípio de que a uma canção de andamento vagoroso devia seguir-se outra mais ligeira.

Porém, na segunda parte, esta regra era muitas vezes alterada

(1) — Só eventualmente era incluida no baile.

(2) — Embora de carácter eventual, alguns mestres de baile incluiam-na no lugar de *A Praia*.

pelos mestres do baile que, por uma questão de simpatia pessoal, ou para fazerem a vontade aos cantadores e às cantadeiras, as substituiam por outras em seu entender mais lindas, ou mais fáceis.

No entanto, a segunda parte do baile começava sempre pelo *Pèzinho* e acabava com a *Sapateia*.

Depois de terminado o baile pròpriamente dito, passava-se às *Chamarritas*, que cada um dos pares bailava isoladamente.

Algumas vezes, a festa terminava com o *Fadinho*, bailado por dois rapazes que, com suas momices e gestos cómicos, provocavam as gargalhadas da assistência.

Damos a seguir uma descrição das modinhas de baile acima descriminadas e bem assim das *Chamarritas* e do *Fadinho*.

A muitos parecerão supérfluas algumas repetições de bailados e de versos. Porém, pareceu-nos que o método adoptado, embora maçador, tornará mais fácil uma possível reconstituição.

VII — A CHARAMBA

Os antigos bailes populares terceirenses começavam sempre pela modinha de *A Charamba*, espécie de ***abertura***, que se destinava exclusivamente à apresentação dos respectivos componentes, pois, todos deviam cantar uma quadra, pela ordem da sua colocação.

Escolhidos os seis ou oito pares que constituiriam o baile, o tocador da viola tomava o seu lugar na direita e, à esquerda dele, os restantes homens. Na frente destes, colocavam-se as raparigas, formando assim duas filas, voltadas uma para a outra.

Nos bailes de mais nomeada, havia sempre dois tocadores de viola. Um deles, o da direita, tocava o ***ponteado***; o outro, que ocupava o terceiro lugar na linha dos homens, fazia o ***acompanhamento***, para melhor poder desempenhar-se da difícil e espinhosa missão de ***mestre do baile***, que lhe competia.

Porém, quando estes divertimentos eram de carácter mais restrito, havia apenas um tocador que assumia os dois encargos.

Logo que se ouviam os primeiros compassos da música de *A Charamba*, todos os pares iniciavam o respectivo bailado.

Para tal, avançavam obliquamente o pé direito, cerca de trinta centímetros, e juntavam-lhe depois o esquerdo, de modo a ficarem com

o peito do pé à altura do calcanhar. Em seguida, regressavam ao mesmo lugar, retirando primeiro o pé esquerdo e depois o direito.

Estes passos eram executados ao ritmo da música e os componentes do baile acompanhavam o movimento dos pés com um ligeiro bambolear do corpo.

Logo que todos estavam a bailar certos, iniciavam-se as cantigas, que tomavam o aspecto de saudações aos respectivos pares, aos donos da casa, ou à assistência.

Embora, algumas vezes, os tocadores também cantassem, competia ao homem que estava colocado entre as duas violas dar início às cantigas:

Vindas lá do Oriente
Oh! que lindas seis estrelas
Oh! seis estrelas
Vindas lá do Oriente } bis

Levantou-se a mais brilhante
A mais brilhante
E pôs-se na minha frente } bis

Logo a seguir, o cantador, ou o tocador, que lhe ficava à esquerda cantava:

Ás flores deste jardim
Boas noites quero dar
Oh! quero dar
Ás flores deste jardim } bis

Viv'o cravo, viva a rosa
Oh! viva a rosa
Viva a flor do alecrim } bis

E os rapazes iam cantando, um após outro, até chegar ao último que, às vezes, dizia a seguinte quadra:

Sou daqui onde me *aicho*
Não sou daqui nem dalí
Oh! nem dalí
Sou daqui onde me *aicho* } bis

Pela minha infeliz sorte
Infeliz sorte } bis
Fiquei no cabo de baixo

Acabada esta cantiga, o *mestre do baile* pedia:
— *Uma Senhora!*
A cantadeira que estava em frente do primeiro tocador fazia ouvir a sua voz:

Os que estão na minha frente
Boas noites para todos
Oh! para todos } bis
Os que estão na minha frente

Ás senhoras e senhores
Oh! e senhores } bis
Boa noite a toda a gente

A rapariga que lhe ficava à direita cantava:

Á praça deste jardim
Graças a Deus que cheguei
Oh! que cheguei } bis
Á praça deste jardim

Levantou-se o melhor cravo
O melhor cravo } bis
E pôs-se diante de mim

E deste modo, iam cantando todas as raparigas, pela mesma ordem, até chegar à última.

Nesta modinha, em que as cantigas não passavam de meras saudações, cada componente do baile cantava apenas uma vez.

Para encerrar esta primeira modinha do baile, logo que a última cantadeira acabava a sua quadra, os tocadores de viola, rufando com mais força, davam por finda *A Charamba.*

O pequeno intervalo que se seguia era aproveitado pelos tocadores para afinarem as violas, o que alguns faziam de cócoras, no meio da sala, rodeados pelos restantes componentes do baile.

*
* *

As quadras de que acima nos servimos para exemplificar o modo como decorria esta primeira modinha do nosso baile popular, têm a valorizá-las a circunstância de já haverem sido cantadas pela gente da nossa terra há mais de quarenta anos.

Haverá umas duas dezenas de anos, começou a aparecer uma nova modalidade de cantigas nesta modinha de *A Charamba.* Em vez das velhas quadras, com obrigatoriedade de rima entre os segundo e quarto versos, os nossos cantadores introduziram as oitavas, de rimas diversas.

Apresentamos a seguir duas cantigas em oitava que, há tempos, ouvimos:

Eu venho cá de visita,
Visitar bandeira e fita
E aquela c'roa bonita,
Com prazer e alegria.
Louvo toda a multidão
E os que de fora estão,
Com primor do coração
E os donos da moradia.

Quando Deus temeu a dor,
Que fará o pecador,
Neste mundo abrasador,
Todo cheio de pecados?
O remédio é meditar
E, depois, pôr-se a chorar,
P'ra Jesus lhe perdoar
Os seus actos condenados.

Esta modalidade de cantigas deve ter sido introduzida pelos nossos poetas populares, pois, só eles, com a sua facilidade de improviso, seriam capazes de as usar.

A circunstância de alguns cantadores se servirem do estratagema de reunirem duas quadras vulgares para obterem o mesmo efeito, leva-nos a tal conclusão.

De um ou outro modo, a inovação torna-se interessante, pois, as cantigas em oitava, imprimindo um ritmo mais acelerado à canção,

dão-lhe mais vida e revestem-na de um estilo mais moderno, sem contudo lhe alterarem o sabor regionalista que nela predomina.

VIII — O S. MIGUEL, OU O VIRAR DO BAILE

Terminada *A Charamba*, e, depois de alguns momentos de descanso, que a assistência aproveitava para fazer os seus comentários sobre o modo como decorrera a primeira das nossas canções, o mestre do baile convidava os companheiros a ocuparem os respectivos lugares e passava a tocar uma outra modinha — *O S. Miguel* — também conhecida pelo nome de *O Virar do Baile*.

Depois de todos os componentes do baile se acharem dispostos do mesmo modo que se indicou para *A Charamba*, o mestre ordenava:

— *Troca pares!*

A esta voz, os segundo, quarto e sexto homens, a contar da direita, trocavam o lugar com as mulheres que bailavam na sua frente e, colocados alternadamente, fechavam a roda.

Ao ritmo da música, começavam o bailado, deslocando para o centro, cerca de trinta centímetros, o pé que estava desse lado e juntando-lhe depois o outro pé. A seguir, procedendo de modo inverso, regressavam aos primitivos lugares e assim sucessivamente, sempre no mesmo ritmo.

Esta modinha, mais movimentada do que a anterior, provocava um maior entusiasmo em todas as pessoas presentes, as quais, sempre atentas ao desenrolar da festa, aguardavam ansiosas as cantigas.

Quando o tocador da viola se certificava de que todos os companheiros faziam as marcações no mesmo ritmo, pedia:

— *Um Senhor!*

O seu desejo era logo atendido por um dos rapazes que cantava:

Ao virar deste bailinho,
Deste bailinho,
Vira-se o meu coração.

O *mestre do baile*, sempre atento ao modo como os companheiros executavam os movimentos, exclamava:

— *Vira!*

Todos os rapazes e raparigas rodavam sobre si, pelo lado de dentro, de modo a ficarem com a frente voltada para o par que bailava na sua retaguarda, movimento este que devia terminar quando o cantador acabava o estribilho:

Meu Coração.

Enquanto todos os componentes do grupo continuavam a bailar com a frente para o par contrário, o cantador repetia a primeira parte da cantiga:

Ao virar deste bailinho,
Deste bailinho,
Vira-se o meu coração.

O *mestre do baile* mandava:

— *Torna a virar!*

A esta voz, todos os seus companheiros faziam meia volta pelo lado de dentro, como acima se indicou, enquanto o rapaz cantava o estribilho:

Meu coração.

A seguir, o cantador prosseguia na segunda parte da cantiga:

Vira-se o meu para o teu,
Oh! para o teu,
Só o teu para o meu não.

O tocador da viola tornava a ordenar:

— *Vira!*

Todos os rapazes e raparigas faziam a meia volta como se indicou para a primeira parte, ao mesmo tempo que o cantador pronunciava:

Para o meu não.

Vinha depois a repetição da segunda parte da cantiga:

Vira-se o meu para o teu,
Oh! para o teu,
Só o teu para o meu não.

— *Torna a virar!* — ordenava o *mestre do baile.*

Volviam-se todos para o seu par, de modo idêntico ao já indicado, e o cantador terminava a sua quadra:

Para o meu não.

Logo que acabava a cantiga, o tocador pedia:

— *Uma Senhora!*

Agora era uma das raparigas que se fazia ouvir:

Eu fui ao fundo do mar
Fundo do mar
Á pedra mais sup'rior } Repete
Mais sup'rior

Escrever com pena d'ouro
Com pena d'ouro
O nome do meu amor } Repete
Do meu amor

E, enquanto os rapazes e as raparigas iam executando as meias voltas, no último estribilho das primeira e segunda partes, como acima se exemplificou, a série das cantigas prosseguia alternadamente:

Eu já vi nascer o sol,
Numa maçã vermelhinha.
Nasceu o sol, foi-se embora
E a maçã ficou minha.

Já no céu não há estrelas,
Senão uma num cantinho.
Pelo meu amor passei,
Por não ter outro caminho.

O *mestre do baile* ia marcando as meias voltas como dissemos para a primeira quadra e, quando era necessário regular a cadência, mandava:

— *Todos certos!* — se havia que acertar o batimento dos pés com a música.

— *Mais depressa!* — se pretendia imprimir ao baile um ritmo mais acelerado.

Às vezes, sucedia que um rapaz e uma rapariga começavam a cantar ao mesmo tempo. Ouviam-se então as vozes do *mestre do baile*, e de várias pessoas da assistência, que exclamavam:

— *Viva a rosa!*

Num gesto de delicadeza, calava-se o rapaz, dando a vez à rapariga que continuava a cantiga, ou a iniciava outra vez, se por acaso a tinha interrompido.

E *O Virar do Baile* terminava com uma salva de palmas da assistência, sempre pronta a aplaudir os nossos cantadores populares.

IX — A TIRANA

Terminado o pequeno intervalo, que os tocadores aproveitavam para afinarem de novo as violas, seguia-se outra modinha do nosso baile popular — *A Tirana.*

Esta canção reveste-se de um certo saudosismo, que se evidencia no seu andamento vagaroso e nas queixas tão sentidas dos rapazes e das raparigas que, em suas quadras simples e dolentes, cantam os lamentos de um amor mal correspondido.

Nesta modinha, embora alguns cantadores se esmerem no modo de iniciar as cantigas, no que obtêm lindos resultados, nem todos o fazem com facilidade, pois, é necessário saber entrar a tempo e isso só se consegue com muita prática.

Para bailar *A Tirana*, logo que as violas começavam a tocar, todos os pares se colocavam frente a frente, formando roda, e iniciavam o movimento dos pés dentro e fóra, tal como se indicou para o *S. Miguel.*

O *Mestre do baile*, assim que todos os companheiros estavam a marcar os passos ao ritmo da música, pedia:

— *Um Senhor!*

Um dos rapazes cantava esta verdadeira súplica amorosa:

Oh! linda Tirana
Olha não me negues
1 — Não te esquives, não me negues
2 — Êsse amor ao meu prazer.

O *Mestre do baile* ordenava:
— *Vira!*

A esta voz, todos os rapazes e raparigas rodavam sobre si, pelo lado de dentro, de modo a ficarem com a frente para o par que bailava na sua retaguarda, movimento este que, pelo alargamento do passo, produzia um ligeiro deslocamento para a direita.

Esta meia volta devia ser executada ao mesmo tempo que o cantador repetia o estribilho:

Oh! linda Tirana.

E a cantiga prosseguia:

Ao meu prazer
3 — Dá-me a vida neste mundo
4 — Sem amor não há viver.

O tocador da viola mandava:
— *Torna a virar!*

Todos se volviam de novo para os seus pares, ao mesmo tempo que o cantador continuava:

Oh! linda Tirana
Não há viver.
Dá-me a vida neste mundo
Sem amor não há viver.

Terminado o último verso, logo o *mestre do baile* pedia:
— *Uma Senhora!*

Agora, era uma das raparigas que aconselhava ao cantador muita prudência e carinho, para conseguir que a sua amada lhe correspondesse:

P'ra quem a queira apanhar
Queira apanhar (bis)
1 — A rosa é cheia de espinhos,
2 — P'ra quem a queira apanhar.
Queira apanhar (bis)
3 — Vá com jeito, com carinhos,
4 — Se não se quiser picar.
Quiser picar (bis)
Vá com jeito, com carinhos,
Se não se quiser picar.

E a série de cantigas prosseguia alternadamente, fazendo-se sempre as meias voltas, como se indicou para a primeira quadra.

Às vezes, os nossos rapazes aproveitavam-se desta modinha para cantarem os seus impropérios às pessoas que lhes contrariavam os amores.

Estas quadras que, no geral, não passavam de simples gracejos, eram interessantes:

Oh! linda Tirana
De água seque
1 — A fonte de água seque,
2 — Que ninguém vá lá beber.

Oh! triste Tirana
Vá lá beber
3 — A cegueira dê nos olhos
4 — A quem me não pode ver.

Oh! triste Tirana
Me não pode ver
A cegueira dê nos olhos
A quem me não pode ver.

Alguns cantadores evidenciavam seus dotes artísticos dando novo aspecto à cantiga:

Negra vaidosa (bis)
Tirana negra vaidosa
A Tirana tem pouco valor
Tem pouco valor (bis)
1 — Tirana negra vaidosa
2 — A Tirana tem pouco valor.
Tem pouco valor (bis)
3 — Faz enternecer a rosa
4 — Do jardim mais sup'rior
Mais sup'rior (bis)
Faz enternecer a rosa
Do jardim mais sup'rior,

Enquanto as cantigas prosseguiam alternadamente, o *mestre do baile* ia mandando:

— *Certinhos!* — quando era preciso acertar a cadência.

— *Ao centro!* — se era necessário coordenar o movimento de todos os pares para o meio da roda.

— *Todos fora*! quando pretendia que todos os pares saíssem fora ao mesmo tempo.

No geral, esta modinha acabava depressa, talvez pela dificuldade com que lutavam os rapazes e as raparigas para iniciarem as cantigas, pois, sendo muito susceptíveis de engano, provocavam um natural retraimento por parte dos cantadores.

No entanto, *A Tirana* era uma das mais belas canções do baile popular terceirense.

X — O SÃO MACÁIO

Esta modinha do nosso baile popular parece remontar ao tempo em que as viagens marítimas ainda se faziam em barcos à vela. A sua origem deve prender-se com algum naufrágio verificado nos mares açóricos, ou nas costas do Maranhão, pois, as cantigas ainda hoje usadas andam, no geral, à volta de um «*São Macáio*» naufragado ora na costa do Maranhão, muito frequentada outrora pelos nossos maiores, ora na baixa do Porto Novo, que supomos ser o situado a Sudeste da Vila de S. Sebastião, desta Ilha, onde antigamente vinham ancorar muitas embarcações para carregarem o pastel e os cereais de produção terceirense.

Quem poderá adivinhar o drama que teria dado lugar a esta canção da nossa terra!?

Tendo sido muitos os barcos terceirenses que percorreram os mares em busca de novas terras, ou em viagens para o Continente Americano, pode até dar-se o caso de, no naufrágio que esta modinha perpectua, se encontrarem muitos filhos desta Ilha, o que teria levado o nosso povo a tomá-lo como motivo para uma das suas canções.

De qualquer modo, parece não haver dúvida de que nesta modinha se evidencia a intenção de referir um acidente marítimo ocorrido com uma embarcação, cujo nome seria o de «*São Macario*» e que a nossa gente, por deturpação, passou a chamar «*São Macáio*» e até «*Samacáio*».

Para bailar esta modinha, quando os tocadores de viola iniciavam a respectiva música, todos os pares formavam uma roda, alternada-

mente, como no *Virar do Baile*, andando os homens de frente e as mulheres, voltadas para eles, fazendo marcha atrás. Todos iam marcando a cadência com os pés e, dando tres passos, com início na ocasião em que devia começar o primeiro verso, faziam uma pausa até à altura do verso seguinte.

Logo que todos os pares faziam as marcações ao mesmo tempo, era a ocasião de começarem as cantigas e, por isso, o *Mestre do baile* solicitava:

— *Um Senhor*!

Um dos homens cantava:

O São Macáio
O São Macáio deu à costa } bis
Oh! deu à costa
Na baixa do Porto Novo.

Quando o cantador começava o primeiro verso, as mulheres, dando um passo para o centro, formavam uma segunda roda e continuavam a andar de costas, mantendo-se sempre à altura do seu par.

Na ocasião em que acabava o segundo verso da cantiga, o *mestre do baile* ordenava:

— *Fica*!

Todas as mulheres voltavam a ocupar os seus lugares na roda formada pelos homens, ao mesmo tempo que o tocador da viola exclamava:

— *Vira*!

Homens e mulheres rodavam pelo lado de dentro, de modo a ficarem com a frente voltada para o par que bailava na sua retaguarda. Quando este movimento estava a terminar, surgia a voz:

— *Torna a virar*!

Todos rodavam de novo para o seu par, devendo as duas meias voltas ser executadas enquanto o cantador pronunciava:

Do Porto Novo
Na baixa do Porto Novo.

Terminado este último verso, o *mestre do baile* exclamava:

— *Segue já !*

O cantador, ajudado por todos os homens, repetia :

O São Macáio
O São Macáio deu à costa } bis
Oh ! deu à costa
Na baixa do Porto Novo
Do Porto Novo
Na baixa do Porto Novo.

Enquanto se repetia a primeira parte da cantiga, as raparigas formavam roda no centro, tornavam a sair e todos faziam as duas meias voltas, tal como se indicou já.

O cantador prosseguia na segunda parte :

Andava
Andava ao de cima d'água } bis
Ao de cima d'água
Como uma casquinha d'ovo.

O *mestre do baile* mandava outra vez :

— *Fica !*

As raparigas, que tinham formado roda no centro, saíam aos seus lugares e logo surgiam as vozes :

— *Vira !*

— *Torna a virar !*

Como na primeira parte, todos os componentes do baile executavam duas meias voltas, enquanto o cantador pronunciava :

Casquinha d'ovo
Na baixa do Porto Novo.

O tocador da viola ordenava :

— *Segue já !*

E o cantador repetia a segunda parte da cantiga, ajudado por todos os rapazes :

Andava
Andava ao de cima d'água } bis
De cima d'água
Como uma casquinha d'ovo
Casquinha d'ovo
Na baixa do Porto Novo.

Durante a repetição destes versos, todos os componentes do baile procediam como indicámos para a primeira parte.

Logo que acabava o último verso, o mestre do baile pedia:

— *Uma Senhora* !

Uma das raparigas cantava:

O São Macáio
O São Macáio deu à costa } bis
Oh ! deu à costa
Na costa do Maranhão
Do Maranhão
Na costa do Maranhão.

} Repetem todas as mulheres

Toda a gente
Toda a gente se salvou } bis
Oh ! se salvou
Só o São Macáio não
São Macáio não
Na costa do Maranhão.

} Repetem todas as mulheres

E, enquanto o *mestre do baile* ia regulando as meias voltas e coordenando os esforços de todos, para obter um bom conjunto, as cantigas prosseguiam alternadamente.

Eu pus-me a 'screver n'areia,
A tua rara beleza,
A tua feição mimosa,
Os dotes da Natureza.

Andei a'prender a'mar,
De quem ama tenho dó,
Porque me pus a pensar
Que se ama uma vez só.

Para terminar, os tocadores aguardavam o último verso de uma cantiga e rufando com mais força as cordas da viola, davam por finda esta modinha popular da nossa terra.

XI — A CHAMARRITA

Esta modinha é por certo, das mais lindas do *Baile Antigo*. A sua música, de um ritmo acelerado em relação às anteriores, presta-se melhor ao género de cantigas de sabor popular. Por isso, os nossos rapazes e raparigas aproveitavam-na para darem largas ao seu estro, improvisando quadras alegres e cheias daquela simplicidade que caracterizava a gente terceirense.

Quase todos os componentes do baile cantavam nesta modinha e, às vezes, travavam-se renhidos duelos em verso, nos quais o sexo forte nem sempre levava a melhor.

Iniciados os primeiros compassos de *A Chamarrita*, o *mestre do baile* ordenava:

— *Aos seus lugares!*

Todos os pares formavam uma roda, ficando os homens alternados com as mulheres, como no *São Macáio*. Em seguida, davam as mãos e volviam à direita. As mulheres elevavam a mão esquerda à altura do ombro correspondente e os homens estendendo o braço direito, iam segurá-la levemente. Por sua vez os cantadores deitavam a mão esquerda para trás, à altura dos rins e elas seguravam-na com a direita, ficando todos ligados uns aos outros, com excepção dos tocadores de viola que, para poderem desempenhar-se da sua missão, não davam as mãos.

Começavam depois a andar à volta, assentando os pés no chão ao ritmo da música, num bailado muito simples, como a marcar a cadência, ao mesmo tempo que o corpo ia acompanhando o movimento.

O tocador da viola que se encontrava na direita, parecendo querer ensinar aos restantes pares o modo como deveriam bailar, cantava:

A moda d' *A Chamarrita*
Não tem nada que aprender.

— *Desmancha o baile*! — ordenava o *mestre*.

Todos os homens faziam meia volta e iam estendendo a mão à mulher que se lhe apresentava na frente, primeiro a direita, depois a esquerda e elas, por sua vez, procediam de modo idêntico. Fazendo sempre o batimento dos pés ao ritmo da música, os rapazes e as ra-

parigas deslocavam-se em sentidos contrários, passando ora por fora, ora por dentro, num verdadeiro zigue-zague que fazia desta modinha uma das mais lindas do nosso baile popular.

Ao mesmo tempo que se iniciavam as meias voltas, o cantador repetia, acompanhado por todos os homens:

A moda d' *A Chamarrita*
Não tem nada que aprender.

Vinha depois a segunda parte da cantiga:

É andar com um pé no ar
E outro no chão a bater.

O *mestre do baile* lembrava que todos os homens deviam ajudar o cantador:

— *Todos ajudam*!

E eles não se faziam rogados:

É andar com um pé no ar
E outro no chão a bater.

Quando os homens chegavam à frente dos seus pares, o tocador que mandava o baile ordenava:

— *Fica*!

Esta voz era logo seguida de outra:

— *Rodas vão*!

Cada homem pegava na mão direita do seu par e elevava-a acima da cabeça. Por sua vez, as mulheres rodavam sobre si, dando uma volta completa.

Continuando a andar à volta, em sentidos contrários, agora mais vagarosamente, os homens tornavam a dar a mão direita às mulheres que iam passando pela sua frente e estas repetiam a volta completa, como se explicou já.

Logo que o cantador acabava a sua quadra, o *mestre do baile* solicitava:

— *Uma Senhora*!

Uma das raparigas cantava:

Quem diz que a Ilha Terceira
É a capital dos Açores,

— *Todas*! — exclamava o tocador da viola.

E as cantadeiras repetiam a primeira parte da cantiga, tal como se disse para os homens.

Vinha depois a segunda parte que também era repetida com a ajuda de todas:

Antes lhe tivesse chamado
O jardim das belas flores.

Quando os cantadores encontravam de novo o seu par, o *mestre do baile* ordenava:

— *Fecha a roda!*

Rapazes e raparigas voltavam a tomar o dispositivo inicial desta modinha e, dando as mãos, continuavam a andar à volta.

Nesta modinha d' *A Chamarrita*, usava-se também uma outra espécie de bailado a que se dava o nome de «*Puxar cadeias*». Para executá-la, o tocador que dirigia o baile mandava:

— *Fica!*

Os cantadores e as cantadeiras deixavam as mãos e, sempre colocados alternadamente, formavam duas filas, como na modinha *A Charamba*, passando a executar o bailado desta, embora num ritmo mais acelerado, para acompanharem a música.

A seguir, o *mestre do baile* pedia:

— *Aos seus lugares*!

A esta voz, os homens mudavam-se todos para o lado onde estavam os tocadores de viola e as mulheres colocavam-se na sua frente, continuando a bailar.

Vinha depois a ordem:

— *Puxar cadeias!*

Os rapazes que estavam em número par, a contar do tocador de viola que ficava no extremo, estendiam a mão direita às raparigas que se encontravam na sua frente, as quais procediam de modo idêntico. Em seguida, estes pares avançavam para o centro, levantavam a mão direita e as mulheres davam uma volta sôbre si, indo os mesmos pares colocar-se na fila contrária.

Logo que se completava o movimento, o *mestre do baile* mandava:

— *Fecha a roda*!

A esta ordem, todos continuavam a bailar à volta como no início.

Às vezes, na ocasião em que o tocador mandava desmanchar o baile, um dos homens cantava:

Dá-me a tua mão direita,
Unida palma com palma.
Atrás da mão vem o corpo,
Atrás do corpo, a alma.

Respondia-lhe depois uma das mulheres:

Dá-me a tua mão direita,
A tua direita mão.
Atrás da mão vem o corpo,
Atrás do corpo, o coração.

E as cantigas prosseguiam alternadamente, sempre com grande entusiasmo.

Quando um dos rapazes respondia à cantiga de uma das raparigas, em forma de *desafio*, ela, para se esquivar à luta, dizia-lhe:

Cantigas ao desafio
Não as quero, nem as sei.
Que eu nunca fui à escola
Nem nunca por lá passei.

Após uma série de cantigas mais ou menos longa, conforme o entusiasmo dos cantadores e das cantadeiras, o tocador de viola que ia na frente rodava pelo lado de fora e passava a andar em sentido contrário. Os restantes componentes do baile seguiam atrás dele e todos em fila, iam descrevendo um S.

Depois, dirigiam-se para a sala, ou local onde estava posta uma mesa com figos passados, biscoitos, bolachas, a tradicional massa sovada, ou outras guloseimas semelhantes, vinho e aguardente, e cada um se ia servindo do que mais lhe agradava.

Sem abandonar os seus lugares, entravam de novo no recinto

onde estavam a bailar e, quando a roda estava outra vez formada, os tocadores rufavam com mais força as cordas das violas dando por finda a primeira parte do nosso baile popular, a que se seguia um intervalo para descanso de todos os que tinham bailado.

XII — O PÈZINHO

Depois de um bem merecido repouso, que os tocadores aproveitavam para afinarem as violas, o *mestre do baile* dirigia-se ao meio da sala, ou recinto, e convidava os rapazes e as raparigas a ocuparem os seus lugares. Estes iam-se colocando em duas filas, tal como indicámos para *A Charamba.*

No geral, os cantadores e as cantadeiras aproveitavam a ocasião para, num gesto de delicadeza, cederem os seus lugares a outros que também soubessem bailar e cantar.

Quando entre a assistência se achavam rapazes de fora da freguesia, os da localidade convidavam-nos a tomarem parte no baile, correspondendo assim a idênticas amabilidades. Eles aceitavam a oferta com gosto, evidenciando o seu reconhecimento pela honra que lhes era dispensada, só própria das relações de amizade que os ligavam.

Os tocadores também aproveitavam a oportunidade para oferecerem o seu lugar a outros mais conhecedores da arte que estivessem na sala, convite este que, a ser aceite, obrigava a mais uma afinação dos instrumentos, pois, fraco artista seria aquele que se dispusesse a tocar numa viola afinada por outrem.

Logo que todos os componentes do baile se achavam dispostos em duas filas, o *mestre do baile* ordenava:

— *Aos seus lugares*!

Os rapazes que ocupavam os números pares, a contar do tocador da direita, passavam-se para a fila contrária e as raparigas procediam de modo idêntico, ficando assim intercalados os homens com as mulheres.

Iniciados os primeiros compassos da música do *Pèzinho*, todos formavam roda, voltando-se os cantadores para a direita e as cantadeiras para a esquerda de modo a ficarem frente a frente.

Ao ritmo da música, todos deslocavam para o centro o pé que

estava nesse lado, juntando-lhe depois o outro. Em seguida, regressavam ao seu lugar tendo o cuidado de retirar primeiro o pé que estava no lado exterior. O bailado prosseguia como se indicou para a modinha *O Virar do Baile.*

Quando todos faziam o batimento ao mesmo tempo, o *mestre do baile* pedia:

— *Um Senhor!*

Era o homem que estava colocado entre as duas violas que cantava:

Ponha aqui o seu pèzinho,
Ponha aqui ao pé do meu.

Ao acabar a última parte do verso, o tocador da viola ordenava:

— *Vira já!*

Todos os rapazes e raparigas rodavam pelo lado de dentro, de modo a ficarem voltados para os que estavam na sua retaguarda, continuando a bailar.

O cantador repetia ajudado por todos os homens:

Ponha aqui o seu pèzinho,
Ponha aqui ao pé do meu.

O *mestre do baile,* sempre atento, mandava:

— *Torna a virar!*

Todos rodavam de novo, pelo lado de dentro, ficando outra vez voltados para os seus pares e o cantador prosseguia na segunda parte da cantiga:

Ao tirar do seu pèzinho,
Cada qual fica c'ó seu.

No final do verso, o tocador da viola ordenava:

— *Vira já!*

Rapazes e raparigas executavam a meia volta como se indicou, e o cantador repetia ajudado por todos os homens:

Ao tirar do seu pèzinho,
Cada qual fica c'o seu.

Para desfazer o movimento, o *mestre do baile,* mandava:

— *Torna a virar!*
E, logo a seguir, pedia:
— *Uma Senhora!*
Agora, era uma rapariga que cantava:

Os olhos do meu amor
São *grãos* de trigo na eira, } Todas repetiam

Semeados ao domingo
Nados à segunda-feira. } Todas repetiam

E a série de cantigas continuava com entusiasmo, enquanto o *mestre do baile* ia conjugando os movimentos e o batimento dos pés, mandando:
— *Vira já!*
— *Todos certinhos!*
— *Vai virando!*
— *Outra vez!*
Há já alguns anos, os nossos cantadores passaram a utilizar nesta modinha as cantigas em sextilha, facto esse que, de certo modo, a modifica, pois, os dois versos que se lhe introduzem são aglutinados para poderem caber na música.
Acresce que, exigindo as sextilhas maiores conhecimentos de rima, muitos dos nossos rapazes retráiem-se e já não cantam com aquela verve que nós lhes conhecemos.
A quadra estava mais ao alcance da nossa gente. Tudo quanto de algum modo venha criar dificuldades à expansão da poesia popular, deve ser banido.
Deixe-se cantar a gente alegre da Nossa Terra!

XIII — A PRAIA

Entre todas as modinhas do nosso baile popular, *A Praia* é, sem dúvida, a que apresenta um maior número de características acentuadamente regionais.
Embora não tenhamos à mão qualquer elemento comprovativo

da sua origem, tudo nos leva a crer que esta interessante canção foi buscar o seu nome à Mui Notável Vila da Praia da Vitória.

Algumas das suas cantigas têm uma relação tão intima com as velhas tradições terceirenses que seria difícil, senão impossível, compreendê-las, sem se conhecer a vida dos nossos avoengos.

Como já dissemos algures, os antigos lavradores da nossa Ilha, talvez mais conhecedores dos segredos da Agricultura do que os da actualidade, iam todos os anos, com seus carros de bois, ao grandioso areal da Praia a buscar a loura areia, que tornaria mais araveis e produtivas as terras barrentas.

Naqueles tempos, era vulgar encontrar os nossos lavradores de aguilhada enconteirada e jaqueta ao ombro, tangendo os potentes bois que, com o peso da areia ainda molhada, a custo conseguiam puxar o carro, cujo eixo era prèviamente untado com toucinho para, no seu contacto com as *cantadeiras*, chiar melhor.

Como o transporte de passageiros se fazia apenas nos típicos *charabãs*, ou nas *carroças de passageiros*, a gente das nossas freguesias rurais viajava, normalmente, a pé.

Por esse motivo, as mulheres aproveitavam a oportunidade de os carros irem à areia para se deslocarem à Vila da Praia, a fim de efectuarem as suas compras, ou pagarem alguma promessa ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, pois, assim, só palmilhavam metade do caminho.

São estes mesmos factos que vemos reproduzidos nalgumas cantigas desta canção que, no dizer dos entendidos na matéria, é uma das mais alegres do nosso baile popular.

Para bailar esta modinha, logo que as tocadores acabavam de afinar as violas, o *mestre do baile* ordenava:

— *Aos seus lugares!*

Os componentes do baile formavam uma roda, ficando os homens colocados alternadamente com as mulheres e todos voltados para o lado direito.

Começavam depois, a andar à volta, assentando os pés ao ritmo da música, num bailado simples, como a marcar a cadência, ao mesmo tempo que iam bamboleando ligeiramente o corpo à esquerda e à direita.

Logo que todos os pares faziam as marcações certas, o tocador da viola pedia:

— *Um Senhor!*

Era o homem que bailava à frente das violas que cantava:

Quem diz que o amor enfada
Decerto que nunc'amou.

— *Desmacha o baile!* — exclamava o mestre.

Todos os homens faziam meia volta e cada um ia estendendo a mão à mulher que se lhe apresentava na frente, primeiro a direita, depois a esquerda, e elas, por sua vez, procediam de modo idêntico.

Continuando a fazer o batimento com os pés ao ritmo da música, os rapazes e as raparigas deslocavam-se em sentidos contrários, passando ora por fora, ora por dentro, tal como se disse na modinha *A Chamarrita.*

Ao mesmo tempo que se iniciava este movimento, o cantador repetia, acompanhado por todos os homens:

Quem diz que o amor enfada
Decerto que nunc'amou.

Vinha, depois, a segunda parte da cantiga:

Eu amei e fui amado
Nunc'o amor m'enfadou.

O *mestre do baile* lembrava a todos os homens que deviam ajudar o cantador:

— *Todos ajudam!*

E eles não se faziam rogados:

Eu amei e fui amado
Nunc'o amor m'enfadou.

Logo que terminava esta quadra, o mesmo cantador iniciava outra:

Menina vamos à Praia
Onde os carros vão à areia.

O *mestre do baile* tornava a ordenar:

— *Todos!*

Formando coro, os homens cantavam:

Menina vamos à Praia,
Onde os carros vão à areia.

— *Segue já!* — exclamava o tocador.
O cantador prosseguia na segunda parte da quadra:

Cara linda com'a tua,
Nesta terra não passeia.

Estes dois versos eram também repetidos por todos os rapazes:

Cara linda com'a tua,
Nesta terra não passeia.

Quando os respectivos pares se achavam frente a frente, o *mestre do baile* mandava:

— *Fica já!*

E, logo a seguir:

— *Rodas vão!*

Cada homem pegava na mão direita do seu par e elevava-a acima da cabeça. Por sua vez, as mulheres rodavam sobre si, dando uma volta completa.

Continuando a andar à roda, em sentidos contrários, agora mais vagarosamente, os homens tornavam a dar a mão às mulheres que iam passando pela sua frente e elas repetiam a volta completa.

Logo que o cantador terminava as duas quadras, o *mestre do baile* pedia:

— *Uma Senhora!*

Uma das cantadeiras correspondia ao pedido, dando à sua cantiga uma nova forma, mais moderna do que a anterior:

O meu amor é um doido (3 vezes)
É um doido no andar (3 vezes)

— *Todas!* — exclamava o tocador.
As raparigas repetiam em coro:

O meu amor é um doido (3 vezes)
É um doido no andar (3 vezes)

— *Segue já!* — ordenava o *mestre do baile.*
A cantadeira iniciava a segunda parte da cantiga:

Anda na ponta do pé (3 vezes)
Não assenta o calcanhar (2 vezes)
É um doido no andar.

— *Todas ajudam!* — pedia o tocador.
E as raparigas repetiam a segunda parte da cantiga:

Anda na ponta do pé (3 vezes)
Não assenta o calcanhar (2 vezes)
É um doido no andar.

A mesma rapariga iniciava nova cantiga, que era cantada como acima se indicou:

Menina vamos à Praia,
Na Praia se vende chita.
Uma cara, outra barata,
Uma feia, outra bonita.

Quando os rapazes encontravam de novo o seu par, o *mestre do baile* ordenava:

— *Fecha a roda!*

Todos os homens e mulheres retomavam o dispositivo inicial desta modinha e continuavam a bailar e a cantar de modo idêntico.

Embora cada componente do baile devesse cantar duas quadras, como acima se exemplificou, havia alguns que, por saberem menos, só entoavam a primeira.

Eram próprias desta modinha as seguintes quadras: (1)

---

(1) — Há quarenta e cinco anos, estas quadras já eram consideradas muito antigas.

Menina vamos à Praia,
Vamos à Praia pescar.
Que eu serei o canicinho,
Vós, o peixinho do mar.

Menina vamos à Praia,
Vamos ver o Santo Cristo.
Cara linda como a tua,
Eu 'inda não tinha visto.

Menina vamos à Praia,
Vamos à Praia pedir:
Pedir a Jesus do Céu
Que ela não torne a caír.

Menina vamos à Praia,
Da Praia ao Porto Martim,
Do Porto Martim à Praia,
Da Praia ao Belo Jardim.

Estava no cais da Praia,
Quando o meu bem embarcou,
Foi a cara mais bonita,
Que a embarcação levou.

Aí vai a Praia p'ra cima,
Par'as Figueiras do Paim.
Quem diz uma vez que não,
Não torna a dizer que sim.

Aí vai a Praia de muda,
P'ra cima p'ra Santa Rita,
Tinha-te ouvido gabar,
Quem não vê, não acredita.

Adeus ó Vila da Praia,
Onde o rei se fez autor.
Inda ontem me disseram,
Que tu eras o meu amor.

Esta modinha traduz bem o carácter alegre da nossa gente.

XIV — A SAUDADE

De todas as modinhas do nosso baile popular, a mais sentimental é, sem dúvida, *A Saudade*.

A sua origem perde-se no turbilhão dos anos e não é fácil averiguar quem teria sido o autor, ou a autora, desta canção dolente e triste, que comove e inebria e que só os portugueses sabem sentir e apreciar.

A circunstância de no Continente Português terem sido recolhidas várias quadras idênticas àquelas que ainda hoje se cantam em quase todas as Ilhas Açorianas, leva-nos a crer que esta canção foi trazida pelos primeiros colonizadores.

É natural que tenha nascido no peito saudoso de um marinheiro quinhentista que, debruçado sobre a amurada de uma das caravelas do Infante D. Henrique, «por mares nunca dantes navegados», relembrasse o lar distante, ou a noiva querida que, com as lágrimas nos olhos e o luto no coração, o vira partir para essas viagens de aventuras, cujo regresso era incerto.

Porém, a sua origem pode ser ainda mais remota. Não é de excluir a possibilidade de *A Saudade* ter sido cantada pela primeira vez, por algum dos muitos trovadores provençais, que visitaram o nosso País a partir do Século XII, embora baseada nas velhas canções indígenas que eles recolheram e adoptaram.

Seja como for. O que parece averiguado é que esta modinha foi trazida para a nossa terra pelos primitivos colonizadores e aqui encontrou o terreno propício para continuar a existir, tornando-se ainda mais sentimental.

Num clima atlântico como o nosso, onde o céu, tantas vezes acinzentado, convida à meditação ; numa Ilha relativamente pequena, onde os horizontes são limitados e a vista, mesmo que se varie de lugar, encontra sempre por fundo essa imensidão azulada que é o mar, o açoriano sentiu a necessidade premente de cultivar, com mais esmero e maior carinho, essa canção triste que é *A Saudade*.

Se é certo que, com o decorrer dos séculos, a lembrança dos entes queridos, deixados na Pátria distante, se foi tornando cada vez mais ténue, a verdade é que, com as grandes correntes de emigração

para o Brasil e para a América do Norte, nunca faltou aos terceirenses a oportunidade de cantarem as suas mágoas.

*

* *

Os nossos antepassados esmeravam-se por darem a esta modinha o devido realce e, por isso, muitos rapazes e raparigas fugiam de cantá-la, para se furtarem às críticas dos entendidos nos bailes populares.

Para bailar e cantar *A Saudade*, logo que os tocadores acabavam de afinar os instrumentos, um deles ordenava:

— *Aos seus lugares!*

Todos os componentes do baile formavam uma roda, ficando os homens alternados com as mulheres. Em seguida, iniciavam o respectivo bailado que era idêntico ao que indicámos para a modinha *A Tirana.*

Logo que todos faziam as marcações ao mesmo tempo, o mestre do baile pedia:

— *Um Senhor!*

Um dos rapazes cantava: (1)

Ai! Adeus ó minha infância
Ai! Adeus ó minha infância

Meu amor

Ai! Adeus...
Ai! Adeus ó minha infância
Ai! Tempo...
Ai! Da minha mocidade.

O *mestre do baile* ordenava:

— *Vira!*

A esta voz, todos os componentes do baile rodavam sobre si, pelo lado de dentro, de modo a ficarem com a frente para o par que

(1) — Cantada por Francisco Gonçalves Nunes, o *Chico da Vila*, há mais de 40 anos.

bailava na sua retaguarda, movimento este que, pelo alargamento do passo, produzia um ligeiro deslocamento para a direita.

Esta meia volta devia ser executada de modo que ao iniciar-se o verso seguinte estivesse completa.

— *Todos ajudam !* — pedia o tocador.

E os rapazes cantavam em coro :

Ai ! Adeus ó minha infância
Ai ! Adeus ó minha infância

Meu amor

Ai ! Adeus...
Ai ! Adeus ó minha infância
Ai ! Tempo...
Ai ! Da minha mocidade.

— *Torna a virar* ! — mandava o *mestre do baile.*

Todos volviam de novo para o seu par e o cantador prosseguia :

Desse tempo de *bonância*
Desse tempo de *bonância*

Meu amor

Desse tempo...
Desse tempo de *bonância*
Só me resta...
Só me resta a saudade.

O mestre do baile ordenava:

— *Vira ! Todos ajudam !*

Executada a volta como atrás fica dito, todos os rapazes cantavam em coro :

Desse tempo de *bonância*
Desse tempo de *bonância*

Meu amor

Desse tempo...
Desse tempo de *bonância*
Só me resta...
Só me resta a saudade.

Terminado o último verso, logo o tocador pedia:
— *Uma Senhora!*
Uma das raparigas cantava:

O amor tem uma filha (bis)
Meu amor
O amor...
O amor tem uma filha
A quem...
A quem chamam amizade.

Repetida por todas as raparigas.

E a ausência outra filha (bis)
Meu amor
E a ausência...
E a ausência outra filha
A quem...
A quem chamam saudade.

Repetida por todas as raparigas

E, fazendo-se sempre as meias voltas, como acima se indicou, a série de cantigas prosseguia alternadamente:

São tantas as saudades,
Como fôlhas tem o trigo.
Não as conto a ninguém,
Todas consumo comigo.

As saudades são roxas,
De roxas, são amarelas;
Ai de mim, triste coitada!
Vivo perseguida delas.

São tantas as saudades,
Que as não posso contar.
São tantas como as estrelas,
Como as areias do mar.

A saudade é um luto,
Uma dor, uma paixão,
É um cortinado roxo,
Que nos cobre o coração.

Por onde vens ó borboleta,
As asas de ouro batendo?
Vens espalhar saudades?
Quem te diz que estou sofrendo?

Quando o mestre do baile entendia que já tinham cantado todos os rapazes e as raparigas que melhor o sabiam fazer, rufava com mais força as cordas da viola, dando por finda esta modinha que, como dissemos, era a mais sentimental de todas as que se usavam no nosso baile popular.

XV — O BRAVO

A esta modinha anda ligada a expressão *Terra do Bravo* que parece ser muito antiga.

Qual seria a sua origem? Donde lhe viria o nome?

São perguntas que poderemos considerar sem resposta. Não eram vulgares as terras onde existiam *bravos*, a não ser que a esta palavra queiramos atribuir o sinónimo de homem inculto, indígena, ou gentio.

Assim, a *terra do bravo* teria para nós um sentido mais preciso pois, como tal, poderiamos considerar o Brasil país para onde emigraram muitos terceirenses logo nos primeiros tempos da sua colonização.

O contacto com os nativos brasileiros poderia ter dado lugar àquela expressão, que ainda hoje continua a usar-se nesta modinha, sem que a poeira dos tempos nos permita averiguar a sua origem remota.

Seja como for, esta modinha é, sem dúvida, uma das mais alegres do nosso baile antigo. De ritmo apressado e com um bailado interessante, tinha o condão de entusiasmar os cantadores e as bailadeiras e até a pròpria assistência.

Estando todos os rapazes e raparigas nos seus lugares, os tocadores de viola iniciavam a música de *O Bravo* e logo o *mestre do baile* ordenava:

— *Segue já!*

Ao ritmo da música, os rapazes davam tres passos em frente e faziam uma paragem, ao mesmo tempo que um deles cantava:

Eu fui à Terra do Bravo

As raparigas, tendo entrado para o centro da roda, logo no início da cantiga, davam também tres passos mas para a retaguarda.

O cantador repetia acompanhado pelos homens:

Eu fui à Terra do Bravo

Ao mesmo tempo, todos os componentes do grupo executavam os tres passos, tal como acima fica dito, e, no final, as raparigas saíam aos seus lugares, entrando na roda formada pelos rapazes.

Ao finalizar a última parte do verso, o *mestre do baile* exclamava:

— *Vira já!*

Todos os rapazes e raparigas rodavam pelo lado de dentro, de modo a ficarem voltados para o par contrário, movimento que era executado enquanto o cantador pronunciava o estribilho:

Bravo meu bem,

Em seguida, desfaziam o movimento anterior, ao mesmo tempo que o rapaz cantava:

Para ver se embravecia,

O *mestre do baile* ordenava no final:

— *Torna a virar!*

De modo indêntico, repetiam-se as duas meias voltas, ao mesmo tempo que o cantador proferia, ajudado pelos companheiros:

S'embravecia
Para ver s'embravecia.

— *Segue já!* exclamava o tocador.

E, enquanto os componentes do grupo iam executando o bailado, como acima se disse, o cantador prosseguia na segunda parte da cantiga:

Cada vez fiquei mais manso (bis)
Bravo meu bem
Para a tua companhia
Oh! companhia) Ajudado pelos
Para ver s'embrevecia.) cantadores

— *Segue já! Uma Senhora!* — pedia o tocador.
Agora, era uma das raparigas que cantava:

Eu fui à Terra do Bravo (bis)
Bravo meu bem,
Vestidinha de vermelho
Oh! de vermelho.
Vestidinha de vermelho
O mais bravo que lá vi (bis)
Bravo meu bem,
Foi um mansinho coelho
Olé! coelho,
Vestidinha de vermelho.

E a série de cantigas prosseguia, enquanto os rapazes e as raparigas iam fazendo as meias voltas.

Quando os tocadores de viola entendiam que os componentes do baile já estavam fatigados, ou que as cantigas começavam a rarear davam por finda a modinha.

XVI — O MEU BEM

No geral, em todas as canções populares terceirenses predomina um tema amoroso, cujas variações podem ir da mais ténue esperança até ao amor sentimental e apaixonado, que entristece e martiriza.

No entanto, os nossos antepassados, talvez no intuito de melhor exaltarem as dúvidas e os anseios que lhes alanceavam o coração, dedicaram aos seus amores uma das modinhas do baile popular, dando-lhe o nome bem característico de — *O Meu Bem.*

Geralmente, entram nesta interessante modinha as palavras «meu bem», como sinónimas de «meu amor», as quais, por sua vez, correspondem a outras expressões em que podemos incluir as de «minha

namorada», ou «minha noiva», que ainda hoje são vulgares no meio rural terceirense.

Com o mesmo ritmo vagaroso que predomina em quase todas as nossas canções populares, *O Meu Bem* é uma modinha agradável e inebriante que convida os rapazes e as raparigas a expandirem os seus pesares e os seus desejos amorosos.

Para bailar *O Meu Bem*, logo que os tocadores acabavam de afinar os instrumentos, operação esta que se repetia em todos os intervalos, o *mestre do baile* exclamava:

— *Aos seus lugares!*

Todos os cantadores e cantadeiras formavam uma roda, ficando eles voltados para a direita e elas para a esquerda. Ao ritmo da música, iniciavam um movimento com os pés, ora para o centro, ora para fora, tal como se indicou para a modinha *A Tirana*, cujo bailado é precisamente igual.

Assim que todos os componentes do baile faziam as marcações ao mesmo tempo, o *mestre do baile* pedia:

— *Um Senhor!*

O homem que bailava adiante da primeira viola, cantava:

Quando eu nasci chorei (bis)
Que eu disso estou bem lembrado.

Amor que és bela,
Se de mim tens dó,
Pois foge a teu pai,
E vem p'ra mim só.

O tocador da viola, sempre atento às cantigas, exclamava:

— *Vira já! Todos ajudam!*

Ao mesmo tempo que todos rodavam como ficou dito, os homens iniciavam a repetição da primeira parte da cantiga:

Quando eu nasci chorei (bis)
Que eu disso estou bem lembrado.

Amor que és bela,
Se de mim tens dó,
Pois foge a teu pai,
E vem p'ra mim só.

O *mestre do baile* pedia:

— *Torna a virar!*

E, logo a seguir:

— *Segue já!*

Todos rodavam de modo a ficarem voltados para o seu par, enquanto o rapaz prosseguia na segunda parte da cantiga:

Minha mãe logo me disse (bis)
Cal'-te filho desgraçado.

As estrelas no céu
Se escrevem em linha,
E Deus escreveu
Que tu serás minha.

Novamente o tocador ordenava:

— *Vira já! Todos ajudando!*

Rapazes e raparigas procediam de modo idêntico ao indicado para a primeira parte da quadra e os cantadores repetiam:

Minha mãe logo me disse (bis)
Cal'-te filho desgraçado.

As estrelas no céu
Se escrevem em linha,
E Deus escreveu
Que tu serás minha.

— *Torna a virar!* — exclamava o tocador.

E, logo a seguir, pedia:

— *Uma Senhora!*

Agora, era uma das raparigas que cantava:

Se eu um dia morrer
Não chores por mim meu bem. (bis)

Do alto do céu
Á luz do luar,
O meu coração
Sempre te há-de amar.

Todas as raparigas repetiam

Que te deixarei legado
O que o meu coração tem. (bis)

Ó quanto te amo
A ti, tanto, tanto,
Com um amor puro,
Sincero e santo.

Todas as raparigas repetiam

Com o decorrer dos anos, o modo de cantar *O Meu Bem* foi-se alterando. O estribilho, que era formado com versos de cinco sílabas, passou a ser feito com quadras vulgares, em septissílabos. Embora a alteração não fosse de aconselhar, verifica-se um certo cuidado na escolha das cantigas, havendo cantadores que conseguem obter conjuntos de quadras muito interessantes como o que se segue:

O meu bem 'stá daqui longe,
O meu bem 'stá daqui longe,
Duas léguas, não é mais
Duas léguas, não é mais.

Quatro com cinco, são nove;
Com mais nove, são dezoito;
Com mais seis, são vinte e quatro;
Com mais quatro vinte e oito.

Oh! que estrada tão comprida,
Oh! que estrada tão comprida,
Ladrilhada com meus ais
Ladrilhada com meus ais.

Toma lá colchetes d'oiro
Aperta teu casaquinho,
Coração que é de nós dois
Quere-se bem apertadinho.

Nesta modalidade de cantar que se usa há pouco mais de trinta anos, repetem-se todos os versos da cantiga principal, o que não sucedia anteriormente.

Embora quase todos os componentes do baile tivessem facilidade em arranjar um conjunto de três quadras, mais ou menos harmónicas, havia alguns que se limitavam a cantar apenas uma, com o receio de se enganarem.

No geral, esta modinha acabava logo que todos os rapazes e raparigas tivessem cantado.

XVII — A LIRA

Terminado o pequeno intervalo que, como sempre, era aproveitado pelos tocadores de viola para rectificarem a afinação dos instrumentos, iniciava-se uma outra modinha — *A Lira.*

Esta canção reveste-se de características especiais que a tornam numa das mais lindas do baile popular terceirense. Apesar de as suas cantigas constituirem como que uma manifestação de saudade, talvez para aqueles a quem a idade vai roubando a vontade de cantarem os próprios lamentos de amor, o ritmo ligeiro do seu bailado e a melodia da sua música imprimem-lhe um carácter alegre que agrada e enternece.

Bailava-se esta modinha da seguinte forma: logo que os tocadores iniciavam a respectiva música, o *mestre do baile* ordenava:

— *Aos seus lugares !*

Todos os pares formavam uma roda, alternadamente. Seguidamente, os homens voltavam-se para a direita e as mulheres para a esquerda e, ao ritmo da música, todos iniciavam o bailado, andando eles de frente e elas de costas, tal como se disse para o *São Miguel.*

Logo que todos faziam o batimento certo, o que mandava o baile pedia:

— *Um Senhor !*

O homem que ficava à frente das violas dava início às cantigas:

Morte que mataste a Lira (3 vezes)
Mata-me a mim que sou teu.

Quando o cantador ia a terminar o último verso, o *mestre do baile* exclamava:

— *Meia volta !... Roda p'ra trás !*

Todos os componentes do baile rodavam sobre si, pelo lado de dentro, até ficarem voltados para o par que bailava na sua retaguarda e o movimento que, anteriormente, era para a direita, passava a ser em sentido contrário, isto é, os homens continuavam a andar de frente, enquanto as mulheres o faziam de costas.

Ao mesmo tempo que os rapazes e as raparigas executavam a meia volta, o tocador lembrava:

— *Todos ajudam!*

E os homens repetiam em coro:

Morte que mataste a Lira (3 vezes)
Mata-me a mim que sou teu.

O *mestre do baile* exclamava:

— *Vira!... Fica!*

Todos executavam a meia volta, sempre pelo lado de dentro, fazendo depois uma paragem para aguardarem que os tocadores acabassem o estribilho.

Chegada a ocasião de iniciar a segunda parte da cantiga, aquele que mandava o baile ordenava:

— *Desmancha! .. De vagarinho!*

Homens e mulheres procediam de modo idêntico ao que indicamos para a modinha *A Chamarrita* e o cantador prosseguia na sua cantiga:

Mata-me c'os mesmos ferros, (bis)

— *Outra vez!* — gritava o tocador.

Mata-me c'os mesmos ferros
Com que a Lira morreu.

Quando o cantador ia a terminar o último verso da quadra, o mestre do baile exclamava:

— *Fica!... Rodas vão!*

Como este bailado é idêntico ao que descrevemos na modinha *A Chamarrita*, abstemo-nos de o explicar.

Ao mesmo tempo que se iniciava o movimento, o cantador repetia a segunda parte da cantiga, auxiliado por todos os homens:

Mata-me c'os mesmos ferros (3 vezes)
Com que a Lira morreu.

— *Uma Senhora!* — pedia o tocador.

Uma das raparigas cantava:

Morte que mataste a Lira (3 vezes) | Todas repetiam
Mata-me a mim que sou tua, |

Mata-me c'os mesmos ferros (3 vezes) | Todas repetiam
E leva-m' à sepultura. |

Quando os homens encontravam de novo os seus pares, o *mestre do baile* ordenava:

— *Fecha a roda! .. Fica!*

Rapazes e raparigas voltavam a tomar o dispositivo inicial desta modinha e continuavam com o mesmo bailado.

Logo a seguir, o tocador ordenava:

— *Abre a roda!... Furta pares!*

Os componentes do baile tomavam um dispositivo em duas fileiras voltadas para o centro, como se indicou para a modinha *A Charamba.* Seguidamente, os homens passavam-se para o lado das violas e as mulheres para o outro, mantendo sempre o movimento dos pés ao ritmo da música.

O *mestre do baile* pedia depois:

— *Puxa cadeias!*

Executado o movimento como se indicou para *A Chamarrita*, o tocador ordenava:

— *Fecha a roda!*

E todos voltavam ao dispositivo inicial, prosseguindo no bailado do mesma modo.

Além das quadras que apresentámos para exemplo, eram próprias desta modinha as cantigas que seguem:

Lira o teu nom' é Lira;
Lira o teu nome é.
O nome do meu amor,
Esse se chama José.

A Lira quando morreu,
Deixou no seu testamento,
Que devemos adorar,
O Santíssimo Sacramento.

A Lira tem casa alta,
Com vinte quatro janelas,
Com vinte quatro varandas,
Com as barras amarelas.

Nas asas negras da morte
A minha Lira acabou,
Choro triste a dura sorte
Que a meus olhos a roubou.

O *mestre do baile*, que andava sempre atento ao modo como decorria a festa, incitando os rapazes e as raparigas para que bailassem e cantassem com entusiasmo, encarregava-se de dar o sinal para terminar esta modinha que, como dissemos já, era uma das mais interessantes do nosso folclore.

XVIII — OS OLHOS PRETOS

De todas as modinhas que constituem o baile popular terceirense, é esta, sem dúvida, a mais linda.

Com o seu ritmo vagaroso, como quase todas as nossas canções, a sua melodia, ao mesmo tempo agradável e triste, tem o condão de impressionar os habitantes desta Ilha, que a ouvem com recolhimento como se fora um hino em honra da terra que os viu nascer.

As suas cantigas exaltam a cor de uns olhos que, masculinos ou femininos, são sempre lindos, porque, são vistos por outros inflamados pelo amor, esse nectar maravilhoso que tudo sabe envolver sob o manto da beleza.

Não é fácil, nem será talvez possível, encontrar a remota origem desta canção. Tendo quadras semelhantes àquelas que se encontram nos nossos cancioneiros da Idade Média, é admissível supor que ela fosse trazida pelos primeiros colonizadores da nossa Ilha e que a tradição a fizesse chegar até nós na sua pureza artística.

Antigamente, embora *Os Olhos Pretos* fossem considerados, como uma das modinhas obrigatórias do *Baile Popular*, havia muitos rapazes e raparigas que se retraíam de os cantarem, para se furtarem à crítica mordaz dos entendidos. No entanto, não faltava quem o fizesse com verdadeiro sentimento.

Para bailar esta modinha, os rapazes e as raparigas formavam roda, ficando eles voltados para a direita e elas para a esquerda. Logo que as violas começavam a tocar, iniciavam o bailado, de modo idêntico ao que indicámos para *A Tirana*.

Assim que todos os componentes do baile faziam as marcações ao mesmo tempo, o tocador da viola pedia:

— *Um Senhor!*

Era um dos rapazes que cantava:

Olhos pretos são gentios
São gentios
São gentios da Guiné.

O *mestre do baile* ordenava:

— *Vira já! Todos ajudam!*

A esta voz, os rapazes e as raparigas faziam a meia volta, ao mesmo tempo que o cantador repetia acompanhado por todos os homens:

Olhos pretos são gentios
São gentios
São gentios da Guiné.

— *Torna a virar!... Segue já!*

Todos os componentes do baile volviam para os seus pares e o cantador prosseguia:

Da Guiné, por serem negros
Por serem negros
Gentios por não ter' fé.

— *Vira!* — ordenava o tocador.

Rapazes e raparigas faziam a meia volta e todos os homens ajudavam:

Da Guiné, por serem negros
Por serem negros
Gentios por não ter' fé.

— *Uma Senhora!* — pedia o *mestre do baile.*

Agora, era uma rapariga que se fazia ouvir:

Os olhos do meu amor
Do meu amor
São duas peras num ramo.

} Repetiam todas as mulheres

Achados numa ventura
Numa ventura
Perdidos num desengano.
} Repetiam todas as mulheres

Um dos rapazes, talvez apaixonado por alguns olhos azuis, cantava:

Olhos pretos não têm graça,
Olhos azuis é que têm.
Os olhos do meu amor
São azuis, ficam-lhe bem.

Havia, porém, raparigas que relembravam uns olhos pretos que se tinham ausentado para o Brasil:

Olhos pretos são cativos,
Do império brasileiro.
Não há paixão como a última,
Nem amor como o primeiro.

E a série de cantigas continuava alternadamente, enquanto o *mestre do baile* ia coordenando a execução das meias voltas.

Quando acabava esta modinha, as pessoas mais velhas discutiam entre si a habilidade dos cantadores e das cantadeiras, não lhes desculdando qualquer falta.

Era por esse motivo que o *mestre do baile*, antes de iniciar a modinha, recomendava a todos o maior cuidado para se não enganarem, lembrando-lhes até a presença, entre os assistentes, das pessoas mais conhecedoras do assunto.

XIX — OS BRAÇOS

Temos a impressão de que o primitivo nome desta modinha deveria ter sido «Dá-me os teus Braços».

A designação que lhe dão, actualmente, bem pode ser a resultante da tendência que todos temos para simplificar as cousas, se bem que, muitas vezes, o esforço que se poupa nem sempre compense o prejuizo sofrido.

Nota-se nesta canção um misto de amor e de confiança qne põe em evidência a índole pacata e simples da nossa gente.

Enquanto o homem afectuoso vê nos braços da mulher amada uma cadeia que o prende e inebria, levando-o à prática dos maiores sacrifícios para conseguir o seu amor, ela, na sua fragilidade feminil, sente que o mais seguro apoio está nos braços fortes daquele a quem ama.

A expressão »Dá-me os teus braços» faz-nos lembrar aínda as manifestações de simpatia que usavam e ainda usam aqueles que, após longos anos de ausência, regressam à terra bendita que os viu nascer.

Mais endinheirados, mais bem vestidos e empregando palavras estrangeiradas, eles não dispensam o abraço amigo dos pais, dos irmãos e de todos os que acorrem à sua chegada.

Aquela frase traduz o pedido de uma carícia que, se não se efectiva no decorrer do baile, é ouvida com agrado, porque, sentem o afecto que liga duas almas.

*

* *

Como já referimos, a canção *Os Braços* nem sempre entrava no «*Baile Direito*», dependendo a sua inclusão da vontade do *mestre do baile.*

Para bailar e cantar esta modinha, logo que os tocadores de viola faziam o convite para ocuparem os seus lugares, os homens e as mulheres formavam uma roda, alternadamente, ficando eles voltados para a direita e elas para a esquerda.

Ao som da respectiva música, todos iniciavam um bailado perfeitamente igual ao que indicámos para o *São Macáio*, respeitando o andamento que os tocadores imprimiam a esta modinha.

Assim que todos os rapazes e raparigas faziam as marcações ao mesmo tempo, o *mestre do baile* pedia:

— *Um Senhor!*

Um dos homens cantava:

Esses teus ca ...
... belos são laços } bis

Ai meu amor!
Os teus olhos laços são.

Como na modinha de *São Macaio*, quando o cantor iniciava o primeiro verso, as mulheres, dando um passo para o centro, formavam uma segunda roda e continuavam a bailar de costas, mantendo-se sempre à altura do seu par.

Na ocasião em que estava a terminar o segundo verso da cantiga, o *mestre do baile* exclamava:

— *Fica !*

Todas as mulheres voltavam a ocupar os seus lugares na roda formada pelos homens, ao mesmo tempo que surgia nova voz:

— *Vira !*

Os rapazes e as raparigas rodavam, pelo lado de dentro, de modo a ficarem com a frente para o par que bailava na sua rectaguarda. Quando este movimento estava a terminar, o *mestre do baile* ordenava:

— *Torna a virar !*

Todos se voltavam outra vez para o seu par, devendo ter-se em atenção que as duas meias voltas deveriam ser executadas enquanto o cantador repetia

Ai meu amor !
Os teus olhos laços são.

Ao terminar este ultimo verso, o tocador da viola exclamava:

— *Segue já !*

O cantador, ajudado por todos os outros, repetia:

Esses teus ca ...
... belos são laços, } bis

Ai meu amor !
Os teus olhos laços são. } bis

Enquanto se repetia esta parte da cantiga, as mulheres formavam roda ao centro, tornavam a sair e todos executavam as meias voltas, como acima se indicou.

O cantador prosseguia na segunda parte da cantiga:

E os teus bra ...
... ços são cadeias, } bis

Ai meu amor
Que prendem meu coração.

O *mestre do baile* mandava outra vez:

— *Fica!*

As mulheres, que tinham formado roda ao centro, regressavam aos seus lugares, seguindo-se as vozes:

— *Vira!*

— *Torna a virar!*

De modo identico ao que indicámos para a primeira parte, todos executavam as duas meias voltas, ao mesmo tempo que o cantador repetia:

Ai meu amor!
Os teus olhos laços são.

Ao terminar este último verso, o *mestre do baile* ordenava:

— *Segue já!*

Ajudado por todos os homens, o cantador repetia:

E os teus bra ..
... ços são cadeias.) bis

Ai meu amor!
Que prendem meu coração.
Ai meu amor!
Os teus olhos laços são.

Enquanto se repetia esta parte da cantiga, todos procediam como acima indicamos para a primeira parte.

Logo que acabava o último verso, o *mestre do baile* pedia:

— *Uma Senhora!*

Cantava agora uma das raparigas:

Se eu cair ...
... dá-me os teus braços) bis — Todas repetem

Ai meu amor!
Para não cair no chão) bis

Que eu me vou ...
... deixar cair) bis — Todas repetem

Ai meu amor!
Dentro do teu coração.

Enquanto a bailadeira pronunciava a sua cantiga, os rapazes e as raparigas iam executando o bailado, com as meias voltas, como acima referimos.

Prosseguindo sempre no mesmo bailado, os cantadores e as cantadeiras faziam-se ouvir em interessantes quadras como estas:

Dos teus braços para dentro
É que eu me queria ver.
Dos teus braços para fora,
Só por mais não entender. (1)

Dos teus braços para dentro,
É que eu me queria ver.
Então, diria que tinha
A gloria antes de morrer.

Vem amor par'os meus braços
Que não vens a padecer,
Q'os meus braços dão a vida
A quem 'stá para morrer.

Dos teus braços para dentro,
É que me queria ver.
Dos teus braços para fora,
Só depois de eu morrer.

Quando as cantigas começavam a rarear mais, o *mestre do baile*, rufando as cordas da viola com mais força, dava por finda esta modinha que gozava das simpatias da nossa gente.

(1)—Também se dizia «Por demais não entender».

XX — O CASACO OU O CÁ SEI

Não conseguimos averiguar qual o motivo que levou os nossos avoengos a darem a uma das suas canções populares a designação de «*O Casaco*».

Por algumas das quadras que conhecemos, próprias desta modinha, parece depreender-se que os nossos antepassados quiseram exaltar uma peça de vestuário feminino com aquele nome que, em determinada época, surgiu com um novo modelo, ou se usou mais frequentemente.

Este nosso modo de ver baseia-se no facto de não julgarmos razoável admitir que a origem desta canção esteja ligada com a invenção dos casacos de senhora.

Nesta modinha, verifica-se ainda a circunstância interessante de, nalgumas freguesias da nossa Ilha (1), também lhe chamarem *O Cá Sei*, nome este pouco expressivo para quem pretender fazer-lhe a história.

É possível que o primeiro nome desta moda tivesse sido *O Cá Sei* e que a designação de *O Casaco* lhe viesse mais tarde com o aparecimento de certo modelo daquela peça de vestuário. Porém, não dispomos de quaisquer elementos, que nos permitam esclarecer o assunto.

O que podemos afirmar é que esta canção já existia em 1832, porquanto, o ilustre escritor terceirense Dr. António Moniz Corte Real publicou, naquele ano, a descrição de um baile popular, na qual faz referência à modinha *O Cá Sei*, que ouviu cantar numa das nossas freguesias rurais.

Nalgumas das quadras que se usavam nesta canção, verifica-se que os nossos poetas populares, a par de um bom espírito de observação, sabiam evidenciar o carácter alegre e folgazão da gente terceirense.

---

(1) — O Sr. José Paim Coelho, de S. Sebastião, que muitos elementos nos forneceu para a elaboração deste trabalho, declarou-nos que desconhecia a designação de «*O Cá Sei*».

Ao mesmo tempo que apreciavam o corte elegante de alguns casacos, tecendo elogios às respectivas costureiras, iam-se servindo das diversas partes daquela peça de vestuário para rimarem as suas graciosas cantigas.

Esta modinha gozava das simpatias do povo terceirense, pois muitas vezes era incluída no nosso baile popular em substituição de outra, não menos linda, *A Praia*, embora muitas vezes se cantassem as duas.

*

* *

A modinha *O Casaco* bailava-se e cantava-se do modo seguinte:

Quando os tocadores de viola acabavam de afinar os instrumentos, o *mestre do baile* ordenava:

—*Aos seus lugares!*

Todos os componentes do baile formavam uma roda, ficando os homens alternados com as mulheres.

Ao som da respectiva música todos iam andando à volta, marcando a cadencia com os pés, do mesmo modo que se indicou para *A Chamarrita.*

Logo que as marcações estavam certas, o que mandava o baile pedia:

—*Um Senhor!*

Cantava um dos rapazes:

O teu casaco da moda
Que a tua mãe te talhou,

— *Desmancha o baile!* — exclamava o mestre do baile.

Todos os homens executavam meia volta, pelo lado de dentro, e cada um ia estendendo a mão à mulher que se lhe apresentava na frente, primeiro a direita, depois a esquerda. Elas, por sua vez, procediam de modo idêntico.

Continuando a fazer o batimento dos pés ao ritmo da música, os rapazes e as raparigas deslocavam-se em sentidos contrários, ora por fora, ora por dentro, tal como indicámos para *A Chamarrita.*

Ao mesmo tempo que se iniciava este movimento, o cantador

repetia a primeira parte da sua quadra, acompanhado por todos os homens:

O teu casaco da moda
Que a tua mãe te talhou,

Vinha depois, a segunda parte da cantiga:

Casaco mais bem talhado
Nesta roda não entrou.

O *mestre do baile*, sempre atento, lembrava:
— *Todos ajudam!*
Os rapazes não se faziam rogados:

Casaco mais bem talhado
Nesta roda não entrou.

Acabado o último verso, o mesmo cantador iniciava nova cantiga:

Abana, abana o casaco,
Lá par' o Alto das Covas.

— *Todos ajudam!* — lembrava o *mestre*.
Os rapazes ajudavam o cantador a repetir:

Abana abana o casaco,
Lá par' o Alto das Covas.

— *Segue já!* — ordenava o tocador da viola.
O cantador prosseguia:

Meu coração and' em brasa
Por estas meninas novas.

Esta última parte era também repetida por todos os homens:

Meu coração and' em brasa
Por estas meninas novas.

Quando os respectivos pares se achavam frente a frente, o *mestre do baile* ordenava:

— *Fica já !*

Esta voz era seguida de outra:

— *Rodas vão !*

Fazendo uma paragem, cada homem pegava na mão da sua dama e elevava-a acima da cabeça. Por sua vez, as raparigas rodavam sobre si, dando uma volta completa.

Continuando a andar à volta, em sentidos contrários, agora mais vagarosamente, os homens iam dando a mão às mulheres que passavam na sua frente e estas repetiam a volta completa, tal como acima referimos.

Quando o cantador terminava a sua quadra, o ***mestre do baile*** pedia :

— *Uma Senhora !*

Uma das raparigas correspondia ao pedido :

Eu fui ao teu coração
Melhor fora lá não ir,

— *Todas !* — exclamava o tocador.

Todas as cantadeiras ajudavam a repetir a primeira parte da cantiga, tal como se exemplificou para o primeiro cantador.

Vinha depois a segunda parte que também era repetida :

A chave deu uma volta
De lá não pude sair.

Logo que todas acabavam a repetição desta parte, a rapariga cantava um outra quadra própria desta modinha:

Abana, abana o casaco,)
Par' os lados da Serreta) Todas repetiam.

Se eu abano o casaco,)
Tu abanas a jaqueta.) Todas repetiam.

As cantigas prosseguiam alternadamente, tendo-se em atenção que a uma quadra vulgar se seguia outra própria desta modinha, como as que abaixo apresentamos :

O teu casaco da moda,
Talhado na minha ausência,
C'os botões da saudade
E as casas da paciência.

Abana, abana o casaco,
Abana, não tenhas medo.
Teu pai te quere degredar,
Eu serei o teu degredo.

As casas da paciência
Quem me dera agora ter.
Falinhas da tua boca,
Quem me dera entender.

Abana, abana o casaco,
Ali par'o Porto Judeu
Se o casaco se romper,
Quem o remenda sou eu.

Esta moda do casaco
Nunca havia de acabar.
Não há moda mais bonita
P'ra quem a sabe cantar.

Após uma série de cantigas, mais ou menos longa, o *mestre do baile* dava o sinal para terminar esta modinha, que era sempre bailada com grande entusiasmo.

XXI - A SAPATEIA

O baile popular terceirense terminava sempre com *A Sapateia*, canção esta que toda a assistência ouvia com um certo pesar, pois, ela representava o final da festa e, consequentemente, a aproximação da hora do regresso a casa.

Nesta modinha, os cantadores e as cantadeiras aproveitavam a oportunidade para fazerem as suas despedidas, nas quais se incluíam o Senhor Espírito Santo, os donos da casa, o auditório e os pares com quem se tinha bailado.

A maneira gentil como os rapazes e as raparigas designavam, nas suas cantigas, as pessoas a quem se referiam, põe bem em evi-

dência a delicadeza de tratamento que a gente das nossas freguesias rurais usava naqueles tempos.

Tratando-se de uma modinha destinada ùnicamente às despedidas seria de esperar que a sua música tivesse uma melodia triste e um ritmo vagaroso. Porém, tal não sucede, porque, além da sua toada alegre, *A Sapateia* tem um bailado interessante e cheio de variações que lhe imprimem vivacidade e beleza.

Nesta modinha, era habitual todos os componentes do baile cantarem pelo menos uma quadra de despedida, pois, seria uma indelicadeza deixar de o fazer.

Para bailar *A Sapateia*, logo que os tocadores de viola iniciavam os primeiros compassos, o *mestre* ordenava:

— *Aos seus lugares !*

Os componentes do baile formavam uma roda, ficando os homens alternados com as mulheres, e, dando as mãos, volviam todos para a direita. As raparigas elevavam a mão esquerda à altura do ombro correspondente e os rapazes continuavam a segurar-lhes a mão, para o que mantinham o braço direito ligeiramente flectido.

Por sua vez os homens deitavam a mão esquerda para trás, à altura dos rins, e as mulheres pegavam-lhe com a mão direita, ficando todos ligados uns aos outros, com excepção dos tocadores de viola que, para poderem tocar, não davam as mãos.

Começavam depois a andar à volta, assentando os pés no chão ao ritmo da música, num bailado idêntico ao que indicámos para *A Chamarrita.*

Logo que todos executavam o batimento ao mesmo tempo, o *mestre do baile* pedia:

— *Um Senhor!*

Um dos rapazes cantava:

Aí vem *A Sapateia* (3 vezes)
Para o baile se acabar.

— *Desmancha o baile !* — ordenava o tocador.

Todos os homens faziam meia volta e iam estendendo a mão à mulher que se lhe apresentava na frente, primeiro a direita, depois a esquerda, e elas, por sua vez, procediam de modo idêntico.

Continuando a marcar a cadência com os pés, os rapazes e as raparigas deslocavam-se em sentidos contrários, ora por fora, ora por dentro, ao mesmo tempo que o cantador repetia, acompanhado por todos os homens:

Aí vem *A Sapateia* (3 vezes)
Para o baile se acabar.

Vinha depois a segunda parte da cantiga:

Senhora com quem bailei (3 vezes)
Bem me queira desculpar.

O *mestre do baile* lembrava:
— *Todos ajudam!*
E os rapazes não se faziam rogados:

Senhora com quem bailei (3 vezes)
Bem me queira desculpar.

Quando todos chegavam à frente dos seus pares, o tocador da viola ordenava:
— *Fica!...* — *Rodas vão!*
Todos suspendiam por alguns instantes o movimento em volta e cada homem pegava na mão direita da sua dama, elevando-a acima da cabeça. Por sua vez, as mulheres rodavam sobre si, dando uma volta completa.

Continuando a andar à volta, em sentidos contrários, agora mais vagarosamente, os homens tornavam a dar a mão direita às mulheres que iam passando pela sua frente e elas repetiam a volta completa, como acima referimos.

Logo que o cantador acabava a sua quadra, o *mestre do baile* pedia:
— *Uma Senhora!*
Agora era uma das cantadeiras que agradecia aos donos da casa:

O' Senhor dono da casa (3 vezes) } Todas repetiam
Dái um passo mais à frente, }

Que vos quero agradecer (3 vezes)) Todas repetiam
E a toda a vossa gente.)

Quando os homens encontravam as suas damas, o tocador ordenava:

— *Fecha a roda!*

Todos os componetes do baile voltavam a tomar o dispositivo inicial desta modinha e, dando as mãos, continuavam a andar à volta.

E as cantigas prosseguiam alternadamente sempre com grande entusiasmo.

Um dos rapazes manifestava o seu desagrado por o baile estar no fim:

O ladrão da Sapateia
Na hora que *havera* vir,
Quem 'stá à vista do seu bem
E dele se vai despedir.

Uma das raparigas, receando não ter agradado à assistência, cantava:

Adeus que me vou embora,
A todos levo no peito;
Bem me queiram desculpar
Este pouco e mal feito.

Algumas raparigas aproveitavam a ocasião para marcarem o próximo encontro com os seus namorados:

Adeus, meu amor, adeus,
Adeus, até não sei quando.
Até domingo de tarde,
Que por ti fico esperando.

Depois de todos os cantadores e bailadeiras fazerem as suas despedidas, o tocador da viola que ia na frente rodava pelo lado de fora e passava a andar em sentido contrário.

Os restantes componentes do baile seguiam atrás dele e, todos em fila, descreviam um S.

Dirigiam-se, depois, para a sala, ou local onde estava colocada uma mesa com biscoitos, bolachas, figos passados, fatias de massa sovada, copos com vinho e cálices com aguardente, de que cada qual se ia servindo, sem abandonar o seu lugar, entrando outra vez na sala, ou recinto, para continuarem a bailar.

Quando a roda estava outra vez formada, os tocadores das violas rufavam as cordas com mais força, dando por finda a segunda e ultima parte do nosso baile popular.

Toda a assistência batia calorosas palmas, evidenciando assim o entusiasmo que estas festas despertavam no bom povo desta nossa Ilha Terceira de Jesus Cristo.

XXII — COMPLEMENTOS

A) — As Chamarritas

Se entre os bailados populares do Continente e os da nossa terra podem existir alguns traços comuns, é nas *Chamarritas* que nós encontramos uma maior identidade de características.

O ritmo ligeiro da sua música, quase a contrastar com as outras modinhas terceirenses; os passos do bailado completamente diferentes dos que se usavam e ainda se usam no *Baile Antigo*; a viveza e o donaire com que os pares executavam as mais complicadas variações da dansa; tudo formava um conjunto coreográfico, interessante e cheio de beleza invulgar, muito semelhante aos bailaricos continentais.

Pode dizer-se que era nas *Chamarritas* que os rapazes e as raparigas terceirenses evidenciavam os seus melhores dotes artísticos, exibindo-se como verdadeiros bailarinos.

Constituíndo como que um prolongamento do Baile Popular, as *Chamarritas* bailavam-se logo que acabava a modinha da *Sapateia*.

Para esse fim, os dois violistas sentavam-se a um lado da sala, ou recinto, e, afinados mais uma vez os instrumentos, começavam a tocar a respectiva música, fazendo um o ponteado e o outro o acompanhamento.

Seguidamente, um dos cantadores ia colocar-se em frente da rapariga que lhe servira de par, e, elevando as mãos até à altura do peito, fazia uma pequena cortezia com a cabeça. Dirigindo-se, depois, ao meio da sala, cruzava os braços e aguardava que ela se lhe fosse juntar.

E' interessante notar que este convite se revestia de uma forma singular, pois, só excepcionalmente dava lugar à troca de palavras entre os dois bailarinos.

Logo que a rapariga chegava à frente do rapaz, os dois iniciavam um bailado de valsa, marcando dois tempos do compasso com a ponta de um dos pés no chão e o outro no ar e aproveitando o terceiro tempo para alternarem o movimento dos pés.

Ao mesmo tempo, elevavam os braços, de modo a ficarem com as mãos à frente e um pouco acima da testa, e, iam estalando com os dedos polegar, médio e indicador, como que a marcar o ritmo da música.

Depois de darem duas ou três voltas no recinto, sempre em frente um do outro, o rapaz colocava as mãos nos quadris e a rapariga procedia de modo idêntico. Seguidamente, davam as mãos, primeiro a direita, depois a esquerda, continuando ambos a bailar com os braços estendidos e em cruz.

Quase a seguir, os dois elevavam os braços e a rapariga, dando uma volta sobre si, passava com a cabeça por debaixo das mãos, movimento este que o rapaz repetia, do mesmo modo, logo que ela acabava.

Estas voltas sucediam-se, umas atrás das outras, constituindo uma espécie de competição, da qual saia vencedor o par que as desse por mais tempo.

Às vezes, as pessoas que faziam parte da assistência gritavam ao *bailarino:*

— *Aguenta-te! Olha que cáis!*

E as voltas continuavam sempre no mesmo ritmo até que a bailadeira, sentindo-se já cansada, exclamava:

— *Se continuas, eu cáio!*

Para terminar as voltinhas, os dois soltavam a mão esquerda e continuavam a bailar, amparando-se mutuamente com a direita, para não perderem o equilíbrio, pois, com todas aquelas reviravoltas, acabavam por ficar tontos.

Como sinal indicativo de uma nova fase do bailado, os dois separavam-se e tornavam a estalar com os dedos, dando assim duas ou três voltas ao recinto.

Depois, êle deitava a mão esquerda no quadril e elevava a direita à altura do ombro, com a palma da mão voltada para cima.

Logo que a bailadeira repetia estas posições, o rapaz segurava-lhe a mão direita.

Mantendo o mesmo movimento dos pés, os dois bailarinos procediam de modo idêntico com a mão esquerda, ficando em frente um do outro, com os braços em cruz.

Prosseguindo nesta fase da *Chamarrita*, a bailadeira rodava sobre si, de modo a ficar voltada para o rapaz e levando as mãos até próximo da nuca, mantinha os cotovelos à altura do peito. Ele, com os braços estendidos, e pelo lado de fora, continuava a segurar-lhe as mãos.

Pouco depois, os dois bailarinos invertiam as respectivas posições, para o que a rapariga estendia os braços e ele, dando uma volta sobre si, colocava as mãos à altura da nuca, como acima se indicou.

Executadas duas ou tres voltas, tornavam a separar-se e a estalar com os dedos, o que correspondia ao início de uma nova variedade de bailado.

Agora os dois punham a mão esquerda no quadril e, êle, aproximando-se, metia o braço direito no esquerdo dela, dando assim duas voltas no meio da sala ou recinto.

Depois de se separarem, tornavam a levar a mão esquerda ao quadril e a bailadeira aproximando-se do rapaz enfiava o braço direito no esquerdo dele, fazendo ambos idêntico bailado.

No final das duas ou três voltas habituais, o rapaz e a rapariga tornavam a separar-se e, estalando com os dedos, continuavam a bailar.

Em seguida, aproximavam-se um do outro, ele colocava-lhe a mão sobre os rins e ela procedia de modo idêntico, mas com a mão esquerda. Unindo as mãos que tinham livres e bamboleando ligeiramente o corpo, à direita e à esquerda, executavam duas ou tres voltas ao recinto.

Normalmente, era esta a última parte da *Chamarrita*. Porém, os rapazes que se queriam evidenciar prolongavam o bailarico, repetindo, por ordem inversa, todas as fases que acima referimos.

Para terminar, o *mestre do baile* rufava com mais força as cor-



Disposição tomada pelos pares no baile denominado Charamba



Um par a bailar a chamarrita

das da viola, sinal indicativo do final da *Chamarrita*, uma das mais lindas manifestações artísticas da gente da nossa terra.

Como regra de delicadeza, o rapaz acompanhava a dama até ao seu lugar e pronunciava algumas palavras de agradecimento a ela e à mãe, ou à pessoa de família mais categorizada que estivesse presente.

Logo que o primeiro par abandonava a sala, um outro surgia, seguindo-se-lhe todos aqueles que tinham tomado parte no baile.

Quando se apresentava para bailar algum rapaz que não estava incluido naquele número, logo os tocadores de viola exclamavam :

— *Eh lá ! Isto não é só para hoje ! Nós precisamos das unhas para mais vezes !*

Eles, porém, sem se deixarem vencer pelo desânimo, lá iam procurar outro tocador de viola que lhes satisfizesse o desejo.

Habitalmente, enquanto se bailavam as *Chamarritas*, os rapazes e as raparigas que faziam parte da assistência, cantavam lindas quadras de sabor popular, como a que se segue, que era apropriada ao acto :

Olha como fica bem,
Olha como tão bem fica ;
Dois amantes no terreiro
A bailar *A Chamarrita.*

E, no meio de grande entusiasmo, os rapazes e as raparigas continuavam a bailar, obrigando os tocadores de viola a fazerem um esforço enorme para lhes satisfazerem a vontade.

B) — O Fadinho

No nosso folclore, encontram-se por vezes, manifestações invulgares, cuja prática parece ter a sua origem na mais remota antiguidade.

Nos tempos em que o fado ainda não estava vulgarizado nos Açores, havia uma música simples e de ritmo acelerado que os nossos avós designavam por *Fadinho*, ou *Fandango.*

Contráriamente ao que sucede com a *Canção Nacional*, como pomposamente se lhe chama hoje, a música alegre e ligeira do *Fadinho* não servia para acompanhar os gemidos dolentes de alguns fadistas de baiúca, ou a voz fresca das modernas *cantatrizes.*

Constituía uma espécie de complemento do nosso *Baile Antigo*, e servia para marcar os passos de uma dansa cómica e grotesca em que se exibiam apenas dois rapazes.

Embora nunca tenhamos lido qualquer referência àcerca do *Fadinho*, a sua origem parece perder-se na antiguidade. E dizemos isto, porque, achamos uma certa semelhança entre as momices que faziam os nossos rapazes e as dos *Bobos* que, em remotas épocas, viviam nos palácios reais e nas casas solarengas, para, com seus gestos caricatos e ditos picantes, distraírem a família real e a nobreza.

Se é certo que as momices executadas por estas duas espécies de figurantes tinha algo de semelhante, uma cousa os distinguia por completo. Enquanto os antigos bobos se aproveitavam de todos os pretextos para, com seus ditos jocosos, agredirem os circunstantes, ridicularizando-os e censurando-os nos seus actos da vida pública ou privada, os nossos rapazes limitavam-se a produzir alguns sons guturais e inexpressivos, procurando distraír a assistência apenas com os seus gestos grotestos, sem qualquer espécie de ofensa para os que os rodeavam.

A circunsntância de os nossos rapazes se conservarem mudos durante o bailado e o autêntico batuque que eles faziam com os pés, podem levar-nos à conclusão de que o *Fadinho* tenha tido uma origem diferente daquela que acima supomos.

Se nos recordamos de que durante os séculos passados viveram na nossa Ilha, reduzidos à condição de escravos, muitos negros africanos, poderemos talvez presumir que tenham sido eles os introdutores da dansa do *Fadinho* entre nós.

É natural que, no final dos bailes populares terceirenses, eles quisessem evidenciar as suas habilidades artísticas e presenteassem os nossos avós com a exibição de uma das suas dansas favoritas.

Na verdade, se compararmos o bailado do nosso *Fadinho* com aqueles que através o cinema temos visto executar pelos negros africanos, somos obrigados a confessar que entre as duas dansas se nota uma grande semelhança.

*
* *

Como nem todos os rapazes sabiam bailar o *Fadinho*, era necessário escolher dentre a assistência dois que, pelo seu feitio cómico e comprovada aptidão, se prestassem a fazê-lo com graça.

Iniciada a respectiva música, colocavam-se os dois *bailarinos* em frente um do outro e, fazendo um autêntico batuque com os pés, mais ou menos certo com o andamento dado pelas violas, começavam uma série de contracções dos músculos do rosto, evidenciando perante a assistência as caretas mais ridículas e engraçadas.

Depois flectindo os braços e as pernas, continuavam a saltitar nas pontas dos pés e a andar à volta, ora afastando-se, ora aproximando-se, como se pretendessem agarrar-se um ao outro, numa fingida luta de morte, tudo num redemoinho fantástico e com uma rapidez medonha.

Este interessante bailado, que os rapazes executavam sempre com a maior seriedade, só terminava quando os dois se sentiam esgotados.

Perante as caretas e os gestos caricatos dos *bailarinos*, a assistência dava largas à hilaridade, abafando com as suas gargalhadas fortes o som das violas que os tocadores rufavam sempre no mesmo ritmo ligeiro e cheio de entusiasmo.

Com esta original modinha de *O Fadinho*, acabava-se uma das mais interessantes festas populares desta Ilha Terceira de Jesus Cristo.

Influência Portuguesa no Adagiário Gaucho

(Comunicação ao II Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em Curitiba — Paraná.)

Aos meus Amigos Dr. Osvaldo R. Cabral
e Prof. Walter Spalding.

Por LUIZ DA SILVA RIBEIRO

O Padre António Delicado nos seus *Adágios Portugueses*, impressos em 1651, dizia: «Os adágios são as mais aprovadas sentenças que a experiência achou nas ações humanas, ditas em breves e elegantes palavras»; (1) e D. Rafael Bluteau, no seu copioso *Vocabulário*, definindo adágio — «sentença comum popular e breve com alusão a alguma cousa», — dá como sinônimos anexim — «axioma vulgar, dito picante como aqueles que comumente usam as regateiras e gente popular»; ditado — «sentença, provérbio»; provérbio — «adágio, rifão»; rifão — «adágio, do castelhano refran»; sentença — «dito grave de poucas palavras e com algum documento moral». (2) Cousa semelhante ensinam os modernos dicionários.

Provérbio é, segundo Jerónimo Azevedo, uma sentença popular que exprime uma verdade importante; adágio é um provérbio agudo e chistoso. O provérbio enuncia uma verdade grave fundada na observação e na experiência. O adágio dá a esta verdade uma agudeza que

a torna mais penetrante. O provérbio é grave e seco, cheio de sentido e precisão; o adágio é singelo e claro, cheio de espírito e finura. O provérbio instrui e o adágio excita. O provérbio que junta á instrução uma lição prática é um adágio. — «Nem tudo o que luz é ouro» é um provérbio.— «Tristezas não pagam dívidas», é um provérbio reduzido a adágio pelo modo de dizer e pela lição prática que encerra (3).

Adolfo Coelho emprega a palavra provérbio de preferência a adágio e justifica-se nestes termos: — «Adotei o termo provérbio, de introdução literária, por estar muito generalizado, achando-se entre nós antiquados nesse sentido *verbo* ou *verso*, o mais antigo, e *exemplo*, temos, porém, a expressão ditado, que o povo emprega correntemente no sentido de provérbio. A expressão adágio, do latim, *adagium*, é puramente erudita... Adágio é sinônimo de provérbio: Littré pretende que o primeiro termo significa uma sentença direta, que não implica nem metáfora nem parábola, por exemplo — «Quem me avisa meu amigo é»; enquanto o provérbio pode ser e é muitas vezes, uma sentença revestida duma metáfora ou a condensação duma parábola, por exemplo — «Furtar galinha e empregar rodilha»; «Amigo, amigo, de longe te trouxe um figo; apenas te vi, comi-o». Não insistirei sôbre a diferença desses termos, acêrca dos quais se tem dissertado e muitas vezes em vão».

Anteriormente tinha dito, porém: — «O provérbio diverge em princípio da sentença pela sua forma popular, viva pela grande extensão do seu domínio e diversidade de suas aplicações, não sendo muitos de conteudo moral; enquanto a sentença é de forma literária, muitas vezes mais desenvolvida que o provérbio, (dá-se nalguns casos o contrário) e predominantemente moral. A sentença reveste não raramente a forma de entinema, em quanto o provérbio tem mais o caracter de sinacoluto, de axioma. Mas o que se chama nalguns autores sentença (gnoma), o dito agudo (apótegma), surge muitas vezes na tradição como provérbio, sem modificação essencial, ou apenas com forma diversa; por isso quem estuda os provérbios não pode deixar de considerar aqueles outros produtos mais literários» (4).

De tão longa transcrição se vê que, embora se mantenham em teoria as diferenças de significação das palavras adágio, provérbio, sentença, anexim, ditado, rifão, na prática empregam-se indistintamente e se confundem as noções. Isto se verifica ainda naqueles escritores

que, especialmente e com maior rigor de expressão, se tem ocupado do assunto.

Teófilo Braga chamou a uma coleção de ditados colhidos em fontes escritas, publicada na *Revista Lusitana*, adagiário. Sousa Viterbo, na *Portugália*, publicou uns *subsídios para um refraneiro ou adagiário português*. Leite de Vasconcelos, tanto nos *Ensáios Etnográficos* como nos *Opúsculos*, fala indistintamente de adágios, provérbios e ditados, e o mesmo faz Ladislau Batalha na *Introdução á história dos adágios*. Num artigo a respeito de Calbi Orabi de Gil Vicente, na *Revista Lusitana*, D. Carolina Michaëlis usa com idêntico sentido anexim, ditado e provérbio, e até emprega a expressão «ditados proverbiáis». Na sua edição da *Comédia Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, Aubry-Bell, reune todos os que se encontram na obra sob a designação genérica de adágios. Ao mesmo tempo Pedro Chaves chamou á sua coleção de ditados portugueses — *Rifoneiro*.

Dada esta confusa variedade e porque o povo prefere correntemente as formas ditado e adágio, aqui se empregam ambas, com exclusão de todas as outras, tanto mais que provérbio e sentença supõem ideia e forma erudita ou culta.

*

* *

Os adágios são, como nota Hoyos Sainz, verdadeiros coletores de experiência popular. Inutil é procurar-lhes a origem em fontes literárias, narrativas históricas ou escrituras sagradas. São exclusiva criação do povo, do seu saber, do seu sentido e experiência. O germem encontra-se num dito individual fundado numa observação. Ainda que o povo tenha aproveitado aquelas fontes é porque nelas viu uma frase que continha uma máxima ou conhecimento utilizavel, o destacou e converteu em adágio, sendo assim o verdadeiro criador deste, embora antes existisse já a matéria prima da sua criação (5).

A moralidade dos contos também se converte frequentemente em adágio.

Todas as fontes são, porém, escaças, comparadas com a principal — o povo.

Atravez a experiência de largos anos surge uma frase que, alterando-se sucessivamente e incessantemente por contínua repetição, chega ao ponto de adquirir sonoridade poética e se cristaliza em adágio.

«O essencial neste, diz Luiz Chaves no desenvolvido e erudito prefácio da sua edição da obra de Delicado, — é o enunciado da ideia. Um conhecimento atingido, uma sentença moral, um conselho ao agricultor, um simples ápodo individual ou tópico, fixa o pensamento ou o transmite; pensamento objetivo já condensado pelas gerações anteriores».

«Forma simples de transmitir conhecimentos adquiridos pela experiência de séculos, o adágio tem uma expressão intimativa, a modos de equação algébrica, da vida que prende».

Em contacto com o meio ambiente e com outros homens com quem conviva, da experiência da vida tirou o homem normas reguladoras do seu comportamento. Sofrendo a ação desse meio natural e social, reagindo por seu turno contra êle, as ações e reações recíprocas forneceram-lhe diretrizes, ministraram-lhe noções, mais ou menos precisas, do modo de melhor se comportar em casos análogos.

Mas o homem, mau grado as diferenças de raça e cultura, é sempre o homem, como o meio geográfico, sem embargo da diversidade de clima, relevo do solo, distribuição da água, variedade de constituição do solo e sub-solo, flora, fauna e aptidões culturais, fundamentalmente idêntico em toda a parte. Daí apareceram em lugares distintos, independentes umas das outras, situações análogas, nas quais, se há grandes diferenças, há muito maiores semelhanças. As dificuldades encontradas na luta com o meio, apesar de condicionadas pelas circunstâncias locais, são na essência as mesmas.

Nos outros homens, com quem contacta, acha idênticas ideias, aspirações e sentimentos, origem de relações semelhantes.

Dessa analogia e da multidão de experiências parecidas, nascem avisos, regras ou fórmulas de conduta paralelas consubstanciadas nos adágios.

Segundo Ladislau Batalha «quando se considera a generalidade de algum adágio não só por toda a Europa, mas até na Asia, chegando mesmo em certos casos, a achar-se-lhes equivalentes e similares em África e América, por todo o mundo enfim, é lícito acreditar num

fundo étnico geral, numa similitude de concepções humanas primitivas» (6).

Sem dúvida tal identidade existe em tudo, e os adágios são talvez a melhor prova dela. Mas a sua razão causal não está só num fundo étnico comum. Encontra-se antes no fato do homem ser sempre o mesmo homem por toda a parte, e a terra, onde habita, fundamentalmente a mesma.

Não encontrando na discussão das hipóteses, mais ou menos conjeturais e melhor ou peior alicerçadas, sôbre o berço da humanidade, problema que no estado atual da ciência não é suscetivel de solução segura e definitiva (7), podemos considerar iniciais, pelo menos na sua forma, os adágios revelados pelas mais antigas literaturas do Oriente.

Como quere Hoyos Sainz, a sua mais remota origem está nas velhas civilizações, em Confúcio e a China tradicional, no Egito, India e Pérsia, até chegar depois á Grécia e Roma e á Bíblia, tambem fonte de adágios, tanto na *Sagrada Escritura* como nos *Evangelhos* e livros nestes inspirados, designadamente a *Imitação de Cristo*; mas isso não basta para, em cada caso particular, ir filiar neles os atuais. Podiam ter nascido de circunstâncias locais e, confessa Ladislau Batalha, é dificuldade quase insuperavel, mesmo dentro dum país ou região, distinguir os adágios nacionais dos importados.

A dificuldade agrava-se pela sua constante mobilidade. Como as canções, a literatura oral e, a bem dizer, todas as tradições, não se fixam, não se imobilizam, modificam-se sem cessar. De espantosa plasticidade, ora se difundem e ampliam, ora se contraem sempre em movimento, em constante transformação.

De alguns nossos possuimos versões diferentes cuja linguagem arcaizante revela a sua antiguidade. Todavia, o critério lexicológico, observa cautelosamente o Dr. Leite de Vasconcelos, não é tão seguro como alguns supõem, porque uma palavra suscetivel de datar, pode, numa variante, estar substituida por outra; e cita, para exemplo, o ditado «Arrufos de namorados são amores dobrados», onde a palavra arrufos de possivel origem germânica, corresponde na versão latina a *irae* — «Amantium irae amoris integratio est» (8).

Adolfo Coelho, abundando nestas ideias, ao tratar da cronologia dos adágios, procura determinar-lhes a antiguidade pelo contexto e

referências nele contidas a certos fatos e idéias. Temos, assim, referências a Deus, a Cristo, e a Trindade: — «Rogar a Deus que é santo velho», — «Quando Deus não quere os santos não rogam», «O que, perde Cristo, ganha o fisco», — «A cada canto um Espírito Santo».

Referências a santos: — «Ver e crer como São Tomé». — «Pelos santos novos esquecem os velhos», — «A bom santo te encomendas», — «A cada bacorinho o seu São Martinho».

Referências ao diabo: — «A cruz nos peitos e o diabo nos feitos».

Referências a cargos eclesiásticos: — «Rei por natura, Papa por ventura», — «O abade onde canta janta». — «Bom abade, missa tarde», — «O hábito não faz o monge», — «Arroz para a música bacalhau para o pregador».

Referências ao paraiso, igreja e atos religiosos: — «A cera sobeja queima a Igreja», — «Nem tanto amem que se dana a missa», — «Quem come a papa que reze o Padre-nosso».

Referências religiosas várias: — «Entre a cruz e a caldeirinha», — «Casamento e mortalha no céu se talha».

Referências a Roma: — «Quem tem boca vai a Roma», — «Bem está São Pedro em Roma», — «Não irei pela pendência a Roma».

Referências geográficas e históricas, medievais e modernas: — «A mouro morto, grande lançada», — «Em casa de mouro não fales algárvio».

Referências a povos modernos: — «Jejua galego que não há pão cozido», — «Bem canta o francês papo molhado», — «Abana galego que não é para ti».

Referências a paises modernos: — «Salamanca a uns cura a outros manca», — «Aprendiz de Portugal não sabe cozer e quere cortar», — «Médicos de Falência, muitas fraldas e pouca ciência».

Há provérbios que servem para caracterizar as povoações e seus habitantes, mas teem geralmente caracter restrito, embora alguns, sobretudo de Lisboa, estejam espalhados pelo país, como «Meter o Rocio na Betesga», — «Ficar a ver navios no Alto de Santa Catarina».

Referências a instituições e costumes: — «Seja eu meirinho e tenha um moinho», — «Ao escudeiro mesquinho rapaz advinho», — «Pouco medo tem o juiz ao alcaide», — À dama do monte, cavaleiro da Côrte».

Referências a personagens e fatos históricos: — «Mal por mal, Marquês de Pombal», — «S. Pedro vai, D. Pedro vem e não entra em Santarem», — «Lá vão leis onde querem Reis», «Não estavam todos os judeus na Rua Nova», — «Meter uma lança em África».

Os adágios devem considerar-se sob diferentes aspectos: — formal e ideológico, geral ou humano e local.

«Os provérbios como língua, diz Jorge Dias, são patrimônio de um povo inteiro e só podem ter valor local, quando são condicionados por certos elementos que não podem ter caracter geral» (9).

A isto deverá acrescentar-se valor humano, pois há adágios comuns a mais de um povo, e até a todos êles, constituindo patrimônio da humanidade.

Atendendo apenas à forma, os adágios são em número indefinido. Uma mesma noção por obra de influências locais, diversidade de costumes, ofícios, profissões e modos de vida, toma expressões diferentes, simples variantes morfológicas, que não atingem a essência do conceito. Se, porém, nos ligarmos a este, o seu número reduz-se a infima parte daquele.

Exemplificando: Em português a ideia do perigo de comer em excesso traduz-se pelos mais diferentes modos: — «Bom comer traz mau comer», — «Das grandes ceias estão as sepulturas cheias», — «Ao que mais come abre-lhe o garfo a cova», — «De fome ninguem morre, muitos sim de muito comer», — «Mais mata gula do que espada», — «Morre-se mais de comer e beber do que de fome e sede», — «Não te enchas e não rebentarás» (10).

Aos ensinamentos da experiência outros adágios se referem, por formas igualmente diferentes umas das outras: — «A experiência é a mãe da ciência», — « De tratar dos meus burricos me tornei alveitar», — «Usa, serás mestre», — «O que não experimentares não cuides que sabes», — «Quem mais vive, mais sabe», — «O diabo sabe muito porque é velho», — «Gato escaldado de água fria tem medo».

Casos semelhantes de expressão duma ideia por formas diferentíssimas são inúmeros: — «Não deixes o certo pelo duvidoso», — «Mais vale um pássaro na mão que dois a voar», — «Mais vale um hoje, que dois amanhã», — «Não contes os pintos senão depois de nascidos», — Mais vale um toma que dois te darei», — ou ainda: «Quem a boa árvore se chega boa sombra o cobre», — Dize-me com

quem lidas, dir-te-ei as manhas que tens», — «A mau capelão, mau sacristão», — «A mau amo, mau moço», — «A má chaga, má erva», — Quem por greta espreita seus olhos vê», — «Quem escuta de si ouve», — «Enquanto o pau vai e vem folgam as costas», — Enquanto o pau vai e vem Deus dará o seu bem».

Os adágios umas vezes ampliam-se outras comprimem-se, conservando a idéia: — «Triste da casa onde a galinha canta e o galo cala», — «Onde está galo não canta galinha», — «Já que a água não vai ao moinho, vai o moinho á água», — «Levar água ao seu moinho», — «Quem a faz nela jaz», — «Quem boa cama fizer nela se há de deitar», — «Qual é Maria tal filha cria», — «Quem sai aos seus não degenera», — «Tal mãe, tal filha».

Falando de adágios peninsulares e sua origem, diz D. Carolina de Michaëlis de Vasconcelos que neles há, além dos internacionais, muitos privativamente hispânicos, e entre estes bastantes devem ser de origem hebráica e arábica, cuja determinação é problema interessante ainda contudo por resolver (11).

A mesma autora noutro lugar acrescenta que os poetas medievais recorriam a figuras e costumes de seu meio, o que explica a existência de alusões, nas suas poesias, às peregrinações de Santiago de Cospostela e inclusão de adágios a elas relativas, como — «Em caminho de francês vende-se gato por rez», — «No caminho de Santiago tanto anda o coxo como o são» (12).

A par destes há no adagiário referências a muitos outros costumes antigos: — «Pão da ilha, arca cheia e barriga vazia», sendo pão da ilha, talvez da Madeira, como entende Adolfo Coelho, o fabricado com trigo importado dela, ou das outras ilhas do Atlântico, tido possivelmente então, por menos alimentício, embora fosse em grande quantidade, como testemunha Azurara na *Crónica da Guiné*, onde se lê que, no continente só se conheceu «que cousa era avondança de pan, senon depois que o nosso principe (Infante D. Henrique) povohou as ilhas desertas».

Os barbeiros eram, ainda há poucas dezenas de anos, dentistas, ou antes, quem arrancava dentes (13); e ao costume alude o ditado — «Quem lhe doi o dente vai ao barbeiro».

A fiação e tecelagem foram ocupação predominante e absorvente das mulheres portugueses, até rainhas, por isso dela falam os adá-

gios : — «A fiar e a tecer ganha a mulher de comer», — «Quem ara e fia, ouro cria», — «Bem fiei pois meu filho criei».

Como é natural, subsistindo a menção de velhos costumes, pululam os arcaismos de linguagem, alguns dos quais, todavia, no decurso do tempo, vão sendo substituidos por sinônimos de uso corrente. — Das antigas formas é vasto repertório a *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, onde se lê, por exemplo : — «A Çaragoça morreu chorando doilos alheios» — «Esquivança aparta amor, boas obras omezio».

Outro adágio em condições análogas, registado por Pedro Chaves no *Rifoneiro*, é : — «A barbacã se chega a moça louçã», — entendendo-se por barbacã a barba branca, encanecida, palavra hoje só usada no plural — cãs — para indicar cabelos brancos, sinal de velhice, conforme ensina Leite de Vasconcelos (14).

Casos de modernização temos : — «Cuidam os namorados que todos teem os olhos quebrados» (Eufrosina), — «Cuidam os namorados que todos teem os olhos fechados» (Chaves); — «Quem muitas estacas tancha algũa prende» (Eufrosina), — «Quem muitas estacas mete alguma pega» (Chaves); — «Gato bradador nunca bom murador» (Eufrosina), — «Gato miador nunca bom caçador» (Chaves).

Tambem objectos de uso comum e actos vulgares da vida fornecem a muitos adágios elementos expressivos : — «Diz o testo com a panela», — «Ter a faca e o queijo na mão», — «Do pão do meu compadre a melhor fatia ao seu afilhado», — «De pequenino se torce o pepino», — «Do prato à boca se perde a sopa», — «Antes pão duro que figo maduro», — «O melhor da cozinha é a azeiteira», — «O galo onde canta aí janta».

Estabelecido o conceito, o povo apropria-se dêle e, repetido em sucessivas gerações, vai-lhe modificando a forma até pô-lo a seu geito. Arredonda a frase, amplia-a ou condensa-a e busca uma rima para facilitar a retenção na memória.

Esta tem, mesmo, papel importante na formação do adágio como fixadora do conceito, satisfazendo o ouvido, embora nada diga ao espírito. Às vezes até certos arredondamentos da frase são autênticos disparates ou excrecências parasitárias nada acrescentando ou diminuindo. Só a rima consoante ou assoante, perfeita ou imperfeita, os chama ao adágio : — «Nem mulher de outro nem couce de pôtro»,

— «Passem os pôtros, como nós outros», — «Nem pernada de pôtro, nem rasgadura e um pé com outro», — «Água de agosto, açafrão, mel e môsto», — «Quem debulha em Agosto debulha com mau gosto», — Março igualaço, tanto durmo como faço» (15).

O termo de comparação chega a ser dado exclusivamente por necessidade de rima. É esta que determina: — «Por cobiça de florim não cases com mulher ruim», — Florim que nunca foi nome de qualquer moeda portuguesa corrente, está no adágio por riqueza, dinheiro, para rimar com ruim.

Foi a coincidência da sua comemoração com a época dos trabalhos finais do fabrico do vinho e a rima, que fizeram do virtuoso bispo São Martinho, patrono dos borrachos e o ligaram a alguns adágios relativos à vinificação: — «Pelo São Martinho fura o teu pipinho», — «No dia de São Martinho vai à adega e prova o teu vinho».

É tal o gosto do povo pela rima que nos anfiguris ela substitue o sentido do verso, e as crianças, nas suas canções, por vezes só à rima atendem.

Como as quadras populares, os adágios, passando de boca em boca, vão alterando a forma posto que se mantenham fieis ao conceito.

Há que reconhecer, como da poesia diz Menendez Pidal, que são anônimos porque são o resultado de multiplas criações individuais, que se somam e intercruzam; o seu autor não pode ter nome determinado, o seu nome é legião (16).

Não é esta contudo a única causa de variação dos adágios. Há outra, a adatação ao meio.

Postas em presença duas culturas diferentes, mas do mesmo grau, interpenetram-se. Opera-se entre ambas um fenômeno de osmose pelo qual, reciprocamente, se enriquecem trocando usos, costumes, técnicas e tradições. Mas os elementos estranhos procuram adatar-se ás circunstâncias do novo meio e assim se modificam.

Os traços de cultura encontram até certa resistência desse meio, nem sempre facil de vencer, que os obriga a modificar-se; e isto tanto no campo da cultura material como no da espiritual (17).

Falando da poesia, diz o Dr. José Perez Vidal que em todos os cantos referentes a instituições, crenças ou práticas alheias ao povo que as recebe, as referências são prontamente eliminadas.

As indicações de objectos, plantas, animais, ou quaisquer elementos estranhos modificam-se por fôrça do novo meio físico e social. Elementos equivalentes deste substituem e repelem os forasteiros. Depois de depurados e adatados os cantos importados refletem, tanto como os próprios, a realidade vital, espiritual e física do povo que os recebeu ([18]).

Referindo-se igualmente à poesia popular e mais particularmente à portuguesa levada ao Brasil, conclui Théo Brandão que ela aí se aclimatou pela inclusão de modismos locais com a construção característica da frase, sôbre tudo no que tange a colocação prenominal, com alusões a lugares e plantas ([19]).

Às lendas acontece o mesmo. Toda a que muda de meio transforma-se para se adatar às condições etnográficas e sociais do meio novo ([20]).

Por isso para De Vries, citado por Coppens ([21]), o objeto formal dos estudos folclóricos não é tanto o exame dos elementos petrificados de uma civilização para sempre desaparecida, como da alma popular que reage sôbre esses elementos, os conserva incorporando-os numa síntese de vida, dia a dia renovada, e lhes imprime estilo nacional, sem o qual o folclore não existe.

Os adágios tambem muitas vezes se modificam para se adatarem ao meio para onde vão.

Nos Açores, por exemplo, não obstante na poesia popular subsistirem referências a seres e objetos nêles desconhecidos, neve, rios, peonias, trutas, rouxinóis, etc., como a pescada não aparece nos mares açorianos, no adágio — «Pescada em Janeiro vale um carneiro», — é substituida pelo bodeão, peixe grado melhor naquele mês do que os outros. A sardinha não é tão frequente como nas costas do continente português e assim não constitui alimento trivial do grosso da população. Mas abunda a lapa, manjar sempre apetecido e comido muitas vezes. Por isso — «Se queres ver teu amo contente, dá-lhe lapas para o dente», — diz o ditado. Por tal motivo no adágio já registado na *Eufrosina* — «Se queres ver o homem morto dá-lhe sardinhas em Maio e couves em Agosto», — em vez da sardinha aparece a lapa, por mais indigesta, — venenosa, como diz o povo, — nesse mês em que se reproduz.

Na Póvoa de Varzim, terra de pescadores, o bodeão açoriano, no

primeiro daqueles adágios, é substituido pela ráia, e o ditado — «Galinha perdez não a comas nem a dês», — transforma-se neste outro — «Peixe-cabra, pelo São Miguel, nem o vendas nem o dês, guarda-o para ti e para tua mulher».

Se isto se verifica entre regiões diversas dum mesmo país, com mais forte razão se dá entre países diferentes. Enquanto os portugueses dizem — «De Espanha nem bom vento nem bom casamento», — dizem os franceses: — «D'Angleterre ne vient pas ni bon vent ni bonne terre». — Motivos meramente locais fazem dizer em São Miguel (Açores): — «Do Nordeste não vem cousa que preste» ou «Do Nordeste nem o vento presta», e em Espanha: — «De Jerez ni buen viento, ni buen casamiento, ni mujer que tenga asiento», ou «El viento y el varon no es bueno en Aragon».

Note-se, porém, que enquanto uns adágios se alteram formalmente por necessidade de adatação, outros conservam-se quase inalteraveis, ainda mudando de língua. Assim, o português, para exprimir o conceito de ser preferivel uma realidade a uma esperança mesmo melhor, diz: — «Mais vale um pássaro na mão que dois a voar», e semelhantemente dizem os alemães: — «Besser einen Sperling in der Hand, als eine Taube auf dem Dach»; os franceses — «Moineau en main vaut mieux que pigeon qui vole»; os espanhois — Mas vale um pajaro en mano que buitre volando»; os italianos — «E meglio un ucello in gabia, che cento fuori»; os ingleses — «One bird in the hand, is worth two in the bush».

Ao português — «Tirar a castanha (ou a sardinha) das brasas com a mão do gato» — corresponde o francês — «Tirer les marrons du feu avec la patte du chat»; o espanhol — «Sacar el ascua con la mano del gato», o italiano — «Cavare la castagna colla zampa altrui»; o inglês — To take the nuts from the fire with the cat's paw».

O nosso — «De uma faisca se queima uma vila» — é quase literalmente traduzido noutras línguas: — «Con chica braza se enciende una casa», ou «De pequeña centella grande hoguera»; — «Petite étincelle engendre grand feu»; — «Piccola scintella puo bruciare una villa»; — «A spark is sufficient to kindle a great fire»; — mais próximos os dois últimos do português — «De pequena candeia grande fogueira».

«Cozinha gorda testamento magro», ou «Cozinha pequena faz

grande casa», talvez por influência bíblica — «Qui diligit epulas, in gestate erit; qui amat vinum et pinguia non debitabitur» — do Livro dos Provérbios (XXI-17), deu em alemão - «Kleine Küche macht grosses Haus»; — em francês—«Grande cuisine petit testament», ou «Petite cuisine grande maison» e «Grasse cuisine fait maigre testament»; — em espanhol — «A buena olla malo testamento»; — em inglês — «A fat kitchen makes a lean will»; — em italiano — «Grasa cucina magro testamento».

«O diabo não é tão feio como o pintam», corresponde ao alemão — «Der Teufel ist nicht so schwarz als man ihn macht»; ao francês — «Le diable n'est pas si noir qu'on le fait»; ao — «The duivel is zoo zwart nie als hijwel geschidwert» do holandês; ao italiano «Il diavolo non e cosi brutto come si depigne».

Mais flagrante parece ainda o caso dos ditados portugueses — «Tantas vezes vai o cântaro à fonte até que lá se quebra», ou «Tantas vezes vai o cântaro ao poço que lá lhe fica o pescoço». São seus equivalentes — «Der Krug geht so lange zum Wasser bis er zerbrecht», dos alemães; «Tant va la cruche á l'eau qu'a la fin elle se brise» ou «Tant va lo pot à l'eau que brise», dos franceses; «Tantas veces va el cantaro à la fuente hasta que se rompe» ou «Tantas va el cantaro à la fuente que alguna vez se quiebra», dos espanhois; «The pitcher that often goes to the well, get broken at last» dos ingleses; «Tanto va l'orcio per l'acqua che gli se rompe» ou «Tanta volte al pozzo va la secchia, ch'ella vi lacia il manico e l'arecchia», dos italianos.

Os adágios ligam-se ainda à literatura tanto culta como popular. Desde longa data muitos poetas os tem glozado, e o povo ora os introduz nas suas cantigas, ora deles extrai o assunto destas.

Ó meu amor lá de longe
perde um dia, vem-me ver,
quem não aparece esquece,
tambem eu posso esquecer.

Eu subi ao limoeiro
colhi uma só vergasta;
o amor, que é entendido
meia palavra lhe basta.

Muitos dos adágios portugueses foram para o Brasil e se alguns ali se mantiveram e mantem como eram em Portugal, outros modificaram-se.

Não admira que, a par de adágios de diferentes proveniências, tomados de culturas e povos cuja influência mais se fez sentir no grande pais sul-americano, designadamente indígenas e negros, sejam em grande número os idos de Portugal levados pelos colonizadores.

Como salienta Gilberto Freyre (22), o colonizador lusitano foi essencialmente transplantador para os trópicos de valores essenciais da cultura européa, transplantação que permitiu desenvolver-se no Brasil, com elementos étnicos tão diversos e em meio tão diferente do europeu, uma civilização persistente e predominantemente portuguesa nos seus motivos mais profundos de vida.

Entre êsses valores culturais figuravam os adágios ou ditados populares.

Reconheceu-o Silvio Romero distinguindo os conservados puros e os transformados por obra da mestiçagem, como diz: «Quem nasceu para dez reis não chega a vintem», «De hora em hora Deus melhora», «Quem tem dó do angú não amarra cachorro», etc. (23).

Afrânio Peixoto considera brasileiros, até prova em contrário, todos os adágios recolhidos no Brasil não registados em adagiários portugueses; os portugueses naturalizados brasileiros por adatação formal ou ideológico ao meio; os que teem a marca nacional da terra, flora, fauna ou gente do Brasil (24).

Para se adatarem, os adágios portugueses seguiram caminhos diferentes: substituiram palavras portuguesas por outras brasileiras, costumes europeus por sul-americanos, adotaram, para termo de comparação animais e plantas da fauna e flora tropicais, já pondo-os no lugar dos europeus, já introduzindo-os de novo. Exemplificando: — português — «Por fora cordas de viola, por dentro pão bolorento»; — brasileiro — «Por fora muita farofa, por dentro molambo só»; — português — Quem vigia patas não joga às cartas»; — brasileiro — «Quem chupa cana não assobia»; — português — «Quem há de gabar a noiva se não o noivo»; — brasileiro — «Quem há de gabar o buraco senão o tatú».

Sem entrar na discussão, ociosa aliás, sobretudo neste lugar, àcerca da existência duma língua brasileira, pois a língua é de facto a

mesma duma e de outra margem do Atlântico, é forçoso reconhecer que, como era natural, o português em presença de factos novos e até novos sentimentos, noutro meio geográfico e social, com necessidades peculiares, em contacto com línguas indígenas como o tupi e o guarani, enriqueceu-se com novos vocábulos, alguns dos quais ficaram coexistindo com os próprios e outros substituiram-os inteiramente.

Esta transformação linguística reflectiu-se no adagiário.

*

* *

No número relativo ao primeiro trimestre de 1938 inseriu a «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul» (pág. 51) um adagiário gaucho coligido pelo malogrado Dr. Victor Russomano, que o anotou.

Apesar de pouco copioso, pois abrange apenas 469 ditados entre os quais figuram modos populares de dizer e quadras conceituosas, que não são propriamente adágios, é elemento de valor para o estudo do gaucho brasileiro e da influência nele exercida pelos portugueses.

Segundo João Ribeiro, citado por Russomano, no prefácio do seu adagiário, o tipo do gaucho, inteiramente diverso do caipira e do sertanejo, prende-se ao de uma enorme região hispânica e dela é quase comum a linguagem pitoresca hoje conhecida.

Àcerca da cultura platina, onde está incluído o Rio Grande do Sul (ainda que indevidamente segundo o pensar de outros e talvez com razão), escreveu Joaquim Ribeiro, igualmente citado por Russomano, que ela se caracteriza por uma civilização pastoril estreitamente ligada à civilização da planície pampeana. Os gauchos brasileiro, uruguaio e argentino, nas suas usanças, parecem-se muito e, sob o ponto de vista etnográfico, pertencem, em parte, a um mesmo ciclo cultural. A indumentária, por exemplo, é a mesma, embora com variantes: o *chiripá* é usado no Uruguai, na Argentina e no Rio Grande do Sul, se bem que neste último quase que exclusivamente quando em trabalho nas lides do campo. O vocabulário é tambem característico e serve para definir a área (bagual, ahijuna, guasca, gaucho, caborteiro...)

Duas fôrças civilizadoras atuaram sôbre o Riograndense. Do ocidente veiu a indiana e depois, já no século XVIII, a portuguesa-aço-

riana, que formou o núcleo da primitiva colonização branca, da qual ainda vivem superstições, danças e costumes. À ação civilizadora do branco-português, acresceu posteriormente a das imigrações alemã e italiana, estas no primeiro e no último quartel do século XIX, respectivamente, não sendo de considerar a da escravidão negra, porque foi minima na região. Assim o Rio Grande colocado entre correntes diferentes recebeu vários influxos e criou uma civilização e um tipo humano distinto do resto do Brasil, inconfundivel na comunidade nacional, como disse Humberto de Campos, concretizado numa raça, numa língua e numa literatura próprias, e isto já mesmo antes dos movimentos imigratórios referidos.

Tudo isto, porém, se espelha no adagiário gaucho. Nele existe o linguajar próprio dos habitantes da região, onde se misturam e confundem elementos portugueses e castelhanos, visto ser o Rio Grande — acrescenta Russomano, — o ponto das duas mais poderosas correntes de colonização da América Meridional.

Topam-se assim, dentro dum fundo geral português-brasileiro, palavras de origem espanhola, ou antes, hispano-americana: — *aguateiro*, de aguatero; *açoiteira*, do espanhol azote e hispano-americano azotera; *anilho* do castelhano anillo; *parelheiro*, de parejero (embora tanto um como outro se possam ter formado independentemente de parelha e de pareja); *carpeteiro*, de carpeta, etc. E, ao mesmo tempo, vocábulos provindos de línguas americanas como *porongo*, *bagual*, *cuia*, etc.

Ao pastoreio vão os adágios buscar palavras próprias dele, imagens, termos de comparação e normas de vida cristalizadas em ditados. Palavras temos: *tambeiro* (boi manso), *rascadeira* (almofaça), *chincha* (peça do arreio e que o prende pela barriga do animal), *apotrar* (enfurecer), *picanha* (foça ilíaca esquerda do animal), *maneia* (peça de couro com que se prendem as mãos do cavalo para não fugir), *machorra* (vaca esteril), *pastor* (garanhão), *retalhado* (castrado), *potreiro* (pequeno cercado para recolha de animais), *sampar* (atirar, pespegar, assentar), *regeira* (rédea para condução de ovelha e, principalmente, corda de couro que se prende à orelha dos bois quando em junta, na carreta), *terneiro* (bezerro), *pereva* ou *pereba* (ferida com cascão), *rabo de tatú* ou *rebenque* (chicote entrançado), *matungo* (cavalo mau, de ruim montaria), *corneta* (boi

sem um chifre), *tropa* (grande porção de gado), *matreiro* (arisco), *basteira* (região do lombo do cavalo), *lombilho* (parte de arreio que substitui o selim), *guacho* (animal criado longe da mãe), *arisco* (assustadiço, fugidio), *cria* (gado novo), *cavalo de olho de porco* (olho branco, animal imprestável); *tostado* e *tordilho* (aspectos da pelagem do cavalo; existe grande variedade de nomes designativos de pelagem: alazão ou lazão, zaino, gateado, entrepelado, osco (para o boi), oveiro, pangaré, tostado, etc.), *passarinheiro* (assustadiço), *petiço* (cavalo de pequena estatura), *pescoceiro* (é o cavalo que, laçado pelo pescoço, não obedece à acção do laço tentando fugir com movimentos do pescoço, e não deixando se lhe tocar), *pingo* (animal bom, fogoso; cavalo de qualidade), *empacador* (animal que se nega a prosseguir e, incentivado, *caborteia*, isto é, se põe aos pinotes, aos corcovos).

Além das denominações relativas ao cavalo, animal que mais importante papel desempenha na vida do gaucho, aparecem outros animais da região: o tatú, a cobra, o urubú, a lagartixa, a mulita, o quero-quero, o sorro ou zorro, marimbondo, a capivara, o chimango, etc., — e sem relação com o pastoreio palavras dialetais ou brasileirismos como *jururú* (triste, pensativo), *poncho* (peça do vestuário), *rabicho* (peça do arreio que segura a sela ao rabo (cola) do cavalo, e, tambem, amor em sentido figurado), *relancina* (de relance, encontro rápido), *lançante* (declive), *carreirista* (corredor de cavalos ou amador de corridas), *pagos* (terra natal, lugar de nascimento, residência), *flaco* (fraco), *onça* (moeda de ouro, talvez de origem espanhola), *cuia* (cabaça para o mate ou chimarrão), *bomba* (canudo de metal com ralo na ponta que se coloca dentro da erva, na cuia), etc., etc.

Maior vulto tomam, porém, as alusões à vida do gaucho, seus hábitos e até sentimentos e ideias.

Pelos adágios podem reconstituir-se algumas cenas dessa vida, como o audacioso e dificil ato de laçar os animais na corrida com a descrição do laço e suas partes componetes, — argola e corda, — de derrubar animais na corrida com as «bolas», «boleadeiras» ou «três-Marias»; apartar as rezes e conduzir os rebanhos; uso e preparação de diferentes tipos de mate, o doce e o amargo ou *chimarrão*; comidas preferidas como o *churrasco* feito de pedaços de carne, maiores ou menores, assados ao espeto, sobre brazas, companheiro

indispensavel do chimarrão; o vexame do gaucho ao ver-se a pé, com o freio na mão, é imenso, pois montado, segundo observa Alfredo Varela, «crê-se um homem superior, para quem o cavalo é um reino, sentindo-se, quando sobreposto a êle, erguido a uma dignidade suprema sem outra que se lhe avantage, livre como o vento que, no inverno, sopra sueste, um monarca no Pampa», senhor absoluto de si próprio, um pouco medieval, na sua bravura, nos seus ímpetos, nas suas atitudes cavalheirescas, como notou Humberto de Campos, flor duma civilização característica, resultante dum conjunto de elementos laboriosamente formados, a língua, os costumes, a vida económica e as diversas modalidadas do sentimento, «figura original condicionada pelo meio geográfico, cheia de pitoresco, a enriquecer o vasto panorama da comunhão brasileira» (Russomano).

O núcleo português predominante no Rio Grande do Sul é, como já se disse, o açoriano; mas se o ilhéo transferido para lá se não corrompeu e não quebrou nenhuma das rijas fibras das suas qualidades morais, transmitido-as às subsequentes gerações, como demonstrou o General Borges Fortes ([25]), mudou inteiramente de hábitos e adatou-se ao meio.

«Em poucos anos, escreveu Alfredo Varela citado por Borges Fortes, de novo meio e clima, de vida nova, mudou em um tipo originalíssimo a população riograndense, tão diferente de outras da Europa e América, e até mesmo do Brasil. O pesado ilhéo, ao pouco tempo, não era mais reconhecivel no lesto gaucho, dominando o cavalo com a máxima destresa, trocados os hábitos sedentários por um viver entre o arado e as aventuras da campanha semi-deserta, a índole refratária ao serviço militar pelo entusiasmo guerreiro, o modo de ser pacato e tranquilo pelo feitio de livre franqueza e expontânea vivacidade. Novas terras, novos usos!»

Portador de originários costumes e tradições portuguesas, com elas levou os adágios idênticos nos Açores aos do resto do país, pois não são de molde a diferençá-los pequenas variantes meramente formais, e estes foram enriquecer a cultura gaucha, sobressaindo nítida a sua influência no respectivo adagiário.

Por três modos ela se manifesta:

a) Adágios de provada origem portuguesa por serem formal e ideologicamente iguais aos de Portugal;

b) Adágios que exprimem a mesma ideia ou conceito, mas por forma diferente;

c) Adágios que, embora apresentem divergências formais e conceituais, parecem, por certas modalidades de forma e ideia, inspirar-se nos portugueses.

De todos se darão aqui simples exemplos demonstrativos, porque para o fim em vista, supérflua seria uma análise mais pormenorizada tudo abrangendo.

Na primeira categoria entram os seguintes:

Gauchos	**Portugueses**
A cavalo dado não se olha o pêlo	A cavalo dado não se olha o dente
O olho do dono engorda o boi	O olho do dono engorda o cavalo
A melhor espiga é para o peor porco	O peor porco come a melhor lande
Quem no mundo não arrisca, não ganha nem perde nada (também: Quem não arrisca, não petisca)	Quem se não arriscou, não perdeu nem ganhou
Quem tem janelas de vidro não pode atirar pedras	Quem tem telhados (ou janelas) de vidro não atira pedradas.
Todo o barato sai caro	Todo o barato sai caro
Tostado, antes morto que cançado	Alazão tostado antes morto que cançado
Homem é homem e gato é bicho	O homem é um homem e o gato é um bicho
Pau que nasce torto tarde ou nunca se endireita	O que torto nasce tarde ou nunca se endireita
Onde está o homem, está o perigo	Onde está o homem está o perigo
Quem faz paga neste mundo	Quem cá as faz cá as paga
Quem cabras não tem cabritos vende...	Quem cabritos vende e cabras não tem, de algures lhe vem
Todo o burro come palha, a questão é saber dá-la	Todo o asno come palha o caso é saber-lha dar
O que tem de ser tem muita fôrça	O que tem de ser tem muita fôrça
Amarra-se o burro à vontade do dono	Albarda-se o burro à vontade do dono
A maior pressa é a que se faz devagar	De vagar que tenho pressa
Cada um com sua sina	Cada um é para o que nasce
Todos vivem neste mundo, mas poucos sabem viver	Viver não custa, o que custa é saber viver
Vaca de rodeio não tem touro certo	Vaca do monte não tem boi certo
Tem o olho maior do que a barriga	Tem maiores olhos que barriga

Entram na segunda categoria os adágios de conceito idêntico e forma diversa, resultante nuns da adatação ao meio, noutros de circunstancias menos evidentes. Deve-se notar que mesmo entre os adágios gauchos há, no mesmo, variantes de forma, conforme a localidade. Assim, por exemplo, para o primeiro acima citado, tanto vale «pêlo», como «dente»; «Quem tem janelas de vidro..» tambem aparece pela forma seguinte: «Quem tem telhado de vidro não atire pedras no do visinho». Esta mesma advertência vale para as categorias seguintes.

O adágio gaucho «Quem anda fora dos pagos não pode ser arrogante», equivale aos portugueses: «Boi bravo fora da terra é manso» — «Boi fora da terra é vaca» — «Boi mudado de terra é mudado»; bem como a expressão muito usada na Ilha Terceira quando alguem se exalta ou encolerisa: «Abaixa o páu que estás fora da freguesia».

No adágio gaucho aparece o termo dialetal «pagos» a naturalizá-lo.

O conselho contido no ditado português antigo, que D. Carolina Michaëlis diz encontrar-se nos cancioneiros medievais, — « Milho não semeou quem passarinhos receou», — tem outras formas no adagiário gaucho, nas quais se reflete a vida pastoril: — «Quem tem medo não se achega quando o touro escarva e berra», — isto é, se mostra enfurecido e disposto a acometer; — «Ninguem se para (ou fica) tranquilo frente às varas da porteira», pois podem ser insuficientes, ou fracas, para o protegerem contra a arremetida do gado em tropel.

O costume de tomar o mate e o cuidado na sua preparação transformam o adágio português — «Aguentar a cabra para outro mamar», — no gaucho — «Aquentar água para outro tomar mate (ou chimarrão)».

Em condições análogas, influenciadas pelo meio social, pela fauna ou pela flora, estão outros:

Gauchos	**Portugueses**
Entre bois não há cornadas	Lobo não mata lobo
	Corvos a corvos não tiram olhos
Pelo andar do cavalo se conhece o cavaleiro (ou o dono)	Conhece-se pela aragem quem vai na carruagem
Quando não se tem canôa faz-se pelota de couro	Quem não tem grão pisa num paninho
Quem não tem cão, caça com gato ..	(Este, aliás, existe, igual, em Por-

Andar com bolas sem manicla	tugal e melhor ficaria nos da primeira categoria)
Égua corrida sem pastor sempre acha um retalhado (ou Égua corrida sempre acha um retalhado)	Andar à caça com um furão morto
	Há sempre um chinelo velho para um pé doente (este, aliás, tambem de uso comum no Rio Grande do Sul e quasi todo o Brasil)
O primeiro mate nunca presta	Café do primeiro e chá do derradeiro
Quem anda cego de amor, não sabe se é noite ou dia	Quem anda cego de amor não verá senão paredes
Terneiro flaco todos lo pilam	Gado fraco tudo são moscas
A felicidade não se junta com a riqueza	Honra e proveito não cabem num saco
Mil vezes solitário (ou solito) que entropilhado	Antes só que mal acompanhado (tambem usado no Rio Grande do Sul: antes só do que mal acompanhado)
Tem boi na linha (que nos parece adágio moderno, talvez do início das estradas de ferro)	Temos mouro na costa

Entre os naturalizados por referências à fauna local, sobressaem os relativos ao urubú.

Ave carnívora tida como muito voraz e cobarde por só comer os animais que encontra mortos e não os matar para comer, é objeto de lendas e histórias populares mais ou menos satíricas ([26]), e figura no adagiário brasileiro com tanta frequência que Afrânio Peixoto poude formar o ciclo do urubú ([27]). A sua voracidade e a sua cobardia chegam a obrigá-lo a acompanhar a vítima moribunda para a comer quando naturalmante morra. + «Pinto pelado urubú camarada», adágio, todavia equivalente ao português «Grande carga, fraca besta, dizem os corvos: nossa é esta». É mais um acumulador de desgraças e infelicidades irmão gêmeo do nosso perdigão: — «Perdigão perdeu a pena, não há mal que lhe não venha», glosado por Camões, consequentemente, aliás, dum mal chamar outro: — «Bem venhas mal se vieres só».

Para bem do triste urubú só há uma cousa — a morte dum cavalo.

No adagiário gaucho figura o urubú — «Praga de urubú não mata

cavalo» — equivalente ao português — «Vozes de burro não chegam ao céu». — «Urubú de carniça nasce branco, quando cresce fica preto» — «Quando urubú anda sem sorte, não há galho de páu que o aguente», ou — «até nas lages se atola», entre outros vários.

Embora com menos frequência, outros animais são chamados aos adágios gauchos, alguns dos quais talvez por isso tomam forma diferentíssima dos portugueses ideologicamente semelhantes: — «Filho de tigre nasce pintado», — ou «sai malhado», — ou ainda «oveiro sái» (gauchos); — «Filho de peixe sabe nadar» (português) + «Filho de asno uma hora no dia orneja» (português-açoriano). — «Laranjeira carregada na beira da estrada, ou é azeda ou tem marimbondos» (gaucho e tambem de outras regiões do Brasil) + «Galinha gorda a soldado, choca é», ou «Galinha gorda a maltez, ou choca ou morta de vez» (portugueses).

Em Portugal díz-se «Pôr o ramo numa porta e vender o vinho noutra», para significar que às vezes se faz ou pensa cousa diferente daquela que se apresenta. No mesmo sentido regista o adagiário gaucho: «Quero-quero canta prum lado e tem o ninho pro outro». — Aqui o velho costume de assinalar as tabernas onde se vendia vinho com um ramo à porta, imposto pelas antigas leis tanto gerais como locais, é substituido pela ave tão frequente na campanha gaucha, sempre desperta e vigilante, acordando quase constantemente os écos, cujo canto a denominação onomatopaica tenta reproduzir. O Quero-quero é um símbolo do Rio Grande, e pervigil audaz das fronteiras do extremo sul brasileiro e que mais de uma vez, segundo a tradição, no tempo das lutas platinas, denunciou a presença do inimigo às fôrças luso-brasileiras de então.

Na terceira categoria entram as quadras populares, ou parte delas, que Russomano inclui como adágios.

São quadras ou coplas conceituosas, umas completas, outras de que se separaram apenas dois versos, embora exista, completa, no cancioneiro gaucho.

Temos assim:

Quem tiver o seu segredo
não conte a mulher casada,
a mulher conta ao marido,
o marido ao camarada,

de conceito igual ao da quadra portuguesa reproduzida por Jaime Cortezão ([28]):

Ninguem descubra o seu peito
a nenhuma amiga sua,
uma amiga amiga tem,
logo se sabe na rua.

Um adágio português aconselha as mulheres, como as galinhas, a permanecerem em casa, sobretudo depois do sol posto: — «A mulher e a galinha com sol recolhidas».

Uma quadra gaucha, igual, porém, a outro brasileira de Alagoas ([29]), diz o mesmo:

A mulher e a galinha
não se deixam passear,
a galinha o bicho come,
a mulher dá que falar.

Em Portugal existe outra quadra idêntica ([30]).

No adagiário de Russomano regista-se:

Quem canta refresca a alma,
cantar adoça o sofrer;
quem canta zomba da morte,
cantar ajuda a viver,

e mais, entre outras, esta que nos foi comunicada por Walter Spalding:

Eu não canto por bonito,
nem canto pra me mostrar;
co' as dores que trago nalma,
canto para não chorar.

O mesmo pensam e dizem os franceses — «Qui chante n'est pas toujours heureux»; — os espanhóis — «Quien canta sus males espanta», — e os italianos — «Chi canta i suoi mali aparenta».

É a mesma ideia do adágio português — «Quem canta seus males espanta» — e da quadra

Quem canta seu mal espanta,
quem chora seu mal aumenta,
eu canto para espalhar
a paixão que me atormenta,

que, aliás, existe idêntica no cancioneiro gaucho substituida, apenas, a palavra «paixão» por «esta dor».

No adagiário gaucho lê-se: — «O tição brigou co'a brasa e a panela caiu».

São os dois últimos versos de quadra de Alagoas (34) que é, tambem, popularíssima no Rio Grande do Sul:

Minha gente venham ver
coisa que nunca se viu :
o tição brigou co'a brasa
e a panela caiu,

semelhante, na forma, à portuguesa (32):

Meus senhores venham ver
coisa que nunca se viu :
a minha gata pôs um ovo,
a minha galinha pariu,

e no conceito do adágio — «Brigam as comadres descobrem-se as verdades».

No mesmo caso estão os adágios gauchos — «Botam panela no fogo, mas não sabem temperar» — e — «Lagoa que não tem junco, que lagoa pode ser», ambos versos destacados de duas quadras populares brasileiras (33):

Estas meninas de agora
não querem senão casar,
põem a panela no fogo
mas não a sabem temperar.

Lagoa que não tem junco
que lagoa pode ser ?
O homem que não tem barba
que vergonha pode ter ?

reflexo da idéia de virilidade e honradez que o povo liga à barba, em Alagoas e, tambem, com leves variantes no Rio Grande do Sul onde a barba foi, por longa data, — especialmente bigode e cavanhaque, — o símbolo dos liberais, especialmente dos farroupilhas e, na República, dos federalistas, — como em Portugal, paralela desta outra cantiga:

Azeitona pequenina
que azeite pode render ?
Quem não tem barba na cara
que vergonha pode ter ?

«Quem não tem barba, não tem vergonha», — diz tambem um ditado (34).

O ditado gaucho — «Quem tiver filhas no mundo não fale das malfadadas», é parte da quadra gaucha, tambem popular em Alagoas (35) e outros pontos:

Quem tiver filhas solteiras
não fale das malfadadas,
que as filhas da desgraça
tambem nasceram honradas,

existente em portugal (36):

Quem tiver filhas no mundo
não fale das malfadadas,
pois as filhas da desgraça
tambem nasceram honradas.

absolutamente semelhante à quadra gaucha transcrita na nota 35.

Outro adágio gaucho diz: — «O milho plantado tarde não dá pendão, não dá espiga».

Sem se conhecer ditado português semelhante, a forma encontra-se na quadra (37):

Minha mãe case-me cêdo
enquanto sou rapariga ;
o milho sachado tarde
não dá pendão nem dá espiga,

análoga ainda à brasileira (38) e a outras gauchas transcristas na nota:

Minha mãe case-me logo,
enquanto sou rapariga
que o milho plantado tarde
não dá pendão nem espiga,

e à galêga ([39]):

Casadme, mi padre, casadme
en tanto soy muchachita,
porque el maiz cavado tarde
no da flor ni espiga.

Apenas com semelhança formal há mais — «A fumaça é cousa fina, vara parede dobrada» (gaucho) e a cantiga portuguesa ([40]):

Delicado é o fumo
e passa telha dobrada ;
delicados são teus olhos
que namoram de pancada.

As afinidades apontadas em adágios pertencentes ao segundo e terceiro grupos ou categorias, levam a admitir a possibilidade duma influência portuguesa. Não passa isto, porém, de simples, conjetura pois a realidade pode ser outra.

Como já se disse, o gaucho brasileiro recebeu influências portuguesas e espanholas. As portuguesas tanto podiam ter sido de Portugal (em 1737 o brigadeiro Silva Páis informa Walter Spalding, fez transportar para o Rio Grande, recem fundado, os casais transmontanos que haviam seguido para a Colonia do Sacramento cerca de 20 anos antes...) diretamente, como por intermédio dos açorianos em meados do século XVIII, (1751), como, indiretamente, de gente saida de províncias brasileiras, originárias do continente e das ilhas portuguêsas do Atlântico. Há muitos adágios portugueses iguais, tanto formal como ideologicamente, a espanhois e não há meio de averiguar se um adágio gaucho semelhante foi inspirado por um ou outro dos dois povos colonizadores. Além disto há noções e sentimentos gerais, comuns às mais diferentes culturas que podiam existir no povo gaucho e tomar a forma de adágio sem ligação alguma com os ditados ibéricos. Simples convergência.

Todos os povos, por exemplo, sentem igual aversão às anomalias físicas, tanto de homens como de animais, e supõem que elas se refletem no caracter e comportamente daqueles em que se manifestam. No Rio Grande do Sul, por exemplo, dizem que de um coxo sempre se deve desconfiar.

Uma cantiga portuguesa sintetisa três anomalias:

Se vires o coxo bom
contai-o por novidade,
do calvo, que Deus nos livre,
do gago que Deus nos guarde, —

e um ditado, ainda mais expressivo, diz: — «Para um coxo um careca, para um careca um tiro».

O homem de cabelo ruivo, a mulher barbuda, o polidáctilo são objeto de tradições populares (41). — «Bigle, borgne, bossu, boiteux ne te fie si tu ne veux», — dizem os franceses, e dizemos nós a justificar a desconfiança: — «Deus que o assinalou algum defeito lhe achou».

O que mais fere a imaginação popular é a mulher de barbas, porque, explica Leite de Vasconcelos (42), na idade média era tida como feiticeira: — «Mulher barbuda de longe a sauda», — «La mujer bigotuda de lejos la saluda», — «Mulher barbuda uma diz e outra cuida», — «Femme barbue la salue de loin, un baton à la main».

O homem de fala fina, isto é, que fala como mulher, tem igualmente a desconfiança do povo: — «Homem que fala como mulher, livre-nos Deus dele». — E no Rio Grande do Sul ainda se diz, conforme Spalding: — «Homem de fala fina, de relancina», isto é: rapidamente, de passagem, nada de relações ou intimidades.

No geral o casamento de mulher viuva é mal visto e considerado desastroso, porque a mulher que conheceu outro marido não se ajusta ao segundo: — «A mulher de outro marido e burra com burrico, nunca se mete a caminho», — «Nem mulher de outro, nem couce de pôtro».

Traduz estas idéias o adágio gaucho — «Cavalo de olho de porco, mulher que foi de outro e homem de fala fina, sempre de relancina».

Mas foi inspirado pelas idéias iguais de espanhois e portugueses ou, independentemente delas, que se formou, por convergência, refletindo, o pensar gaucho?

Sempre que existam dois adágios, um espanhol ou outro português e um adágio gaucho, idêntico a ambos no conceito e na forma, é impossivel determinar com segurança qual daqueles influiu neste.

Todas as probabilidades são, todavia, a favor da influência portuguesa, porque esta foi a predominante em todo o Brasil, mesmo no sul através o açoriano, e portuguesa é a língua em que o adágio se exprime.

Assim o adagiário gaucho-brasileiro vem provar que nesse tipo humano, tão original do sul do Brasil, embora muito haja de espanhol, mais é o que existe de português, para lá levado, sem dúvida, pelos colonizadores portugueses e especialmente pelos colonos açorianos que aí se fixaram em meados do século XVIII e deram à nação brasileira o rico e florescente Estado do Rio Grande do Sul, onde povoaram e fundaram dezenas de cidades, inclusive sua capital — a bela cidade de Porto Alegre.

NOTAS

(1) — António Delicado: «Adágios portugueses». — Lisboa, 1924. — Nova edição revista e prefaciada por Luís Chaves.

(2) — D. Rafael Bluteau: «Vocabulário português e latino». — Coimbra e Lisboa, 1712-1728 (10 volumes).

(3) — «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul»: Ano XVIII — 1.º trimestre, pág. 52.

(4) — «Pedagogia do Povo Português», na «Portugália», — Vol. I — pág. 485.

(5) — Luiz de Hoyos Sainz e Nieves de Hojos Sancho: «Manual de Folklore». — Madrid, 1947,

(6) — Ladislau Batalha: «Introdução á História dos Adágios Portugueses». — Lisboa, 1924, — pág. 31.

(7) — Salomão Reinach: «A origem dos árias». — Lisboa, 1913.

(8) — «Opúsculos» — vol. VII. — Lisboa, 1938 — pág. 734.

(9) — Jorge Dias: «Vilarinho da Furna». — Porto, 1948 — pág. 299.

(10) — Para não multiplicar excessivamente as citações, só excepcionalmente se indicam onde se acham registados os adágios citados no texto. Todos foram, extraidos de alguma das seguintes coleções:— António Delicado: «Adagiário Português»; D. Rafael Bluteau: «Vocabulário»; Jaime Rebelo Hespanha: «Dicionário de máximas; adágios e provérbios»,—Famalicão, 1936; J. Leite de Vasconcelos: «Ensáios etnográficos», vol IV, Lisboa 1910, «Opúsculos» vol. VII; Ladislau Batalha: «Introdução»; José Maria Adrião: «Retalhos de um adagiário» na «Revista Lusitana», vol. XIX e sgts; F. R. J L. E. R. (Rolland): «Adágios, provérbios, rifões e anexins», Lisboa, 1841; Pedro Chaves: «Rifoneiro português», Porto, 1928; Teófilo Braga: «Adagiário português», na «Revista Lusitana», vols XVIII e XIX; Armando Côrtes Rodrigues: «Adagiário popular açoriano», na «Insulana», passim; António Tomás Pires: «Calendário rural», Elvas, 1892; General Delcambre: «Les dictons populaires et la prévision du temps, em La Metéorologie», Janvier, 1934, n.º 106; A. C. Pires de Lima: «Tradições populares de Santo Tirso», na «Revista Lusitana», vol. XIX, pág. 105; Cardoso Martha e Augusto Pinto: «Folclore da Figueira da Foz», vol. I, Esposende, 1913, pág. 110; Santos Graça: «O Poveiro», Póvoa do Varzim, 1932; Jorge Ferreira de Vasconcelos «Comédia Eufrosina» Lisboa, 1919 (Ed. Aubrey Bell); Sousa Viterbo: «Subsídios para a formação do refraneiro ou adagiário português», na «Porta-

gália», vol. I, pág. 513 — Coleta pessoal, na Ilha Terceira principalmente. Quanto aos adágios brasileiros: Afrânio Peixoto: «Adágios brasileiros», na «Portucale», vol, I. pág. 124; D. Ana de Castro Osório: «Alguns provérbios brasileiros e portugueses» na «Portucale», vol. I, pág. 225; Veríssimo de Melo: «Adagiário da alimentação», Natal, 1950; Comissão Catarinense de Folclore: Boletim Trimestral; Silvio Romero: «Estudos sôbre a poesia popular do Brasil», Rio de Janeiro, 1888; Walter Spalding: «Adagiário da alimentação, na Vida Rural e Econômica» (Porto Alegre), — Fevereiro de 1952, pág. 11. — A respeito da poesia popular do Rio Grande do Sul, conforme informações particulares de Walter Spalding, na maioria.

(11) — «A saudade portuguesa» — Porto Alegre (1922); — Este es el cabi-orabi, na «Revista Lusitana» vol. XVIII — pág. 14.

(12) — «Cancioneiro da Ajuda», vol. II, Halle, 1904, pag. 370.

(13) — José Leite de Vasconcelos: «Etnografia portuguesa», vol. I — Lisboa, 1933. Pag. 301.

(14) — José Leite de Vasconcelos: «A barba em Portugal» Lisboa, 1925

(15) — Luiz Chaves: «Adágios de Delicado» — Prefácio; — João da Silva Correia: «A rima e a sua ação linguística», n' «O Instituto», vol. LXXIX, pags. 79 e 203.

(16) — El romancero, — Teorias y investigaciones. — Madrid. s/d.

(17) — Gilberto Freyre: «Problemas brasileiros de antropologia». — Rio de Janeiro, 1943, págs. 35 e 43.

(18) — «Influências geográficas en la poesia tradicional canária». — Madrid, 1944.

(19) — «Trovas populares de Alagoas». — Maceió, 1951.

(20) — Raul Rossieres citado por Paulo Sebillot: «Le Folklore».—Paris 1913. — Pag. 39.

(21) —«Le folklore flamand», na «Semaine Internationale de ethnologie religieuse». — Paris, 1931 — pág. 108.

(22) — «O mundo que o português criou». — Rio de Janeiro, 1940, — pág. 43.

(23) — «Estudos sôbre a poesia popular do Brasil». — Rio de Janeiro, 1888, — pág. 36.

(24) — «Portucale», vol. I, — pap. 124.

(25) — «Casais». — Rio de Janeiro, 1932, — pag. 70.

(26) — Gustavo Barroso: «Ao som da viola». — Rio de Janeiro, 1921, — pag. 65[1].

(27) — Loc. citado.

(28) — «O que o povo canta em Portugal». — Rio de Janeiro, 1942.

(29) — Théo Brandão: Loc. citado.

(30) — Luiz Chaves: «Estudos da poesia popular». — Porto. 1943, — pag. 31.

(31) — Théo Brandão: Loc. cit. — A quadra idêntica, do Rio Grande do Sul, foi comunicada por Walter Spalding.

(32) — F. Pires de Lima : «Cantares do Minho», Vol. I —Barcelos, 1927 — pag. 140.

(33) — Théo Brandão : Loc. cit. pág. 68 e 76. — A primeira quadra tem, no Rio Grande do Sul a seguinte variante, conf. com. de Walter Spalding :

Estas meninas de agora
só querem é namorar ;
botam panela no fogo
mas não sabem temperar...

(34) — Leite de Vasconcelos : «A barba», pág. 98.

(35) — Théo Brandão : Loc. citado, pág. 106. — No Rio Grande do Sul (Com. de Walter Spalding) dizem :

Quem tiver filhas no mundo,
não fale das malfadadas,
porque as filhas da desgraça
também nasceram honradas.

(36) — «O que o povo português canta», — pág. 129.

(37) — «Cantares do Minho» — I — pág. 22.

(38) — Théo Brandão : Loc. cit., pag. 87. - Walter Spalding comunica que no Rio Grande do Sul dizem :

Minha mãe, case-me cedo,
enquanto sou rapariga ;
que o milho plantado tarde
só dá palha, não dá espiga,

e explica : Rapariga, naquele Estado sulino do Brasil, significa, na voz do povo, atualmente, mulher da vida airada, moça quanto a idade. Entretanto, a quadra ainda continua popular, se bem já tenha sofrido alteração, conf. Spalding :

Minha mãe, case-me cedo,
que em moça é que se trabalha,
pois milho plantado tarde
não dá espiga, só dá palha.

(39) — «Volkstum und Kultur der Romanen», X ano, Ns. 1 e 2, pág. 135.

(40) — Leite de Vasconcelos : «Poesia amorosa» — Lisboa, 1890,—pág 22.

(41) — Joaquim e Fernando Pires de Lima : «Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho» — Barcelos, 1938.

(42) — «Opúsculos», VII, pág. 717

LIVRO DAS AVALIAÇÕES
dos ofícios das ilhas dos Açores
1691

Introdução e cópia conferida com o original

Pelo DR. LUIZ DA SILVA RIBEIRO

INTRODUÇÃO

O «Livro das avaliações dos officios da Ilha dos Açores e suas annexas», existente na Biblioteca Municipal de Angra do Heroismo, que o Instituto em sua reunião de 28 de Setembro de 1944 resolveu publicar no Boletim, é um manuscrito original de 33x23 centimetros, escrito com bela letra em papel almaço sem marca a agua, no ano de 1691, encadernado em madeira forrada de couro, com ferros e as armas reais portuguesas a ouro em ambas as capas circundadas pela legenda — Livro das avaliações dos officios da Ilha dos Açores e aneyexas —

A encadernação está bastante deteriorada, com a taboa da capa inferior partida e tem sinais de haver sido fechada com fechos de metal ou tiras de couro.

O livro é de noventa e seis folhas numeradas numa só face, com cercadura a encarnado formada por duas linhas paralelas em cada página, com termo de encerramento, as duas ultimas folhas em branco, o título escrito na portada em letra redonda romana, cercada por um largo desenho a azul e encarnado, e contem o alvará régio que manda proceder à avaliação dos oficios para base da aplicação dos respectivos direitos, a enumeração de todos os existentes nas ilhas Terceira, São Miguel, Graciosa, Faial, Pico e São Jorge, faltando os das restantes ilhas do arquipélago, indices geral e alfabético.

De folhas 92 a 94 está registado com letra diferente, um requerimento de Cosme Pimentel, da Ribeira Grande, da ilha de São Miguel, e as certidões comprovativas de haver sido reavaliado o oficio de Escrivão dos Orfãos naquela vila, registo feito em 12 de Maio de 1824.

Ernesto do Canto, na *Bibliotheca Açoriana*, Ponta Delgada, 1890, pág. 273, descreve este manuscrito segundo informação dada em 1888 pelo Dr. Felix José da Costa Sotto-Mayor, e diz ter sido oferecido à Biblioteca Municipal por João Moor da Silva.

Na presente edição conservou-se a ortografia do original. Como neste, porem, se empregue umas vezes u outras v unificou-se o emprego das duas letras conforme hoje se usam. Igualmente se desdobraram as aliás rarissimas abreviaturas e se corregiu um ou outro erro ou lapso de grafia.

Omitiu-se o indice por desnecessário bem como os documentos e registos relativos a Cosme Pimentel.

Para melhor ajuizar a importancia das remunerações dos diferentes ofícios em relação com o custo da vida nessa época pode recorrer-se à Reforma das Posturas da Camara Municipal de Angra em 1655 a pág. 121 do volume IX deste Boletim e respectivas notas.

L. R.

Livro das Avaliações dos Officios da Ilha dos Açores e suas annexas, feyto de ordem de sua Magestade por Lourenço Pires Carvalho do seu Conselho & Sumilher da cortina, Deputado da Meza da Consciencia & Ordens & da Junta dos Tres Estados Escripto por Antônio da Costa Lisbôa

Anno 1691

Alvará –

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que tendo respeyto ao muyto que convem a meu serviço e fazenda haver toda a boa a recadaçam no effeyto dos nossos direytos que se pagam na Chacellaria Mor do Reyno, e a se nam achar no livro por onde elles se cobram as avaliações de muytos officios para por ellas pagarem os direytos que justamente deverem os providos na forma do Regimento, e ao muyto tempo que ha se tem procurado a formatura de hum livro novo por onde se cobrem os ditos direytos, de sorte que minha fazenda nam fique prejudicada, e as partes paguem o que justamente deverem, o que se nam tem conseguido pella pouca aplicaçam que puzeram em negócio, tanto do meu serviço, os Ministros a quem se encarregou esta deligencia de vinte annos a esta parte, e ao

que hora me reprezentou, pela Junta dos Tres Estados, o Superintendente dos ditos novos direytos Dom Sebastiam Maldonado da preciza necessidade que havia de se tresladar logo o livro das avaliaçoens que ao presente serve da cobrança destes dereytos, por estar em estado com folhas rotas do uzo, e falta de avaliaçoens, que nam podem despachar os officiaes por elle as partes com a certeza que he necessaria e que convinha se tresladase em tres livros, dous das Comarcas do Reyno e outro da India, Brasil e todo o Ultramar, para mais facilmente se despacharem as partes, por ser grande o inconveniente de estarem as avaliaçoens em hum só volume, no qual havendo-se de laçar todas para tam grande corpo, que mais servirá de embaraço do que de expediente. Tendo a tudo consideraçam, e a importancia de que he a meu serviço ao rendimento deste effeito, e ao bom expediente e justiça das partes que estes livros que se ham de tresladar se ponham em sua perfeyçam e que haja ministro de toda a auctoridade que particularmente tome a seu cargo esta diligencia; Pella satisfaçam que tenho da pessoa de Lourenço Pires Carvalho meu Sumilher da Cortina, do meu Concelho, Deputado da Meza da Consciencia e Ordens e da Junta dos Tres Estados do Reyno.

Hey por bem e me praz de o encarregar desta diligencia da formatura destes livros das avaliaçoens dos novos direytos que se pagam na Chancellaria Mor do Reyno, nam so porque como ministro da dita Junta tem a seu cargo os negocios pertencentes a estes direytos, mas porque com a noticia que tem delles, zello de meu serviço e larga experiencia dos negocios da Repartiçam dos Tres Estados, sua auctoridade e promptidam com que pode na Junta apontar as Ordens que sam necessarias para concluir esta diligencia, e a precisa necessidade que elle conhece ha de elle se acabar, e espero que por seu meyo se consiga o fim que nella se pertende. E em quanto ella durar o hey por dezobrigado da assistencia dos tribunaes em que me serve, para que ficando-lhe livre o tempo, o empregue todo nesta occupaçam tam importante, com aquella actividade e promptidam que elle sabe convem he necessaria para que se ponham em sua perfeiçam os ditos livros, sem os quais se nam pode fazer a cobrança destes dereytos, nem eu ser bem servido, e a meza da Consciencia mandey declarar a cauza que elle tem para nam continuar nella enquanto durar esta occupaçam.

Pello que encomendo, e mando ao dito Lourenço Pires Carvalho que forme os livros das avaliaçoens dos ditos novos dereytos no numero que lhe parecer, com separaçam das Comarcas destes Reynos e suas conquistas e Ilhas de sorte que fiquem com facilidade e clareza para o despacho das partes, lançando nelles todas as avaliaçoens, que estam no livro velho, reformando as e emmendando as a seu justo rendimento, e fazendo avaliaçoens dos officios e cargos que até gora nam estam avaliados, liquidando e ventilando seus rendimentos, tomando para este effeito todas as informaçoens que lhe parecerem necessarias para clareza deste negócio, assim dos Provedores das Comarcas do Reyno, como de todos os mais ministros que tem razam de o saber, procurando com todo o cuyado e diligencia nam fique de fora dos ditos livros Officio, Alcaidaria Mor ou Cargo algum, assim dos que sam providos por mim, como dos meus tribunais e Donatarios sem exceyçam alguma ; e para este fim puxara por todas as Rellaçoens, avaliaçoens e papeis que tenham obrado sobre este negocio os ministros que delle foram encarregados, e conferindo os com o livro velho, e com todas as ordens e rezoluçoens que está na mesma Chancellaria, escolhera o que mais conveniente for a meu serviço, e justiça das partes. E sendo lhe necessaria alguma outra clareza ou diligencia que elle por sy nam possa fazer, dara conta na Junta para eu mandar o que for servido.

E porque o dito Lourenço Pires Carvalho nam pode, sem ter quem lhe assista a escrever, obrar com o expediente que se requere : Hey outro sim por bem que elle possa escolher para este effeyto duas pessoas, as quaes se daram as ajudas de custo que elle apontar merecem conforme ao trabalho que tiverem depois de finda a diligencia, e toda a despeza que for necessaria para a formatura destes livros se fara por ordem do dito Lourenço Pires Carvalho, do dinheyro dos ditos novos direytos e pellas ditas ordens se daram na Junta os despachos necessarios para se levar em conta ao Thesoureyro delles, e acabados de formar os ditos livros e postos na perfeyçam que convem (no principio de cada hum dos quaes irá tresladado este Alvará) o dito Ministro os apresentara na Junta dos Trez Estados, e por despachos assinados pellos ministros della se aprovaram para por elles se cobrarem os novos direytos que as partes deverem, e como este serviço que Lourenço Pires Carvalho me faz he tam relevante, eu

haverey respeyto a elle para lhe fazer mercê, e mando a todos os ministros destes Reynos e Senhorios assi de justiça como de fazenda, officiaes e pessoas a que pertencer, cumpram as ordens que o dito Lourenço Pires Carvalho lhes passar em meu nome, para o bom effeito deste negócio, e este Alvará tam inteyramente como nelle se contem, o qual me praz que valha, tenha força e vigor posto que seu effeyto haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçam em contrario, sendo primeyro registado na Contadoria geral de Guerra.

Manoel Correa de Sousa o fez em Lisboa a vinte e hum de Janeiro de mil seis centos oytenta e nove. Francisco Pereyra da Silva o fez escrever. Rey = Bento de Beja de Noronha = Alvara porque Vossa Magestade ha por bem encarregar Lourenço Pires Carvalho seu Sumilher da Cortina, do seu Concelho e Deputado da meza da Consciência e Ordens e da Junta dos Tres Estados do Reyno a formatura dos livros das avaliaçoens para cobrança dos novos direytos que se pagam na Chancellaria Mor do Reyno, havendo o por desobrigado da assistencia dos Tribunaes em que serve a Vossa Magestade em quanto durar esta occupaçam, tudo pella maneyra no dito Alvara declarado.

Para Vossa Magestade ver. Por rezoluçam de Sua Magestade de quatorze de janeyro de mil seis centos oytenta e nove em Consulta da Junta dos Tres Estados e despacho da mesma Junta de vinte e hum do dito mez e anno, registado a folhas duzentas quarenta e nove verso, no livro que serve de registo na Secretaria da Junta dos Tres Estados. Lisboa quatro de fevereiro de mil seis centos oytenta e nove. Manuel de Sequeira Leitão registesse. Lisboa quatro de fevereiro de mil seis centos oytenta e nove.

Com rubrica do Superintendente da Contadoria geral de guerra a folhas noventa e huma do Livro da Contadoria geral de guerra e Reyno, do registo das Ordens fica registado o Alvara retro escrito. Lisboa quatro de fevereiro de mil seis centos oytenta e nove. Antonio da Sylva.

Aprovão este Livro e mandão que pelas avaliaçoens delle se cobrem os novos direytos para cujo effeito se passe provisão para o Ministro e Corregedor das Ilhas lhe dar inteiro cumprimento e fazer

cobrar os ditos novos direytos por estas avaliaçoens na forma do Regimento novo de Sua Magestade. Lisboa 10 de fevereiro de 1691.

(Tem tres rubricas ilegiveis).

*

Dom Pedro por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dallem mar, em Africa senhor da guiné, etc. Faço saber aos que esta Provisão virem, que eu mandei ver na Janta dos tres estados este livro das avaliações do rendimento dos officios da Ilha dos Assores e suas anexas, que por ordem especial minha foi feito por Lourenço Pirez Carvalho de meu Conselho meu sumilher da cortina, Deputado da Meza da Consciencia, ordens, e da mesma Junta dos tres estados.

E visto a forma della : Hey por bem e me praz de o aprovar e na forma que nelle vai disposto, mando ao Corregedor e mais Ministros das ditas Ilhas fação cobrar os novos direytos que se deverem dos provimentos que se fizerem nos officios das ditas Ilhas pellas avaliações nella declaradas na forma do Regimento e do meu Alvara.

E esta Provizão se cumprira inteiramente como nella se contem. El-Rey Nosso Senhor o mandou por o Barão Conde do seu Conselho e por Dom Marcos de Noronha seu Mestre sala, ambos Deputados da Junta dos tres estados. Manuel Sequeira Leitão a fez em Lisboa a 20 de Setembro de 1692. Manuel Correia de Sousa a fez escrever.

Barão Conde Dom Marcos de Naronha.

Ilha Terceyra e mais ilhas dos Açores.

Ilha Terceyra.	
Cidade de Angra	9
Villa da Praya da Ilha Terceyra	22
Villa de Sam Sebastiam	25
Ilha de Sam Miguel	
Cidade de Ponta-Delgada	26
Villa da Ribeyra Grande	34
Villa do Nordeste	36
Villa Franca do Campo	36
Villa de Agoa de Pau	38 v.°
Villa da Alagoa	39 v.°
Ilha Graciosa	

Villa de Santa Cruz	40 v.º
Villa da Praya da Ilha Gracioza	43
Ilha do Fayal	43 v.º
Ilha do Pico	
Villa das Lagens	47
Villa Nova de Sam Roque	48 v.º
Ilha de Sam Jorge	
Villa das Vellas	49 v.º
Villa da Calheta	51 v.º
Villa Nova do Topo	52 v.º
Ilha de Santa Maria.	

Ilha Terceyra. Cidade de Angra.

Correyçam.

Corregedor das Ilhas dos Açores tem de ordenado duzentos mil reis, de Apozentadoria trinta mil reis, de propinas na Camara vinte mil reis, e de emolumentos sincoenta mil reis, que tudo importa trezentos mil reis.

Escrivam e Chanceler de Angra e Ilhas de baixo tem de emolumentos trinta mil reis.

Escrivam e Chanceler da Ilha de Sam Miguel tem de ordenado na Camara digo na chancellaria para os sellos dous mil sete centos e sincoenta reis e de emolumentos vinte e sinco mil reis, que tudo faz quantia de vinte e sete mil setecentos e sincoenta reis.

Escrivam da Correyçam e Chancellaria tem de ordenado na renda da Chancellaria, quatro mil reis e de emolumentos trinta e seis mil reis que faz quantia de quarenta mil reis.

Escrivaens da Correyçam e fianças tem de emolumentos trinta mil reis. Escrivaens da Correyçam somente tem cada hum de emolumentos vinte e dous mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor da Correyçam tem de emolumentos trinta mil reis.

Meyrinho da Correyçam tem de ordenado vinte mil reis e de emolumentos oytenta mil reis e para quatro homens da vara sincoenta e sete mil e seis centos reis, que tudo importa cento sincoenta e sete mil e seis centos reis.

Porteyro da Correyçam tem de emolumentos dez mil reis.

Juizo Geral.

Advogados pagam na forma do Regimento.

Tabaliaens do judicial e notas tem cada hum de emolumentos vinte e cinco mil reis.

Contador e Enqueridor tem de emolumentos trinta e dous mil reis.

Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos desoyto mil reis.

Enqueredor e Escrivão da Almotaçaria juntamente tem de emolumentos vinte mil reis.

Alcayde da Cidade tem de emolumentos vinte mil reis.

Carcereyro das Cadeas tem de ordenado dose mil reis, setenta e dous alqueires de trigo cada anno e de emolumentos quatro mil reis e tudo importa vinte e tres mil e duzentos reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos dous mil reis e de ordenado na Camara onze mil reis que tudo faz treze mil reis.

Procuradores do numero havendo os tem de emolumentos dez mil reis.

Officios da Camara e seus subordinados

Escrivam da Camara tem de ordenado vinte e quatro mil reis, de propinas. e emolumentos trinta e seis mil reis que faz quantia de sessenta mil reis.

Thesoureiro da renda dos dous por cento tem de ordenado quarenta mil reis.

Sargento Mor da Ordenança tem de ordenado sincoenta mil reis.

Ajudante da Ordenança tem de ordenado quarenta mil reis.

Alferes Mor da Cidade e Chanceller della tem de ordenado sinco mil e seis centos reis e de emolumentos onze mil e duzentos reis, que faz quantia de dezaseis mil e seis centos digo dezaseis mil e oytocentos reis.

Armeyro das armas da Camara tem de ordenado doze mil reis.

Facheyro tem de ordenado vinte mil reis.

Escrivam da Vintena da freguezia de Santa Barbara tem de emolumentos dez mil reis.

Mestre das Obras da fortificaçam tem de ordenado sincoenta mil reis.

Escrivam das fortificações tem de ordenado trinta mil reis.

Apontador das obras do Castello tem de ordenado trinta e seis mil reis.

Mestre de Pedreyro das obras da Sée tem de ordenado vinte mil reis.

Escrivam da obra da Sée tem de ordenado oyto mil reis.

Rellojoeyro da Sée tem de ordenado dous moyos de trigo que importam doze mil reis.

Capitam Mor da Cidade de Angra tem de emolumentos sincoenta e sinco mil reis.

Porteyro da Camara tem de ordenado trese mil reis e de emolumentos oyto mil reis, que faz quantia de vinte e hum mil res.

Juizo dos Orfãos

Juiz dos Orfaons da Cidade e seu termo tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam dos Orfaons tem de emolumentos quarenta mil reis.

Partidores e Avaliadores dos Orfaons tem, cada hum, de emolumentos oyto mil reis.

Fazenda Real e Alfandega

Provedor da fazenda de todas as Ilhas tem de ordenado duzentos mil reis, de apozentadoria, da Camara trinta e hum mil e seis centos reis, de propinas das arematações quinze mil reis, de emolumentos sinco mil reis, que tudo importa duzentos sincoenta e hum mil seis centos reis.

Provedor das Armadas e Naos da India tem de ordenado sincoenta mll reis, de apozentadoria da Camara vinte mil reis e de de emolumentos mil e quinhentos reis, que tudo faz quantia de setenta e hum mil e quinhentos reis.

Contador e Juiz da Alfandega tem de ordenado vinte e seis mil reis, hum moyo de trigo, hum moyo de cevada e de emolumentos nove mil reis que tudo importa quarenta e quatro mil reis.

Feytor da Alfandega tem de ordenado duzentos mil reis, das quebras do trigo, meyo alqueire em cada moyo importão doze mil reis e tudo faz quantia de duzentos e doze mil reis.

Escrivam da Alfandega e feytoria tem de ordenado doze mil reis, dous moyos de trigo, para papel e tinta dous mil e quatro centos reis, e de emolumentos quarenta mil reis, que tudo importa sessenta e seis mil e quatro centos reis.

Escrivam da Alfandega tem de ordenado doze mil reis, dous moyos de trigo, para papel e tinta dous mil e quatro centos reis e de emolumentos vinte e tres mil e seis centos reis, que tudo faz quantia de cincoenta mil reis.

Escrivam da Provedoria da fazenda tem de ordenado quarenta mil reis, de apozentadoria da Camara nove mil reis e de emolumentos vinte mil reis, que tudo faz quantia de sessenta e nove mil reis (1).

Escrivam dos Contos tem de ordenado seis mil e quatro centos reis e de emolumentos trinta e tres mil e quinhentos reis, que importa tudo em trinta e nove mil e nove centos reis.

Solicitador dos feytos da fazenda, Guarda das Naos da India e Meyrinho das Execuçoens tem de ordenado vinte mil reis, dois moyos de trigo, e emolumentos vinte e quatro mil reis, que tudo faz quantia de sincoenta e seis mil reis.

Lealdador dos Pasteis tem de ordenado oyto mil reis e quatro moyos de trigo, que faz quantia de trinta e dous mil reis.

Escrivam dos Pasteis tem de ordenado dous mil reis e trez moyos de trigo, que tudo importa vinte mil reis.

Pezador dos pasteis tem de emolumentos tres mil reis.

Meyrinho dos pasteis tem de ordenado dous mil reis, hum moyo de trigo, e de emolumentos tres mil reis, que tudo importa onze mil reis.

Pezador, Sellador, Guarda e Porteyro da Alfandega tem de ordenado quatro mil e quinhentos reis, hum moyo de trigo e de emolumentos setenta mil reis que tudo faz quantia de oytenta mil e quinhentos reis.

Guarda da Alfandega e homem do Almoxarifado tem de ordenado quatro mil e quinhentos reis, hum moyo de trigo e de emolumentos seis mil reis, que tudo importa dezaseis mil e quinhentos reis.

Guarda da Alfandega tem de ordenado mil e quinhentos reis, hum

---

(1) Tem à margem a seguinte nota: — Por despacho do presente dia do Ministro Corregedor e Superintendente dos novos direitos Francisco José Pacheco. faço a presente verba declarando que o serventuario João José de Bittancourt escrivão da Secretaria da Fazenda deste Estado fica desonorado de pagar os novos direitos pertencentes aos nove mil reis de aposentadoria respectiva por não ter entrado na sua recepção Angra 15 de Dezembro de 1826. Silva.

moyo de trigo e de emolumentos seis mil reis, que faz quantia tudo de treze mil e quinhentos reis.

Guarda da Alfandega e Naos da India tem de ordenado seis mil reis hum moyo de trigo e de emolumentos seis mil reis que tudo importa dezoyto mil reis.

Guarda da Alfandega outro e Naos da India tem de ordenado sinco mil reis, hum moyo de trigo, e de emolumentos seis mil reis, que tudo faz quantia de dezasete mil reis.

Guarda da Alfandega e Porteyro dos Contos tem de ordenado tres mil e nove centos reis, para pano da meza sete centos e sincoenta reis e de emolumentos dez mil reis que tudo importa quatorze mil seis centos e sincoenta reis.

Patram da Ribeyra tem de ordenado trinta e dous mil reis.

Mestre de Carpintaria tem de ordenado hum moyo de trigo, que importa seis mil reis.

Bombardeyros, que servem para as armadas e Naos da India, tem cada hum de ordenado hum moyo de trigo que importa em seis mil reis.

O Condestavel dos Bombardeiros tem de ordenado quinze mil reis.

Thesoureiro das rendas da Caza do Marquez de Castel Rodrigo, cobrando se pela fazenda Real, tem de ordenado cem mil reis e de emolumentos, digo para hum Moço, vinte mil reis que faz quantia de cento e vinte mil reis.

Escrivam da cobrança das rendas do Marquez de Castel Rodrigo, sitas nas Ilhas dos Assores onde assiste a ellas, tem de ordenado vinte mil reis e de emolumentos dez mil reis, que faz quantia de trinta mil reis.

Junta do Comercio

Administrador tem de ordenado duzentos mil reis.

Escrivam da Junta do Comercio tem de ordenado quarenta mil reis.

Escrivam da receyta do Recebedor da Ilha do Fayal tem de ordenado dez mil reis.

Meyrinho da Junta na Ilha Terceyra tem de emolumentos digo de ordenado dez mil reis.

Reziduos

Provedor dos Reziduos de toda a Ilha Terceyra tem de emolumentos quarenta mil reis (1).

Escrivam dos Reziduos tem de emolumentos sincoenta mil reis (2)

Provedor das Capellas e Reziduos tem de emolumentos doze mil reis (3).

Porteyro dos Reziduos tem de emolumentos quatro mil reis.

Defuntos e Auzentes

Provedor dos defuntos e Auzentes que hoje serve o Corregedor da Ilha, tem de emolumentos treze mil reis.

Escrivam dos defuntos e ausentes que serve hoje hum Escrivam da Correyçam, tem de emolumentos dez mil reis.

Thesoureyro dos defuntos e auzentes tem de emolumentos doze mil reis.

Captivos

Mamposteyro Mor dos Captivos da Ilha tem de ordenado doze mil reis e de emolumentos sinco mil reis, que faz quantia de dezasete mil reis.

Escrivam dos Captivos tem de ordenado trez mil reis e de emolumentos trez mil reis que tudo importa seis mil reis.

Tabaco

Conservador de Tabaco pellos Contractadores, que serve hoje o Corregedor da Ilha, tem de ordenado de Conservador vinte mil reis.

Escrivam tem de ordenado pellos Contratadores.

---

(1) Nota à margem — Está ... este officio ut fol.s 8 v.° Sylva.

(2) Nota à margem — Hoje he Escrivam de toda esta comarca d'Angra e por isso paga a respeito desta lotação e da de fol.s 2 50$000
70$000
120$000

(3) Nota à margem — O mesmo a respeito do Procurador ou Fiscal que tão bem serve em toda a comarca e por isso regulado por esta lotação e pela de fol.s 2.

Segundo a verba acima pagava o procurador fiscal 3$000 reis de novos direitos. Como pella separação desta comarca da da Horta foi determinado por despacho de 30 de Dezembro deste anno de 1826 do Ministro Corregedor Superintendente em requerimento de Manuel Constantino da Silva fica pagando cada hum 1$500 reis. Silva. He procurador. Foy erro de escripta como se vê do index fol.s 8 v.° e fol.s 8 e v.° Sylva.

Meyrinho tem de emolumentos trinta mil reis.

Auditoria Geral

Auditor Geral he o Corregedor e nam tem rendimento algum.

Escrivam serve hum dos da Correyçam.

Meyrinho da Auditoria, que tambem serve de Contador e Enqueridor no mesmo juizo, tem de ordenado trinta mil reis e de emolumentos seis mil reis, que faz quantia de trinta e seis mil reis.

Castello de Sam Joam Baptista da Cidade de Angra

Govenador do Castello tem de ordenado seis centos mil reis e para azeyte e lenha oytenta mil reis que tudo importa seis centos e oytenta mil reis.

Almoxarife e Pagador tem de ordenado oytenta mil reis e da quebra do trigo que recebe vinte mil reis, que tudo faz quantia de cem mil reis.

Escrivam do Almoxarifado tem de ordenado sessenta mil reis.

Escrivam da Matricula tem de ordenado sessenta mil reis. (1)

Armeyro tem de ordenado cada anno sincoenta mil e quatro centos reis.

Homem do Almoxarifado tem de ordenado desoito mil reis.

Barredor do Castello tem de ordenado vinte e hum mil e seis centos reis.

Hospital do Castello de Sam Joam Baptista

Mordomo do Hospital tem de ordenado dous mil e quinhentos reis por mez que importa cada anno trinta mil reis.

---

(1) Nota à margem. Fica izento este officio de pagar novos direitos por ter sido abolido pelo Alvará de 2 d'Agosto de 1766 e somente tolerado por particular disposição e necessidade, cuja tolerancia não constitui nem podia constituir hua nova creação delle, ficando por isso izento d'aquelle pagamento em quanto se não mostrar legitimamente creado, como por este e por outros fundamentos assim o julgou o Ill.mo Dezembargador Luis de Moura Furtado, que serve de Corregedor desta comarca, e Superintendente da arrecadação dos novos direitos, em seu despacho de 7 do corrente proferido em huns autos de petição de recurso de André Rebello de Mello, serventuario deste officio assim tolerado, os quais autos ficão neste cartorio e em observancia dos despachos paz esta verba Angra 9 de Julho de 1798. Area. Veja-se o despacho para servir de regra a respeito dos officios de pé de exercito Area.

Medico tem de ordenado cada anno trinta e seis mil reis.

Cirurgiam tem de ordenado cada anno trinta e seis mil reis.

Barbeyro tem de ordenado cada anno trinta mil reis.

Serventes do Hospital tem de ordenado cada hum por anno dezoyto mil reis.

Villa da Praya da Ilha Terceyra

Sargento Mor tem de ordenado sincoenta e trez mil quinhentos e sessenta reis.

Ajudante da Ordenança tem de ordenado doze mil reis.

Facheyro tem de ordenado oyto mil reis.

Bombardeyro tem de ordenado hum moyo de trigo que importa seis mil reis.

Juizo Ordinario

Escrivam da Camara tem de ordenado quatorze mil reis e de emolumentos seis mil reis, que faz quantia de vinte mil reis (1).

Escrivam da Almotaçaria tem de emolumentos quatro mil reis (2).

Tabaliaens do judicial e notas tem de emolumentos cada hum doze mil reis.

Contador e Enqueredor tem de emolumentos doze mil reis (3).

Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos dez mil reis.

Alcayde e Enqueredor juntamente tem de emolumentos doze mil reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos mil e quinhentos reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos dez mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz tem de emolumentos dezaseis mil reis.

Escrivam dos Orfaons tem de emolumentos quarenta mil reis.

Partidores e Avaliadores tem cada hum de emolumentos seis mil reis.

---

(1) Nota á margem — Novamente se anexou a este officio o de Tabelião e Escrivão do geral e por isso paga a respectivamente 32$000.

(2) Nota à margem — O serventuario deste officio he juntamente tabelião e Escrivão do Judicial e por isso paga a respeito das lotações de ambos.

(3) Nota à margem — Tem hu só serventuario. Area.

Fazenda Real

Almoxarife tem de ordenado dez mil reis hum moyo de trigo e da quebra do meyo alqueire de trigo de seu recebimento dezoyto mil reis que tudo importa trinta e quatro mil reis.

Escrivam do Almoxarifado tem de ordenado trez mil e quatro centos reis, hum moyo de trigo, e de emolumentos trez mil e seis centos reis que tudo faz quantia de treze mil reis.

Homem do Almoxarifado e Guarda da Alfandega tem de ordenado trinta alqueires de trigo, que importam trez mil reis e de emolumentos sinco mil reis, que faz quantia de oyto mil reis.

Thesoureyro das rendas dos dous por cento tem de ordenado nas mesmas rendas seis mil reis.

Villa de Sam Sebastiam da Ilha Terceyra

Juiz dos Orfaons tem de emolumentos seis mil reis.

Escrivam da Camara que serve dos Orfaons e de Tabaliam do Judicial e notas tem de emolumentos dezoyto mil reis. (1).

Escrivam da Almotaçaria e Tabaliam Judicial e notas tem de emolumentos doze mil reis.

Tabalião do Judicial e notas tem de emolumentos dez mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos oyto mil reis.

Procuradores de numero tem cada hum de emolumentos dous mil reis.

Curador dos Orfaons tem de emolumentos dous mil reis.

Partidores e Avaliadores dos Orfaons tem cada hum de emolumentos trez mil reis.

Alcayde tem de emolumentos trez mil reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos dous mil reis.

Ilha de Sam Miguel. Cidade de Ponta Delgada

Governador tem de ordenado seis centos mil reis.

---

(1) Nota à margem. Anda usualmente apartado e servido por diverso serventuario o officio de Escrivam dos Orfaons, e para segurança dos direytos paga-os por inteiro aquelle dos dous serventuarios que primeiro tira nova provisão.

Capitam do Castello de Sam Braz tem para azeite e lenha cada anno quarenta mil reis.

Cappitaens entertenidos

Bombardeyros da fortalleza da Cidade e nas mais da costa tem cada hum de ordenado hum moyo de trigo que importa seis mil reis.

Condestavel que assiste aos Bombardeyros tem de ordenado vinte mil reis.

Escrivam das fortallezas a dous por cento tem de emolumentos vinte mil reis.

Thesoureiro dos dous por cento servindo tem de emolumentos dez mil reis.

Sargento Mor da Ordenança tem de ordenado setenta e oyto mil reis, nos quais entrão oyto mil reis de emolumentos.

Ouvidoria da Ilha de Sam Miguel

Ouvidor tem de ordenado cem mil reis e de emolumentos vinte mil reis, que faz quantia de cento e vinte mil reis.

Escrivam da Ouvidoria tem de emolumentos quarenta mil reis.

Meyrinho Geral da Ouvidoria tem de emolumentos vinte e cinco mil reis.

Escrivam das Armas do dito Meyrinho tem de emolumentos oyto mil reis.

Contador deste juizo he o Destrebuidor do Geral onde vay seu rendimento.

Juizo de Fora

Juiz tem de ordenado oytenta mil reis e de emolumentos quarenta mil reis que tudo faz quantia de cento e vinte mil reis. He tambem Corregedor da Ilha de Santa Maria.

Escrivam da Camara e Almotaçaria tem de emolumentos quarenta mil reis.

Alferez Mor da Cidade e Chanceller della tem de emolumentos dose mil reis.

Tabaliaens do judicial e notas da Cidade tem cada hum de emolumentos vinte e sinco mil reis.

Tabaliam de notas da Villa da Maya na Ilha de Sam Miguel tem de emolumentos oyto mil reis.

Tabaliam do judicial e notas na Villa Franca de Sam Payo (*sic.*) na Ilha de Sam Miguel tem de emolumentos seis mil reis.

Contador e Enqueredor tem de emolumentos vinte e sinco mil reis.

Enqueredor outro tem de emolumentos sinco mil reis.

Destrebuidor e Enqueredor, que tambem he Contador no Juizo da Ouvidoria e Alfandega, tem de emolumentos trinta mil reis.

Alcayde da Cidade tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos seis mil reis.

Recebedor do trigo da freguesia de Sam Sebastiam da Cidade de Ponta Delgada tem de emolumentos quatro mil reis.

Procuradores de numero tem de emolumentos cada hum quinze mil reis.

Carcereyro tem de emolumentos seis mil reis.

Porteyro da Camara tem de ordenado quatorze mil reis e de emolumentos seis mil reis, que faz quantia de vinte mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz por não haver proprietario, serve o Juiz de fora e por elle tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam dos Orfaons tem de emolumentos quarenta mil reis.

Contador deste Juizo tem de emolumentos dez mil reis.

Partidores e Avaliadores tem cada hum de emolumentos oyto mil reis.

Fazenda e Contos

Contador da Fazenda tem de ordenado trinta mil reis e dous moyos de trigo que tudo importa quarenta e dous mil reis.

Escrivam dos Contos tem de ordenado seis mil e quatro centos reis e de emolumentos quarenta mil reis, que faz quantia de quarenta e seis mil e quatro centos reis.

Escrivam das Execuçoens tem de emolumentos trinta mil reis.

Meyrinho das Execuçoens tem de ordenado hum moyo de trigo, em dinheyro oyto mil reis, e de emolumentos vinte mil reis, que tudo importa trinta e quatro mil reis.

Homem do Almoxarifado tem de ordenado trinta alqueyres de trigo que importam tres mil reis.

Patram da Ribeyra tem de emolumentos dez mil reis.

Porteyro dos Contos he o da Alfandega aonde vay.

Alfandega

Juiz tem de ordenado trinta mil reis e dous moyos de trigo, que tudo importa quarenta e dous mil reis.

Feytor da Alfandega tem de ordenado duzentos mil reis e das quebras do trigo trinta e sinco mil reis, que faz quantia de duzentos trinta e sinco mil reis.

Escrivam da Alfandega e Almoxarifado tem de ordenado doze mil reis, dous moyos de trigo, para papel e tinta dous mil reis e de emolumentos vinte mil reis que tudo importa quarenta e seis mil reis.

Escrivam da Alfandega tem de ordenado doze mil reis, dous moyos de trigo e de emolumentos trinta mil reis que tudo faz quantia de sincoenta e quatro mil reis (1)

Guardas da Alfandega tem cada hum de ordenado sinco mil reis e de emolumentos seis mil reis, que faz quantia de onze mil reis.

Guarda da Ribeyra, que assiste em Villa Franca do Campo, tem de ordenado doze mil reis e de rendeyro da dita Villa quatro mil reis, que faz quantia de deseseis mil reis.

Alcayde do Mar tem de ordenado hum moyo de trigo e de emolumentos oyto mil reis que tudo importa quatorze mil reis.

Contador deste Juizo he o Destrebuidor do Geral aonde vay o seu rendimento.

Porteyro da Alfandega e dos Contos tem de ordenado dos Contos trez mil e nove centos reis, da Alfandega trez mil reis, de Sellador mil e seis centos reis, do Almoxarifado mil e seis centos reis, para pano da meza, papel e chumbo, lenha e carvam sinco mil trezentos e cincoenta reis, e de emolumentos quinze mil reis, que tudo faz quantia de trinta mil quatro centos e cincoenta reis.

Lealdador dos Pasteis tem ordenado quatro mil reis e seis moyos de trigo, que tudo importa quarenta mil reis.

Escrivam dos Pasteis tem de ordenado dous mil reis, trez moyos de trigo, e de emolumentos dose mil reis, que tudo importa trinta e dous mil reis.

Meyrinho dos pasteis tem de ordenado dez mil reis, hum moyo de

---

(1) Tem à margem uma nota ilegivel pelo desbotado da tinta.

trigo, hum moyo de cevada e de emolumentos trinta e sinco mil reis, que tudo faz quantia de sincoenta e quatro mil reis,

Pezador dos Pasteis tem de ordenado quatro mil reis.

Reziduos

Provedor dos reziduos de toda a Ilha tem de emolumentos sessenta mil reis.

Escrivam da Provedoria dos Reziduos tem de emolumentos oytenta mil reis.

Procurador dos Reziduos e Capellas tem de emolumentos vinte mil reis e de Contador e Enqueredor de emolumentos vinte mil reis que tudo faz quantia de quarenta mil reis.

Porteyro dos Reziduos tem de emolumentos oyto mil reis.

Cativos

Mamposteyro Mor dos Cativos tem de ordenado doze mil reis e de emolumentos sinco mil reis, que faz quantia de dezasete mil reis.

Escrivam da Rendiçam dos Cativos tem de ordenado trez mil reis e de emolumentos trez mil reis que faz quantia de seys mil reis.

Procurador dos Cativos tem de emolumentos quatro mil reis.

Meyrinho da Rendição dos Cativos tem de emolumentos sinco mil reis.

Tabaco

Conservador do Tabaco pellos Contratadores he hoje o Juiz de fora desta Ilha e tem de ordenado pellos ditos cem mil reis.

Escrivam do Estanco pellos Contradores tem de ordenado pellos ditos.

Meyrinho do Estanco pellos Contratadores tem de ordenado

Villa da Ribeyra Grande

Escrivam da Camara tem de ordenado doze mil reis e de emolumentos oyto mil reis que faz quantia de vinte mil reis.

Alferez Mor da Camara tem de emolumentos seis mil reis.

Escrivam da Almotaçaria, Alcaydaria e Enqueredor tem de emolumentos doze mil reis (1).

---

(1) Nota à margem — O officio de Escrivam das Armas fica pagando de novos direitos por anno segundo despacho do Ministro Superintendente dos mesmos direitos 4$000 reis em quanto não haja lotação só a elle respeitante por se achar hoje devedido.

Tabaliaens do Judicial e notas da Villa tem cada hum de emolumentos vinte mil reis.

Tabaliam de notas do lugar de Rabo de peyxe e termo desta Villa tem de emolumentos oyto mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos desoyto mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos oyto mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos oyto mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz dos Orfaons tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam dos Orfaons e Tabaliam de notas tem de emolumentos quarenta mil reis.

Partidores e Avaliadores tem de emolumentos cada hum seis mil reis.

Villa do Nordeste

Escrivam da Camara, Almotaçaria, Tabaliam do publico judicial e notas com destrebuição nos Orfaons tem de emolumentos vinte mil reis.

Tabaliam do publico judicial e notas com destrebuição nos Orfaons tem de emolumentos treze mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos oyto mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos quatro mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos quatro mil reis.

Villa Franca do Campo

Escrivam da Camara tem de ordenado vinte mil reis e de emolumentos seis mil reis que faz quantia de vinte e seis mil reis.

Escrivam da Almotaçaria tem de emolumentos quatro mil reis.

Alferes Mor da Camara tem de emolumentos seis mil reis.

Tabaliaens do Publico judicial e notas tem cada hum de emolumentos dezaseis mil reis.

Tabaliam de notas do lugar dos Fanais termo desta Villa tem de emolumentos sete mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos quatorze mil reis.

Contador e Enqueredor outro tem de emolumentos dez mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos oyto mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos dez mil reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos quatro mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz dos Orfaons tem de emolumentos doze mil reis.

Escrivam dos Orfaons tem de emolumentos vinte mil reis.

Partidores e Avaliadores tem de emolumentos cada hum sinco mil reis.

Villa de Agoa de Pau

Juiz dos Orfaons desta Villa e da Alagoa tem de emolumentos dez mil reis.

Escrivam dos Orfaons desta Villa somente tem de emolumentos treze mil reis.

Escrivam da Camara, Almotaçaria e Tabaliam Publico judicial e notas tem, de emolumentos, dezaseis mil reis.

Tabaliam do publico judicial e notas somente tem de emolumentos doze mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos oyto mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos quatro mil reis.

Alcayde que serve de Carcereyro tem de emolumentos quatro mil reis.

Villa da Alagoa

Juiz dos Orfaons he o da Villa de Agoa de Pau aonde vay seu rendimento,

Escrivam dos Orfaons tem de emolumentos dez mil reis.

Escrivam da Camara, Almotaçaria Publico judicial e notas tem de emolumentos desoyto mil reis.

Tabaliam do Judicial e notas somente tem de emolumentos quatorze mil reis.

Contador Enquerdor e Destrebuidor tem de emolumentos dez mil reis.

Procuradores do numero tem de emolumentos cada hum seis mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos oyto mil reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos quatro mil reis.

Partidores e Avaliadores dos Orfaons tem cada hum de emolumentos seis mil reis.

Ilha Graciosa

Villa de Santa Cruz

Juizo Ordinario

Sargento Mor de toda a ilha tem de ordenado vinte mil reis.

Escrivam da Camara Almotaçaria e Tabaliam de notas tem de emolumentos vinte mil reis.

Tabaliam do judicial somente tem de emolumentos dez mil reis.

Tabaliaens do publico judicial e notas tem cada hum de emolumentos dezaseis mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor de toda a Ilha Graciosa tem de emolumentos vinte e sinco mil reis.

Procuradores do numero de toda a Ilha tem de emolumentos cada hum doze mil reis.

Alcayde e carcereyro tem de emolumentos doze mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz dos Orfaons de toda a Ilha tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam dos Orfaons de toda a Ilha tem de emolumentos quarenta mil reis.

Partedores e Avaliadores dos Orfaons tem de emolumentos cada hum oyto mil reis.

Fazenda

Almoxarife de toda a Ilha Graciosa tem de ordenado quatro mil reis, hum moyo de trigo e da quebra do seu recebimento do meyo alqueire em cada moyo, dous mil reis, que tudo faz quantia de doze mil reis.

Escrivam do Almoxarifado tem de ordenado dous mil reis, trez moyos de trigo, e de emolumentos seis mil reis que tudo importa vinte e seis mil reis.

Homem do Almoxarifado tem de ordenado meyo moyo de trigo e de emolumentos quatro mil reis que faz quantia de sete mil reis.

Lealdador dos pasteis tem de ordenado oyto mil reis.

Reziduos

De todos as Ilhas de bayxo que sam Graciosa, Fayal, Pico e Sam George.

Provedor tem de emolumentos sincoenta mil reis.

Escrivam dos Reziduos tem de emolumentos setenta mil reis.

Procurador dos Reziduos tem de emolumentos vinte mil reis.

Porteyro dos Reziduos tem de emolumentos seis mil reis.

Escrivam dos Cativos, defuntos e ausentes de toda a ilha tem de ordenado trez mil reis.

Villa da Praya da Ilha Graciosa

Escrivam da Camara Almotaçaria e Tabaliam do Judicial e notas tem de emolumentos da Camara nove mil reis, da Almotaçaria seis mil reis e do Judicial e notas quinze mil reis que tudo faz quantia de sincoenta digo trinta mil reis.

Tabaliam do Judicial e notas somente tem de emolumentos quinze mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos sinco mil reis.

Ilha do Fayal

Juizo Ordinario

Sargento Mor da Ordenança tem de ordenado sincoenta mil reis.

Escrivam da Camara tem de ordenado quatro mil reis e de emolumentos doze mil reis que faz quantia de dezaseis mil reis.

Escrivam da Almotaçaria e Tabaliam do Judicial e notas tem de emolumentos trinta e seis mil reis.

Tabaliaens do publico judicial e notas tem de emolumentos cada hum trinta mil reis.

Promotor de justiça tem de emolumentos dez mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos vinte e sinco mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam da Redençam dos Cativos, defuntos e auzentes he o da Ilha Graciosa.

Meyrinho do Estanco do Tabaco, pellos Contratadores, tem de ordenado pellos ditos.

Alcayde tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam do Alcayde tem de emolumentos seis mil reis.

Carcereyro tem de ordenado oyto mil reis e hum moyo de trigo, e de emolumentos dous mil reis, que tudo importa dezaseis mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam tem de emolumentos sincoenta mil reis.

Partidores e Avaliadores tem de emolumentos cada hum dez mil reis.

Fazenda. Almoxarifado da Ilha do Fayal e do Pico.

Almoxarife de ambas as Ilhas tem de ordenado em cada huma dous moyos de trigo, fazem quatro moyos que importam vinte e quatro mil reis, em dinheyro doze mil reis em cada huma e fazem vinte e quatro mil reis, de quebra do seu recebimento do meyo alqueyre em cada moyo oyto mil reis, que tudo faz quantia de sincoenta e seis mil reis.

Escrivam do Almoxarifado da Ilha do Fayal tem de ordenado seis moyos de trigo, em dinheyro quatro mil e quatro centos reis, e de emolumentos setenta mil reis, que tudo importa cento e dez mil e quatro centos reis.

Escrivam do Almoxarifado da Ilha do Pico tem de ordenado hum moyo de trigo, em dinheyro quatro centos reis e de emolumentos dez mil reis que tudo faz quantia de dezaseis mil e quatro centos reis.

Lealdador dos pasteis tem de ordenado quatro moyos de trigo e em dinheyro oyto mil reis que tudo faz quantia de trinta e dous mil reis.

Meyrinho dos pasteis, Alcayde do Mar e Meyrinho da Alfandega tem de ordenado dous moyos de trigo, hum moyo de cevada e de emolumentos dez mil reis que tudo importa vinte e sinco mil reis.

Guarda da Alfandega e Naos da India, que tambem serve de Pezador, tem de ordenado hum moyo de trigo, em dinheiro treze mil reis e de emolumentos doze mil reis, que tudo faz quantia de trinta e hum mil reis.

Homem do Almoxarifado, Porteyro e Sellador da Ilha do Fayal tem de ordenado trinta alqueyres de trigo e de emolumentos doze mil reis, que faz quantia de quinze mil reis.

Homem do Almoxarifado da Ilha do Pico, que tambem serve de Meyrinho das Execuçoens tem de ordenado trinta alqueyres de trigo e de emolumentos seis mil reis que importa tudo nove mil reis.

Patram da Ribeyra da Ilha do Fayal tem de emolumentos quinze mil reis.

Segundo scrivam da Alfandega novamente criado tem de emolumentos vinte mil reis.

Guardas da Alfandega tem cada hum de emolumentos dez mil reis

Ilha do Pico

Villa das Lages

Juizo Ordinario

Sargento Mor tem de emolumentos oyto mil reis.

Escrivam da Camara e Almotaçaria tem de emolumentos quinze mil reis.

Tabaliaens do publico judicial e notas tem cada hum de emolumentos vinte mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos oyto mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos seis mil reis.

Alcayde tem de emolumentos seis mil reis.

Carcereyro tem de ordenado hum moyo de trigo, em dinheyro quatro mil reis, e de emolumentos mil reis que tudo importa onze mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz dos Orfaons tem de emolumentos dez mil reis.

Escrivam tem de emolumentos vinte mil reis.

Procurador dos Orfaons tem de emolumentos quatro mil reis.

Partidores e Avaliadores tem de emolumentos cada hum trez mil reis.

Os Officios da fazenda vam no Almoxarifado da Ilha do Fayal.

Villa Nova de São Roque

Juiz dos Orfaons, que serve de Contador, Enqueredor e Destrebuidor, tem de emolumentos vinte mil reis.

Escrivam da Camara, Almotaçaria, Orfaons e Tabaliam do Judicial e notas tem de emolumentos sincoenta mil reis (1).

Tabaliam do Judicial e notas somente tem de emolumentos quinze mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos oyto mil reis.

Partidores e Avaliadores dos Orfaons tem de emolumentos cada hum sinco mil reis.

Procurador dos Orfaons tem de emolumentos quatro mil reis.

Alcayde tem de emolumentos oyto mil reis.

Carcereyro tem de ordenado hum moyo de trigo que importa seis mil reis, em dinheyro quatro mil reis, e de emolumentos mil reis que tudo faz quantia de onze mil reis

Ilha de Sam George

Villa das Vellas

Juizo Ordinario

Sargento Mor tem de ordenado vinte e sinco mil reis.

Escrivam da Camara tem de emolumentos doze mil reis.

Escrivam da Almotaçaria, que tambem serve de Contador, Enqueredor e Destrebuidor, tem de emolumentos vinte mil reis.

Tabaliaens do Judicial e notas tem cada hum de emolumentos vinte e sinco mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos dez mil reis.

Alcayde tem de emolumentos dez mil reis.

Carcereyro tem de ordenado hum moyo de trigo e de emolumentos mil reis que faz quantia de sete mil reis.

Juizo dos Orfaons

Juiz dos Orfaons de toda a Ilha tem de emolumentos doze mil reis.

---

(1) Nota à margem — O Escrivam dos Orfaons tem actualmente diversos serventuarios e por isso se pratica a respeito dos direitos o mesmo que fol.s 25.

Este Escrivam dos Orfaons fica pagando separadamente os novos direitos só no respeitante ao seu officio por despacho do Superintendente dos direitos de 14 d'Outubro de 1818, que tenho em meu poder.

Escrivam dos Orfaons de toda a Ilha tem de emolumentos trinta mil reis.

Partidores e Avaliadores tem de emolumentos cada hum quatro mil reis.

Procurador dos Orfaons tem de emolumentos seis mil reis.

Almoxarifado

Almoxarife tem de ordenado dous moyos de trigo, em dinheyro dez mil reis, e das quebras do meyo alqueire em cada moyo do seu recebimento quatro mil reis, que tudo faz quantia de vinte e seis mil reis.

Escrivam do Almoxarifado tem de ordenado dous moyos de trigo, em dinheyro quatro mil e quatro centos reis, e de emolumentos quatro mil reis, que tudo importa vinte mil e quatro centos reis.

Homem do Almoxarifado tem de ordenado trinta alqueyres de trigo e de emolumentos trez mil reis, que faz quantia de seis mil reis.

Villa da Calheta da Ilha de São Jorge

Escrivam da Camara e publico judicial e notas tem de emolumentos vinte mil reis.

Tabaliam do publico judicial e notas e Almotaçaria tem de emolumentos, quinze mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos dez mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos quatro mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos seis mil reis.

Villa Nova do Topo Ilha de São Jorge

Escrivam da Camara, Almotaçaria e Tabaliam do Publico Judicial e Notas tem de emolumentos vinte e trez mil reis.

Tabaliam do publico judicial e notas somente tem de emolumentos dez mil reis.

Contador, Enqueredor e Destrebuidor tem de emolumentos seis mil reis.

Procuradores do numero tem cada hum de emolumentos trez mil reis.

Alcayde e Carcereyro tem de emolumentos quatro mil reis.

Ilha de Santa Maria (1)

Ilha do Corvo (2)

(1) Não menciona oficios.
(2) Não menciona oficios.

Comemoração do Primeiro Centenário do Falecimento de Almeida Garrett

Almeida Garrett é uma glória nacional. Embora nascido no Porto, passou aqui na Terceira os anos da juventude que mais vivas e fundas recordações deixam pela vida fóra. Outras circunstâncias ainda, agora de novo lembradas, levaram-no a considerar abertamente esta ilha como terra de sua adopção. Garrett é pois também uma glória da Terceira.

Vitorino Nemésio, outro grande nome da nossa Terra, explorou como ninguem as raizes desta propensão de Garrett pela Terceira. Em 1936, numa conferência proferida na Associação Comercial de Angra do Heroismo, Vitorino Nemésio convidou-nos a acrescentar definitivamente, e com sólidos fundamentos, mais este nome à lista dos varões ilustres que enobrecem as nossas tradições.

O seu apelo não caiu em vão. Logo que houve notícia de que o País se preparava para comemorar o primeiro centenário da morte de Garrett, ocorrida a 9 de Dezembro de 1854, o simpático grupo dos «Amigos da Terceira» lançou sem demora a ideia de as comemorações garreteanas virem a assumir nesta ilha o relevo e solenidade que deviam corresponder à eminência do vulto consagrado.

Sob proposta do vereador, Sr. Henrique de Sousa Barcelos, a Câmara Municipal de Angra do Heroismo, presidida pelo Sr. Dr. Anselmo de Sousa Bettencourt e Silveira, acolheu com o seu inteiro apoio a ideia do Grupo «Amigos da Terceira», que lhe foi transmitida pelo presidente do Grupo, Sr. João Dias Afonso, e encarregou este senhor de recolher os elementos necessários para tornar a comemoração em Angra numa «consoladora realidade». Desta missão confiada ao jóvem bibliotecário da Câmara resultou um elucidativo e conciso memorial, intitulado «Garrett e a Ilha Terceira», a que se faz especial referência na secção própria deste Boletim. Foi ao mesmo tempo resolvido organizar uma comissão para levar a efeito as comemorações garreteanas nesta cidade. Em Lisboa fôra entretanto organizada uma Comissão Nacional para o mesmo efeito.

O Instituto Histórico não podia ficar, nem ficou, indiferente, às comemorações projectadas. Sobre a intervenção do Instituto nas mesmas, elucida-nos o falecido Presidente do Instituto, Dr. Luis da Silva Ribeiro, no seguinte trecho do seu Relatório sobre a actividade do Instituto em 1954, que a seguir se transcreve:

> «Conforme consta das actas publicadas no Volume 12 do Boletim, o Instituto resolveu, como contributo para a comemoração centenária, publicar as cartas de José Augusto Cabral de Melo existentes no espólio literário de Almeida Garrett, guardado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
>
> «Obtida cópia das cartas por amavel aquiescência do Director da Biblioteca, Sr. Prof. Dr. Lopes de Almeida, a quem já as agradeci e bons ofícios do nosso consócio Sr. Dr. Machado Pires e do insigne historiador militar Sr. Coronel Belisário Pimenta, foram elas publicadas no citado Volume do Boletim, por mim anotadas, conforme V. Ex.as deliberaram, tendo-se tirado 300 separatas para venda ao público.
>
> «Mais deliberou o Instituto associar-se às comemorações nacionais e nomear seu representante na Comissão local o sócio Sr. Dr. Baptista de Lima.
>
> «Posteriormente o Ex.mo Governador do Distrito Autónomo recebeu um ofício da Comissão Central do Centenário,

encarregando-o de organizar as comemorações locais, a que viria assistir, como seu representante e da ilustre Família, o Professor de Medicina da Universidade do Porto, Sr. Dr. António de Almeida Garrett, incluindo nelas uma sessão solene do Instituto, em que faria uma conferência aquele Professor. Deste ofício deu-me conhecimento o Senhor Dr. Sousa Menezes.

«De acordo com a deliberação tomada, por se tratar de um acto integrado nas comemorações nacionais, logo se resolveu aquiescer aos desejos da Comissão Central, para mais transmitidos pela suprema autoridade administrativa do Distrito, ao mesmo tempo nosso prestante consócio, a cuja dedicação o Instituto tanto deve.

«Sucedia, porém, que o Instituto, ainda sem sede própria, funcionando no edifício da Junta Geral, cuja Sala Nobre se acha ocupada por serviços distritais, nela não poderia realizar a sessão, dificuldade que o Ex.mo Governador resolveu, obtendo a cedência do amplo salão da Câmara Municipal, infelizmente vasio por estar o mobiliário a ser reparado, facto que acarretou graves complicações e incómodos.

«Na impossibilidade de pessoalmente me encarregar do assunto, devido ao meu estado de saude, pedi o auxilio dos sócios Srs. Drs. Machado Pires e Baptista de Lima que ao pedido prontamente aquiesceram; mas tendo-se aquele impossibilitado por doença, sobre este caiu todo o improbo trabalho de preparar a sessão. A ele, pois, à sua inexcedivel dedicação e cuidado, ao modo inteligente como tudo previu e resolveu, à sua incansavel actividade se deve o êxito alcançado e bem merece os louvoros e agradecimentos do Instituto. Não é facil calcular o esforço para tanto dispendido.

«A-pesar de, pelos motivos expostos, ter sido limitada a actividade do Sr. Dr. Machado Pires, larga foi ainda a sua contribuição e bastante tambem lhe ficamos devendo.

«Sem a amavel colaboração das Ex.mas Senhoras D. Maria Izabel Coelho Borges, D. Cecília Abreu, D. Maria Benedicta Sieuve de Menezes Bettencourt e D. Maria Luiza de Rego Botelho, emprestando da melhor vontade rico e

astístico mobiliário das suas residências para a Sala da Câmara, esta não teria o aspecto que a todos encantou e por isso merecem igualmente os nossos efusivos agradecimentos, extensivos aos Srs. Alberto Borges Leal, que com aprimorado gosto ornamentou o Salão e Alberto Lopes que a tudo prestou util e decidida colaboração.

«Ao Sr. Prof. Garrett, cuja conferência foi verdadeiramente uma excelente lição magistral, num estilo simples e elegantíssimo, pondo em relêvo, por modo absolutamente original, o açorianismo do glorioso escritor, tomei a liberdade de oferecer, em nome do Instituto, uma colecção dos volumes disponiveis do Boletim, algumas fotografias e um exemplar do desenho de Linschot, o que se submete à sanção de V. Ex.as.

«Sem receio de me acoimarem de exagerado devo dizer que a sessão do Instituto avultou, pela sua elegância e distinção, nas aliás brilhantissimas comemorações centenárias e muito a apreciou o Sr. Prof. Almeida Garrett.

«À Sessão presidiu, como V. Ex.as viram, o Ex.mo Governador do Distrito e assistiu S. Ex.a Rev.ma o Sr. Bispo Coadjutor».

Os discursos proferidos na sessão solene realizada no salão nobre da Câmara Municipal virão a ser publicados em compilação da Comissão Nacional de todos os actos referentes às comemorações. Em homenagem à memória do nosso saudoso Presidente, não poderiamos contudo deixar de arquivar nas colunas do Boletim a magistral oração por ele proferida, a qual, para mais, foi a última manifestação pública da vastíssima erudição e do acrisolado amôr à sua terra do eminente Terceirense.

Segue o texto do discurso do Dr. Luis Ribeiro:

«Se, como diz o salmista, os ceos proclamam a glória de Deus — *coeli enarrant gloriam Dei* — tudo nesta Ilha, as pedras faceadas dos edifícios citadinos como os recifes e enseadas da costa, as aldeias espalhadas pelo litoral, as

planuras amorosamente cultivadas e os montes cobertos de matos rasteiros contam desvanecidos a sua história que, prodígio inexplicavel, mas nem por isso menos verdadeiro, é sempre reflexo da história portuguesa, eco de todas as alegrias e tristezas da alma nacional, eco às vezes tão forte que só ele se ouve.

Na vasta simplicidade da Catedral, majestosa mas fria, só de onde em onde quebrada pela riqueza da talha barroca nos retábulos dourados das capelas sentem-se ainda os brados aflitivos dos vencidos de 1583, reboam alacres as notas de *Te-Deum* na aclamação de D. João IV, soam festivas as acções de graças pela rendição do Castelo, ecoam as frazes conceituosas do Padre António Vieira quando ali pregou, relembram-se todos os factos notaveis da vida terceirense desde meados do século XV, pois todos tiveram o seu epílogo na igreja principal.

A pequena ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem e o amplo solar dos Remédios onde o Provedor das Armadas providenciava sobre o reabastecimento dos navios e vigiava a reparação das naus da India avariadas pelos temporais ou a construção de caravelas nos estaleiros da Prainha e do Porto de Pipas para policiamento dos mares, dialogam numa salmolodia heroica com o convento franciscano a curta distância, relicário sagrado onde se guardam os restos mortais de Paulo da Gama, um descobridor da India e de João Vaz Corte Real, um explorador do Atlantico Norte, edificado em terras do Velho de São Francisco, o navegador Antona Baldaia a narrar os fastos gloriosos da epopeia marítima e o papel preponderante da Terceira pela sua situação geográfica, encruzilhada de linhas de navegação e pelo esforço dos seus moradores, viveiro de pilotos e mariantes ilustres, misto de lavradores e marítimos, como João Fernandes e Pero de Barcelos, abrindo a terra ubérrima com a relha dos arados e arando os mares com as quilhas dos navios, os combates com os piratas, a organização das levas de colonos para o Brasil, cujo esforço aí constitui, pelo menos a meus olhos, a mais bela página da nossa história.

Lá em baixo, ao pé do mar, o Castelo de São Sebastião e defronte as muralhas denegridas do Castelo de São João Baptista argamaçadas com sangue e lágrimas dos trabalhadores conscritos, próximo dêle a ermida da Boa-Nova, lá no cabo de São Pedro a ermida de Santa Catarina, falam-nos da conquista de D. Alvaro Bazan, da Restauração, do esforço e patriotismo de sempre.

A enseada da Salga cujas rochas batidas pelas ondas se embeberam do sangue castelhano dos infelizes soldados de D. Pedro Valdez contra os quais combateram, com igual ferocidade, homens, mulheres e touros, o vale da Ribeira Seca sesmaria de Gaspar Machado, o melhor cavaleiro de África como lhe chama o Padre Cordeiro, evocam páginas inolvidaveis da nossa história.

O mesmo por toda a parte. Aqui a Casa do Capitão caida por ironia do destino nas mãos do Marquez de Castelo Rodrigo, ali o Colégio dos Jesuitas a lembrar os missionários da India, do Japão, da América do Sul, o Beato João Batista Machado martirisado pelos japoneses no século XVII, como, há poucos anos ainda, o Padre Norberto de Barros, o Padre Lazaro Nunes morto pelos turcos em Chipre, D. Cristovão da Silveira, arcebispo de Gôa, e seria um nunca acabar de recordações.

Ouviu Garrett na adolescência todas essas vozes, ouviu as da natureza falarem ao seu éstro de poeta, e jamais as esqueceu, como jamais esqueceu o bondoso helenista Joaquim Alves seu mestre, o severo tio bispo lustre de toda a família e seu verdadeiro director espiritual, a terra pacata e hospitaleira que o recebeu.

Liberal convicto e apaixonado, seguia de perto a atitude da ilha nas lutas constitucionais e, talvez recordando o Padre Manuel Bernardes quando na *Nova Floresta* dá ao homem três pátrias, a natural onde nasceu, a jurídica onde é cidadão e a de origem onde tem as suas tradições familiares e o seu património, proclamou-se publicamente terceirense situando na Terceira a pátria adoptiva que lhe abriu os braços.

«O distrito de que se trata é aquele a que eu pertenço

verdadeiramente, diga o que quizer a lei, ou diga o que quizer a letra da lei; nasci casualmente em outro distrito, mas a minha pátria, mas a de meus pais, mas o meu património, mas tudo o que constitui a verdadeira pátria de um homem é aquele circulo», disse Garrett em 1840 na Camara de Deputados.

O constitucionalismo tinha dois aspectos distintos; o político, reforma das instituições sociais, e o espiritual traduzido no romantismo. Se o primeiro se propunha assegurar a liberdade individual pela chamada de cada indivíduo a participar no governo e abolição de privilégios, o segundo procurava libertar o pensamento da tirania das fórmulas clássicas e tornar possivel a livre expressão de sentimentos e ideias.

Cêdo se ligou a Terceira ao movimento político, mas estranha se mantinha ao romantismo. A Garrett deve ter ficado ligada a ele.

Iniciador genial da nova corrente literária no nosso país, para as suas obras imortais levou a ilha, pátria eleita de seu coração, e cantou o mirto e o louro das suas quintas, a solidão magnifica da beira-mar apenas toldada pelo marulho das ondas, os alcantis bravos, os pinturescos cumes erguidos, as tempestades atlanticas em que as vagas se quebram nas oriçadas pontas dos rochedos, sentindo dilatar-se no peito o espírito oprimído, sem o pertubar o borborinho da turba petulante do insolente povo, nem sentir o ar pestilento das cidades a carregar-lhe os olhos.

Distante da sua sempre querida Terceira «de suave tristeza lhe acudiam à memória as lembranças do passado» (Camões) e a ilha presente ao seu espírito nimbada de saudade surgia aqui ao rever a figura de D. Sebastião no retrato do Colégio dos Jesuitas, para a modelar no *Frei Luis de Sousa*, além nalguns episódios auto-biográficos das *Viagens*, nas notas à *Merope*, e ainda, próximo já da morte, no seu testamento.

Assim a Terceira gosa de imortalidade literária nas obras do escritor insigne que a saudou:

Selva felice
Em que habitou de Pindo o sacro côro
Salve; eu te saudo humilde.

Por esta imortalidade que lhe concedeu bem merece Garrett a nossa gratidão e para solenemente o afirmar no primeiro centenário da sua morte, se reune aqui o Instituto Histórico da Ilha Terceira.

E para maior lusimento desta afirmativa dignou-se presidir à sessão, V. Ex.ª Senhor Governador do Distrito Autónomo, em quem, permita-me a incorrecção, os meus olhos se obstinam em ver, sem prejuizo da suprema autoridade administrativa, o sócio querido e benemérito do Instituto a cuja inteligência e dedicação ele tanto deve, V. Ex.ª Senhor Prof. Dr. Almeida Garrett dar-nos a honra da sua colaboração e assistência como representante da Comissão Central do Centenário e da ilustre família, e V. Ex.ª Sr. Presidente da Câmara ceder-nos este magnifico Salão para nos reunirmos. A todos, a V. Ex.as que tiveram a amabilidade de aceitar o nosso convite, muito obrigado.

Exaltado seja pelos tempos fóra o nome do poeta insigne que deu à nossa gloriosa terra a imortalidade dos seus versos sublimes.

NECROLOGIA

Dr. Luis da Silva Ribeiro

A menção do nome do saudoso Presidente do Instituto Histórico, falecido a 25 de Fevereiro de 1955, serve aqui apenas para, no lugar próprio, assinalar o triste acontecimento que enlutou o Instituto.

No próximo número do Boletim, consagrado por inteiro à sua memória, será prestada a justa homenagem àquele que, ao mesmo tempo que foi a alma desta instituição, alcançou por outros títulos justo renome como açoriano e como português.

João Carlos da Silva Moniz

No dia 14 de Julho de 1955 faleceu em Angra do Heroismo o Sr. João Carlos da Silva Moniz, sócio efectivo do Instituto Histórico desde a data da sua fundação.

Pessoa extremamente activa, duma actividade calma como só se encontra nas pessoas seguras de si mesmas, eram multiplices as suas aptidões. Como empregado bancário chegou a Director da Caixa Económica de Angra do Heroismo, cargo que exercia ao tempo do seu

falecimento. Apesar dos escassos recursos locais para a prática das línguas estrangeiras, era um invulgar poliglota. A sua cultura era extensa em variadíssimos sectores, mas foi sobretudo na Música que João Moniz evidenciou as suas grandes faculdades.

Violinista de merecimento, compositor que se abalançou mesmo a trabalhos que exigem profundos conhecimentos da Arte, como por exemplo o seu Ensaio Sinfónico sobre temas dos Reis, baseado na popular melodia cantada pela festa da Epifânia, João Moniz tornou-se sobretudo digno de muito especial menção no estudo do folclore musical terceirense.

Deixou inúmeras composições sobre temas folclóricos e organizou uma colecção de Doze Canções Populares da Terceira, que foi editada pelo Instituto Histórico e distribuida por escolas e instituições de Portugal e do Brasil e mereceu justa apreciação dos críticos.

Extremamente correcto no seu lidar com todos, era muito estimado e o seu passamento deixou fundo pesar nos seus amigos e consócios, ao mesmo tempo que abriu uma lacuna no meio musical terceirense que aos novos compete preencher.

Dr. Luis Bernardo Leite de Ataíde

Em Ponta Delgada faleceu o sócio honorário do Instituto, Sr. Dr. Luis Bernardo Leite de Ataíde, micaelense ilustre que à sua terra consagrou com notável explendor as suas grandes faculdades de artista e de etnógrafo.

Como pintor deixou alguus quadros de merecimento, como estudioso das manifestações artísticas da gente de S. Miguel, deixa copiosa e valiosíssima obra que abrange história da arquitectura religiosa e profana, da escultura sacra e da pintura na vizinha ilha.

Foi um dos impulsionadores do movimento de renovação cultural levado a cabo nos últimos anos na sua terra, contribuiu para salvar muitas obras de arte que estavam abandonadas ou esquecidas e para a restauração de alguns monumentos, especialmente da igreja e convento de Santo André, intervindo directamente em muitas dessas obras com a sua competência e o seu gosto de artista.

Apaixonado da vida e dos costumes do povo micaelense, de

características tão vincadas por tradições seculares, o Dr. Luis Bernardo deixou tambem preciosos estudos etnográficos.

A sua acção como um dos directores do Museu Carlos Machado no qual era encarregado da secção de Arte, ainda no tempo do Coronel Chaves, foi verdadeiramente notável.

Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos)

O ano de 1955 ficou ainda tristememte assinalado para o Instituto Histórico da Ilha Terceira pelo falecimento de outro ilustre sócio honorário, o Sr. Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), que se finou na sua casa em Vila do Conde.

O Sr. Dr. Eduardo de Campos era juiz conselheiro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça. Alem de jurisconsulto meritíssimo foi autor de valiosos trabalhos de História e Genealogia. Ao ilustre fidalgo fica a ilha Terceira devendo a publicação da monumental obra «Nobiliário da Ilha Terceira», em tres grossos volumes, já com segunda edição.

Foi ainda o Sr. Conselheiro Eduardo de Campos autor de uma valiosíssima «Bibliografia Nobiliárquica Portuguesa», de que foram publicados cinco volumes contendo informações biográficas de autores de escritos genealógicos, entre eles alguns açorianos.

Ligado pelo casamento a uma nobre família terceirense, o ilustre extinto consagrou particular estima e admiração a esta ilha, onde a sua memória perdurará.

BIBLIOGRAFIA

António Augusto Riley da Mota — *O Dr. Botelho e o seu tempo* — Ponta Delgada. 1954.

Em meados do século XIX surgiu na Ilha de São Miguel uma pleiada de homens ilustres, que se evidenciaram pela sua cultura, rasgada iniciativa e amor à terra natal, que à sua acção ficou devendo a maior e melhor parte do seu progresso moral e material. Continuada pelas gerações subsequentes ainda hoje se fazem sentir as benéficas consequencias do labor desses homens e, com expressiva propriedade, lhe chamam a grande geração que, evidentemente, não surgiu por si só, de um momento para outro, miraculosamente, e teve antecedentes, mais ou menos distantes a preparar o seu advento.

O Sr. Dr. António Augusto Riley da Mota, cientista, justamente apreciado, inesquecivel professor do liceu de Ponta Delgada, tem traçado a largos traços sucintas mas assaz completas biografias de alguns micaelenses distintos como o petrografo Dr. Alfredo Bensaude, professor, fundador do Instituto Superior Técnico de Lisboa, o eminente Joaquim Bensaude, profundo historiador dos descobrimentos e

ardoroso defensor da ciencia nautica dos portugueses, o Engenheiro Dinís da Mota, cuja técnica e ciência tanto se evidenciaram nas obras do porto de abrigo e na rêde de viação da ilha, o Dr. Aristides da Mota, professor, advogado brilhante, deputado, jornalista combativo, alma do movimento autonomista e outros mais, dedicou agora este estudo ao Dr. José Pereira Botelho, figura de relêvo na *grande geração*, médico distinto, espirito culto, cidadão prestante, tomando-o como representante e investigando a proposito dele, as causas determinantes de seu aparecimento, da sua actividade e função no seu tempo e no seu meio.

Com rigor a bem dizer cientifico, linguagem simples e clara, mas elegante, lógica e método traça o esquema da evolução moral e material, de um grupo humano naturalmente bem limitado e definido, transformando-se pela acção de factores modificativos internos e externos sem se abastardar nem perder as suas caracteristicas iniciais. Não é uma simples biografia.

É um estudo social feito em torno da vida dum homem ilustre, e nisso está, a meus olhos, o maior merecimento deste pequeno livro que ficará a atestar alem da clarividencia do seu autor, o esforço e a capacidade de um povo laborioso e honrado. — *L. R.*

Garrett e a Ilha Terceira por João Afonso. Angra do Heroismo. 1954.

A Camara Municipal desta cidade no louvavel intuito de bem vincar as razões justificativas da comemoração local do primeiro centenário da morte de Almeida Garrett, teve a feliz ideia de editar este bem documentado trabalho do seu culto bibliotecário sr. João Afonso, a quem o tinha pedido.

Documentario despertencioso dos factos que fazem de Almeida Garrett quase um nosso patricio, valorisado pelo bonito estilo do autor e segura guia para quantos queiram ocupar-se do assunto.

Nenhuma fonte de informação foi desprezada, a tudo se atendeu por modo a produzir um memorial assaz completo, em que, pelo menos em nosso parecer, nada foi esquecido.

Trabalhos desta natureza, se não são d'aqueles que *fazem mais vista*, são utilissimos e sempre benvindos. — *L. R.*

Arlindo Drumond Costa — *Ratificações históricas açorianas* — Gráfica Olimpica, Editora. Rio de Janeiro. 1953.

Em 24 de Abril de 1953 foi inaugurada, no Rio de Janeiro, a nova sede da Casa dos Açores, fundada por feliz sugestão do nosso distinto patricio sr. Prof. Dr. Vitorino Nemésio, na sua primeira ida ao Brasil da qual é dedicado e incansavel presidente outro terceirense sr. João Soares de Medeiros, a cuja dinâmica acção se deve o desenvolvimento atingido em pouco tempo por tão util e patriótica organização.

No acto da inauguração revestido de grande brilho, o sr. Prof. Arlindo Drumond Costa, de ascendencia açoriana, para tanto expressamente convidado, proferiu o formoso discurso agora publicado em folheto.

Com elevação, em linguagem simples e clara, não destituida contudo de cunho literário, o orador passou em revista as nove ilhas do arquipélago focando os aspectos caracteristicos de cada uma delas, a sua história, a sua importância e grau de civilização.

É um bom e consciencioso trabalho que tanto honra o autor como a Casa dos Açores, aos quais apresentamos os nossos agradecimentos pelo exemplar oferecido ao Instituto, com os melhores votos de futuras prosperidades. — *L. R.*

Anuario da Junta Geral. Distrito Autonomo de Angra do Heroismo. 1953-1954.

Num grosso volume de 500 páginas publicou a Junta Geral do Distrito copioso e elucidativo relatório da sua actividade no bienio de 1953-54.

Compreende ele numerosos mapas estatisticos, relatorios parciais dos chefes dos diferentes serviços a cargo da Junta e constitui por isso importante elemento para o conhecimento da vida administrativa do distrito naqueles dois anos digno de ser consultado com proveito por quantos queiram inteirar-se dela, por curiosidade ou dever de oficio.

Do relatorio constam todas as dificuldades emergentes, todas diligencias feitas no sentido de desenvolver a nossa riqueza pública e os resultados obtidos.

Falece-nos competência para estudar pormenorisadamente trabalhos desta natureza e sobre eles proferir juizo seguro, mas devemos salientar a louvavel regularidade com que a Junta há anos vem dando conta da sua actividade, e a importancia destes documentos para aqueles que, de futuro, queiram fazer a historia da nossa época incerta e conturbada e bem conhecer as preocupações e canceiras dos chamados à gerencia dos negócios publicos e dos interesses colectivos. — *L. R.*

Rui Galvão de Carvalho — *Poesia popular dos Açores* na revista *Quatro Ventos*, N.os 2 e 3, ano I, pág. 178.

Este distinto professor do Liceu de Ponta Delgada, bem e favoravelmente conhecido pelos seus estudos sobre literatura, em particular nos Açores, publicou na revista bracarense *Quatro-Ventos* um breve mas documentado e criterioso artigo sobre a poesia do povo das nossas ilhas.

Nele se põe em evidencia a sua riqueza tematica e fecundo poder imaginativo, e se demonstra como é o melhor retrato psicológico da sua maneira de ser.

Um conjunto de circunstancias, entre as quais o isolamento insular, fizeram com que a poesia popular açoriana seja a mais antiga tradição portuguesa como proclamou Teofilo Braga, e o seu estudo é assim ao mesmo tempo um dever para nós e precioso elemento de reconstituição do folclore nacional no passado, até onde for possivel hoje.

Numa rapida analise o sr. Dr. Galvão de Carvalho salienta os sentimentos e ideias predominantes na poesia popular dos Açores, por vezes impregnada de estranho lirismo, outras mordentemente satírica, indo buscar muitas das imagens que a reforçam ao meio que envolve o poeta.

Conceituosa, irónica por vezes sarcástica outras devaneadora, a poesia reflete a vida do povo e fala nos seus usos, costumes, tradições, preocupações e sentimentos.

Tudo isto embora rapidamente como convinha à natureza do seu escrito, trata com superior critério o sr. Dr. Rui Galvão de Carvalho e visto a sua especial competencia e amor às nossas cousas lícito é

desejar que de futuro nos dê com maior desenvolvimento, o que agora nos oferèce tão resumidamente. — *L. R.*

Cortesão, Armando — ***The North Atlantic Nautical Chart of 1424***, reprint from *Imago Mundi*, vol. X, Leiden 1953. (13 pg. + 1 fol. grav. + 1 fol. desd. + 1 map. desd.)

A vasta bibliografia dos descobrimentos marítimos acaba de ser aumentada e enriquecida com mais um valioso trabalho em que o ilustre investigador e historiador da cartografia antiga, Sr. Eng.º Armando Cortesão apresenta e estuda criticamente, do ponto de vista histórico e científico, um importante monumento cartográfico, que até agora passara quasi desconhecido.

Com efeito, a Carta Náutica do Atlântico Norte, datada de 1424, que pertenceu à famosa biblioteca de Sir Tomas Fillips (1792-1872) e foi adquirida em 1946 pela firma William H. Robinson Led. de Londres, que a vendeu posteriormente à Biblioteca da Universidade de Minesota (U. S. A.), onde actualmente se encontra, nenhuma informação relativa à sua história, ou referência especial apresentava no catálogo daquela importante colecção, onde possuia o número 25924.

Após a descrição desta carta, que representa as costas ocidentais da Europa, do noroeste da Africa e as Ilhas do Atlântico Norte, mais ou menos de acordo com os padrões cartográficos da segunda metade do século anterior, ocupa-se o Sr. Eng.º Armando Cortesão da identificação do seu autor, porquanto, embora apareça *assinada* por *Zuane Pizzi*, é evidente—e atestam-no fotografias feitas em condições especiais,—que o primitivo nome do cartógrafo foi razurado e substituido pelo actual. Tratando-se dum trabalho de manifesta origem veneziana e aparecendo no século anterior vários cartógrafos italianos de nome Pizzigano, admite o ilustre investigador, como muito provável, que o autor desta Carta tenha sido Zuan Pizzigano, aguardando contudo, que uma aparelhagem científica mais aperfeiçoada possa permitir a leitura integral do palimpsesto.

Leituras recentes e mais cuidadosas da legenda do mapa-mundi dos irmãos Francesco e Domenico Pizzigano, de 1367, designadamente as dos Drs. Heinrich Wuttke e Giessler parecem demonstrar que,

ao contrário do que suposera Jean Nicholas Buache, não se encontra no texto daquela legenda a palavra *Antilia*, pelo que esta carta não poderá continuar a ser considerada, tal como até agora o vinha sendo, a primeira a registar aquela palavra.

Por outro lado, parece fora de dúvida que a denominada Carta de Weimar, onde se julgava ter sido representada pela primeira vez a Ilha de Antília, foi executada em época muito posterior ao ano de 1424, de que vinha sendo datada.

Daí o excepcional valor que o Sr. Eng.° Armando Cortesão atribui à Carta Náutica que agora teve a felicidade de revelar, porquanto e pelas razões apontadas, fica sendo o mais antigo monumento cartográfico conhecido em que se regista a palavra *Antília* e se representa a correspondente Ilha, figuração e designação que passaram depois a ser correntes na cartografia do seculo XV.

Conjugando os elementos representativos que se encontram nesta Carta, com diversos subsídios fornecidos por outras cartas do século XV, designadamente os mapas de Andrea Bianco de 1436 e 1448, tira o eminente investigador algumas conclusões tendentes a mostrar a forma como já eram conhecidas, especialmente dos navegadores portugueses, as regiões ocidentais do Atlântico Norte, muitos anos antes da chegada de Colombo a terras americanas.

A valorizar este importante estudo, que é apenas o resumo de alguns dos capítulos do notável e desenvolvido trabalho que sobre o mesmo assunto publicou o Autor, em edição da Universidade de Coimbra, encontra-se, em gravura fora do texto, uma excelente reprodução do monumento cartográfico a que o mesmo se refere, nas próprias cores, embora com dimensões inferiores às do original, cuja folha de pergaminho em que se acha desenhado mede 570 x 897 mm. — *B. L.*

Almanaque Açores. Ano 41.° 1956. Livraria Andrade. Angra do Heroismo.

Editado pela Livraria Andrade, entrou no 41.° ano de publicação, com o volume correspondente a 1956, o Almanaque Açores, valioso repositório de informações úteis e de numerosos artigos biográficos e outros de natureza vária, sempre interessantes. A documentação

iconográfica espalhada pelos quarenta e um volumes do Almanaque Açores é preciosa.

Neste volume lemos com emoção «Uma saudade sobre a campa do Sr. Dr. Luis da Silva Ribeiro» da autoria do editor do Almanaque, o velho livreiro Sr. Manuel Joaquim de Andrade, por quem o Dr. Luis Ribeiro tinha uma profunda e bem justificada simpatia e amizade. Dos prelos da Tipografia Andrade saiu a maioria dos escritos do saudoso presidente do Instituto.

No mesmo volume do Almanaque encontramos tambem um valioso estudo sobre «O Tear Caseiro», da autoria do nosso consócio, sr. Tenente Luis Ferreira Machado Drumond.

O artigo, bastante extenso e acompanhado de numerosos desenhos, descreve minuciosamente o tear e seus acessorios, assim como se ocupa das espécies de tecidos e das operações de tecelagem.

Em números anteriores do Almanaque Açores ocupou-se já o sr. tenente Drumond de outros assuntos subordinados à epigrafe genérica «Costumes e Tradições do Povo Terceirense». — *J. A.*

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se e muito se agradecem, as seguintes publicações:

Relatório do Municipio de Porto Alegre — 2 volumes — Abril de 1953 e 1954.
Leis, Decretos e Atos — Prefeituria Municipal de Porto Alegre—1954.
Indice Cultural Espanhol — N.os 103 e 104.
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, N.° — 4-6 — 1954.
Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — N.° 19.
Prosa Sadia, de Ferreira da Rosa — 1937 — 1946.
As Cortes de Leiria — Academia Portuguesa de História.
Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore.
Ratificações Históricas Açoreanas — 1954.
Dialecto Indo-Português de Goa — Rio de Janeiro — 1922.
Indice Cultural Espanhol — N.os 105 e 106.
Novas Leituras para os meus alunos, por João H. Anglin — 1954.
Revista de História — S. Paulo — N.° 18.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XVII — Fasc. 1-2 — 1954.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 77 — 1954.
Mensário Administrativo — N.os 79 a 82 — 1954.
O concelho de Santo Tirso — Vol. III — N.º 3 — 1954.
Anuário da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroismo — 1954.
Cinzas de Lisboa — Sexta Série — 1955.
Mensário Administrativo — N.os 83/84 — 1954
Boletim da Junta de Província do Douro Litoral — V-VI.
Revista de Ensino — N.º 9 — 1954 — Luanda.
Geographical Review — Vol. XLV — N.º 1 — 1955.
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matozinhos — N.º 1 — 1954.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 78 — 1954.
Agronomia Lusitana — Vol. 16 — N.os 1 e 2 — 1954.
Algumas das mais interessantes relações de amizade e alianças históricas entre Portugal e a Grã-Bretanha, por João Afonso Corte Real — 1950.
Indice Cultural Espanhol — N.º 107 — Ano IX — 1954.
Relatório da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra — 1955.
Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo X — 1954.
Revista de Guimarães —Sociedade Martins Sarmento — Vol. LXIV — N.os 3-4 — 1954.
Insulana — Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. X — 1954.
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.os 7-12 — 1954.
Relatório e Contas da Gerência de 1954 do Lawn Tennis Club—Angra —1955.
Poemas de Aquem e Além — Cadernos do Pensamento — 4 — 2 exp.
Hoteis e Pensões de Portugal — 1955.
Revista de História — S. Paulo — Brasil — N.º 19 — Ano V — 1954.
Américo Vespucci e suas viagens — 1954.
Casa dos Açores — Relatório e Contas da Gerencia de 1954.
Leis, Decretos e Atos — Prefeituria Municipal de Porto Alegre—1954.
Arquivo de Beja — Boletim da Câmara Municipal — Vol. XI — 1954.

S. Veríssimo de Paranhos — Câmara Municipal do Porto — 1955.
Guia del Indice Cultural Espanhol — Ano 1954 — N.os 96 a 107.
Indice Cultural Espanhol — N.os 108 e 109 — Ano X.
Boletim Bibliográfico — N.º 74 — 1954.
Revista da Faculdade de Ciencias — Universidade de Lisboa — 2.ª Série — Vol. III.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 79 — 1954.
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matozinhos. N.º 1 — 1954.
O Concelho de Santo Tirso — Boletim Cultural — Vol. III — N.º 4.
Mensário Administrativo N.os 85 a 88 — 1954.
Tradições e superstições do Brasil Sul, por Walter Spalding — 1955.
Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — Vol. VII e VIII — 1955.
A Cidade de Évora — 33 e 34 — Ano X.
Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XVII — Fasc. 3 e 4 — 1954.
Indice Cultural Espanhol — Ano X — N.º 110 — 1955.
The Geographical Review — Vol. XLIV — 1954 — Vol. XLV — N.º 2 — 1955.
A Evolução do Homem e a Decadência da Dignidade — Porto Alegre
Indice Cultural Espanhol — Ano X — N.os 111, 112 e 113.
Relação dos Discos Gravados no Estado de Ceará — 1943.
Bibliografia do Folclore Rio Grande do Sul — Publicação n.º 4.
Almeida Garrett na Ilha de S. Miguel — 1954.
Revista de História — S. Paulo, Brasil — Ano V — N.º 20 — 1954.
Boletim do Salão Silva Porto — Janeiro de 1955.
La Ultima Sepultura de Cristobol Colon — 1953.
Mamotreto de Galindez sobre Hispano América.
Dos Discursos Transcendentales sobre Política Exterior — 1954.
Trujillo — Sintesis de su vida y de su obra — 1949
La isla iluminada — 1952.
Calendário para el Ano Académico — 1954/55 — Vol. XCVI.
Memorial — Vol. XCIII — N.º 2
Los Americanos en Santo Domingo — 1939.
Anales — Universidad de Santo Domingo — 67-68.
H. A. Bulletin — Vol. 1 — N.º 1 — 1955.

Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — N.º 21.
Boletim de Trabalhos Históricos — Vol. XVI — N.os 3 e 4 — 1954.
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.os 1-3 — 1955.
Imago Mundi — 1953/54.
Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e de Recordação de Almeida Garrett em Angra do Heroismo — 1954.
O Instituto — Volume 115.º — 1953.
Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo XI — 1955.
Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — IX — 1955.
Das Artes e da História da Madeira.
Resumo de definições de gramática Portuguesa — Angra — 1836.
Geographical Review — Vol. XLV — N.os 3-4 — 1955.
Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga — Vol. III — N.º 1 — 1955.
Leis, Decretos e Atos — Julho/Set.º de 1954 — Porto Alegre.
Revista de Guimarães — Vol. LXV — N.os 1-2 — 1955.
Revista do Museu Júlio de Castilho — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul — N.º 4.
Indice Cultural Espanhol — N.º 115 — Ano X.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.os 80 e 81 — 1954/55.
Revista de Faculdade de Ciencias — Vol. IV — Fac. 1.º — 1954.
Revista de Ensino — N.º 10 — 1955.
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matozinhos — N.º 2 — 1955.
Mensário Administrativo — N.os 91-92 — 1955.
Ferros Forjados do Porto — Vol. XXVI — 1955.
Boletim da Junta de Província da Estremadura — Série II — N.os 29 a 34 — 1952/53.
Almanaque Açores — Ano 41.º — 1956.
Insulana — Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. X — 1954.
Boletím da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.os 4-6 — 73.ª Série — 1955.
Notas de um Professor Liceal, por João H. Anglin — 1955.
O Padre e a Política — Cadernos do Pensamento — N.º 3 — pelo Dr. Cândido Forjaz.

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA DO ANO DE 1955.

No dia 3 de Janeiro de 1955 realizou-se a primeira reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, tendo comparecido os sócios Dr. F. L. Valadão Júnior, Dr. Candido Pamplona Forjaz, Dr. Garcia da Rosa, Major Miguel C. de Araujo, Tenente Machado Drumond, Dr. Teotónio Machado Pires e Tenente-coronel José Agostinho, secretário. Esteve igualmente presente o Sr. Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral, que com a sua assistência a esta reunião quis manifestar o seu interesse e da Junta Geral pela actividade do Instituto.

Não tendo comparecido pelas 20 horas, hora para a qual fora convocada a reunião, o número de sócios suficiente para a mesma funcionar legalmente, foi aberto a sessão pelas 21 horas com os sócios presentes, nos termos do estatuto.

Tendo o Presidente Sr. Dr. Luis da Silva Ribeiro comunicado a impossibilidade de assistir à reunião, em vista do seu precário estado de saúde, assumiu a presidência por consenso dos presentes o sócio Sr. Dr. Valadão Júnior, que começou por lamentar que a doença do

Sr. Presidente o impedisse de comparecer à reunião, fazendo todos votos pelas suas prontas melhoras. Congratulou-se igualmente o Sr. Dr. Valadão pela presença do Sr. Presidente da Junta Geral e significado da mesma.

Lida e aprovada a acta da última reunião, tomou-se conhecimento do relatório da actividade do Instituto no ano de 1954, o qual foi aprovado, louvando-se o esforço empregado constantemente pelo Sr. Presidente do Instituto, apesar da sua doença, para manter a mesma actividade num elevado grau de eficiência e exprimindo-se o voto unânime de que o Sr. Dr. Luis Ribeiro continue nas suas funções de Presidente embora com reconhecido sacrificio.

Foram igualmente aprovadas as contas da gerência do ano de 1954 e aprovado o orçamento para o ano de 1955.

Trataram-se a seguir os assuntos seguintes:

1) Foi lido um ofício do Ex.^{mo} Governador do Distrito transmitindo cópia de outro recebido do Presidente da Academia das Ciências, Sr. Dr. Júlio Dantas, em que se refere com louvor às comemorações garreteanas nesta Ilha e à parte nas mesmas tomadas pelo Instituto e pelo seu Presidente, Sr. Dr. Luis Ribeiro. Os sócios presentes tomaram conhecimento com júbilo desta comunicação e foi mais uma vez posto em relevo o modo como o Sr. Presidente encaminhou a colaboração do Instituto nas comemorações, sendo tambem louvada a cooperação que lhe prestou o sócio Sr. Dr. M. Baptista de Lima.

2) Foi resolvido que o Sr. Presidente envie novo oficio à Direcção Geral das Belas Artes sobre a necessidade de ser devidamente organizada nesta ilha a protecção aos Monumentos Nacionais aqui já classificados, bem como a urgência de ser considerada a classificação como tais de outros edifícios, cuja defesa é indispensável assegurar.

3) Foi igualmente resolvido que o Sr. Presidente insista novamente junto da Câmara Municipal de Angra do Heroismo e mesa da Santa Casa da Misericórdia para que se tomem medidas de protecção e defesa de vários edificios que das mesmas colectividades dependem e que estão ameaçados de ruina ou de reparações atentatórias da Arte.

4) Foi resolvido publicar no Boletim o artigo enviado pelo Sr. Walter P. Piazza, presidente da Sub-comissão catarinense de folclore e director do Boletim Trimestral da mesma, e respeitante ao jornalista

açoriano Francisco Manuel Raposo d'Almeida, que exerceu a sua actividade no Brasil.

5) Por proposta apresentada pelo Sr. Dr. Luis Ribeiro e aprovada por unanimidade de votos foi eleito sócio honorário do Instituto o Sr. Prof. Dr. António de Almeida Garrett, figura ilustre no meio intelectual português, pediatra distinto com uma obra científica notavel, presidente da Junta de Província do Douro Litoral e deputado à Assembleia Nacional, que em representação da Comissão Central do Centenário de Garrett tomou parte nas comemorações realizadas nesta ilha, querendo-se ainda por este modo realembrar e vincar as intimas relações que sempre existiram entre a cidade invicta, onde o ilustre professor tem exercido a sua actividade de catedrático, e Angra do Heroismo.

6) Foi mais deliberado que no ano de 1955 seja o encargo da organização do Boletim confiado ao Sr. Dr. Luis da Silva Ribeiro.

7) Foram admitidos como sócios contribuintes os Srs. Armando Magalhães de Mendonça, tesoureiro da Junta Geral, residente em Angra do Heroismo; e José Bráulio Ferrás Ornelas, funcionário do Serviço Meteorológico Nacional, residente em Lisboa.

8) Foi presente o texto e gravuras do Inquerito às indústrias artísticas, organizado pelo Sr. Dr. Luis da Silva Ribeiro, que os sócios presentes examinaram com particular interesse, tendo sido resolvido congratular o autor pelo magnifico trabalho produzido e fazer a publicação oportunamente conforme já foi resolvido.

9) Ainda com referência às comemorações garreteanas em Angra do Heroismo foi resolvido:

a) apresentar congratulações ao Ex.^{mo} Governador do Distrito pelo brilho que tiveram as referidas comemorações e pelo apreço que mereceram à Comissão Central, como foi demonstrado no oficio do Sr. Dr. Júlio Dantes acima referido;

b) agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e vereação a cedência do salão nobre e outras facilidades para a realização da sessão solene;

c) agradecer a todas as pessoas que prestaram o seu concurso para a realização da sessão solene com o brilho que teve, em especial às senhoras Dona Maria Isabel de Barcelos Coelho Borges, Dona Maria Benedicta Sieuve de Menezes Bettencourt, Dona Cecília de Mesquita Abreu e Dona Maria Luiza do Rego Botelho, que cederam

artigos de mobiliário antigo para ornamentação do salão, e Srs. Alberto Lopes Louro, Alberto Borges Leal, que dirigiram as decorações.

Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão pelas 22h30.

(assinados) — *Luís da Silva Ribeiro*
José Agostinho

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO ANO DE 1955.

No dia vinte e seis de Março de 1955, na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, realizou-se uma sessão extraordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do parágrafo 1.º do artigo 6.º e para os efeitos do parágrafo 3.º do artigo 9.º dos Estatutos, afim de se proceder à eleição do Presidente do Instituto, cargo vago pelo falecimento do Dr. Luiz da Silva Ribeiro, ocorrido em 25 de Fevereiro de 1955 e bem assim à designação do sócio que, nos termos da deliberação de 7 de Junho de 1954, deverá encarregar-se dos trabalhos de expediente e publicação do Boletim.

Estiveram presentes os sócios efectivos, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Governador do Distrito, Cónego José Augusto Pereira, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Garcia da Rosa, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, Tenente-Coronel José Agostinho, Dr. José Pedro da Silva, Tenente-Coronel Frederico Lopes da Silva Júnior, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Dr. Teotonio Machado Pires e Tenente Luiz Ferreira Machado Drumond.

Esteve também presente o Senhor Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral do Distrito e nessa qualidade Presidente honorário do Instituto.

Iniciaram-se os trabalhos pelas 20h15m, tendo assumido a presidência, nos termos do § 3.º do artigo 9.º dos Estatutos o sócio mais idoso, Senhor Cónego José Augusto Pereira que, depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior, pronunciou algumas palavras de saudade e homenagem à memória do Dr. Luis da Silva Ribeiro, que

foi o primeiro Presidente do Instituto, cargo que exerceu durante mais de doze anos e a cuja acção se deve acima de tudo a eficiência deste organismo e o alto prestígio que alcançou dentro e fora do País.

Por proposta do Snr. Cónego Pereira os presentes guardaram de pé, um minuto de silêncio em homenagem à memória do extinto e saudoso Presidente. Procedeu-se seguidamente à eleição do sócio que o deverá substituir até ao fim do actual mandato, que termina, nos termos do § 1.º do artigo 9.º dos Estatutos, em 31 de Dezembro do corrente ano. Feita a votação conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento do Instituto e de harmonia com as formalidades legais, verificou-se terem entrado na urna treze votos, sendo votados os seguintes sócios: Tenente-Coronel José Agostinho com dez votos; Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Teotonio Machado Pires e Tenente-Coronel Frederido Lopes da Silva Júnior, cada um com um voto. Não havendo nenhuma reclamação sobre o modo como decorreu a votação, o sócio que estava presidindo declarou eleito para exercer o cargo de Presidente até 31 de Dezembro de 1955, o sócio Tenente-Coronel José Agostinho, que logo assumiu a presidência.

O novo Presidente proferiu algumas palavras de saudade para com a memória do seu antecessor, atribuindo a sua eleição unicamente ao facto de ter sido seu íntimo colaborador desde a fundação do Instituto e agradeceu a prova de consideração e de confiança que a mesma eleição representa.

Seguidamente usou da palavra o sócio Dr. Cândido Pamplona Forjaz que recordou a acção do Dr. Luis Ribeiro na fundação do Instituto, ao tempo em que ele, Dr. Forjaz, era Presidente da Junta Geral, tendo palavras de sentida homenagem para com o extinto e saudando o novo Presidente, que foi também um dos fundadores do Instituto.

O Presidente agradeceu as palavras de saudação que lhe foram dirigidas e disse que as referências do Dr. Cândido Pamplona Forjaz à memória do Dr. Luis Ribeiro seriam apenas o preâmbulo da homenagem de alto relevo que o Instituto virá a prestar-lhe.

Seguiu-se no uso da palavra o sócio Dr. Baptista de Lima que se associou às palavras que nesta sessão se haviam proferido em homenagem ao extinto e saudoso Presidente, Dr. Luis Ribeiro, declarando que enviara para a Mesa a seguinte proposta que passava a ler:

Proposta

1 — Considerando que o falecido presidente do Instituto Histórico, Dr. Luiz da Silva Ribeiro, foi um dos mais ilustres e eruditos açorianos do nosso tempo, cuja obra notável é conhecida e admirada não só no nosso País, mas ainda além fronteiras;

2 — Considerando que é indeclinável dever do Instituto Histórico prestigiar e honrar a memória do ilustre e eminente presidente, que foi o Dr. Luiz da Silva Ribeiro;

3 — Considerando que compete outrossim ao Instituto Histórico divulgar a sua obra e torná-la acessível a todas as instituições, centros de cultura e estudiosos que dela possam carecer, no que prestará, aliás, relevante serviço à cultura insular;

Tenho a honra de propôr:

1 — Que o Instituto Histórico promova uma Sessão Solene de homenagem à memória do seu falecido e emérito presidente, Dr. Luiz da Silva Ribeiro e encarregue um sócio efectivo de proferir o respectivo elogio histórico.

2 — Que o Instituto Histórico organize e publique um número especial do seu Boletim destinado a homenagear e perpetuar a memória do eminente erudito e investigador que foi o Dr. Luiz da Silva Ribeiro e que para o referido volume seja solicitada a colaboração de personalidades nacionais e estrangeiras, de alto relevo literário, científico e artístico, que tenham mantido relações com aquele insigne investigador.

3 — Que o Instituto Histórico mande executar, por pintor de reconhecido mérito, o retrato a óleo do Dr. Luiz da Silva Ribeiro e que o mesmo seja descerrado em acto solene, logo que possivel numa das salas da nova séde deste Organismo cultural.

4 — Que um dos sócios ou uma comissão composta por dois ou três sócios do Instituto fique encarregado de coordenar as obras e trabalhos do ilustre falecido e preparar a sua edição nos termos da deliberação tomada na sessão deste Instituto Histórico, de 7 de Junho de 1954.

5 — Que o Instituto Histórico, no propósito de perpetuar e consagrar o nome do grande mestre da etnografia açoriana que nasceu e

viveu nesta cidade, que tanto amou, sugira à Câmara Municipal de Angra que seja dado o nome do Dr. Luis Ribeiro a uma das novas ruas desta cidade.

Angra do Heroismo, 25 de Março de 1955.

O sócio efectivo, — (ass.) — Manuel Coelho Baptista de Lima.

Esta proposta foi ouvida com muito agrado por todos os presentes e aprovada por unanimidade, na generalidade, ficando a Mesa encarregada de estudar e promover a sua oportuna e conveniente execução.

Ainda relativamente a esta proposta e no que se refere à execução do Retrato do Dr. Luis Ribeiro, lembrou o sócio Sr. Tenente-Coronel Frederico Lopes o nome do pintor Domingos Rebelo que foi amigo do ilustre extinto.

Ficando vago o cargo de Secretário do Instituto, que era exercido pelo sócio agora eleito para o cargo de Presidente, disse êste que, nos termos do § 1.° do artigo 6.° e para os efeitos do § 3.° do artigo 9.° dos Estatutos, deveria ser convocada uma nova reunião para eleição do Secretário. Ficou assente que a mesma se realize no dia 4 de Abril pelas 20 horas, fazendo-se a convocação pelo modo prescrito nos Estatutos. No entretanto, a convite do Presidente e com unânime aprovação dos presentes, assumiu as funções de Secretário, até à eleição, o sócio Senhor Dr. Manuel Baptista de Lima.

Foi dado conhecimento aos presentes dos telegramas e cartas de condolências pelo falecimento do Dr. Luis Ribeiro, até agora recebidos, resolvendo-se que se apresentem agradecimentos e seja oportunamente publicada a lista das pessoas e entidades que enviaram cartas e telegramas ou por qualquer modo manifestaram o seu pesar pela perda sofrida pelo Instituto.

Tomou-se igualmente conhecimento da publicação pelos jornais locais «A União» e «Diário Insular» de artigos de homenagem ao falecido presidente do Instituto, especialmente no 30.º dia após o seu passamento e bem assim em outros jornais dos Açores e do Continente, resolvendo-se que se arquivem números de todos esses periódicos e sejam comunicados os devidos agradecimentos. Igualmente se tomou conhecimento .das referencias feitas na Emissora Nacional e no Emissor do Rádio Club à memória do Dr. Luis Ribeiro, manifestando o

Instituto a sua gratidão para com todos os que de qualquer modo se associaram ao luto que pende sobre este Organismo.

Relativamente à designação do sócio que se há-de encarregar dos trabalhos de expediente e publicação do Boletim do Instituto no corrente ano, foi deliberado, sob proposta do Senhor Presidente, que atendendo a que o Dr. Luis Ribeiro havia deixado já organizado para publicação o número do Boletim relativo a 1955, o restante trabalho ficasse, este ano, a cargo da Direcção do Instituto, sem qualquer encargo para o mesmo.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 21h15m.

(assinados) — *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima

SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO ANO DE 1955.

No dia quatro de Abril de mil novecentos e cincoenta e cinco, na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, realizou-se uma sessão extraordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do § 1.º do artigo 6.º e para os efeitos do disposto no § 3.º do artigo 9.º dos Estatutos desta agremiação cultural, afim de se proceder à eleição do respectivo secretário, cargo vago pela eleição para o lugar de Presidente, do sócio efectivo que vinha exercendo aquelas funções, Senhor Tenente-Coronel José Agostinho.

Estiveram presentes os sócios efectivos Excelentíssimos Senhores Dr. Manuel de Sousa Menezes, Governador do Distrito Autónomo, Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente do Instituto Histórico, António Raimundo Belo, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, Dr. José Pedro da Silva, Tenente Luis Ferreira Machado Drumond, Dr. Teotónio Machado Pires e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, que serviu de secretário.

Iniciaram-se os trabalhos pelas 20h e 30m., sob a presidência do respectivo presidente, Senhor Tenente-Coronel José Agostinho e, depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior, passou-se, antes da ordem da noite, à leitura da correspondencia recebida, parte da qual ainda, relativa ao falecimento do insigne presidente que foi o Dr. Luis da Silva Ribeiro e outra respeitante à eleição do Snr. Tenente-Coronel José Agostinho para aquele cargo, em que diversas entidades apresentavam cumprimentos e se congratulavam pela referida eleição.

Foi igualmente lida uma consulta da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo relativa à pedra de armas a repôr no local próprio do frontispício do edifício do Palácio Bettencourt, onde se encontram instalados o Arquivo Distrital e o Museu Regional desta cidade, tendo sido deliberado que o assunto ficasse pendente para estudo, até uma das próximas sessões, em que voltaria a ser considerado.

Foi deliberado que se atendesse o pedido da Redactora de «Eco do Funchal» e organizadora do «Stand» do Livro Insular, na Feira do Livro, em Lisboa, D. Maria de Mendonça, no sentido de serem enviadas ao referido «Stand» na próxima feira do Livro, algumas edições do Instituto Histórico, sem prejuizo do que anteriormente fora estabelecido, ísto é, de que aquela Senhora, para o referido efeito, se deverá dirigir de preferência à Livraria Editora Andrade, que tem para venda, em depósito, as edições deste Instituto.

Foi ainda deliberado, por unanimidade, que se oferecesse ao Ex.mo Governador do Distrito Autónomo, com destino ao Palácio do Governo Civil, um exemplar da planta panorâmica da cidade de Angra, de J. H. Van Linschoten, editada pelo Instituto Histórico.

Entrando-se depois na ordem do dia, procedeu-se à eleição do sócio, que deve exercer o cargo de secretário até ao fim do corrente ano, nos termos do § 3.º do art.º 9.º dos Estatutos. Feita a referida eleição pela forma prescrita no artigo 8.º do Regulamento do Instituto e de harmonia com as formalidades legais, verificou-se terem entrado na urna doze votos, sendo votados os seguintos sócios: Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, com onze votos e Cónego José Augusto Pereira, com um voto.

Não havendo nenhuma reclamação sobre o modo como decorreu a votação, foi proclamado pelo Snr. Presidente, Secretário

do Instituto Histórico da Ilha Terceira o sócio Snr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, que logo entrou no exercício das respectivas funções.

Falou seguidamente o Snr. Presidente, que se congratulou com o resultado da eleição, cumprimentou e felicitou o Snr. Dr. Baptista de Lima, para quem teve palavras de grande apreço e consideração, elogiando a obra que o referido sócio vem realizando como Director do Arquivo Distrital e do Museu Regional e declarando que o Instituto Histórico muito esperava e teria a beneficiar do seu entusiasmo, dedicação e qualidades de trabalho.

Usou depois da palavra o novo Secretário que, visivelmente sensibilizado, começou por agradecer a prova de consideração e confiança que o Instituto Histórico lhe acabava de conferir, elegendo-o para aquele cargo, o que aliás não julgava pudesse encontrar justificação nos seus humildes méritos, por isso considerava a sua eleição pelo menos em grande parte, como uma homenagem ainda à memória do saudoso presidente, Dr. Luis Ribeiro que muito o distinguira enquanto vivo com a sua afectuosa estima e honrosa amizade.

Agradeceu, seguidamente, muito reconhecido, as palavras do Snr. Tenente-Coronel José Agostinho, que muito o haviam sensibilizado, porquanto em sua opinião não passava dum modesto funcionário que apenas procurava cumprir o seu dever. E assim assegurava desde já, ao Snr. Presidente do Instituto Histórico, toda a sua boa vontade, entusiasmo e dedicação, afirmando que não se pouparia a esforços e trabalharia devotadamente, tanto quanto em si coubesse a bem do progresso e prestigio desta instituição cultural.

E não havendo nada mais a tratar o Snr. Presidente deu por encerrada a sessão quando eram 21 horas e 30 m.

(assinados) — *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima

SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA DO ANO DE 1955.

No dia 25 de Junho de 1955, na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, efectuou-se a

segunda sessão ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do artigo 2.º e para os efeitos do disposto no artigo 4.º do Regulamento do Instituto.

Estiveram presentes os sócios efectivos Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Teotónio Machado Pires, Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Tenente Luiz Ferreira Machado Drumond, António Raimundo Belo e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Iniciaram-se os trabalhos pelas 20h30m. e, depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior, usou da palavra o Senhor Presidente, que esclareceu que esta reunião não se realizara na data própria em virtude da mesma coincidir com a de uma festa tradicional desta Ilha e ainda por se encontrarem então ausentes muitos dos sócios efectivos do Instituto, entre os quais diversos membros da respectiva Direcção.

Seguidamente leu o Senhor Presidente alguma correspondência recebida em que se apresentava condolências pelo falecimento do Senhor Dr. Luis Ribeiro e propôs um voto de agradecimento ao ilustre consócio, Senhor Dr. José Pedro da Silva, pela Missa que bondosa e gentilmente celebrara em sufrágio daquele saudoso Presidente. Aludiu depois à projectada homenagem e ao número especial do Boletim do Instituto dedicado à memória do Dr. Luis Ribeiro, informando que a Direcção já começara a ocupar-se da primeira e solicitara a colaboração de algumas entidades para o segundo, declarando ainda que satisfizera os pedidos dos Prof. Rafaello Corso e J. Peres Vidal, relativamente a dados biográficos do ilustre extinto, mas que o mesmo não lhe fôra possivel quanto a um pedido da Comissão Central das Comemorações do Centenário de Almeida Garrett, respeitante ao discurso pronunciado na Sessão Solene do Instituto efectuada nos Paços do Concelho em virtude do original do mesmo ter sido entregue ao Senhor Prof. António de Almeida Garrett, após a referida Sessão.

Referiu-se depois o Senhor Presidente à presença nesta Ilha do sócio honorário do Instituto Histórico, Senhor Prof. Dr. Vitorino Nemésio, informando que o convidara a assistir a esta reunião e leu seguidamente alguma corespondência em que se continha os cumprimentos e a congratulação de diversas entidades à nova Mesa do Instituto, passando depois a apresentar a bibliografia recebida por oferta,

nomeadamente espécies de interêsse garretiano, uma gramática adoptada na Escola Militar de Angra e ainda outras publicações recebidas por permuta, propondo finalmente que se satisfizesse o pedido da Biblioteca Pública de Santarem relativamente aos números do Boletim do Instituto que lhe faltavam e se enviasse à referida Biblioteca e à Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroismo um exemplar da Planta Panorâmica de Linschoten, editada pelo Instituto, propostas estas que foram aprovadas por unanimidade.

Apresentou depois o Senhor Presidente um ofício da Direcção Geral do Ensino Superior e de Belas Artes em que se comunicava a nomeação do consócio Senhor Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima para Delegado nesta Ilha da 1.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação, propondo que o Instituto apresentasse as suas congratulações ao referido sócio, por esta nomeação, o que foi tambem aprovado por unanimidade.

Tendo sido igualmente aprovado um voto de regosijo pelas obras de restauro que a Santa Casa da Misericórdia desta cidade prometeu efectuar na sua Igreja, conforme comunicação feita a este Instituto, informou o Senhor Presidente, com muito agrado de todos os presentes, que havia já recebido as fotocópias das cartas do Capitão General Diniz Gregório de Melo, que em tempo haviam sido solicitadas do Arquivo Histórico Ultramarino, por intremédio do Instituto de Alta Cultura, a quem foi deliberado apresentar os agradecimentos deste Instituto, ficando igualmente autorizada a liquidação de todas as despesas relativas à obtenção das referidas fotocópias.

Entrou-se seguidamente na apreciação da consulta da Junta Geral deste Distrito Autónomo, constante do seu ofício n.º 538, de 21 de Março do corrente ano, relativa à colocação de uma pedra de armas na fachada principal do Edifício do Palácio Bettencourt, onde se encontram instalados o Arquivo Distrital e o Museu Regional desta cidade, assunto que na última sessão deste Instituto ficara pendente para estudo.

Tendo vários sócios usado da palavra sobre a matéria em apreciação foi a maioria dos presentes de opinião que: tendo em consideração que na obra actualmente em curso no Edifício do Palácio Bettencourt onde se encontram instalados o Arquivo Distrital e o Museu Regional se procura, na medida do possivel, restaurar e resti-

tuir a respectiva fachada à sua primitiva beleza e dignidade arquitectónica, parece que na cartela que está sobre a porta principal do referido Palácio se deveria repôr a pedra de armas da Família Bettencourt da qual este edifício, que ainda hoje conserva o seu nome, foi solar durante mais de dois séculos, tendo conservado durante todo êsse tempo e até há perto de sessenta anos, no respectivo lugar, a esmalta e enobrecer a sua frontaria, uma pedra com o brasão das armas daquela antiga e ilustre familia.

Aprovado este parecer, forneceu o Senhor Presidente diversos esclarecimentos sobre a marcha da impressão do Volume do Boletim relativo ao corrente ano, solicitando a colaboração dos sócios especialmenle para as secções «Vária» e «Bibliografia» e agradeceu os trabalhos já apresentados pelos consócios Srs. Tenente Ferreira Drumond e Raimundo Belo.

Foi aprovada a admissão dos novos sócios contribuintes, Ex.^{mos} Senhores Dr. António Augusto Riley da Motta, residente em Ponta Delgada e Frederico Inácio da Silva, residente em Lisboa e bem assim uma proposta do Sr. Presidente respeitante à realização de sessões culturais públicas, a efectuar nos termos do artigo 20.º do Regulamento, tendo ficado a Mesa encarregada de lhe dar a conveniente e oportuna execução.

Finalmente, foi aprovada por unanimidade uma proposta tambem do Senhor Presidente para que a redacção dos artigos 2.º, 4.º e 5.º do Regulamento do Instituto, aprovado na reunião de 25 de Março de 1943, fôsse alterada e passasse a ser do seguinte teor:

> *Art.º 2.º* — Estas sessões realizar-se-ão nos meses de Janeiro e de Maio, em datas a fixar pelo presidente, com oito dias de antecedência, pelo menos. Cada sessão pode prolongar-se por tantos dias quantos os necessários para se tratarem todos os assuntos inscritos para discussão. No fim de cada reunião duma sessão o presidente designará o dia e a hora da reunião seguinte.
>
> *§ único* — (conserva a mesma redacção).
>
> *Art.º 4.º* — Na sessão de Maio serão apresentadas e discutidas as comunicações sobre os assuntos que se prendem com a actividade do Instituto.
>
> *Art.º 5.º* — Quando a uma reunião previamente mar-

cada pelo presidente não compareça à hora designada na convocação a maioria dos sócios, o Instituto reunirá meia hora depois, no mesmo local e poderá deliberar validamente com qualquer número de sócios.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, quando eram 21h. e 15m.

(assinados) — *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima

TERCEIRA SESSÃO ORDINARIA DO ANO DE 1955.

No dia 5 de Dezembro de 1955, na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, efectuou-se a terceira sessão ordinária anual do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do parágrafo 3.° do artigo 9.° dos Estatutos.

Estiveram presentes os sócios efectivos Ex.mos Senhores Dr. Teotónio Machado Pires, Tesoureiro, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Major Miguel Cristovão de Araujo, Tenente Luiz Ferreira Machado Drumond e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Iniciaram-se os trabalhos pelas 20h15m.

No impedimento do Senhor Presidente que não pôde assistir a esta reunião por se encontrar doente, presidiu, a seu pedido, aos trabalhos, com unânime aplauso dos sócios presentes, o membro da Direcção, Senhor Dr. Teotónio Machado Pires que, entrando no uso da palavra informou os assistentes do motivo porque o Senhor Presidente não se encontrava presente, esclarecendo que o mesmo Senhor lhe enviara a agenda que já havia organizado para os trabalhos da presente reunião, a qual passaria a observar na orientação dos mesmos.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, voltou o Senhor Dr. Teotónio Pires a usar da palavra informando que de harmonía com os preceitos legais, os Estatutos do Instituto Histórico haviam já sido remetidos ao Ministério da Educação Nacional, para efeitos de aprovação, a qual se estava aguardando. Comunicou seguidamente que

a Comissão Central do Centenário de Almeida Garrett oferecera ao Instituto um exemplar da medalha comemorativa que mandara cunhar, tendo sido resolvido apresentar à referida Comissão os melhores agradecimentos deste Instituto. Transmitiu depois as despedidas do sócio honorário e ilustre Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, Senhor Doutor Vitorino Nemésio, informando que durante a visita de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas a esta Ilha o Senhor Presidente se interessara vivamente junto de S. Ex.ª, no sentido de que fôsse devidamente estudado e iniciado o mais brevemente possivel, o restauro, tão necessário, das muralhas e Igreja do Castelo de S. João Baptista, desta cidade, de há muito classificado como imovel de interêsse público. Em face do bom acolhimento das diligências do Senhor Presidente, seria de prever que ao assunto fôsse dada dentro em breve a solução desejada.

Propôs seguidamente o Senhor Dr. Teotónio Pires votos de sentimento pelo falecimento do sócio efectivo Senhor João Carlos da Costa Moniz e dos sócios honorários Senhores Drs. Luiz Bernardo Leite Ataide e Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos).

Propôs depois que o Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, cargo que vem sendo desempenhado com muito brilho pelo nosso conterrâneo, Senhor João Soares de Medeiros, fôsse eleito sócio honorário deste Instituto e que os Senhores Dr. Walter F. Piazza, Professor da Faculdade de Filosofia de Florianópolis, Jorge Felizardo, Professor de Agronomia em Porto Alegre e Arlindo Drumond Costa, residente no Rio de Janeiro, fôssem eleitos sócios correspondentes, propostas estas que foram aprovadas por unanimidade e com aplauso dos presentes.

Procedendo-se depois à eleição da mesa que há-de gerir o Instituto Histórico no biénio 1956-1957, foi reeleita por unanimidade a actual Direcção com a mesma composição, isto é, Presidente Tenente-Coronel José Agostinho, Tesoureiro Dr. Teotónio Machado Pires, Secretário Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima.

Em nome dos presentes felicitou a Direcção o Sócio efectivo Senhor Dr. Cândido Pamplona Forjaz, tendo agradecido, em nome da mesa, o Senhor Dr. Teotónio Machado Pires.

E nada mais havendo a tratar o Senhor Dr. Teotónio Machado Pires deu por encerrados os trabalhos quando eram 21 horas.

(assinado) — *Teotónio Machado Pires*
Manuel Coelho Baptista de Lima

VÁRIA

Musica Popular

No Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matozinhos, publicou o distinto musicólogo sr. Eng.º Rebelo Bonito, uma conferência proferida na mesma biblioteca em 21 de Novembro de 1953, sobre música antiga portuguesa popular e culta, na qual se encontram as seguintes referências á música popular açoriana:

— «Mas se não se conhece música de autor português que de ciencia certa tenha sido composta no século XV, o mesmo não acontece com a música chegada até nós por via tradicional. A *Chamarrita* do cancioneiro açoriano (Ilha de S. Miguel) e a cantiga da romaria à Senhora do Almurtão (Beira Baixa), encontro-as aparentadas com os temas dos vilancicos anónimos N.ºs 3 e 251 do *Cancioneiro Musical do Palacio* (edição Higinio Anglés) «*Enemiga le soy madre*» e «*Calabaça no sé, buen amor*», e pelos arquétipos se fica a conhecer o que deve pensar-se da sua antiguidade.. ..... »

«A Chama-rita ao desafio» do folclore açoriano (Ilha de S. Miguel) exprime-se por um hipofrigro trovadoresco aparentado por melodía e ritmo com vilancicos do século XV. O âmbito é entre final e dominante, com um ponto de licença pela parte superior. Termina em cadência irregular».

Fiados

O crédito está geralmente admitido nas lojas dos retalhistas, sobre tudo nos meios rurais. Ninguem, por pobre que seja, deixa de ter crédito, e os pagamentos são em regra, feitos no sabado quando o freguez recebe a féria.

O comerciante, ainda que tenha algum embaraço na sua vida, não pede o pagamento, e, mais tarde ou mais cedo, de uma só vez ou em prestações, recebe quase sempre o seu dinheiro.

Os fiados às vezes atingem uma soma relativamente importante, e as circunstancias actuais de vida obrigam prudentemente a tomar providencias restrictivas; mas é aquela ainda a norma seguida na maioria dos casos.

Na cidade é que as cousas bastante se tem modificado nos ultimos tempos pois são frequentes os exemplos de pequenos comerciantes se verem forçados a fechar a porta pelo crédito excessivo dado a freguezes maus pagadores, sem que isso, todavia, implique, como medida geral, a supressão das transacções sem dinheiro à vista. Tudo se limita a ser mais cauteloso.

Dado o costume não admira que, ao contrário do que sucede noutras terras do país, não abundem nos estabelecímentos comerciais, os avisos de que neles se não fia. Contudo, ha umas dezenas de anos, embora sem maior eficácia, alguns apareciam.

Numa taverna da antiga Rua da Alfandega, ou das Frigideiras como o povo lhe chamava, e hoje oficialmente dos Minhas Terras em homenagem aos heroicos tanoeiros dessa

alcunha que primeiro proclamaram na cidade D. João IV em 1641, havia, pregado numa taboa, o seguinte aviso:

Barato sim,
Fiado não,
Não tenho ordem
Do meu patrão.

O aviso era encimado por uma figura de homem de sobrecasaca azul, colête vermelho, calças riscadas grade chapeo alto na cabeça e na mão direita um cangirão de vinho, tudo grosseiramente debuchado.

Numa taverna da Rua de Santo Espirito lia-se escrito na parêde:

Nesta loja não se fia
Nem de noite nem de dia.

e noutra:

Fiados, hoje não,
Amanhã sim,
Que os maus pagadores
O querem assim.

Como se vê o pequeno comerciante angrense nada inventou neste ponto, e limitou-se a reproduzir avisos usados no continente.

Santo Tirso, (*Revista Lusitana*, XVIII — 194; XXI — 237) Guimarães (Alberto Braga. *Feiras e mercados*, 61) e noutras localidades (Leite de Vasconcelos, Opusculos, VII — 1302), etc.

Pela mesma época espalhou-se na ilha, e encontrava-se até em estabelecimentos das freguesias rurais, uma oleografia ordinária representando dois negociantes nos seus escritórios, um magro, rôto, esqualido, em frente do cofre aberto onde dançavam ratos sobre papeis velhos com a legenda *Yo vendi al crédito*, outro gordo, anafado, de sobrecasaca e colête branco, grande corrente de ouro a prender o relógio, aneis de brilhantes, charuto na mão, com o cofre atolhado de sacos de libras e o distico: — *Yo vendi al contado*.

Ninguem, todavia, nem sequer o próprio dono do estabelecimento, fazia caso da expressiva gravura de *proveito e exemplo*.

A dança do pau de fitas

No Brasil (São Paulo, Santa Catarina), dança-se uma dança denominada do *pau de fitas*, que o Prof. sr. Dr. Maynard Araújo relaciona com o culto da arvore de Maio. (*Revista do Arquivo Municipal*, vol. CLVII, ano XX, 1953, pág. 199) e o sr. Dr. Osvaldo Rodrigues Cabral, competentissimo e apaixonado etnografo, minuciosamente descreve no Estado de Santa Catarina (*Boletim Trimestral da Sub-comissão-Catarinense de folclore*, ano IV pág. 25).

Na dança tomam parte geralmente seis pares e dançam-na pelo Natal.

Julga este mestre do folclore brasileiro que teria sido introduzida há muito em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por elementos étnicos continentais, ou ainda espanhois, pois embora a influencia açoriana naqueles Estados sulinos seja muito grande não poderia ter vindo do arquipelago porque nele, segundo informações colhidas *in loco* entre os

ilheos ai residentes, nos Açores é desconhecida.

Poderá efectivamente os açorianos residentes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina não a conhecerem, mas nas ilhas tambem a dançam' pouco mais ou menos como no Brasil.

Em São Miguel, no Faial, e na Terceira dançaram-na e creio que ainda hoje, de vez em quando, a dançam nos meios rurais.

Em São Miguel e Faial chamam-lhe a *dança dos cadarços*, nome pelo qual o povo designa as fitas ordinarias de lã e Candido de Figuêredo regista tambem com a significação de nastro e cadilho.

Manuel Dionisio (*Costumes Açorianos*, pág. 39) diz que às «danças podiam ser de maços, de fitas ou cadarços, de lenços», etc. e referindo-se a São Miguel, o sr. Dr. Luis Bernardo de Athaide (*Etnografia Artistica*, pág. 86) diz sobre o assunto o seguinte: A dança do cadarços oferece ainda, quando rigorosamente apresentada, uma feição espetaculosa resultante dos trajos dos dançarinos, da sua ligação por meio de largas fitas policrómicas ao mastro centro da roda e da cadencia de volteio comandado pelo maioral com o apito. Ao som de violas rabecas, acordeãos e ferrinhos, que ainda há alguns anos executavam o hino espanhol de Riego um tanto deturpado, os doze dançarinos, com mascaras de verga transparentes capas vistosas de galão de ouro, chapeos tricornes emplumados, espadins, calção e meia, formam um circulo no meio do qual é sustido o mastro de cuja extremidade superior pendem tantas fitas quantas as pessoas que na dança entram.

Num volteio com gestos bélicos, atitudes teatrais e de ritmo martelado, vão-se as fitas entrançando lentamente no mastro, formando um enxadrezado de diversas cores dispostas simétricamente; ao estar a roda reduzida pela aproximação dos dançarinos do ponto central, desanda então a dança em identicas combinações, nas mesmas fases ridículas e nos mesmos movimentos grosseiros, desfazendo-se a trama, retomando a roda sua periféria inicial ao som dos mesmos cânticos.

Na Terceira, onde a denominam *dança das fitas* é identica a São Miguel, e dança-se ou pelo menos ainda há poucos anos se dançava de tempos a tempos nos Altares, São Sebastião, Ribeirinha e Vila Nova pelo menos, bem como nos arredores da cidade onde a vi.

Não consegui determinar a época da sua introducção nem encontrei quaisquer documentos que lhe fizessem referencia, mas tudo leva a crer que seja antiga.

No continente tambem a conhecem (Roque, *Alentejo cem por cento*, pág. 101).

Tambem na America Espanhola (Bolivia) ha dança de fitas, embora muito diferente da de Santa Catarina (José Filipe Costas Arguedas. *Folclore de Yamparaez*, pág, 64).

Como tudo o que de origem portuguesa existe nos costumes do Brasil podia ter ido do continente para lá e talvez seja isso o mais provavel, mas tambem podia ter ido das ilhas açorianas pois, como vemos, a dança é nelas conhecida.

L. Ribeiro.

INDICE

Por autores

Anglin (João H.)

——— Dos Açores às Praias de Portugal. Excerto da obra «Narrative of the Expedition to Portugal in 1832» por G. Lloyd Hodges, Esq. (London 1833), II parte, tradução 65

Drumond (Luis Ferreira Machado)

——— O Baile Popular Terceirense—Estudo do Folclore Regional . 118

Piazza (Walter F.)

——— Roteiro de um Jornalista Açoreano (Estudo bio-bibliográfico) . 1

Ribeiro (Luis da Silva)

——— Indústrias terceirenses de carácter artístico e sua valorização (Inquérito) 29
——— Influência Portuguesa no Adagiário Gaucho (Comunicação ao II Congresso Brasileiro de Folclore; reunido em Curitiba — Paraná). 196
——— Livro das Avaliações dos ofícios das ilhas dos Açores, 1691 — Introdução e cópia conferida com o original 227
——— *Vária:*
Música Popular 294
Fiados 294
A dança do pau de fitas 295

Por artigos

Roteiro de um Jornalista Açoreano (Estudo bio-bibliográfico), por Walter F. Piazza 1
Indústrias terceirenses de carácter artístico e sua valorização (Inquérito), pelo Dr. Luis da Silva Ribeiro 29
Dos Açores às Praias de Portugal. Excerto da obra «Narrative of the Expedition to Portugal in 1832» por G Lloyd Hodges, Esq. (London 1833), II parte, traduzido por João H. Anglin . . . 65
O Baile Popular Terceirense - Estudo do Floclore Regional, por Luis Ferreira Machado Drumond 118
Influência Portuguesa no Adagiário Gaucho (Comunicação ao II Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em Curitiba — Paraná) por Luis da Silva Ribeiro 196
Livro das Avaliações dos ofícios das ilhas dos Açores, 1691, — Introdução e cópia conferida com o original, pelo Dr. Luis da Silva Ribeiro 227
Comemoração do Primeiro Centenário do Falecimento de Almeida Garrett 256
Necrologia
a) Dr. Luis da Silva Ribeiro . . . . . 27 e 264
b) João Carlos da Silva Moniz 264
c) Dr. Luiz Bernardo Leite de Ataide 265
d) Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos) 266
Bibliografia 267
Publicações recebidas 274
Vida do Instituto 279
Vária :
Música Popular. L. Ribeiro 294
Fiados. Idem. 294
A dança do pau de fitas. Idem 295

Indice das gravuras

Francisco Manuel Raposo de Oliveira (retrato) em face da pág. 2
Estampas ilustrativas do artigo «Indústrias terceirenses de carácter artístico e sua valorização (Inquérito) pelo Dr. Luis da Silva Ribeiro a seguir à pág. 54
I. Colcha antiga (Freguesia da Ribeirinha)
Colcha antiga, tipo de decoração mais vulgar (Idem)
II. Colcha antiga (idem)
Colcha moderna (idem)
III. Colcha moderna (Idem)
Colcha antiga (Freguesia de S. Sebastião)
IV. Colcha antiga (Idem)
Colcha antiga, tipo de decoração mais frequente (idem)
V. Colcha antiga (Idem)
Colcha moderna (Idem)
VI. Colcha muito antiga. Fundo vermelho com decoração a amarelo (Freguesia da Ribeirinha)
VII. Toalha de olhos e pormenor mostrando o aspecto do tecido.
VIII. Renda de ponto de crivo (Toalha de linho)
IX. Almofada de cama com renda de ponto de crivo
X. Renda de ponto de crivo
XI. Pano com modelos de bordados (Freguesia dos Altares)
XII. Galochas bordadas (Idem)
XIII. Lenço bordado a vermelho e azul com motivos brasileiros (primeira metade do século XIX)
XIV. Canga antiga (Exemplar do Museu Regional)
XV. Canga moderna (Freguesia do Porto Judeu)
XVI. Canga antiga (Exemplar do Museu Regional)
XVII. Canga antiga. Primeira metade do século XIX (Freguesia da Terra-Chã)
Canga moderna. Decoração de Manuel Martins Bento (Freguesia de S. Sebastião)
XVIII. Canga moderna. Embutidos a madre-pérola
Canga antiga. Primeira metade do século XIX (Freguesia de S. Sebastião)
XIX. Canga moderna — 1924 (Freguesia dos Altares)
XX. Tamborete — Tentativa de estilização popular (Exemplar do Museu Regional)
XXI. Mobiliário tradicional — Estrado (Freguesia do Porto Judeu)
XXII. Mobiliário tradicional — Arca, tamborete e cama de estar no quarto ao fundo (Freguesia do Porto Judeu)
XXIII. Mobiliário tradicional — Mesa de uma só gaveta e tamborete (Freguesia do Porto Judeu)

XXIV. Mobiliário tradicional — Copeira na parede (Freguesia do Porto Judeu)
XXV. Arte conventual. Flores de penas e pregadeiras de cartão armadas de conchas
XXVI. Candeia de ferro batido. Princípios do século XIX (Freguesia de Santa Bárbara)
XXVII. Pratos de faiança para esmolas do Espírito Santo. Esmalte branco e azul. Primeiros trabalhos da Fábrica «Progresso».
Disposição tomada pelos pares no baile denominado Charamba. Um par a bailar a chamarrita, em face da pág. 192

ERRATA

No artigo *Dos Açores às Praias de Portugal* publicado no presente número deste Boletim, há a fazer as seguintes emendas: na página 105, linha 17, onde se lê *praticaram factos dignos de admiração*, deve lêr-se *praticaram actos dignos de admiração*; na página 111, linha 19, onde se lê *tomar precauções vigorosas deste género*, deve lêr-se *tomar precauções rigorosas deste género*.

Este número, que é o décimo terceiro do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir na oficina da Tipografia Andrade aos vinte oito de Dezembro de 1955.